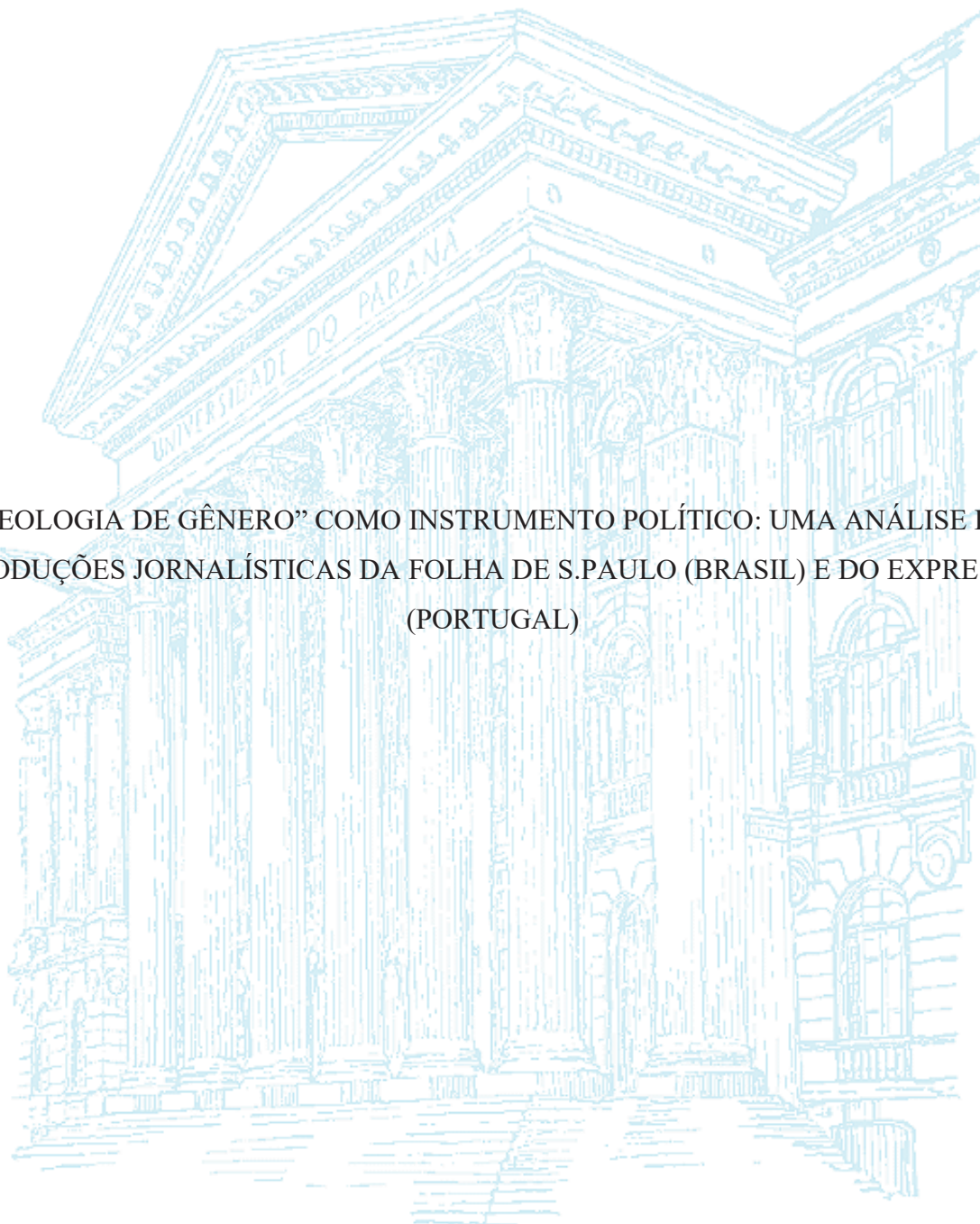


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIANA INEZ LUIZ DE SOUZA

“IDEOLOGIA DE GÊNERO” COMO INSTRUMENTO POLÍTICO: UMA ANÁLISE DAS
PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS DA FOLHA DE S.PAULO (BRASIL) E DO EXPRESSO
(PORTUGAL)



CURITIBA

2022

JULIANA INEZ LUIZ DE SOUZA

“IDEOLOGIA DE GÊNERO” COMO INSTRUMENTO POLÍTICO: UMA ANÁLISE
DAS PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS DA FOLHA DE S.PAULO (BRASIL) E DO
EXPRESSO (PORTUGAL)

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Doutora em Ciência
Política, no Curso de Pós-graduação em Ciência
Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e
Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^o. Dr. Nelson Rosário de Souza
Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Carla Cerqueira

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Souza, Juliana Inez Luiz de
“Ideologia de gênero” como instrumento político: uma análise das produções jornalísticas da Folha de S. Paulo (Brasil) e do Expresso (Portugal) / Juliana Inez Luiz de Souza. – Curitiba, 2022.
1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza.

Co-orientadora: Profa. Dra. Carla Cerqueira.

1. Identidade de gênero. 2. Análise do discurso. 3. Análise foucaultiana. 4. Jornalismo. I. Souza, Nelson Rosário de, 1963-. II. Cerqueira, Carla. III. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. IV. Título.

Bibliotecária: Romilda Aparecida dos Santos CRB-9/1214



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -
40001016061P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **JULIANA INEZ LUIZ DE SOUZA** intitulada: "**Ideologia de gênero**" como instrumento político: Uma análise das produções jornalísticas da **Folha de S.Paulo (Brasil) e do Expresso (Portugal)**, sob orientação do Prof. Dr. NELSON ROSÁRIO DE SOUZA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Julho de 2022.

Assinatura Eletrônica
28/07/2022 18:30:32.0
NELSON ROSÁRIO DE SOUZA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
28/07/2022 15:07:47.0
MICHELE GOULART MASSUCHIN
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
28/07/2022 15:35:42.0
RAYANI MARIANO DOS SANTOS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)

Assinatura Eletrônica
31/07/2022 19:42:39.0
DANIELA LEANDRO REZENDE
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO)

Assinatura Eletrônica
28/07/2022 14:37:22.0
DANIEL DOS SANTOS CARDOSO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E
TECNOLOGIAS)

Assinatura Eletrônica
28/07/2022 20:08:43.0
CARLA PRECIOSA BRAGA CERQUEIRA
Coordenador(a) (UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO)

General Carneiro, 460 - 5º andar - sala 517 - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5233 - E-mail: ppgcupfr@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 210216

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prrpg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 210216

AGRADECIMENTOS

Continuo acreditando que todas as partes de uma jornada são importantes. Por isso, eu tenho que agradecer a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para que essa tese acontecesse. Amigas e amigos, pessoal do terreiro, dos movimentos sociais e sindical, família, conhecidos e desconhecidos, pessoas que ainda fazem parte do meu convívio e outras que a vida afastou e que me incentivaram e me fizeram acreditar não só na minha capacidade para cumprir esta tarefa, mas na importância de cumpri-la.

Em especial, preciso agradecer a Maria Cecília Eduardo e o Ricardo Dantas Gonçalves pelos encontros semanais nos dois últimos anos do doutorado que foram essenciais para não desistir e encontrar saídas para as dificuldades na análise e na escrita da tese. O nosso grupo de estudos sobre nossas teses foi, é e continuará sendo além de um grupo de produção acadêmica, um grupo de amizade, incentivo mútuo, terapia e autoconhecimento.

Também merecem agradecimentos especiais minhas amigas Claudia, Camila e Chris e meu amigo Guilherme. Todos foram essenciais para minha sanidade mental nos últimos tempos. Obrigada por todo carinho, acolhimento, palavras, abraços, chás, cigarros e horas de conversas.

Agradeço também à minha ex-companheira Erika, que fez parte de quase toda esta jornada da pós-graduação, me ajudando com a casa e os gatos, com suporte emocional e me lembrando que era preciso comemorar cada vitória nesse processo.

No âmbito acadêmico, preciso agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza, e a minha coorientadora, Prof.^a Dr.^a Carla Cerqueira, pelo incentivo, artigos publicados em parceria e contatos proporcionados. Mas, acima de tudo, pelas palavras de calma em meio às crises e pelo carinho de entenderem que a vida é muito mais complicada e que o doutorado era apenas um de tantos âmbitos dela. Por intermédio deles comecei a participar dos grupos de estudos Midiaculturas e GEICS, dos quais agradeço todas as pessoas que fazem parte por me acolherem e possibilitarem ter contato com uma imensa diversidade de pesquisas acadêmicas. Em especial a Tatiane, Daniela, Sérgio, Joana e Aline.

Também agradeço as minhas bancas de qualificação e de defesa: Prof.^a Dr.^a Carla Isabel Agostinho Martins (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa); Prof. Dr. Daniel Cardoso (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa); Prof.^a Dr.^a Daniela Leandro Rezende (Universidade Federal de Ouro Preto); Prof.^a Dr.^a Michele Goulart Massuchin (Universidade Federal do Paraná); Prof. Dr. Rafael Cardoso Sampaio (Universidade Federal do Paraná); Prof.^a Dr.^a Rayani Mariano dos Santos

(Universidade Federal de Goiás). As professoras e professores que participaram deste processo foram escolhidas por suas pesquisas e por como poderiam contribuir com a versão final da tese. Contudo, suas contribuições foram além da pesquisa. A leitura atenta, cuidadosa, as palavras de incentivo e reconhecimento, além do contato e disponibilidade para além das bancas são imensuráveis. Em especial, a Daniela Rezende, a qual desde a qualificação esteve disponível para todas minhas dúvidas, sugestões de bibliografia e palavras de carinho para os processos de luto que passei; e Rafael Sampaio pela ajuda em todo o processo metodológico.

Por fim, agradeço a Capes pela bolsa de doutorado sanduíche que me permitiu estar em Portugal e conhecer melhor sua realidade (apesar de chegar no país junto com a pandemia da covid), assim como a bolsa de doutorado no último ano. Ter a oportunidade de receber a bolsa, diferente dos outros anos de mestrado e doutorado em que conciliei um trabalho integral com a pós-graduação, me possibilitou não apenas a dedicação exclusiva para a pesquisa, como me mostrou um ‘mundo novo’ cheio de possibilidades de carreira que até então achava inalcançáveis.

Percorrer este caminho não foi fácil e a vida nos últimos anos não deu trégua em suas reviravoltas. Para além da situação política do país e o ódio crescente do qual a “ideologia de gênero” é um dos representantes, eu passei por vários encerramentos de ciclos. Assim como no mestrado, minha dedicação ao doutorado foi marcada por períodos de luto, ausências, descobertas e muito aprendizado, acadêmico e de vida.

Portanto, esta tese é resultado de várias lutas internas e externas vencidas para conseguir completar a tarefa. Isso só foi possível por entender a importância e ter a certeza de que é preciso pesquisar as questões de gênero e diversidade na academia e na Ciência Política. Mas que é essencial que estes debates também aconteçam nos movimentos sociais, na mídia e em outros espaços da sociedade para que os ‘monstros’ criados sejam desfeitos.

Como diz Veríssimo “*Ser de esquerda não é uma opção, é uma decorrência*”.

“Comunista é o pseudônimo que os conservadores, os conformistas e os saudosistas do fascismo inventaram para designar simplisticamente todo o sujeito que clama e luta por justiça social”

Érico Veríssimo, 1988, p. 384.

“uma ótica é uma política de posicionamentos. (...) Identidade, incluindo auto-identidade, não produz ciência; posicionamento crítico produz, isto é, objetividade (...) Lutas a respeito do que terá vigência como explicações racionais do mundo são lutas a respeito de como ver (...) A objetividade feminista abre espaço para surpresas e ironias no coração de toda produção de conhecimento; não estamos no comando do mundo. Nós apenas vivemos aqui e tentamos estabelecer conversas não inocentes através de nossas próteses, incluídas aí nossas tecnologias de visualização”

Donna Haraway, 1995, p. 27, 28, 38.

“As a political theorist — and one who has been profoundly shaped by the feminist movement and feminist theorizing that arose from it — my work is interdisciplinary at its core. It is difficult, if not impossible, to engage in the work of political theorizing without taking into account the multiple dimensions of human experience, and multiple methodologies by which to explore them.”

Martha Ackelsberg, 2014, p. 115.

RESUMO

A crescente polêmica e conseqüente polarização sobre as questões de gênero e diversidade sexual na sociedade tem sido notícia recorrente em nível mundial. Produções acadêmicas destacam que os confrontos que desafiam a hegemonia heteronormativa utilizam a estratégia retórica da “ideologia de gênero” para barrar avanços de mulheres e pessoas LGBTQ+ ao gerar *pânico moral* em diversos países. Esta tese investiga como se desenvolve o poder discursivo da heteronormatividade expresso pela retórica da “ideologia de gênero” presente nas produções jornalísticas do Brasil e de Portugal. O objetivo geral da pesquisa é explorar as disputas discursivas em torno do termo expressas em produções jornalísticas para identificar as características centrais deste fenômeno social enquanto instrumento político. Analisei e comparei as produções dos jornais de maior circulação digital do Brasil e de Portugal (406 produções da Folha de S.Paulo e 64 do Expresso, respectivamente). Para isso utilizei uma metodologia mista, na qual a Análise de Conteúdo categorizou os discursos que apresentam o termo ‘ideologia de gênero’ e a Análise Foucaultiana do Discurso examinou a interação e identificou influências e resistências em relação à heteronormatividade. Com estas análises foi possível verificar que as disputas discursivas a respeito de gênero e diversidade sexual, sintetizadas pela retórica da “ideologia de gênero”, têm sido mobilizadas nos dois países por agentes religiosos, conservadores, de direita e populistas para ganhar visibilidade política. E que esta estratégica retórica transnacional sintetiza o discurso heteronormativo do movimento antigênero como instrumento político, com características definidas e padronizadas. A diferença entre os países está na intensidade do impacto nos processos de desdemocratização, no crescimento da influência religiosa e de expressões de direita e populista na esfera política, que tem como foco principal os processos eleitorais e a educação. No Brasil, a “ideologia de gênero” é mobilizada para barrar legislações de gênero e diversidade sexual no Congresso, tornou-se pauta frequente do governo atual, e é utilizada para questionar as decisões progressistas aprovadas pelo Judiciário. Em Portugal, a retórica é utilizada para expressar reações e questionamentos às ações aprovadas pelo Executivo referentes às temáticas. O caminho metodológico utilizado mostra a possibilidade da replicação desta pesquisa em outros países como forma de compreender este fenômeno global e suas conseqüências, que têm implicação em políticas públicas que afetam a vida de parte da população.

Palavras-chave: Ideologia de gênero. Heteronormatividade. Disputas discursivas. Análise de Conteúdo. Análise Foucaultiana do Discurso. Brasil. Portugal. Jornalismo.

ABSTRACT

The growing controversy and consequent polarization on issues of gender and sexual diversity in society has been recurrent news worldwide. Academic productions highlight that confrontations that challenge heteronormative hegemony use the rhetorical strategy of “gender ideology” to block advances by women and LGBT+ people by generating moral panic in several countries. This thesis investigates how the discursive power of heteronormativity is developed, expressed by the rhetoric of “gender ideology” present in journalistic productions in Brazil and Portugal. The general objective of the research is to explore the discursive disputes around the term expressed in journalistic productions to identify the central characteristics of this social phenomenon as a political instrument. I analyzed and compared the productions of the newspapers with the greatest digital circulation in Brazil and Portugal (406 productions by Folha de S.Paulo and 64 by Expresso, respectively). For this, I used a mixed methodology, in which the Content Analysis categorized the discourses that present the term “gender ideology” and the Foucaultian Discourse Analysis examined the interaction and identified influences and resistances concerning heteronormativity. With these analyzes, it was possible to verify that the discursive disputes about gender and sexual diversity, synthesized by the rhetoric of “gender ideology”, have been mobilized in both countries by religious, conservative, right-wing, and populist agents to gain political visibility. And this transnational rhetorical strategy synthesizes the heteronormative discourse of the anti-gender movement as a political instrument, with defined and standardized characteristics. The difference between countries lies in the intensity of the impact on dedemocratization processes, on the growth of religious influence, and on right-wing and populist expressions in the political sphere, whose main focus is electoral processes and education. In Brazil, “gender ideology” is mobilized to bar legislation on gender and sexual diversity in Congress has become a frequent agenda of the current government and is used to question progressive decisions approved by the Judiciary. In Portugal, rhetoric is used to express reactions and questions to the actions approved by the Executive regarding the themes. The methodological approach used shows the possibility of replicating this research in other countries as a way of understanding this global phenomenon and its consequences, which have implications for public policies that affect the lives of part of the population.

Keywords: Gender ideology. Heteronormativity. Discourse disputes. Content analysis. Foucaultian Discourse Analysis. Brazil. Portugal. Journalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pesquisa nas bases de dados <i>Scopus</i> e <i>Web of Science</i>	30
Figura 1 – Metodologia mista aplicada na tese	82
Gráfico 1 – Países com maiores produções na <i>Scopus</i> e <i>Web of Science</i> com os termos “ <i>gender ideology</i> ” AND (<i>conservative</i> OR <i>antigender</i>)	32
Gráfico 2 – Áreas das revistas com produções na <i>Scopus</i> e <i>Web of Science</i> com os termos “ <i>gender ideology</i> ” AND (<i>conservative</i> OR <i>antigender</i>)	33
Gráfico 3 – Temáticas das produções na <i>Scopus</i> e <i>Web of Science</i> com os termos “ <i>gender ideology</i> ” AND (<i>conservative</i> OR <i>antigender</i>)	34
Gráfico 4 – Anos das produções resultante da busca na <i>Scopus</i> e <i>Web of Science</i> com os termos “ <i>gender ideology</i> ” AND (<i>conservative</i> OR <i>antigender</i>).....	36
Gráfico 5 – Ocorrência da busca no <i>Google</i> pelo termo <i>gender ideology</i> no mundo de 2004 a 2020.	48
Gráfico 6 – Discursos parlamentares da Câmara dos Deputados com o termo “ideologia de gênero” por ano até 2020	61
Gráfico 7 – Ocorrência da busca no <i>Google</i> pelo termo ideologia de gênero no Brasil e ideologia de gênero em Portugal de 2004 a 2020.....	64
Gráfico 8 – Produções do jornal Folha de S.Paulo e Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020 por ano	110
Gráfico 9 – Produções do jornal Folha de S.Paulo e Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020 por país(es) abordado(s)	111
Gráfico 10 – Tipos presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020	113
Gráfico 11 – Rubricas presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020	114
Gráfico 12 – Autorias presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020	116
Gráfico 13 – Temáticas presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020	122
Gráfico 14 – Temáticas e Tópicos presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020.....	125

Gráfico 15 – Atrizes e Atores presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020.....	128
Gráfico 16 – Agentes presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020	129
Gráfico 17 – Termos pejorativos presentes nas produções da Folha de S.Paulo com o termo “ideologia de gênero” até 2020	134
Gráfico 18 – Termos pejorativos presentes nas produções do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020	135
Gráfico 19 – Argumentos presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020.....	137
Gráfico 20 – Decisões políticas presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020.....	142
Tabela 1 – Ícones presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020	119
Tabela 2 – Produções do jornal Folha de S.Paulo e Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020 por ano e país(es) abordado(s).....	264
Tabela 3 – Tipos presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020	264
Tabela 4 – Rubricas e autorias presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020.....	264
Tabela 5 – Temáticas presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020	265
Tabela 6 – Temáticas e Tópicos presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020.....	265
Tabela 7 – Atrizes e Atores presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020.....	266
Tabela 8 – Agentes presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020	266
Tabela 9 – Termos pejorativos presentes nas produções da Folha de S.Paulo com o termo “ideologia de gênero” até 2020	267
Tabela 10 – Termos pejorativos presentes nas produções do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020	268

Tabela 11 – Argumentos presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020268

Tabela 12 – Decisões políticas presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020.....269

LISTA DE SIGLAS

AC	– Análise de Conteúdo
AFD	– Análise Foucaultiana do Discurso
ADI	– Ação Direta de Inconstitucionalidade (Brasil)
BE	– Bloco de Esquerda (Portugal)
BNCC	– Base Nacional Comum Curricular (Brasil)
CDS – PP	– Partido do Centro Democrático Social - Partido Popular de Portugal (Portugal)
CFP	– Conselho Federal de Psicologia (Brasil)
CI	– Convenção de Istambul da ONU
CIG	– Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (Portugal)
CNBB	– Confederação Nacional de Bispos do Brasil (Brasil)
CNE	– Conselho Nacional de Educação (Brasil)
CONAE	– Conferência Nacional de Educação (Brasil)
CADH	– Convenção Americana sobre Direitos Humanos
CNPMA	– Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (Portugal)
DEM	– Partido Democratas (Brasil)
ENEC	– Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (Portugal)
EX	– Expresso, jornal português
ESMPU	– Escola Superior do Ministério Público da União (Brasil)
ESP	– Escola Sem Partido (Brasil)
FBSP	– Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Brasil)
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FPE	– Frente Parlamentar Evangélica (Brasil)
FSP	– Folha de S.Paulo, jornal brasileiro
GDS	– Género e Diversidade Sexual
GNR	– Guarda Nacional Republicana (Portugal)
HIV/SIDA	– Vírus da Imunodeficiência Humana / Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
Ideb	– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Brasil)
IdG	– Termo “ideologia de gênero”, no viés conservador
INEP	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Brasil)
IVG	– Interrupção Voluntária da Gravidez (Portugal)

LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil)
LGBT+	– Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e demais identidades de gênero e orientações sexuais
MEC	– Ministério da Educação (Brasil)
MMFDH	– Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Brasil)
OMS	– Organização Mundial da Saúde
ONG	– Organização(ões) Não Governamental(is)
ONU	– Organização das Nações Unidas
OPP	– Ordem dos Psicólogos Portugueses (Portugal)
PCdoB	– Partido Comunista do Brasil (Brasil)
PDH	– Poder Discursivo da Heteronormatividade
PEE	– Plano(s) Estadual(is) de Educação (Brasil)
PGR	– Procuradoria-Geral da República (Brasil)
PIB	– Produto Interno Bruto
PiS	– Partido Lei e Justiça (Polônia)
PL	– Projeto de Lei
PMDB	– Partido do Movimento Democrático Brasileiro, atual MDB (Brasil)
PME	– Plano(s) Municipal(is) de Educação (Brasil)
PNDH	– Plano Nacional de Direitos Humanos (Brasil)
PNE	– Planos Nacional de Educação (Brasil)
PPM	– Partido Popular Monárquico (Portugal)
PPV/CDC	– Partido Pró-Vida / Cidadania e Democracia-Cristã (Portugal)
PRB	– Partido Republicano Brasileiro, atual Republicanos (Brasil)
PRONA	– Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Brasil)
PROS	– Partido Republicano da Ordem Social (Brasil)
PS	– Partido Socialista (Portugal)
PSB	– Partido Socialista Brasileiro (Brasil)
PSC	– Partido Social Cristão (Brasil)
PSD	– Partido Social Democrata, antigo Partido Popular Democrático (PPD) (Portugal)
PSDB	– Partido da Social Democracia Brasileira (Brasil)
PSL	– Partido Social Liberal (Brasil)
PT	– Partido dos Trabalhadores (Brasil)

- Secadi – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC (Brasil)
- STF – Supremo Tribunal Federal (Brasil)
- TJ – Tribunal de Justiça (Brasil)
- UE – União Europeia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 ‘IDEOLOGIA DE GÊNERO’ COMO SÍNTESE RETÓRICA DAS DISPUTAS DISCURSIVAS ATUAIS SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL	28
2.1 Estado da arte do conceito da ideologia de gênero na produção mundial.....	29
2.1.1 Estado da arte da retórica da “ideologia de gênero” na produção mundial	35
2.2 O Poder Discursivo da Heteronormatividade: o discurso na disputa por hegemonia da heteronormatividade.....	38
2.3 Nascimento, fortalecimento e o pânico moral da “ideologia de gênero” no mundo.....	45
3 A ‘IDEOLOGIA DE GÊNERO’ NO BRASIL E EM PORTUGAL	59
3.1 Contexto e resumo dos marcos no Brasil	60
3.2 Contexto e resumo dos marcos em Portugal	70
4 ESTRUTURA METODOLÓGICA.....	78
4.1 Metodologia Mista	79
4.1.1 Análise Foucaultiana do Discurso.....	83
4.1.2 Análise de Conteúdo	87
4.2 Construção do <i>corpus</i> : Coleta das produções jornalísticas	90
4.2.1 Folha de S.Paulo.....	92
4.2.2 Expresso	94
4.3 Livro de Códigos: Categorização da “ideologia de gênero” nos jornais.....	96
4.3.1 O Livro de Códigos	98
5 A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NOS JORNAIS FOLHA DE S.PAULO (BRASIL) E EXPRESSO (PORTUGAL)	108
5.1 Resultado da busca pela IdG nos jornais Folha de S.Paulo e Expresso	109
5.2 Análise do nível <i>constativo</i> da IdG nos jornais Folha de S.Paulo e Expresso	112
5.3 Análise do nível <i>performativo</i> da IdG nos jornais Folha de S.Paulo e Expresso	121
5.3.1 Temáticas e tópicos das produções	121
5.3.2 Atrizes, atores e agentes citados nas produções	126

5.3.3	Termos citados nas produções.....	131
5.3.4	Argumentos citados nas produções	137
5.3.2	Decisões políticas citadas nas produções	139
6 A IDG COMO DISCURSO TRANSNACIONAL E SINTETIZADOR DO PODER DISCURSIVO DA HETERONORMATIVIDADE NA POLÍTICA.....		
		147
6.1	Características padronizadas da “ideologia de gênero”	147
6.1.1	Origem e fortalecimento da IdG pela Igreja Católica	148
6.1.2	O viés religioso-cristão da IdG.....	151
6.1.3	Mobilização do pânico moral	153
6.1.4	Secularização do discurso religioso	157
6.1.5	Espetacularização dos discursos.....	160
6.2	Diferenças entre o uso da “ideologia de gênero” como instrumento político no Brasil e em Portugal	162
6.2.1	Impacto de instituições religiosas nas democracias	163
6.2.2	Desdemocratização e o crescimento do populismo e da direita.....	170
6.2.3	Educação como foco de atuação no combate à IdG.....	178
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
	REFERÊNCIAS	191
APÊNDICE 1 – TABELA DAS PRODUÇÕES DO JORNAL FOLHA DE S.PAULO COM O TERMO “IDEOLOGIA DE GÊNERO” até 2020.....		
		220
APÊNDICE 2 – TABELA DAS PRODUÇÕES DO JORNAL EXPRESSO COM O TERMO “IDEOLOGIA DE GÊNERO” ATÉ 2020		
		236
APÊNDICE 3 – Livro de Códigos IdG nos jornais		
		239
APÊNDICE 4 – Processo de Testes de Confiabilidade e de Codificação Individual		
		260
APÊNDICE 5 – Tabelas dos resultados Do Capítulo 5.....		
		264

1 INTRODUÇÃO

“entiendo el feminismo como teoría política y como una ética filosófica, además que como movimiento social y como posición política” (Ochy CURIEL, 2013, p. 33).

O olhar dessa pesquisa está nas disputas discursivas sobre Gênero e Diversidade Sexual (GDS), em específico na retórica da “ideologia de gênero” (IdG). Mas antes de abordá-la, assim como Rayza Sarmiento (2017), acredito ser necessário demarcar que este texto é feito por um corpo, o corpo de uma mulher, cisgênera, bissexual, branca, trabalhadora, educadora popular, atriz, cientista política e militante de movimentos feministas e LGBTQ+.

Esta descrição resumida do meu lugar de fala (RIBEIRO, 2017) e do meu ponto de vista geo-político-social (SPIVAK, 2010), permite não apenas a localização limitada que me encontro e do conhecimento localizado que carrego (HARAWAY, 1995) – meu saber sujeito (FOUCAULT, 2005) –, mas também me responsabilizar pelas limitações e as lacunas da perspectiva parcial que apresento aqui, minha responsabilidade ética pela pesquisa (NOGUEIRA, 2001). Sendo assim, reconheço que por mais que a preocupação com a interseccionalidade e a matriz de dominação (COLLINS, 2020) sejam uma prática política empregada na militância cotidiana, não foi possível traduzi-la na escrita da pesquisa que não abarcou e destacou especificidades sobre a transexualidade, raça e classe.

É importante dizer ainda que as temáticas que atravessam o objeto desta tese (performatividade, discurso, feminismo, LGBTQ+ e política) são anteriores à minha entrada na pós-graduação e permanecem durante o período da pesquisa. Desde que iniciei minha carreira como pesquisadora (no teatro e na Ciência Política), assim como Hayward (2000), eu sempre quis estudar o fenômeno social conhecido como ‘poder’. Em específico, o poder da heteronormatividade sobre os corpos e vidas das mulheres e de pessoas que fogem, escapam ou ultrapassam o binarismo de gênero e de sexualidade.

Isto faz com que o *trabalho abstrato* da pesquisa seja constituído também pelas interações e trocas vivenciadas nas experiências pessoais, nas leituras e debates empreendidos durante minha vida, no contato e combate a expressões da IdG mobilizadas pelos movimentos antigênero há quase uma década. Esta tese é também resultado de marcas causadas pelo machismo e pela LGBTQfobia a este corpo que escreve, e que teve a necessidade de olhar objetivamente para esta retórica que reproduz discursos e práticas de violência na sociedade.

Nesse sentido, olhar para as questões de GDS não é uma novidade, especialmente nas últimas décadas em que a crescente polêmica e conseqüente polarização sobre elas tem

sido notícia recorrente nos diversos meios de comunicação e discursos políticos do mundo (SOUZA, 2018). Dentre os diversos temas destacam-se os sobre os altos índices de violência contra mulheres e pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e demais identidades de gênero e orientações sexuais (LGBT+)¹. Sejam revogações de legislações existentes, especialmente as relacionadas aos direitos reprodutivos e o reconhecimento da identidade de gênero, seja a criação de leis anti-LGBT contra a “propaganda homossexual” ou que criminalizam a homossexualidade (BBC, 2021).

O campo acadêmico não está alheio a essas temáticas que têm expressiva representação em publicações científicas mundiais (SCOPUS, 2022). Elas datam de 1973, com crescimento desde a década seguinte e o aumento significativo do número de produções anuais a partir do século XXI. As pesquisas e comunicações sobre as temáticas crescem vertiginosamente após 2010, com os maiores resultados durante os anos mais recentes correspondendo à chamada quarta onda do movimento feminista (DRUMMOND, 2020; SARMENTO, 2017)². Isto demonstra que as temáticas de GDS não apenas estão em evidência no mundo, como se mostram um campo de estudo em expansão atualmente consolidado e reconhecido, com forte apelo interdisciplinar.

Este campo de estudos tem nos últimos anos destacado a utilização em vários países da estratégia retórica da IdG por pessoas e movimentos religiosos e conservadores para barrar avanços dos movimentos feministas e LGBT+ (SCOPUS, 2022). Este termo é uma apropriação e ressignificação do conceito sociológico de ideologia de gênero usado para debater as assimetrias de gênero na sociedade, com representação em produções a partir da década de 1980 majoritariamente na área das Ciências Sociais.

A retórica da IdG é assumida pela Igreja Católica e por outros movimentos conservadores e antigênero na década de 1980 como um termo sintetizador de toda a teoria de gênero, feminista e LGBT+ que precisa ser combatida, assim como os respectivos movimentos sociais associados a ela. Diversas pessoas autoras, defensoras e acadêmicas feministas e LGBT+ reconhecem que desde sua criação, a retórica tem sido utilizada como instrumento político para justificar projetos e outros instrumentos legais pensados na lógica de

¹ Existem diversas formas para se denominar esta população, eu defini por utilizar a sigla usual e o sinal de mais para representar todas as outras identidades de gênero, orientações sexuais e entendimentos de sexualidade existentes e a se descobrir. Para mais informações sobre LGBT+ no Brasil ver BRUNETTO, 2020; SOUZA; JUNQUEIRA; REIS, 2020; SIMÕES; FACCHINI, 2009; em Portugal SANTOS, 2018; CASCAIS, 2006.

² A divisão temporal das fases do feminismo em ondas tem sido alvo de debates contínuos sobre seus limites e possibilidades. Aqui utilizo esta citação por entender que esta denominação persiste e abrange características e ênfases. Mas reconheço que a definição limita e não abarca as diferenças cronológicas e geográficas das disputas referentes às ondas anteriores que em alguns países persistem (DRUMMOND, 2020; SARMENTO, 2017).

exclusão e combate a políticas de igualdade de gênero e sexual. Um instrumento político que gera pânico moral na sociedade ao agendar certos temas, censurar outros, bloquear leis e políticas públicas relativas às mulheres e pessoas LGBTQ+, além de proporcionar o avanço de agendas conservadoras (CORREDOR, 2019; BORGES, R. O.; BORGES, Z. N., 2018; JUNQUEIRA, 2016; SOUZA, 2014; TEIXEIRA, 2014; MACHADO, 2004).

As produções na área das Ciências Sociais tratam deste fenômeno político complexo a partir da tradição de análise dos conflitos por bens materiais e simbólicos. Elas observam os confrontos que desafiam a hegemonia heteronormativa a partir de iniciativas contra-hegemônicas na esfera pública. Este *problema social* e o seu atual significado é abordado principalmente com base nas teorias dos movimentos sociais que nomeiam estes movimentos como antigênero. Já o levantamento da literatura mundial (SCOPUS, 2022; SILVA, 2018) e o estado da arte da produção brasileira (REZENDE; SOL, 2021), mostram que a maioria das produções que estudam este fenômeno são qualitativas e poucas citam dados empíricos ou os documentos analisados. Outro ponto de destaque é que os trabalhos comparativos entre países são raros, o que evidencia “uma lacuna importante, dado o caráter transnacional dos movimentos antigênero” (REZENDE; SOL, 2021, p. 169) que tem diversas representações na geopolítica internacional (GARRAIO; TOLDY, 2020). Isso revela a necessidade de um estudo empírico e sistemático sobre a IdG, bem como de se criar um instrumento que possibilite comparações.

O histórico do termo, seu uso e suas características também mostram que é preciso aprofundar e ampliar as investigações sobre as relações intrínsecas entre a perspectiva cristã, a heteronormatividade e a política (SOUZA, 2017). É necessário analisar como a herança discursiva sobre a heteronormatividade fornece argumentos de manutenção e perpetuação para a perspectiva cristã, e vice-versa, em uma relação simbiótica. E como as duas têm encontrado na política o espaço para ampliar sua atuação, elegendo representantes e fazendo parcerias com representações de setores conservadores da sociedade.

Sobre as escolhas de nomenclaturas, justifico que defini usar nesta tese o termo heteronormatividade por ser o mais usual e conhecido, mas reforço que todas as suas menções devem ser entendidas como cismonheteronormatividade. Em outras palavras, como a representação das várias hegemonias associadas ao sexo, gênero e sexualidade que não podem ser desassociadas das hegemonias: cultural, religiosa, monogâmica, de raça, classe e colonialidade. Elas estão na produção e disseminação de uma identidade considerada padrão/normal/aceitável baseada na regulação binária da sexualidade, na heterossexualidade compulsória, reprodutiva e médico-jurídica, na performatividade reiterada das expressões de

gênero e na cisgeneridade em consonância com a tríade sexo-gênero-sexualidade.

Optei pelo termo Gênero e Diversidade Sexual (GDS) por este ser o mais utilizado nos programas de educação sexual (KUHAR, 2015; OLIVEIRA; DINIZ, 2014; DINIS, 2011), nos debates políticos e parlamentares (CAMARGO, 2021; SEIXAS, 2021; BIROLI, 2018; OLIVEIRA, 2013) e nas referências aos estudos de gênero e feministas (SANTOS, 2018a; DINIS, 2008). Em específico, “o conceito de diversidade sexual sintetiza diferentes formas de expressão da sexualidade” (LIONÇO; DINIZ, 2008, p. 309) e as performances fora do regime sexual regulador “uma espécie de ação cultural/corporal (...) de vários tipos, categorias re-significáveis e expansíveis que resistem tanto ao binário como às restrições gramaticais substantivadoras que pesam sobre o gênero” (BUTLER, 2003, p. 163-164), o sexo, a orientação sexual e a identidade de gênero.

A decisão por denominar as pessoas e os movimentos contrários às questões de GDS como antigênero também se deu por esta ser a habitualmente utilizada na literatura, mesmo compreendendo que existem divergências quanto a esta terminologia (KOVÁTS, 2018)³. Elegi ainda a expressão “ideologia de gênero” (IdG) como representante de todas as denominações utilizadas pelas pessoas e movimentos antigênero, lembrando que outras comumente utilizadas são “teoria de gênero” ou “genderismo”.

Tendo este panorama em mente, a pergunta de pesquisa que sintetiza essas inquietações é: Como a retórica da “ideologia de gênero” presente nas produções jornalísticas é utilizada como instrumento político no Brasil e em Portugal? Derivam desta pergunta outros dois questionamentos: Quais características de uso desta retórica estão expressas nos discursos jornalísticos no Brasil e em Portugal? Quais são os perfis das pessoas que utilizam a “ideologia de gênero”?

O objeto de pesquisa são as representações do termo IdG presentes nas produções do jornal de maior circulação digital do Brasil e de Portugal, desde a primeira aparição até o ano de 2020. Em específico, o *corpus* corresponde a 406 produções da Folha de S.Paulo (Brasil) e 64 do Expresso (Portugal).

Este objeto foi escolhido por sua importância para a Ciência Política, já que é um fenômeno que tem causado impacto político no mundo afetando sobremaneira a vida de mulheres e pessoas LGBTQ+. Esta retórica, ao instaurar pânico moral (MIGUEL; OLIVEIRA, 2020; GARBAGNOLI, 2016; SOUZA, 2014), exacerba a violência contra estes grupos que historicamente já sofrem com altos índices de violência. Também interessa para a área por

³ Este debate é abordado na seção 2.3 Nascimento, fortalecimento e o pânico moral da “ideologia de gênero”.

estar relacionado com processos de desdemocratização (KUHAR; PATERNOTTE, 2017; KOVÁTS; PÕIM, 2015), com o avanço da direita e da extrema-direita populistas em vários países (CARRANZA, 2020; KOVÁTS, 2018; ZAMFIR, 2018) e porque a sistemática exclusão de representações destas populações faz com que a democracia seja fragilizada (LIJPHART, 1999; DAHL, 1989).

Já a escolha por selecionar dois países é uma forma de contribuir para preencher a lacuna de estudos comparativos sobre a retórica tanto para as pessoas que são pesquisadoras quanto para as que praticam política no ‘mundo real’ (PETERS, 2013). Em específico, selecionamos estes países, pois ambos são lusófonos, têm indicadores sociais parecidos (IBGE, 2022) – com destaque para mais de 80% da população cristã (COUTINHO, 2019; KUHAR; PATERNOTTE, 2017) – e restabeleceram a democracia recentemente após um longo período de ditadura. Estas semelhanças entre os países tornam interessante investigar as variações no uso da IdG e se elas correspondem a configurações específicas quanto às disputas discursivas presentes na sociedade. Ademais, existe um estudo recente que compara o tratamento dado pelo jornalismo brasileiro e português às temáticas de gênero (DRUMMOND, 2020; DRUMMOND; SOUZA; ALMEIDA, 2019) com indicações importantes sobre a cobertura da mídia nos países.

Os dois países também têm a inserção de pessoas e instituições religiosas na política, ou com relação íntima com estes grupos, cada vez mais presente, reproduzindo e expandindo sua visão de mundo para a sociedade, através de discursos e pautas que perpetuam exclusões sociais e legitimam desigualdades. No Brasil isto é exemplificado pelo crescimento da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) ao longo dos anos no Senado e especialmente na Câmara dos Deputados (DIAP, 2018; QUADROS; MADEIRA, 2018; VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012). E em Portugal com o espaço ganho em cada processo eleitoral pelo Chega e a escalada à direita de partidos historicamente posicionados como centro-direita (AFONSO, 2020).

A pesquisa tem como base teórica as investigações sobre poder (REED, 2014; PERISSINOTTO, 2008; WEBER, 2002; LUKES, 1980; BACHRACH; BARATZ, 1969; PARSONS, 1969; SCHATTSCHEIDER, 1960), em especial, sobre o debate do Poder Discursivo da Heteronormatividade (PDH) na política e sua capacidade de gerar opressões e restringir identidades (JUNQUEIRA, 2011; BUTLER, 2003; FOUCAULT, 1988). A IdG é uma representação deste poder já que corresponde à estratégia retórica que objetiva deslegitimar as teorias feministas e de gênero, refutar o conceito de gênero e de heteronormatividade, e contrapor políticas de gênero e LGBT+, reafirmando as concepções heteropatriarcais de sexo, gênero e sexualidade (CORREDOR, 2019).

A escolha de olhar o fenômeno pelo viés do PDH tem o intuito de entendê-lo para além da organização, ação e reação aos movimentos sociais, focando em como o discurso em si é um recurso mobilizado que gera efeitos e performatividade. O foco está exclusivamente em entender esta construção retórica replicada em todo o mundo, que tem características próprias, como um mapeamento das opressões e resistências relacionadas a ela nos dois países. Por isso, justifica-se também olhar para este objeto com base nas perspectivas feministas e *queer* que têm demonstrado forte abrangência mundial ao contribuírem com inferências e compreensões dos fenômenos sociais e políticos contemporâneos.

O objetivo geral estabelecido é o de comparar a padronização de perfis e características da retórica da IdG presentes na literatura com a sua utilização como instrumento político nos dois países com base nos dados. Os objetivos específicos são:

- i) Verificar na literatura a padronização de perfis e características da retórica da IdG;
- ii) Explorar e identificar nas produções jornalísticas brasileiras e portuguesas as características centrais da retórica da IdG como instrumento político e o perfil de quem a utiliza.
- iii) Mapear as influências e resistências apresentadas em relação à heteronormatividade pelo discurso da IdG na sociedade presentes na mídia de cada país.
- iv) Comparar as apropriações e ressignificações discursivas identificadas em cada país analisando como e quando o tema emergiu na arena jornalística, quais agentes propuseram o assunto e com quais vieses e quais disputas por significação ocorreram.

As disputas discursivas geradas pela IdG presentes em conteúdos jornalísticos são uma forma de representação empírica do PDH. Olhar para esta materialização do conflito sobre as questões de GDS na mídia se mostra um caminho interessante para entender este problema social e o seu atual significado. Isto porque esta instituição opera como um condensador de discursos que habitam a arena pública e seus agentes ocupam papel estratégico nas controvérsias sociopolíticas. E como aponta Carla Cerqueira (2012), os discursos mais atuantes na construção do gênero são os institucionais, entre eles a arena jornalística, assim como “o sistema educativo, os meios de comunicação e as práticas da vida cotidiana” (CERQUEIRA, 2012, p. 31).

A relação entre as práticas políticas democráticas e a cena midiática também é fundamental para entender o funcionamento das sociedades contemporâneas (MIGUEL, 2002) e para o desenvolvimento da democracia (TRAQUINA, 2005). São os meios de comunicação que condicionam as pautas de questões relevantes ao dar visibilidade a elas, e o impacto desta definição “é perceptível não apenas no cidadão comum (...), mas também no

comportamento de líderes políticos e de funcionários públicos, que se vêem na obrigação de dar uma resposta àquelas questões” (MIGUEL, 2002, p. 170-171). Além de estar presente nos fluxos comunicativos influências e resistências fruto das “arenas de conflito, nas quais há hegemonias, mas não monopólios (...), fazendo parte das disputas ideológicas” (BIROLI; MIGUEL, 2013, p. 85).

Para cumprir estes objetivos escolhi utilizar uma metodologia mista comparativa unindo a Análise de Conteúdo (AC) quantitativa e qualitativa com a Análise Foucaultiana do Discurso (AFD). Utilizei no desenho de pesquisa contribuições de cada abordagem elencando os vários critérios, etapas e fases associadas à AC (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021; NEUENDORF, 2017; LIMA, 2013; KRIPPENDORFF, 2004; BARDIN, 1995) e à AFD (PARKER, 2015, 2005, 1998, 1992; WILLIG, 2011, 2008, 2003, 1999; ARRIBAS-AYLLON; WALKERDINE, 2008). É importante lembrar que as etapas do caminho metodológico não são lineares e que elas contribuíram também na construção de toda a tese e não apenas na análise dos dados.

Com a base teórica crítica, feminista e *queer* criei um instrumento de análise da IdG, comparando os resultados dos dois países na busca de padrões e características apontadas na literatura, aprofundando a análise com o debate das relações históricas e de poder deste discurso. Pontos que destacam a importância desta tese e sua contribuição são o de apresentar o estado da arte da IdG como instrumento político a partir da teoria do poder; e sistematizar uma metodologia ao criar um instrumento de análise e testar o conhecimento existente na literatura de maneira original com dados de dois países.

O método proposto nesta tese não foi utilizado por outras pesquisas sobre a IdG e mesmo reconhecendo que uma análise apenas qualitativa também apresentaria resultados interessantes, é importante destacar que a metodologia mista enriquece a análise do fenômeno e minimiza possíveis vieses. De um lado, a análise quantitativa permite generalizar algumas das características da IdG ao observar todas as produções jornalísticas com a expressão. Do outro, a análise qualitativa dos discursos fornece interpretações e apontamentos sobre o complexo fenômeno do discurso antigênero transnacional. Uma técnica complementa a outra, promovendo a análise de semelhanças e contrastes nos dados de cada país e entre eles.

A tese também contribui para os estudos da área temática de ‘Gênero, Democracia e Políticas Públicas’ ao abranger o “diálogo com a teoria política, a teoria social e a teoria de gênero na perspectiva da abordagem crítica feminista (...) [estimulando] o debate e a produção científica sobre as várias questões presentemente incluídas nas discussões mundiais que evidenciam as relações de gênero, a diversidade e as desigualdades sociais” (ABCP, 2019).

Esta estrutura metodológica proposta busca testar a hipótese de que a mobilização da retórica da IdG tem características iguais nos dois países. A hipótese busca verificar os apontamentos da literatura de que esta retórica representa um movimento transnacional antigênero com características padronizadas tanto no tipo de discurso, quanto no perfil de pessoas e instituições que a utilizam. Em suma, os estudos apontam que a IdG é utilizada por pessoas e instituições religiosas, conservadoras e de direita para ganhar visibilidade política, sendo mobilizada como um instrumento político ligado a expressões e análises de enfraquecimento e crise da democracia tendo implicações políticas e sociais ao buscar aniquilar não apenas a visibilidade das mulheres e pessoas LGBTQ+ assim como seus direitos (CORNEJO; PICHARDO, 2017; KUHAR; PATERNOTTE, 2017; KOVÁTS; PÕIM, 2015).

A tese está dividida em sete partes, sendo a primeira esta introdução e a última a conclusão. Quanto aos capítulos eles foram organizados com base na sugestão de Parker (1992). Nesse sentido, o **Capítulo 2** aborda a revisão da literatura das produções acadêmicas sobre a IdG, elencando características da construção, funções e a variabilidade de significados deste discurso. Em outras palavras, foram verificados os diferentes usos do termo ideologia de gênero através do seu ‘significado compartilhado’ como conceito sociológico e como retórica antigênero. Com foco no significado conservador, buscou-se compreender a fundo como este fenômeno tem sido estudado, explorando e questionando como as duas significações surgem, como essas histórias se apresentam, como carregam referências anteriores e como representam conotações e associações livres (PARKER, 1992). Isto também auxiliou a identificar as metodologias, técnicas e resultados obtidos nestes estudos e, conseqüentemente, a criar as questões e hipóteses desta pesquisa. Também foram observados os repertórios interpretativos, as ferramentas presentes em metáforas, as analogias e outros recursos discursivos que constroem uma ‘verdade’ sobre os acontecimentos narrados (PARKER, 1992; GAMSON; MODIGLIANI, 1989). As narrativas ‘verdadeiras’ são utilizadas pelas pessoas como recurso social e cultural para atingir seus objetivos permitindo que “justifiquem as versões particulares de acontecimentos, se desculpem ou validem os seus comportamentos, evitem a crítica ou, pelo contrário, mantenham uma posição credível numa interação” (NOGUEIRA, 2001, p. 26).

A atenção foi voltada para a identificação das características e diferenças das construções da IdG expressas nos embates que expõem as relações de poder e tornam a IdG visível como uma problemática. A análise foi facilitada pela demarcação nítida entre *discursos oficiais* e *contra-discursos* relativos ao termo, e pelas sínteses das posturas contrárias ou favoráveis às questões de GDS. Através destes contrastes foram identificados os

vieses impressos, os padrões na linguagem associados a cada grupo e os direcionamentos para audiências específicas criando grupos de ouvintes e ‘autorizando’ outros discursos mais amplos como o da misoginia e da LGBTfobia.

O **Capítulo 3** apresenta os contextos nos quais a retórica da IdG tem sido mobilizada no Brasil e em Portugal, países escolhidos para a análise, apresentando representações nos discursos parlamentares e na política nos dois países.

No **Capítulo 4** descrevo a metodologia mista escolhida para a tese que une a AFD com a AC, detalhando a construção do *corpus* (coleta, seleção e tratamento dos dados) e das categorias de análise criadas para a formulação do Livro de Códigos. Para a seleção dos dados busquei um conjunto de textos com relevância e variabilidade contemporânea e histórica apresentando os *jogos de verdade* em disputas políticas mais globais e em diferentes espaços (ARRIBAS-AYLLON; WALKERDINE, 2008). Nesse sentido, a escolha de produções jornalísticas teve o intuito de abarcar a materialização dos discursos em ação e os tipos de textos adequados para a AFD (discursos políticos, de prática social, de especialistas, de interações sociais e relatos autobiográficos). Para a coleta dos dados pesquisei pelo termo enquanto palavra-chave seguindo a lógica da AC de transparência e replicabilidade, mesmo compreendendo a importância de textos que não citam diretamente o objeto para entendermos como ele é construído (WILLIG, 2003). Esta escolha também foi feita porque o termo se tornou um problema social que apresenta tanto referências implícitas quanto explícitas sobre as disputas discursivas sobre GDS na sociedade. Para a análise dos dados eu criei as categorias e variáveis do Livro de Códigos a partir da revisão da literatura sobre as disputas discursivas para entender como os discursos da IdG se constituem e são mobilizados.

No **Capítulo 5** apresento os resultados da codificação do material e as estatísticas descritivas com foco nas linhas discursivas identificadas e suas características. O **Capítulo 6** debate os achados da pesquisa destacando, com trechos dos textos, como as linhas discursivas em disputa se (inter)relacionam e os efeitos políticos que acarretam, comparando os resultados intra e entre os países. Em suma, as principais características da IdG identificadas nos países são a origem da retórica e seu fortalecimento pela Igreja Católica, sendo depois dos anos 2010 assumida por outras pessoas e instituições antigênero (religiosas, conservadoras, de direita e populistas). Os discursos com base no viés religioso-cristão (de conservadorismo e fundamentalismo de defesa da vida, da família e das crianças), mobilizam o pânico moral, a secularização do discurso religioso e fazem a espetacularização das ações antigênero. O uso da IdG como instrumento político também está presente nos dois países em que o impacto de instituições religiosas é identificado. A diferença entre os países está na intensidade do

impacto nos processos de desdemocratização, no crescimento da influência religiosa e de expressões de direita e populista na esfera política, que tem como foco principal os processos eleitorais e a educação. No Brasil, a IdG é mobilizada para barrar políticas públicas do Executivo e legislações de GDS no Congresso, tornou-se pauta frequente do governo atual, e é utilizada para questionar as decisões progressistas aprovadas pelo Judiciário. Em Portugal, a retórica é utilizada para expressar reações e questionamentos às ações aprovadas pelo Executivo referentes às temáticas de GDS.

Como os dados mostram, a IdG influenciou a formulação, não aprovação ou contestação de leis, e a consequente implementação de políticas públicas voltadas para mulheres e pessoas LGBT+ que tem como objetivo diminuir as desigualdades sociais existentes. A padronização das características elencadas pela literatura da IdG, confirmada na análise dos dados, também mostra a possibilidade da replicação desta pesquisa em outros países como forma de compreender este fenômeno global e observar suas consequências em políticas públicas que afetam a vida de parte da população, reconhecendo a imbricação entre os fatores políticos e ideológico-culturais, representados pela relação entre a heteronormatividade, a perspectiva cristã e a política.

2 'IDEOLOGIA DE GÊNERO' COMO SÍNTESE RETÓRICA DAS DISPUTAS DISCURSIVAS ATUAIS SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

Neste capítulo meu objetivo é apresentar a revisão da literatura sobre o objeto estudado, a retórica da IdG mobilizada como instrumento político. Aqui busco cumprir o meu primeiro objetivo específico de verificar na literatura a padronização de perfis e características da retórica da IdG, que servirá de base para as análises dos dados que são expostos no Capítulo 5 de resultados e Capítulo 6 de discussão dos achados.

Para isso, na primeira seção mostro um breve panorama da produção acadêmica dos estudos de GDS, das pesquisas sobre o conceito sociológico da ideologia de gênero e sobre a retórica da IdG. Nele, destaco os países de origem ou de local de trabalho das pessoas que estão produzindo sobre estas temáticas, as áreas das revistas e os temas abordados. O objetivo desta parte do capítulo é demarcar como o conceito sociológico e a IdG são diferentes, mas não são opostos simétricos. O primeiro é um objeto conceitual que surge nos estudos da sociologia e de gênero, tem uma ontologia própria e como um campo de estudos é compreendido como proativo e passível de mudanças. Já a segunda, é uma categoria acusatória, uma construção discursiva reativa e de resistência às mudanças que, segundo religiosos e conservadores, ameaça a sociedade, leia-se a heteronormatividade. A diferença fundamental é que o primeiro é uma teoria, fruto do conhecimento acumulado, que admite sua parcialidade, enquanto a segunda se apresenta como “verdade” com base em crenças e opiniões.

Na segunda seção, demarco o que entendo por Poder Discursivo da Heteronormatividade (PDH) com base em estudos feministas e *queer*, além de abordagens críticas e pós-estruturalistas, tendo como pano de fundo as teorias de poder. É importante frisar que compreendo que poderia utilizar apenas a denominação de poder da heteronormatividade na tese, mas a escolha por PDH tem o intuito de demarcar uma especificidade de como ela se manifesta – o discurso –, neste caso a IdG que é objeto da tese, como sua representação. Reforço que não compreendo o PDH como uma forma própria de poder, um poder outro ou afastado dos conceitos de heteronormatividade e de patriarcado, mas simplesmente como um dos produtos das relações de poder, uma das várias táticas e instrumentos utilizadas por elas.

Esta abordagem e recorte foram escolhidos por causa da relação com o objeto que demanda este tipo de pesquisa, mas principalmente com o intuito de ter um outro olhar sobre como é estudado este fenômeno. Minha proposta é de contribuir em sua investigação e na

construção de um instrumento de análise. Compreendo, entretanto, que era provável que os objetivos do projeto fossem atingidos se tivesse partido de outras bases, como as teorias dos movimentos sociais. Entretanto, a escolha de olhar o fenômeno pelo viés do PDH tem o intuito de entendê-lo para além da organização, ação e reação aos movimentos sociais, focando em como o discurso em si é um recurso mobilizado que gera efeitos e performatividade. A partir do conceito de PDH apresento como ele é utilizado na disputa por hegemonia e na mobilização de recursos presentes nas disputas discursivas sobre GDS e, em especial, na estratégia retórica da IdG. O foco está exclusivamente em entender esta construção retórica replicada em todo o mundo, que tem características próprias, como um mapeamento das opressões e resistências relacionadas a ela nos dois países.

Por fim, na última seção, especifico as características da construção, as funções e a variabilidade de significados da IdG. Destaco como este fenômeno tem sido estudado e explorado no mundo, tendo como exemplos os embates que expõem as relações de poder das posturas contrárias ou favoráveis às questões de GDS, que tornam a IdG visível como uma problemática. Este capítulo é importante não apenas como revisão da literatura, mas também como fonte para identificar categorias que foram utilizadas na AC dos dados e na discussão dos achados feita com base na AFD.

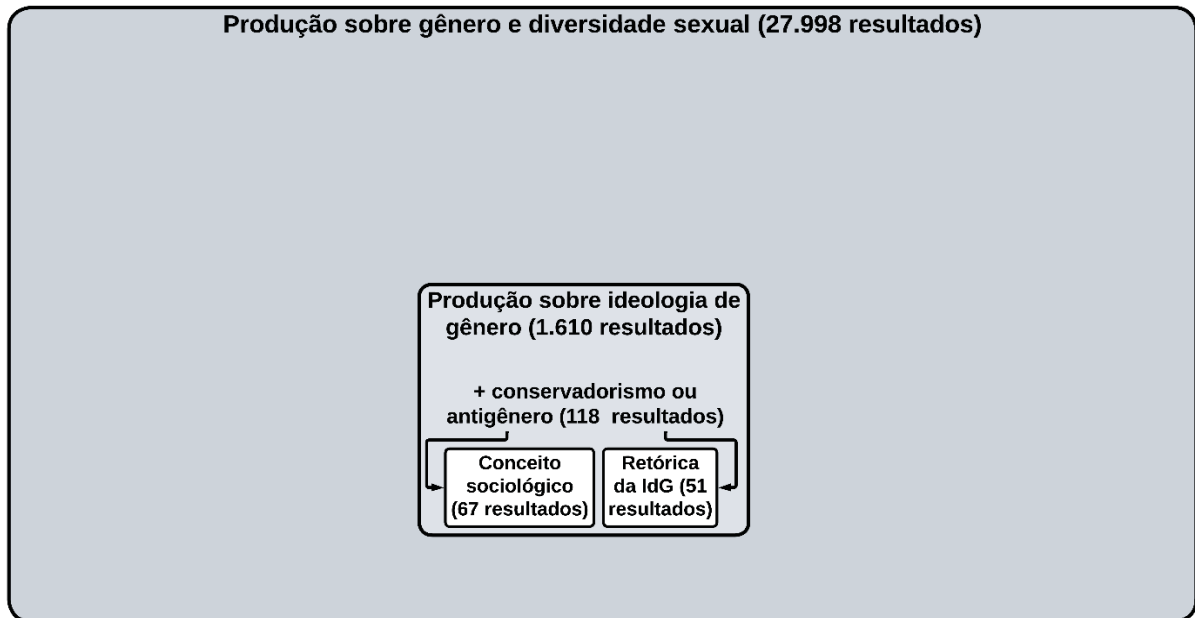
2.1 ESTADO DA ARTE DO CONCEITO DA IDEOLOGIA DE GÊNERO NA PRODUÇÃO MUNDIAL

Para ajudar a pensar a IdG apresento alguns dados da linha de estudos de GDS como forma de construir uma retomada temporal do espaço que este fenômeno ocupa na produção acadêmica mundial. O objetivo não é entender o debate através da produção apresentada aqui como algo linear e cronológico nos países, mas justamente dar destaque para a multiplicidade de entendimentos do conceito que ainda coexistem atualmente. O objetivo também é mostrar onde meu objeto está inserido no mundo acadêmico e na produção do Brasil e de Portugal.

Nesse sentido, escolhi utilizar as maiores bases de dados revisadas por pares de âmbito internacional (CANTÚ-ORTIZ, 2017), a *Scopus* e a *Web of Science*. Em específico, a *Web of Science* permite em sua plataforma a pesquisa em todas as cinco bases de dados integradas, incluindo a *Scientific Electronic Library Online Citation Index*. Em geral as bases de dados dão ênfase aos trabalhos dos países com produção científica considerada hegemônica (do norte global), por isso a *SciELO* é importante, pois permite obter produções do sul global (África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba,

Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela) e de língua portuguesa (Portugal), dando visibilidade a produção destes países.

**Figura 1 – Pesquisa nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science*
Produção sobre gênero e diversidade sexual (27.998 resultados)**



Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na *Scopus* (2022) e *Web of Science* (2022).

As pesquisas acadêmicas sobre GDS, de acordo com os dados da *Scopus* (2022)⁴, datam da década de 1970, com crescimento desde a década seguinte, que se torna vertiginoso nos anos 2000. Esta linha de estudos, hoje consolidada, tem a maioria dos artigos concentrados nas áreas de Ciências Sociais, Medicina, Artes e Humanidades, e Psicologia. Mas também tem representações em outras áreas⁵, o que reafirma seu reconhecimento como uma linha interdisciplinar. Dentre os países que mais produzem sobre estas temáticas é importante destacar que o Brasil ocupa a quinta posição em publicações, precedido de Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Austrália. Outros países com destaque, em ordem decrescente, são: África do Sul, Espanha, Alemanha, Países Baixos e Suécia. Portugal aparece na 22ª colocação da lista de países.

Dentro da pluralidade de temáticas estudadas por GDS, ao recortar para a produção

⁴ Pesquisa na base de dados *Scopus* com os termos TITLE-ABS-KEY (gender AND (“sexual diversity” OR lgbt* OR sexuality OR queer), dia 22 jan. 2022. Obtidos 27.988 resultados com maiores ocorrências nas áreas temáticas de Ciências Sociais (36,5%), Medicina (20,4%) e Artes e humanidades (18,3%), Psicologia (13,6%) tendo todas as outras áreas menos de 10% de representação.

⁵ Em ordem decrescente de resultados da *Scopus* (2022): Enfermagem; Negócios, Gestão e Contabilidade; Bioquímica, Genética e Biologia Molecular; Profissões da Saúde; Ciência Ambiental; Neurociência; Ciência da Computação; Economia, Econometria e Finanças; Multidisciplinar; Ciências Agrárias e Biológicas; Imunologia e Microbiologia; Ciências da Terra e Planetárias; Farmacologia, Toxicologia e Farmacêutica; Engenharia; Ciências da Decisão; Matemática; Odontologia; Ciência dos Materiais; Física e Astronomia; Energia; Veterinário; Química; Engenharia Química; e Indefinidos.

sobre a ideologia de gênero, alguns achados chamam a atenção (SCOPUS, 2022)⁶. Este conceito sociológico é mobilizado para debater as assimetrias de gênero na sociedade. Em específico, ele é utilizado como sinônimo de características relacionadas ao corpo de homens e mulheres, como: papéis, estruturas, relações, poder, dinâmicas, normas e atitudes de gênero, além de ser recorrentemente utilizado em discussões feministas que desafiam o domínio patriarcal e a tradição cultural (DUERST-LAHTI, 2008). O conceito aparece em publicações desde a década de 1980, com mais da metade das produções concentradas na área das Ciências Sociais. O segundo grande bloco, com um quarto das produções, está em Artes e Humanidades. Assim como a linha de GDS, estas produções seguem o padrão de crescimento constante, mas não em uma linha apenas ascendente, tendo em alguns anos representações ligeiramente menores que nos anos anteriores. Quanto aos países, neste recorte, Portugal também ocupa o 22º lugar e o Brasil a 7ª posição.

No intuito de diferenciar e procurar informações sobre as produções específicas a respeito da retórica da IdG, utilizei na busca feita na *Scopus* e na *Web of Science*⁷, os termos ideologia de gênero e conservador ou antigênero. Estes termos foram selecionados, pois, como mostrarei durante o capítulo, o estudo da retórica tem sido feito focando nos movimentos antigênero, em ações conservadoras e processos de desdemocratização. Mesmo com este recorte, os 118 resultados unificados das buscas apresentam 67 produções que utilizam apenas o conceito sociológico mobilizado como conjunto de ideias e não como falsa consciência. Aqui elas serão utilizadas para evidenciar as diferenças das produções que apresentam a retórica da IdG como categoria acusatória (CORRÊA, 2021).

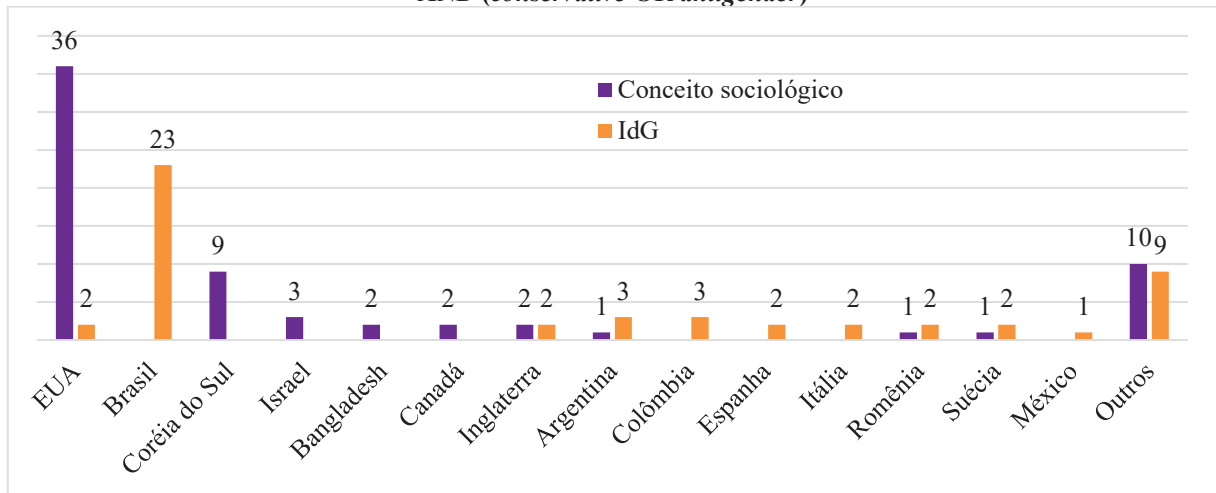
Nos 67 resultados que apresentam apenas o conceito sociológico da ideologia de gênero, os países⁸ com maior produção são (Gráfico 1): Estados Unidos (36), Coréia do Sul (9) e Israel (3). Três países apresentam dois resultados (Bangladesh, Canadá e Inglaterra) e outros 13 apenas um (Alemanha, Argentina, China, Costa Rica, Eslováquia, França, Hungria, Irlanda, Noruega, Países Baixos, Polônia, Romênia e Suécia). Brasil e Portugal não tem produções nesse recorte.

⁶ Pesquisa na *Scopus* com os termos TITLE-ABS-KEY (“gender ideology”), dia 22 jan. 2022, obtive 1.610 resultados.

⁷ Pesquisas feitas no dia 22 jan. 2022 na *Scopus* com os termos TITLE-ABS-KEY ({gender ideology} AND (conservative OR antigender)) com 70 resultados e na *Web of Science* com o critério de busca TOPIC “gender ideology” AND (conservative OR antigender) com 95 resultados. Depois de comparar e excluir os resultados iguais cheguei a 118 resultados.

⁸ A métrica para a classificação dos países foi o país de origem ou trabalho das pessoas que produziram o estudo.

Gráfico 1 – Países com maiores produções na *Scopus* e *Web of Science* com os termos “gender ideology” AND (conservative OR antigender)



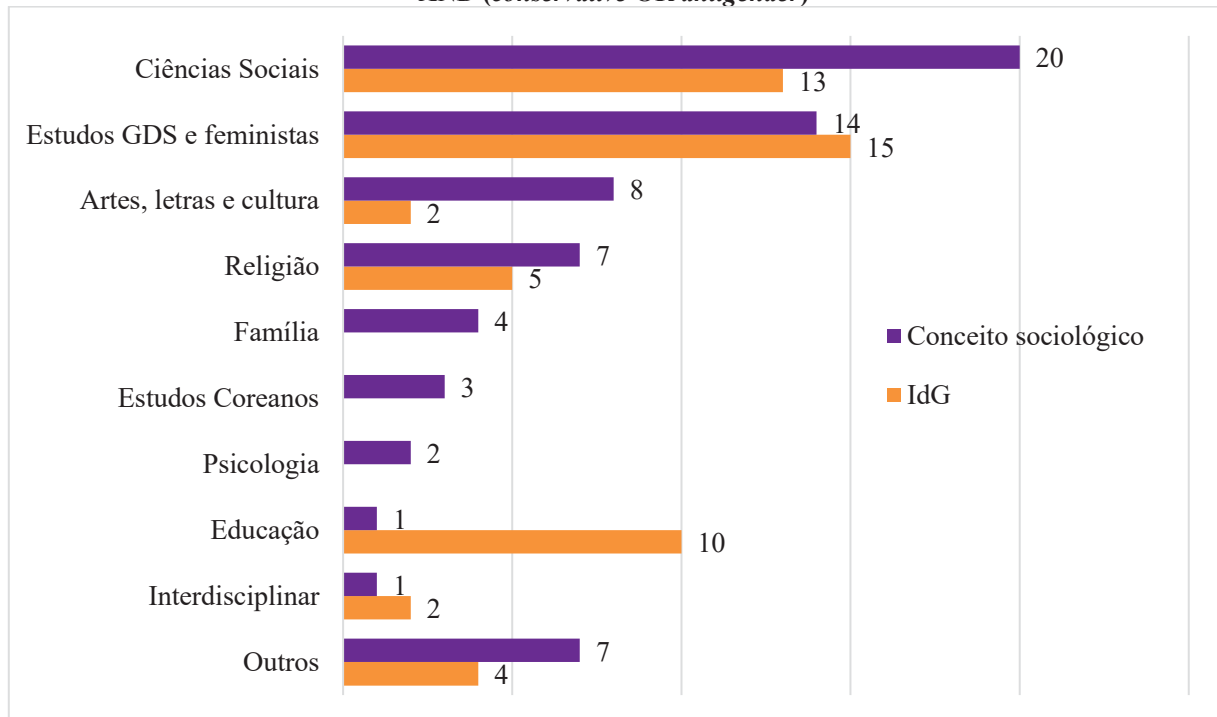
Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na *Scopus* (2022) e *Web of Science* (2022).

Assim como os estudos gerais sobre o conceito da ideologia de gênero, aqui as áreas das revistas⁹ também estão concentradas nas Ciências Sociais (20), como mostra o Gráfico 2. Neste grupo, a maioria das produções é da Sociologia (15) que também representa os dois artigos mais citados. O primeiro analisa a divisão de trabalho doméstico em 10 países, diferenciando-os por seus regimes políticos (GEIST, 2005), e o segundo foca nas diferentes identidades religiosas para examinar sua relação com a ideologia de gênero e a tomada de decisão conjugal (DENTON, 2004). É interessante notar como estas duas produções se relacionam com outras áreas que tiveram os maiores resultados, as das revistas dedicadas aos debates sobre Religião (7) e Família (4).

A característica interdisciplinar destes estudos mais uma vez é destaque com artigos em revistas das áreas de Artes, letras e cultura (8), Estudos Coreanos (3), Psicologia (2), Comunicação (1), Direito (1), Estudos América Latina (1), Educação (1), Estudos Étnicos (1), História (1), Interdisciplinar (1), Marketing (1) e Saúde (1). No grupo das ‘Artes’, as produções olham para romances (LEE, 2020; LEE, 2008), poesias (DAVIES, 2007), afrescos (BROUDE, 2009) e comparações de obras literárias (SUI, 2021; CHRISTIAN-SMITH, 2019; GYE, 2013; 이선미, 2009), explorando como elas reforçam ou contestam a ideologia de gênero hegemônica (diferenças sexuais, políticas de gênero, papéis de gênero, posições de gênero, divisão público e privado, submissão das mulheres, relações de poder, sexualidade e respostas feministas nas obras) e como isto impacta política e ideologicamente.

⁹ As áreas das revistas foram classificadas tendo como base a descrição do escopo de cada revista.

Gráfico 2 – Áreas das revistas com produções na *Scopus* e *Web of Science* com os termos “gender ideology” AND (conservative OR antigender)



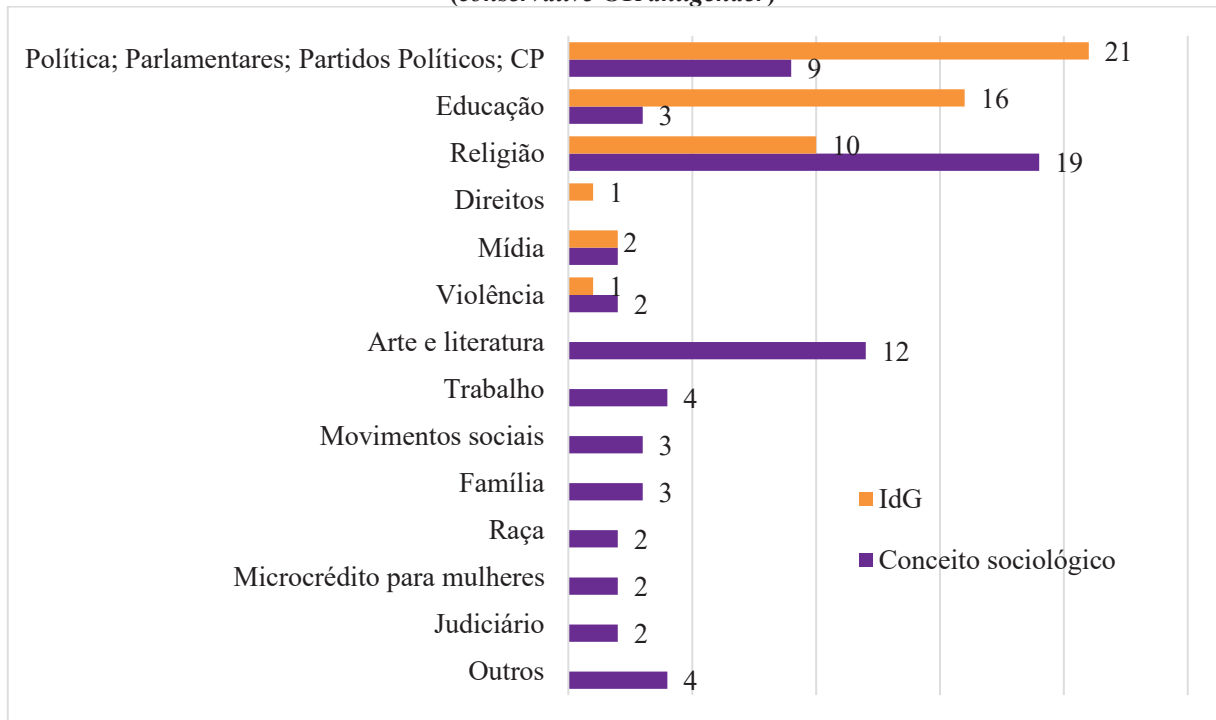
Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na *Scopus* (2022) e *Web of Science* (2022).

Quanto aos temas¹⁰ abordados nas produções que utilizam o conceito sociológico, a maioria (19) tem como principal temática a religião. Seja para debater a sua influência na manutenção da ideologia de gênero ou sua relação com o aborto, casamento, direitos, divisão do trabalho doméstico, engajamento político, estratégias familiares de trabalho, feminismo, juventude, parentalidade, posição política, raça, etnia e violência. As outras temáticas mais representativas são: arte e literatura (12); parlamentares (6) com debates sobre masculinidade e posicionamento político; trabalho (4) abordando a divisão de trabalho doméstico, a discriminação no local de trabalho e posicionamento político.

Os outros temas com mais de uma ocorrência, são: educação (3) e sua relação com a religião; família (3), casamento, estratégias familiares de trabalho, regimes políticos, fertilidade e divisão sexual do trabalho; movimentos sociais (3); judiciário (2); microcrédito para mulheres (2) e casos de violência; mídia e pornografia (2); raça (2) e trabalho; e por fim, violência (2). Outros temas tiveram apenas um resultado (aborto; assimilação cultural; Ciência Política; História; partido político; política e ideologias igualitárias de gênero; e sustentabilidade).

¹⁰ As temáticas foram definidas após leitura dos resumos e identificação do objeto ou principal foco do estudo.

Gráfico 3 – Temáticas das produções na *Scopus* e *Web of Science* com os termos “gender ideology” AND (conservative OR antigender)



Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na *Scopus* (2022) e *Web of Science* (2022).

Estes dados sobre a produção com o conceito sociológico de ideologia de gênero demonstram como os apontamentos feitos no capítulo da politóloga Georgia Duerst-Lahti (2008) permanecem sem mudanças significativas. Ele faz parte do livro *Politics, Gender, and Concepts: Theory and Methodology*, preocupado em analisar a relação entre os estudos sobre o conceito dentro da Ciência Política, mas fora do campo dos estudos de gênero, e os estudos feministas que buscam identificar os padrões de gênero e sexo da política, além das tendências comumente inerentes de viés de gênero das análises do campo (GOERTZ; MAZUR, 2008). Nele, a autora apresenta o resultado da busca não sistemática pelo conceito (diferentemente da executada aqui) elencando que os artigos são, em sua maioria, das áreas da Sociologia e Psicologia, com representações da Antropologia, e debatem tipagem sexual e atitudes psicológicas relacionadas ao gênero no entendimento hegemônico. Ela ressalta ainda que alguns diferenciam o conceito em uma escala entre tradicional e igualitário, em analogia à escala de ideologia política de Poole-Rosenthal que vai de liberal a conservadora.

A autora também destaca a flexibilidade e multiplicidade de significados do conceito associando-o à dificuldade de se definir os dois componentes que o formam. Tanto gênero quanto ideologia são conceitos polissêmicos, estudados por diferentes áreas e adaptados para diferentes finalidades. Muito foi produzido sobre estes conceitos e por isso escolho aqui me focar nos relacionados à Ciência Política e nas teorias sobre poder. Em particular, meu olhar

recai sobre o recorte destes estudos que focam no poder e veem a ideologia de gênero como uma categoria acusatória (CORRÊA, 2021). Tendo este recorte estabelecido sobre o foco na produção a respeito do conceito sociológico, passo agora a apresentar as diferenças nas produções sobre a expressão enquanto retórica conservadora resultante da busca unificada nas bases de dados.

2.1.1 Estado da arte da retórica da “ideologia de gênero” na produção mundial

Em resumo, a expressão IdG é uma apropriação e ressignificação do conceito sociológico utilizada por pessoas e movimentos conservadores antigênero para barrar avanços dos movimentos feministas e LGBTQ+. É compreendida como uma estratégia retórica e instrumento político que deslegitima as teorias feministas e de gênero, refuta o conceito de gênero e de heteronormatividade e contrapõe políticas de gênero e LGBTQ+, reafirmando as concepções heteropatriarcais de sexo, gênero e sexualidade (VIGOYA; RONDÓN, 2017). A retórica é pensada na lógica de legitimação da exclusão e combate de políticas de igualdade de gênero e sexual que gera ‘pânico moral’ na sociedade (CORREDOR, 2019; BORGES, R. O.; BORGES, Z. N., 2018; SOUZA, 2014; TEIXEIRA, 2014).

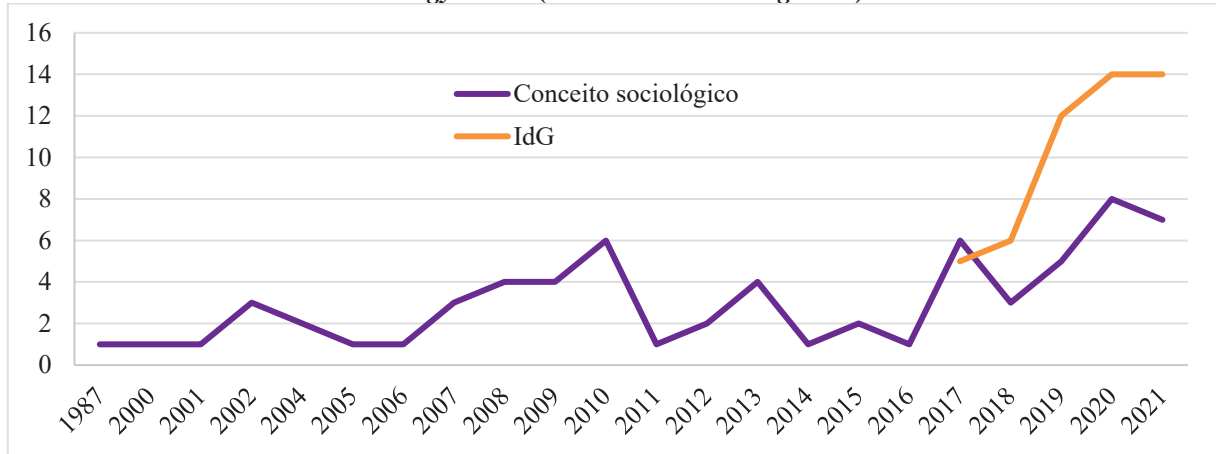
É interessante aqui destacar que o conceito de pânico moral é utilizado desde sua gênese para caracterizar fenômenos sociais em que pessoas ou grupos são definidos como “uma ameaça” aos valores e interesses sociais. Este enquadramento é visibilizado de forma performática pela mídia, por grupos de pressão e políticos que reverberam na opinião pública em uma reação social que “dramatiza o problema e cria condições para a polarização social e agravamento do conflito, confirmando os estereótipos iniciais” (MACHADO, 2004, p. 60), reforçando padrões morais.

Ao olhar para os 51 resultados com este sentido, destaco que o primeiro aparece apenas em 2017, lembrando que a publicação mais antiga sobre o conceito sociológico data do final da década de 1980. Nesta seção, foco nas produções e resultados a respeito da ressignificação do termo, agregando também outras produções importantes sobre o fenômeno.

Quanto aos países das pesquisadoras e pesquisadores que estão estudando este fenômeno, o Brasil é o que apresenta a maior quantidade de produções (23). Este número representa quase a metade de todos os resultados (45%) e demonstra a centralidade do país na produção mundial sobre o fenômeno. São também do Brasil três dos cinco resultados mais antigos, de 2017. Os outros dois são da Colômbia, que junto com a Argentina, são os países que apresentaram três resultados, e o México apresenta um resultado. Estes 30 trabalhos

evidenciam a importância e emergência do debate desta retórica na América Latina, como apontado por outros estudos (FURLIN, 2021; LÓPEZ PACHECO, 2021; ROMERO, 2021; CORRÊA; KALIL, 2020; GONÇALVES, 2020; RAMIREZ, 2020; SERRANO-AMAYA, 2019; PRADO; CORRÊA, 2018; MAIA; ROCHA, 2017).

Gráfico 4 – Anos das produções resultante da busca na *Scopus* e *Web of Science* com os termos “gender ideology” AND (conservative OR antigender)



Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na *Scopus* (2022) e *Web of Science* (2022).

Dentre os demais 21 resultados, outro destaque necessário é referente aos sete trabalhos de seis países que fazem parte do Leste Europeu: Croácia (1), Eslováquia (1), Hungria (1), Polônia (1), República Checa (1) e Romênia (2). Dentre os países da Europa, os que fazem parte do Leste Europeu tem sido objeto de estudos devido ao rápido crescimento dos discursos, movimentos e leis antigênero (KUHAR; PATERNOTTE, 2017; KOVÁTS; PÕIM, 2015). O livro de Eszter Kováts e Maari Põim (2015) tem como foco representações dos discursos antigênero em cinco países (França, Alemanha, Hungria, Polônia e Eslováquia) com o objetivo de comparar semelhanças e divergências do fenômeno ao “*critically analyzing anti-gender discourses in European far right and conservative party programmes and the role of the respective parties in shaping the discourse and mobilisations*” (KOVÁTS; PÕIM, 2015, p. 11). Já o livro organizado por Roman Kuhar e David Paternotte (2017) seleciona textos de autorias de diferentes áreas para contribuir na possibilidade de aprofundar uma análise comparativa sobre 12 países europeus (entre eles Croácia, Eslovênia, Hungria, Polônia e Rússia). Os capítulos apresentam o exame de protestos e manifestações antigênero nos países, elencando discursos, estratégias e personagens envolvidos, concluindo que fazem parte de um projeto transnacional com raízes semelhantes, como o combate à IdG.

Os outros 14 resultados correspondem a cinco países com dois resultados (Espanha, Estados Unidos, Itália, Suécia e Inglaterra) e cinco países com um resultado (Alemanha,

França, Países Baixos e Portugal).

Quanto às áreas das revistas com produções sobre a retórica da IdG, chamam a atenção as diferenças dos resultados anteriores, como mostra o Gráfico 2. Aqui o destaque está na maior ocorrência (15) que representa as revistas que tem em seu escopo os Estudos de GDS e feministas, com quatro artigos no *Cadernos Pagu*, três na revista *Sexualidad, Salud y Sociedad* e dois em *European Journal of Women's Studies*. As outras revistas tiveram apenas um resultado (*Ex aequo*, *Signs*, *Women's History Review*, *Women's Studies International Forum*, *Politics and Gender* e *Transgender Studies Quarterly*).

A segunda área com maior representação é a de Ciências Sociais (13), sendo importante ressaltar que a maioria das revistas tratam de Ciência Política (*East European Politics*, *British Journal of Politics and International Relations*, *Contemporary Italian Politics*, *Acta Politologica*, *Estudios Políticos* e *International Political Science Review*). Dentro ainda deste campo temos três resultados da Sociologia (*Sociological Research Online*, *International Sociology* e *Social Compass*), três de Ciências Sociais (Sociologia & Antropologia, *Polis (Italy)* e *Discourse and Society*) e um da Antropologia (AIBR Revista de Antropologia Iberoamericana).

A terceira área com 10 ocorrências é a da Educação, que merece destaque por sua grande relevância no debate do fenômeno. Seus resultados estão presentes em três artigos da revista *Práxis Educativa* e um resultado em outras sete revistas (Revista Contemporânea de Educação, Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Educação e Pesquisa, Currículo sem Fronteiras, Educação, *British Educational Research Journal* e Revista *Práxis Educacional*). Em quarto lugar estão cinco revistas que tem descrito no seu escopo temáticas relacionada à Religião (*Perspectiva Teológica*, *Journal for the Study of Religions and Ideologies*, *Rever - Revista de Estudos da Religião*, *The Routledge Handbook of Religion and Journalism* e *Cultura y Religion*).

As outras áreas das revistas identificadas foram classificadas como dois resultados Interdisciplinar (Revista *Transilvania e Periferia*), dois de Artes, letras e cultura (Linguagem em (Dis)curso e *Cuadernos de Musica Artes Visuales y Artes Escenicas*) e um resultado nas áreas de Ciência da Informação (Em Questão), Direito (*Quaestio Iuris*), Estudos América Latina (Nómadas) e História (Antíteses).

Sobre as temáticas principais abordadas nas produções, 21 tem como foco a Política, 16 a Educação (seja ela relacionada à política, estudos de GDS decolonial ou religião) e 10 a Religião (relacionada também com a política). Os outros quatro resultados se referem a duas produções sobre Mídia, uma sobre Direitos e uma sobre Violência.

Estes dados da produção sobre a retórica da IdG elencam pontos importantes. O primeiro a ser destacado é a forte intersecção nas produções entre política, religião e educação, seja pela representação das áreas das revistas ou pelas temáticas abordadas. O segundo ponto, intrinsecamente relacionado ao primeiro, é que as produções elencam o conceito da ideologia de gênero como uma ideologia política ressignificada por pessoas, grupos e instituições conservadoras e antigênero que negam a heteronormatividade (posição hegemônica) como sendo política. A tentativa deste movimento é nomeá-la como natural ou divinamente determinada (GWIAZDA, 2021; ROMERO, 2021; LÓPEZ PACHECO, 2021; OLIVEIRA; MELO; FARIAS, 2021).

Em sua maioria, os estudos têm como foco o debate sobre o fenômeno sem a apresentação de pesquisas empíricas com dados que permitam sua replicabilidade, e quando citam alguma metodologia ou técnica, em geral, são de viés qualitativo sobre os eventos escolhidos sem relacioná-los ou compará-los com outros países (SCOPUS, 2022; REZENDE; SOL, 2021). O que reforça mais uma vez a contribuição desta pesquisa que propõe um instrumento que possibilite um estudo empírico e sistemático sobre a IdG comparando seus efeitos em dois países.

Partindo do pressuposto que todo esse processo é feito com base no discurso, introduzo na próxima seção o que entendo e denomino de Poder Discursivo da Heteronormatividade (PDH) e suas características. A IdG é uma representação do PDH que tem sido utilizada como guarda-chuva sintetizador da visão conservadora sobre os debates de GDS na sociedade (KOVÁTS; PÕIM, 2015), funcionando na lógica de flexibilidade e multiplicidade de significados como significante vazio (JUNQUEIRA, 2017) que pode ser mobilizado como: instrumento político, arma política, cola simbólica, representante do pânico moral, condensador de pautas morais e contrárias aos direitos das mulheres e pessoas LGBTQ+, além de promover o avanço de agendas conservadoras. Isto permite elencar no final do capítulo as características comuns desse fenômeno transnacional, especificando e exemplificando sobre sua ocorrência, análises e efeitos no mundo.

2.2 O PODER DISCURSIVO DA HETERONORMATIVIDADE: O DISCURSO NA DISPUTA POR HEGEMONIA DA HETERONORMATIVIDADE

Compreendo que o poder é um conceito polêmico nas Ciências Sociais, por ter dificuldades recorrentes na sua utilização relacionadas à multiplicidade de definições, aos problemas de operacionalização destas e de suas justaposições (PERISSINOTTO, 2008).

Mas, proponho que se conceituado e delimitado com cuidado, ainda é um instrumento útil na compreensão das relações sociais e de seus resultados políticos. Entendo também que a multiplicidade do conceito está relacionada com a adaptação do mesmo em cada pesquisa, dependendo das bases teóricas utilizadas. Nesse sentido, esta seção e as próximas delimitam o conceito de Poder Discursivo da Heteronormatividade (PDH) que irei mobilizar, relacionando-o com as exigências metodológicas desta decisão e apresentando exemplos.

Existem várias abordagens sobre o conceito de poder (REED, 2014; PERISSINOTTO, 2008; HAYWARD, 2000; LUKES, 1980; BACHRACH; BARATZ, 1969; DAHL, 1969, 2010; PARSONS, 1969; SCHATTSCHEIDER, 1960). Entendo que a visão weberiana¹¹ é o campo conceitual hegemônico na literatura sobre o tema na Ciência Política que “entende as relações de poder como relações hierárquicas, baseadas no predomínio e no conflito” (PERISSINOTTO, 2008, p. 29). Mas, em consonância com Clarissa Hayward (2000), entendo o poder não como algo possuído, controlado e usado apenas intencionalmente por alguém sobre outras pessoas. Não é uma equação simples e lógica em que A é poderoso e exerce poder sobre B que não detém poder. Mas sim que isto pode ou não acontecer, na mesma medida em que é preciso observar e analisar outras dimensões, pois o poder deve ser visto como uma rede de limites que define o que é socialmente possível para todos e não apenas como um instrumento mobilizado por algumas pessoas para alterar a ação de outras.

Estas outras dimensões são formadas por agentes individuais, instituições e organizações conscientes, assim como por valores sociais, culturais, mitos e outras estruturas de relações de poder (BACHRACH; BARATZ, 1969; OFFE, 1982). Nesta rede são definidos objetivos, padrões e outros modelos, assim como grupos que incorporam e se empenham em alcançá-los, seja porque os aceitam ou são valorados por eles. São “*political mechanisms that comprise relevant practices, as well as the institutions that sustain and govern these practices (...) that determine and distribute rights, duties, sanctions, and rewards, including material rewards, public recognition, and status*” (HAYWARD, 2000, p. 38).

Nesta tese pesquiso este fenômeno social conhecido como ‘poder’, em específico, o poder da heteronormatividade sobre os corpos e vidas das mulheres e de pessoas que fogem, escapam ou ultrapassam o binarismo de gênero e de sexualidade. Na linguagem da Ciência Política, estudar o poder da heteronormatividade é estudar este conjunto de mecanismos sócio-políticos e elementos pré-políticos que orientam a ação de sujeitos, que mesmo não tendo face ou corpo, define identidades e comportamentos na sociedade que são naturalizados

¹¹ “Poder significa la probabilidad de imponer la propia voluntad, dentro de una relación social, aun contra toda resistencia y cualquiera que sea el fundamento de esa probabilidad” (WEBER, 2002, p. 43).

por pessoas heterossexuais e LGBT+, cis e trans. “Nem gênero nem sexualidade são dados separados de quaisquer outras formas de socializações, de produções de subjetividades (...), marginalizadas ou hegemônicas.” (MAIA; ROCHA, 2017, p. 407).

O foco de interesse está no discurso, como forma de materialização e visualização deste poder. Em outras palavras, da utilização do discurso como um dos mecanismos mobilizados para a obtenção, manutenção e resistência à heteronormatividade, que interfere na política, entendida aqui no sentido amplo de “uma decisão sobre como um grupo de seres humanos irá ordenar suas vidas conjuntas e fazer outras decisões no futuro” (REED, 2014, p. 473). Nesse sentido, esta tese se enquadra como um estudo sobre as relações de poder inscritas nas disputas discursivas a respeito de questões de GDS, representada pelo objeto do estudo, a retórica da IdG. Entendo como disputas discursivas os conflitos por poder inscritos em discursos que são mobilizados pelos diversos grupos para atingir suas metas.

Como nos lembra Michel Foucault (1988), a construção do discurso sobre o sexo e a sexualidade é usado como ferramenta de dominação, legitimação e perpetuação da heteronormatividade. Na genealogia destes discursos ele observa que o controle do sexo tem como primeira expressão ‘no plano real’ o nível da linguagem e “a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder” (FOUCAULT, 1988, p. 22). Os discursos sobre sexo assumem vários contornos ao longo da história como questão: moral, racionalidade, ‘de polícia’, educacional, médica, psicológica, entre outros, possibilitando seu enquadramento como um discurso político (CASCAIS, 1987). Pois “tais discursos sobre o sexo não se multiplicaram fora do poder ou contra ele, porém lá onde ele se exercia e como meio para seu exercício” (FOUCAULT, 1988, p. 34). Esses discursos dão origem à identidade homossexual “*constructed, to a large extent, through the incorporation of biomedical, psychiatric, psychological and psychoanalytic knowledge in the social and economic context of industrial urban environments in the western developed nations since the nineteenth century*” (CASCAIS, 2011, p. 20).

O discurso é então um recurso ativado nas relações sociais que são também interações de poder cujo alvo final são os corpos, em um processo de construção de subjetividades subalternas, o que supõe resistências. Para Foucault (1988), os discursos sobre o sexo se formaram através de diferentes estratégias de poder que permitiram agrupar em

uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres e permitiu fazer funcionar esta unidade fictícia como princípio causal, (...) funcionar como significante único e como significado universal. (...) pôde marcar a linha de contato entre um saber sobre a sexualidade humana e as ciências biológicas da reprodução (...) [que] puderam servir de princípio de

normalidade à sexualidade humana. Enfim, a noção de sexo garantiu uma reversão essencial; permitiu inverter a representação das relações entre o poder e a sexualidade, fazendo-a aparecer não na sua relação essencial e positiva com o poder, porém como ancorada em uma instância específica e irreduzível que o poder tenta da melhor maneira sujeitar; assim, a ideia ‘do sexo’ permite esquivar o que constitui o ‘poder’ do poder; permite pensá-lo apenas como lei (FOUCAULT, 1988, p.144-145)

Seguindo esta perspectiva e as contribuições das autoras e autores citados nesta seção sobre poder, discurso e heteronormatividade, proponho o conceito de Poder Discursivo da Heteronormatividade (PDH). Nessa lógica, o PDH instaura dominação com legitimidade nas relações sociais ao estabelecer padrões de sexo, gênero e sexualidade. Assim como demonstra que ele é mobilizado (em maior ou menor grau) por diversos atores e instituições, seja na busca por manutenção desta hegemonia ou na resistência contra hegemônica. Desta forma, se enquadra como imposição da vontade em que o recurso mobilizado (discurso) viabiliza o exercício do poder (heteronormatividade).

As práticas discursivas estão articuladas às práticas de poder. São práticas constitutivas da sociedade nas suas várias dimensões que atuam sobre a estrutura social (BUTLER, 2003). Estas construções e significações linguísticas criam modos de ver e interpretar a vida e o mundo como “resultado das posições ideológicas presentes no processo sócio-histórico (...) ‘as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios’” (BAKHTIN, 1988, p. 41 *apud* CUNHA, 2017, p. 269). Isso não nos permite afirmar que os agentes que mobilizam estes discursos detêm este poder, mas sim que participam da rede de exercício do poder, ou seja, nas relações sociais para que prevaleça sua vontade. Ou, como aponta Foucault (1988, p. 32), as posições de sujeito e suas falas oferecem a “condição para funcionarem outros discursos, múltiplos, entrecruzados, sutilmente hierarquizados e todos estreitamente articulados em torno de um feixe de relações de poder”. A linguagem é utilizada como regime de controle e vigilância. Ela subordina e exclui, ao criar forças que policiam a aparência social e os papéis do gênero. Em relação às mulheres, os exemplos mais perversos de discursos sexistas são a reprodução e perpetuação da cultura do estupro (SOUSA, 2017; ROST; VIEIRA, 2015) e do estupro corretivo (RODRIGUES, 2021; SANTOS; CARVALHO, 2019).

O discurso, nesse caso, é o fundamento do poder utilizado “numa relação social para garantir que a vontade de seu portador prevaleça sobre a vontade de outro ator com o qual ele se relaciona (...) uma *forma específica de obter do outro o comportamento desejado*” (PERISSINOTTO, 2008, p. 32 e 33, *itálico do autor*). Assim, a heteronormatividade impõe uma estrutura hierárquica, binária e oposicional de sexo, gênero e desejo, “como a produção

de um dado regime de sexualidade que busca regular a experiência sexual instituindo as categorias distintas do sexo como funções *fundacionais* e causais, em todo e qualquer tratamento discursivo da sexualidade” (BUTLER, 2003, p. 46, itálico da autora). A intencionalidade destes discursos está em promover a heterossexualidade compulsória ao restringir a produção de identidades em conformidade com o eixo do desejo heterossexual.

Pensando no efeito desse discurso na população LGBTQ+, uma de suas modalidades é a homonormatividade (OLIVEIRA, 2013) presente na incorporação destas normas por algumas pessoas LGBTQ+ e nas suas expressões de gênero, fazendo com que sejam mais aceitas na sociedade por reproduzirem, em certa medida, os padrões hegemônicos da heteronormatividade e da mononormatividade (CARDOSO, 2021). Outras autorias ainda reforçam a importância de um olhar interseccional de como estes padrões atingem de formas diferentes as pessoas, se levado em conta outros recortes, como raça e classe (GONZALEZ, 2020; LUGONES, 2020, 2014, 2003; QUIJANO, 2014, 2005, 2000; LORDE, 2013a, 2013b; KILOMBA, 2012; SPIVAK, 2010, 1999; OYĚWŪMÍ, 2004, 1997; CRENSHAW, 2002, 1991; HOOKS, 1984).

O convencimento e a imposição de um padrão de comportamento de gênero e sexualidade acontece através de ameaças que abrangem “tanto as funções ou relações diferenciais jurídicas (proibitivas e reguladoras) como as produtivas (inintencionalmente generativas)” (BUTLER, 2003, p. 54). Estes discursos sobre o ‘sexo’ são produzidos, difundidos e impostos no campo social por um sistema de significações e abstrações opressivo e violento, principalmente para mulheres e pessoas LGBTQ+, que é encoberto por estas características que denotam “um regime epistemológico historicamente contingente, uma linguagem que forma a percepção, modelando à força as inter-relações pelas quais os corpos físicos são percebidos” (BUTLER, 2003, p. 166).

Nessa lógica, não ter o reconhecimento social de que se cumpre o padrão heterossexual causa a marginalização e a exclusão, efetiva ou simbólica, da sociedade por punições e perda de privilégios culturais (LOURO, 2009). Na educação, estudos sobre GDS apontam a homofobia, o sexismo e outras formas de preconceito como um problema educacional que afeta a qualidade da educação para todas as pessoas, causando taxas de distorção série-idade, abandono e repetência (MEC, 2009a, 2009b). Artigos sobre as temáticas também indicam outras formas de violência, discriminação e preconceito como a pedagogia da sexualidade (LOURO, 2000) e a pedagogia do armário (JUNQUEIRA, 2013, 2012, 2010, 2007). Todas estas violências são formas de regulação, normalização e silenciamento impressas em ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais. No caso das

peças trans, que já sofrem exclusão ou transtornos na esfera familiar e comunitária, elas enfrentam nas escolas obstáculos para se matricular, ter sua identidade respeitada (nome social), usar as estruturas escolares (como os banheiros) e preservar sua integridade física (PERES, 2009).

As relações de poder estabelecidas pela heteronormatividade podem ser consideradas como exemplo de dominação (HAYWARD, 2000) porque acontecem de forma estável, estruturada e estabelecida (GIDDENS, 1984), deixando pouco espaço para a reação e mudança da relação de poder estabelecida na sociedade (FOUCAULT, 1989). Elas se impõem sem parecer (ALTHUSSER, 1980), ao naturalizar e universalizar amplamente o gênero estabelecendo limites sociais para a ação. O que ou quem foge à regra heteronormativa – o diferente, o ‘Outro’ – é visto como uma violação da natureza, aberração, patologia, uma falha no sistema de categorias fixas que precisa ser corrigida (RUBIN, 2017; COHEN, 2011; BUTLER, 2003). Isto acontece através de uma opressão sistemática, que tem como uma de suas várias faces a violência simbólica e física (YOUNG, 2021) como forma de ameaça e correção autorizada e legitimada pelas pessoas e grupos considerados ‘normais’ “*widely accepted as extra-political (as divinely ordained or biologically given or sociologically necessary)*” (HAYWARD, 2000, p. 174).

Sendo assim, o PDH é um ‘problema da reprodução social’ verificado em conflitos observáveis entre preferências antagônicas que através de ameaças de privações severas mobilizadas em interações estratégicas permite que o viés heteronormativo prevaleça (PERISSINOTTO, 2008). Esta dominação está nas regras consensuais e duradouras no interior das quais se desenrolam as relações de poder da heteronormatividade presentes no discurso. Nesse sentido, a linguagem historicamente criou ‘consensos’ em torno da heteronormatividade, da monogamia e dos papéis de gênero, gerando, até certo ponto, a produção de uma adesão ‘ilusória’ de ‘dominados’ por estes valores dominantes como valores ‘naturais’, médicos, biológicos e jurídicos dos corpos.

A internalização destes padrões pode ser vista como a estrutura de dominação presente na ‘regularidade de condutas’ e na estabilidade das relações sociais sobre gênero durante grande parte da história (BUTLER, 2003; FOUCAULT, 1988). Os discursos operam a dominação de forma sutil, mas também utilizam ameaças de ‘privações severas’ e cálculos estratégicos dos grupos envolvidos, formando o ‘jogo democrático’. Jogo no qual pessoas ou grupos tentam legitimar sua visão de mundo e política através de recursos disponíveis, enquanto outros os contestam, podendo modificá-los. Nesse jogo, a longo prazo, alguns tem vantagens sobre outros, mas ele não é absoluto, sendo importante destacar eventos

relacionados à ‘transformação social’.

Nesse sentido, a heteronormatividade não apenas mostra relações hierárquicas e de submissão referentes ao binário de gênero, como também apresenta que estas relações não partem de uma ‘genuína concordância’ entre as partes. A análise da heteronormatividade nos permite visualizar os dois fenômenos sociais, tanto a dominação quanto as relações de poder episódicas que causam assimetrias sociais ao distribuir desigualmente recursos desta estrutura de dominação que beneficia também ‘cúmplices’ e é permeada por conflitos (BOURDIEU, 1989; PERISSINOTTO, 2003). Ela permite ainda olhar como a relação entre a ‘dominação’ e o ‘poder’ – em outras palavras, as concepções performativamente reificadas e reiteradas como “estáveis” sobre sexo, gênero e sexualidade e as novas concepções – está se modificando ao longo da história, ou pode ser modificada.

A análise do PDH também se justifica porque aborda as motivações qualitativamente diferentes dos grupos e suas interações estratégicas. Ela observa, através de situações episódicas e conflituosas, como podem ser alteradas justamente pelas interações que disputam os limites impostos pela heteronormatividade. São “nessas situações que a relevância do conceito [poder] e sua capacidade de fornecer uma explicação clara para o resultado atingido se evidenciam” (REED, 2014, p. 474).

Como exemplo, em analogia à proposta de Dahl (2010) de se olhar para decisões concretas, estão as polêmicas sobre gênero que aconteceram nas Conferências da ONU na década de 1990¹² (CUPACÍ; EBETÜRK, 2020; CASE, 2019; CORREDOR, 2019; LEITE, 2019; MACHADO, 2018; CORRÊA, 2018; VIGOYA; RONDÓN, 2017). Nelas é possível observar os ‘objetivos políticos’ antagônicos de dois grupos e as ‘preferências’ que prevaleceram no final do processo decisório. De um lado, os movimentos feministas e de diversidade que se organizaram para pautar questões relacionadas aos direitos reprodutivos, sexualidade e a integração do conceito de gênero na política internacional “*para explicar e intervenir la reproducción social de violencias y relaciones jerárquicas entre hombres y mujeres*” (VIGOYA; RONDÓN, 2017, p. 119). E do outro, movimentos e lideranças religiosas e conservadoras que apontavam as propostas como uma forma de apagar as

¹² São elas a Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro (1992); Conferência Mundial dos Direitos Humanos em Viena (1993), Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo (1994) e a Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres em Pequim (1995). Também são importantes nessa construção do debate de gênero o *advocacy* feito por movimentos feministas e LGBTQ+ nas Conferências da ONU entre 1975 e 1985 de Mulheres, Meio Ambiente, Direitos Humanos e População, que, dentre outras vitórias, garantiu o reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos e a violência de gênero como assunto público de responsabilidade dos governos no fornecimento de segurança física e proteção às mulheres (CORREDOR, 2019).

diferenças entre homens e mulheres, promover a homossexualidade e incitar a confusão de gênero em crianças. Uma das grandes preocupações destes movimentos era justamente a inclusão da linguagem de gênero nos documentos finais das Conferências da ONU. Na análise das conferências, Corredor (2019) destaca que o antagonismo e a tensão sobre as questões foram crescendo de forma escalonada, tendo seu ápice na Conferência de Beijing em 1995. É nesta conferência que os movimentos conservadores saem vitoriosos ao excluir expressões de diversidade sexual e definem que a citação de ‘gênero’ no documento, como nos anteriores, se refere apenas ao sexo biológico dicotômico ou a mulheres.

Nesse sentido, o PDH não está circunscrito apenas a tomadas de decisões, uma das faces do poder (DAHL, 2010), mas também se encontra em outras faces, como no processo de retirada da agenda pública de determinados temas, com a “‘mobilização de viés’ na comunidade; dos valores dominantes e dos mitos políticos, rituais e instituições que tendem a favorecer os interesses de um ou mais grupos, em relação aos outros” (BACHRACH; BARATZ, 1969, p. 97). Sendo assim, o ‘processo político conflituoso’ que limitou a inclusão de questões de GDS dos documentos resultantes das Conferências da ONU é também um processo de não-decisão.

Esse evento ilustra a relação de poder da heteronormatividade, na qual seu discurso não apenas gerou efeitos sobre políticas internacionais para mulheres e LGBT+, como teve consequência na organização de um movimento antigênero que passou a se organizar de forma transnacional. Ele também marca o momento em que a IdG passa a ser utilizada como instrumento político de grupos conservadores e cristãos, assunto abordado na próxima seção.

2.3 NASCIMENTO, FORTALECIMENTO E O PÂNICO MORAL DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO MUNDO

O PDH pode ser visto a partir da conjugação das perspectivas de poder e dominação, para pensar tanto a questão da reprodução social, quanto a da transformação social (PERISSINOTTO, 2008). Aqui, as disputas discursivas sobre as questões de GDS, em específico da IdG, são usadas como forma de exemplificação dos conflitos gerados pelo PDH no ‘jogo democrático’. O olhar tem como foco os fenômenos ‘visíveis’ das disputas sociais, demarcadas pela cobertura noticiosa das manifestações, debates de legislações, atores e instituições envolvidas. Considero os recursos argumentativos analisados como ‘versões’ deste problema social que circulam na esfera pública, mobilizadas com diferentes objetivos de intervenção (FUKS, 1997), seja na manutenção ou mudança dos padrões heteronormativos.

O foco da tese está no campo político e midiático enquanto espaços de observação das interações do PDH, representadas pela IdG. Para isso, analiso os mecanismos e processos políticos onde emergem os significados coletivos mobilizados nos discursos dos movimentos progressistas e antigênero (HAYWARD, 2000). Em outras palavras, objetivo pensar as práticas que mobilizam a retórica e seu efeito social, buscando subsídios nas interações entre as teorias do poder e da democracia (conceituais e normativas). É interessante refletir sobre como elas mantêm as restrições e as fronteiras delimitadas para a ação, na mesma medida em que são alvo de resistências que possibilitam ou promovem a mudança política.

Entendo que a complexidade do fenômeno da IdG exige uma abordagem interdisciplinar mobilizando conceitos e metodologias dos estudos de gênero, dos movimentos sociais, religiosos, da sociologia e outros (KOVÁTS, 2018). Por isso, acredito que é necessário se olhar para ela dentro do campo da Ciência Política, “uma disciplina fundamentalmente interdisciplinar (...) [justamente por ser] impossível ignorar a natureza multiobjetiva dos processos político-sociais. A interface entre áreas é parte da condição de explicar os fenômenos políticos, por isso, trocamos ideias, teorias, dados e métodos com [diversas] disciplinas” (GONÇALVES, 2021, p. 25). Em específico, pela necessidade de um recorte, defini como bases as perspectivas feministas, *queer*, críticas e pós-estruturalistas, tendo como pano de fundo as teorias de poder.

Meu foco está nos ‘conflitos observáveis’ da IdG, ou seja, nas disputas discursivas sobre GDS na sociedade que utilizam esta retórica, entendendo que estas expressam as desigualdades sociais e políticas destas temáticas. Elas evidenciam, em nível estrutural, a distribuição assimétrica de recursos (econômicos, políticos, simbólicos e culturais) nas relações e interações – dominação –, assim como demonstram seus usos e mobilizações em situações reais – poder – entre pessoas e grupos de privilegiados que querem reproduzir o *status quo* e outros que compõe a resistência na busca por mudança social (PERISSINOTTO, 2003). É justamente a interação entre reprodução e resistência que permite pensar a mudança social como resultado da ação humana, que mesmo restrita por padrões, possibilitam estratégias e ‘alianças’ mais amplas alterando as ‘relações de força’. Sendo assim, “os ‘mecanismos sociais’ são (...) ‘guias para a ação’ e não a ação propriamente dita” (PERISSINOTTO, 2003, p. 150).

Essas interações e conflitos geram visibilidade e dão destaque ao termo, como

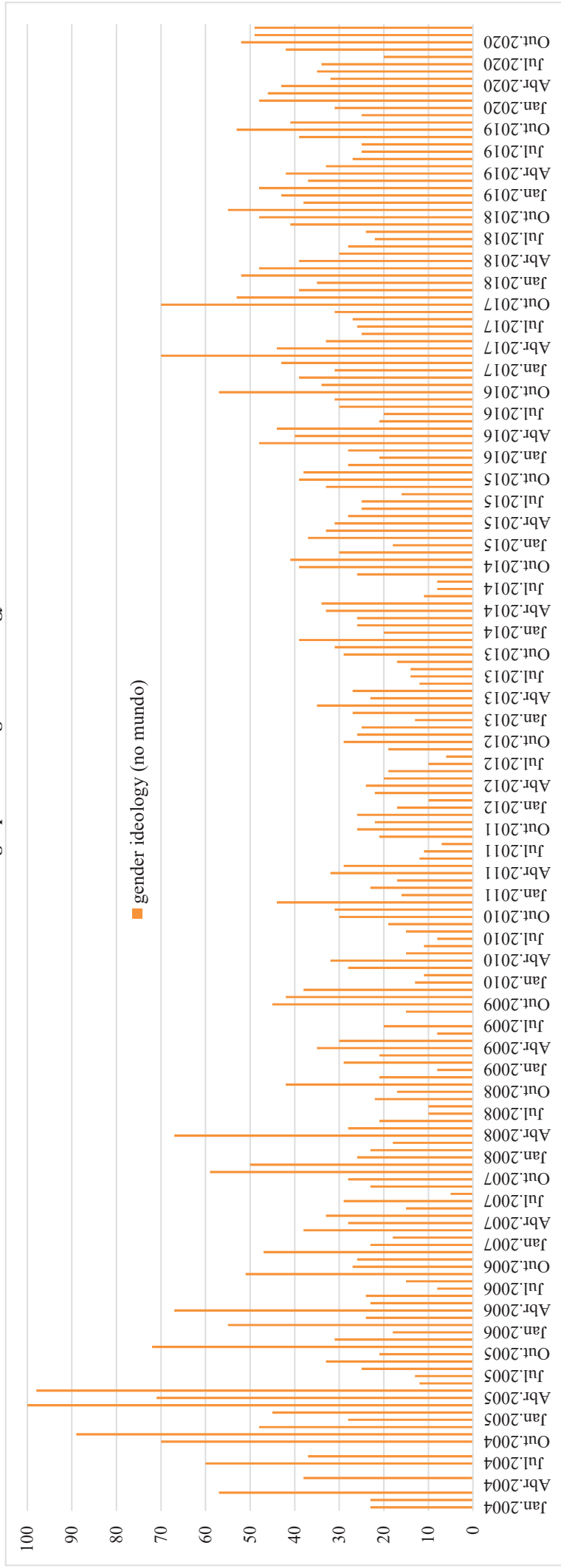
mostram os dados do *Google Trends*¹³ no Gráfico 5. De acordo com esta ferramenta, a IdG é um termo buscado recorrentemente no mundo, com a exceção de poucos meses sem ocorrência. Não é possível diferenciar se as buscas são pelo conceito sociológico ou pela retórica, mas como mostrou a revisão da literatura, a IdG no sentido conservador aparece nos anos 2000 e ganha destaque no mundo a partir dos anos 2010 (SOUZA, 2018). É neste período que embates políticos passam a ganhar evidência com maior publicização na mídia.

Os dados do *Trends* existem a partir de 2004, mas já está consolidado na literatura que a retórica da IdG tem como origem documentos e encontros da Igreja Católica na década de 1980. Posteriormente, ela também foi assumida por outros movimentos conservadores, religiosos e antigênero, como um termo sintetizador de toda a teoria de gênero, feminista e LGBT+ que precisaria ser combatida, assim como os movimentos sociais associados a elas (PERSSON, 2021; BĂLUȚĂ, 2020; CASE, 2019; MORÁN, 2019; JUNQUEIRA, 2018). O histórico do seu surgimento é importante, pois o viés religioso-cristão do discurso de defesa da vida, da família e das crianças é uma de suas principais características (FURLIN, 2021; KUHAR; PATERNOTTE, 2017).

Este viés tem por base o conservadorismo como uma reação à modernidade vista como ameaça ao *status quo* (família, moralidade, tradição e nação) e a heterossexualidade responsável pela reprodução humana (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020; CORNEJO; PICHARDO, 2017). Nessa lógica, a “dimensão da sexualidade relacionada à realização plena da pessoa e ao prazer é descartada e classificada como perversão e desvio do objetivo maior” (CUNHA, 2017, p. 256). É um pecado (FREIRE, 2018), já que para o cristianismo o ato sexual deve ter como objetivo a geração de filhos para a continuidade da família e sua herança. A família entendida como universal e naturalizada, com base em valores morais cristãos, ou seja, formada por um homem e uma mulher, cisgêneros, heterossexuais, monogâmicos e que cumprem seus papéis de gênero – ele responsável pelo sustento financeiro e ocupando o espaço público e ela nas tarefas de cuidado, reprodução e no espaço privado (SEIXAS, 2021; BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020). Uma representação da ideologia de gênero (no sentido sociológico), do discurso dominante que qualifica pessoas e suas identidades sociais através do sexo binário e oposicional, na ideia de complementariedade (SILVA, 2018).

¹³ O *Google Trends* é uma ferramenta que fornece dados de termos específicos pesquisados no *site* de buscas *Google*, o mais acessado no Brasil e no mundo (AGRELA, 2017), desde 2004 até a data presente. Ela fornece gráficos com a frequência em que foram pesquisados em nível mundial, mas também em países específicos, assim como permite selecionar categorias e o tipo de pesquisa efetuado (imagem, notícias, *Google Shopping* e *YouTube*). Outra possibilidade interessante da ferramenta é apresentar as notícias relacionadas aos termos buscados como possíveis motivos do aumento ou diminuição do volume de buscas.

Gráfico 5 – Ocorrência da busca no Google pelo termo *gender ideology* no mundo de 2004 a 2020.



Fonte: A autora (2022) com base nos dados do *Google Trends* (2022).

Korinna Zamfir (2018) destaca inclusive como esta reação à modernidade, feita por igrejas e movimentos associados no Leste Europeu, além de atacar pessoas fora do eixo heteronormativo, ainda defende papéis tradicionais de gênero, mesmo em casos de violência contra a mulher. Para a autora, esta é uma característica do fundamentalismo religioso

inspired by a literalist interpretation of sacred texts, defending decontextualized religious tenets and laws vested with absolute validity, aiming at a selective retrieval of an idealized past, of purportedly timeless traditions (...) [that as] intersectionality studies have shown that oppression is not unifactorial, but commonly involves interlocking markers like gender, race/ethnicity, social class or status, combined with other conditions (sexual orientation, disabilities, health issues, migration background) (...) [besides] mediated discourses of subordination, shaping socio-political structures of domination (...) such texts may sustain comprehensive, interlocking structures of domination, including racism, economic oppression, heterosexism and colonialism (ZAMFIR, 2018, p. 4-5, 8).

Nos textos religiosos antigos e manuais da Igreja as mulheres eram tidas como tendo uma natureza propensa à promiscuidade e à imoralidade sexual, sendo a representação do diabo e da tentação (ARCURI, 2018; GUTIÉRREZ; GRECCO, 2018; ZAMFIR, 2018). Elas também são identificadas como ‘infiéis a Deus’, e por vezes, mulheres infiéis ou prostitutas, “enquanto imagem decorrente de um contexto patriarcal assumido e integrado para ‘explicar’ a relação de Deus (homem, esposo) com o povo e a Igreja nos seus momentos de infidelidade a Deus” (UBIETA; HENRIQUES; TOLDY, 2018, p. 10). Assim, todo o discurso da Igreja Católica está no sentido de controlar e conter a sexualidade das mulheres sob a autoridade masculina. Isto é feito eliminando toda a ideia de sexualidade do corpo das mulheres, restringindo-as ao espaço privado, ao cuidado e à procriação, com a ameaça de, em casos de desvio da submissão, sofrer punição divina. A autora lembra que seria anacronismo esperar uma visão igualitária de gênero destes textos, mas reforça que defendê-los “*is equally short-sighted. (...) The household codes are typical examples of patriarchal discourse expressing ‘ideologies of masculinity’, meant to reinforce male control over women*” (ZAMFIR, 2018, p. 8).

Isto reafirma os apontamentos de Foucault (1988) sobre a relação dos discursos sobre o sexo com as definições e textos da Igreja Católica, na delimitação de ‘padrões sexuais’ aceitáveis que foram assumidos como discursos políticos. Nesse sentido, a IdG representa um ativismo neoconservador que foi apropriado por diversas denominações religiosas e atores seculares que permite analisar o impacto da Igreja Católica nas democracias (VAGGIONE, 2020), e de outras denominações religiosas nas últimas décadas. Sendo assim, a retórica se torna um caso de estudo interessante sobre as relações intrínsecas entre a perspectiva cristã, a

heteronormatividade e a política (SOUZA, 2017). É instigante observar também como a herança discursiva sobre a heteronormatividade fornece argumentos de perpetuação para a perspectiva cristã, e vice-versa, em uma relação simbiótica. Essa prática encontra na política um espaço fértil, elegendo representantes e fazendo parcerias com outros setores conservadores da sociedade (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012).

Esse movimento de reconexão de denominações religiosas com a política soa como uma reação à construção de esfera pública baseada na secularização e laicidade como “condição fundamental para o pleno exercício da democracia, para a garantia de direitos das minorias demandantes e para o exercício da cidadania” (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012, p. 4). Uma reação à esfera pública polifônica e sua pluralidade de identidades presentes nas sociedades modernas e multiculturais construída com performances promovidas pela multiplicidade de públicos e contra públicos subalternos na disputa por hegemonia (FRASER, 1993; YOUNG, 2006, 2012; HABERMAS, 2014). É uma tentativa de reintroduzir a religião na centralidade do campo político e social, retirando-a do espaço privado ao mesmo tempo em que intenciona barrar os debates de GDS, considerados privados, na esfera pública e sua visibilidade nos meios de comunicação (LOSEKANN, 2009). Este bloqueio da argumentação crítica na organização política (AVRITZER; COSTA, 2004) reforça as exclusões de interesses sociais de grupos específicos e impede que a igualdade política destes seja ampliada na democracia (BIROLI; MIGUEL, 2013; MIGUEL, 2002).

Este movimento de *religiosização* da política é mais visível em democracias onde a separação entre público e privado está bem estabelecida com “diferenciação e distanciamento (...) entre a lei e a moral e a sociedade nacional e as diferentes comunidades morais que as integram (...) [que] travam disputas para interferir no código legal e aproximá-lo de seus próprios sistemas” (MACHADO, 2017, p. 355). Como aponta Vaggione (2017), o catolicismo interliga os conceitos de cidadão e crente propondo a formulação de um “fiel laico”, a pessoa que deve defender os valores morais na sociedade e na política, que para a Igreja Católica representam cidadania religiosa que luta pelo bem comum.

Para Priscila Vieira-Souza e Andréia Coutinho Louback (2021) o caso da América Latina é mais problemático, pois sua realidade é caracterizada por negociações entre a religião e a política. Isso pode estar relacionado com o fato de que seus países têm uma alta taxa de pessoas que se autodenominam cristãs, realidade compartilhada por Brasil e Portugal (IBGE, 2022; COUTINHO, 2019; KUHAR; PATERNOTTE, 2017), diferente da lógica crescente no mundo de declínio da religião e do número de crentes.

Paradoxalmente, a influência religiosa (principalmente católica e evangélica) na

esfera política é um movimento crescente no mundo (CASE, 2019). Isso é fruto da erosão democrática pós crise mundial de 2008 e da insegurança econômica, que estão associados também à ascensão do populismo e direitas radicais na contemporaneidade (CARRANZA, 2020; INGLEHART; NORRIS, 2016). O ressurgimento e fortalecimento do fundamentalismo religioso atua moldando a agenda política na América Latina (VIEIRA-SOUZA; LOUBACK, 2021; ALMEIDA, 2017) e no Leste Europeu (ZAMFIR, 2018). O crescimento político destes atores religiosos está “na habilidade em utilizar as regras do jogo político dominante, construir múltiplos espaços de visibilidade, articular sua representação nos diversos partidos políticos e realizar alianças de coalizão” (CARRANZA, 2020, p. 5). A atuação política deles, em especial de evangélicos-pentecostais, e as interfaces entre política e religião (VIGOYA, 2017), são marcadas por reações aos avanços culturais, das quais destaco as que têm por base o discurso.

Para Roman Kuhar (2015), um fator importante na estratégia religiosa é a mudança do discurso bíblico para o científico, em especial com base na sociologia e psicologia, que se contrapõe à cidadania sexual¹⁴, “*to secularize its discourse in order to ‘clericalize’ society*” (KUHAR, 2015, p. 86). Maria das Dores Campos Machado (2017) também destaca como estas lideranças com crescente influência política reformularam

seus discursos para participar das discussões públicas nesse campo temático. (...) [com o] combate vigoroso de seus dirigentes às concepções alternativas de sexualidade, às políticas públicas nelas inspiradas, e às tentativas de regulamentação jurídica de novas formas de relações de gênero. (...) [em que pontes cognitivas] vêm sendo construídas pelas lideranças pentecostais entre os valores cristãos e os argumentos de natureza científica nas disputas simbólicas travadas no Congresso Nacional. (MACHADO, 2017, p. 352).

Outras autorias sublinham o uso por agentes religiosos e conservadores de argumentos científicos e dados estatísticos distorcidos, falsificados ou interpretados seletivamente (SEIXAS, 2021; CORNEJO; PICHARDO, 2017; MACHADO, 2017; KUHAR, 2015; NATIVIDADE, 2006). Estes atores também mencionam estudos sem citar autores e títulos, com o intuito de aumentar o pânico moral através de discursos cativantes, espetacularizados e populistas (GARBAGNOLI, 2016). A análise de discursos demonstra

¹⁴ “*In its most general sense, sexual citizenship questions the justifications of human sexual self-expression, as well as of the choices relating to our bodies, feelings, identities, relationships, genders, eroticism, representations and so forth. In other words, there is a question of how a certain community, granting its members the status of citizenship, controls and influences the members' intimacies, sexual lives, their bodies, desires, fantasies, etc. It shows how citizenship, having been (in the liberal political tradition) originally directed exclusively towards the participation in a public sphere, increasingly affects the questions of privacy and the changes in the private lives of individuals in late modernity.*” (KUHAR, 2015, p. 85).

como evangélicos se apropriam de forma seletiva do conceito de construção social “que compromete as premissas fundamentais da perspectiva construtivista predominante nos estudos da sexualidade” (MACHADO, 2017, p. 362) para defender a “cura gay” (FREIRE, 2018; CUNHA, 2017). Afirmar que se a homossexualidade é construída, pode ser também desconstruída, é uma “estratégia discursiva de substituir os argumentos de natureza biológica – em especial a antítese normal/patológico – pelas explicações de base [na] psicologia e [no] social, como a ideia do comportamento apreendido e induzido pela violência sexual na infância” (MACHADO, 2017, p. 366). Argumento identificado por Marcelo Natividade (2006) nas publicações evangélicas que associam a homossexualidade a abusos na infância. Machado (2017) ainda destaca no acompanhamento das audiências públicas que a

tendência de reformulação dos discursos com argumentos psicológicos e das ciências sociais vem se espraiando entre os atores pentecostais que rejeitam as relações homossexuais. Revela também a articulação desses argumentos com as proposições do ideário dos direitos humanos e com os valores religiosos, em especial com a crença de que Deus criou a natureza humana e que homens e mulheres foram concebidos em um princípio complementar. (...) a permanência de argumentos do pensamento naturalista e da visão de que a heterossexualidade seria a condição natural de todos os seres humanos, que dela poderiam se “desviar” em função das relações sociais e traumas provenientes dos eventos abusivos. (MACHADO, 2017, p. 361-362).

Nessa reformulação de discurso a escolha por enquadrar os debates de GDS como ‘ideologia’ remete a como ele “tem servido para implementar projetos de sociedade, projetos de governos, projetos educacionais e toda uma governamentalidade” (MAIA; ROCHA, 2017, p. 403). Ou ainda, a narrativa da IdG é usada como sinônimo de algo perigoso para a nação, uma realidade ilusória contrária à natureza, à verdade universal da heteronormatividade, das famílias tradicionais monogâmicas e de como se deve agir, pensar e sentir (MAIA; ROCHA, 2017; THOMPSON, 2000; CHAUI, 1980). Nesse sentido, o discurso religioso tem o intuito de denunciar a ‘cultura de morte’ e a ‘falsidade’ dos estudos de GDS frente a ‘verdade’ cristã, entendendo que ela tem por base o sentido marxista de “*una estrategia consciente de la influencia del lenguaje en la formación de la opinión pública (López-Trujillo, 2006:8), a fin de denunciar el carácter ilusorio del término ‘género’, en cuanto construcción social*” (CORNEJO; PICHARDO, 2017, p. 6).

Outros pontos que se entrecruzam e merecem destaque são a espetacularização dos discursos, a mobilização do pânico moral e a relação destes com processos de desdemocratização e ascensão de políticos e governos de direita e populistas (BROWN, 2016). Como Brenda Carranza (2020) aponta em seu levantamento sobre a ascensão política

dos cristãos, os evangélicos-pentecostais têm *expertise* acumulada “na apropriação dos dispositivos midiáticos. Ao utilizá-los como máquinas narrativas de visibilidade social, especialmente nas mega igrejas neo-pentecostais esse pragmatismo tecnológico terá alto rendimento político e eleitoral” (CARRANZA, 2020, p. 7). Os grupos religiosos e antigênero também mobilizam diversos meios de comunicação ao espetacularizar ações contrárias às questões de GDS em um intercâmbio entre religião, política e mídias (CUNHA, 2016), que, como destaca Kuhar (2015, p. 87), “*is easily achieved in such debates*”. Esta é uma das marcas deste “*fenómeno transnacional bien organizado por partidos y lobbies conservadores con una misma retórica pergeñada por la jerarquía de la Iglesia Católica*” (CORNEJO; PICHARDO, 2017, p. 3).

A IdG se torna a principal arma nas guerras verbais contra as questões de GDS, sendo visibilizada nos meios de comunicação cristãos, em especial nos espaços digitais e mídias sociais, mas também na grande mídia secular. Os meios de comunicação participam da construção do ponto de vista da sociedade ao editar e concentrar os conflitos espetacularizando-os (BACCEGA, 1998). Deste jeito, a mídia se torna um dos campos de batalha em que este ‘inimigo poderoso’, que expressa o ‘interesse oculto’ de feministas e LGBT+, precisa ser combatido (CUNHA, 2017; SOUZA, 2014). Isso acontece em inúmeros *sites*, programas religiosos de rádio e TV, principalmente nos propagados por celebridades religiosas conservadoras (CUNHA, 2014).

Diversos estudos falam sobre a relação da IdG com a construção do pânico moral (MIGUEL; OLIVEIRA, 2020; JUNQUEIRA, 2016; SOUZA, 2014), e como ele cria ou alimenta vários monstros. Este processo também denomina as pessoas e movimentos que defendem estas pautas, com foco em pesquisadoras(es) de GDS e nos movimentos de mulheres e LGBT+, como esquerdopatas, esquerdistas, comunistas, socialistas, ateus, abortistas, feminazis e gayzistas que querem implementar uma ‘ditadura gay’ que abre as portas para o incesto, a zoofilia e a pedofilia (SOUZA, 2018; ZAMFIR, 2018; CUNHA, 2017; RONDÓN, 2017). Ou seja, ‘o Outro’ que precisa ser combatido (RONDÓN, 2017) e patologizado (FREIRE, 2018), visto como um único grupo homogêneo detentor de um lobby organizado (KOVÁTS, 2018). Esta retórica do terror é estruturada em uma política simbólica fundada na lógica da substituição que esconde o real foco por trás do medo (MISKOLCI, 2007). No caso da IdG, a culpabilização dos movimentos por direitos, acusados de ‘querer destruir a família’ e ameaçarem a ‘ordem natural’, é utilizada como forma de ocultar a ação política reacionária de manutenção da heteronormatividade e da perspectiva cristã (RONDÓN, 2017).

A retórica, enquanto guarda-chuva ou cola simbólica (KOVÁTS; PÕIM, 2015), retoma um velho fantasma utilizado para gerar pânico moral, o comunismo (VIGOYA, 2017; SOUZA, 2014). Para as pessoas que fazem seu uso, os debates de GDS são uma ‘propaganda’ e ‘prática’ comunista, ou então um ‘marxismo cultural’ que tem sido imposto na sociedade (ALMEIDA, 2021; HAMLIN, 2020; KUHAR, 2015). Dentro desta lógica, marxismo e feminismo são tratados como representantes do mal no sentido cristão, como apoiadores de uma “política da morte” (KOVÁTS, 2018; ZAMFIR, 2018).

No caso da educação, o discurso de terror afirma que as crianças serão sexualizadas precocemente e serão incentivadas a se converterem em homossexuais ou a mudarem seu gênero (SOUZA, 2018; VIGOYA, 2017). Os argumentos dizem que debater GDS ‘confunde’ as crianças na construção da sua identidade sexual e que é responsabilidade dos pais decidir sobre o conteúdo que seus filhos devem ter contato ou não no ambiente educacional, seria direito deles uma educação escolar segundo seus valores (FREIRE, 2018; KUHAR, 2015).

O processo do pânico moral é uma forma de mobilizar justificativas e dar um tom de ‘justiça’ para o ódio e a violência (ZAMFIR, 2018; KUHAR, 2015). Entre as mais diversas pautas incluídas na IdG, ela também é tida como um perigo para a religião, os valores morais e o povo ao ser associada com os processos de colonização nos países do Sul Global (RONDÓN, 2017) e de imigração na Europa (PETÓ, 2021; ZAMFIR, 2018). Para os movimentos antigênero não há distinção entre direitos de cidadania e inimigos morais (LGBT+, feministas e progressistas) que são considerados inimigos políticos da nação e do cristianismo (VIGOYA, 2017; KUHAR, 2015).

O tripé espetacularização, pânico moral e desdemocratização/populismo é recorrente em todas as buscas nas bases de dados sobre a retórica da IdG e outros estudos sobre o fenômeno utilizados para esta revisão da literatura. Os eventos são utilizados para exemplificar as apropriações ou ressignificações em disputas que configuram o espaço público entre os movimentos religiosos e antigênero, e os progressistas e por direitos identificados como inimigos (RAMIREZ, 2020; CUNHA, 2017; BROWN, 2016). As grandes manifestações urbanas de base religiosa exaltam o individualismo liberal (LIMA, 2015) e utilizam a IdG como instrumento político “que nega direitos na elaboração de leis e políticas públicas que envolvam a família, a educação, a saúde” (MAIA; ROCHA, 2017, p. 415). Elas são contra os direitos sexuais e reprodutivos (aborto, uso de contraceptivos, novas tecnologias reprodutivas, etc.), os direitos humanos, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a adoção feita por casais homoafetivos, o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans, o financiamento público de estudos de GDS, educação sexual, legislações de proteção contra a

violência contra mulheres e LGBT+ e outras pautas ligadas aos direitos desses grupos (KOVÁTS, 2018; KUCHAR; PATERNOTTE, 2017; PETŐ, 2016).

Nos últimos anos, em sua quase totalidade, os eventos citados nas pesquisas estão relacionados ao debate das questões de GDS na educação, ou como denomina o Papa Francisco, a “colonização ideológica” feita com as crianças (HAMLIN, 2020), comparando-a com “*ideas foráneas a un pueblo con el propósito de cambiar su mentalidad (...) [y] los esfuerzos por transformar las desigualdades de género en la escuela con la propaganda fascista y nazi de mediados del siglo XX dirigida a niños y jóvenes*” (RONDÓN, 2017, p. 134). As manifestações têm como foco a não inclusão das perspectivas de GDS em materiais didáticos, como no caso da França em 2010 representada na ação da parlamentar do Partido Democrata Cristão (VIGOYA, 2017; SCOTT, 2012). Ou ainda, na Colômbia em 2015 e 2016, após decisão da Corte a respeito do suicídio de Sergio Urrego que determinou incluir “*alternativas para incentivar y fortalecer la convivencia escolar*” (VIGOYA, 2017, p. 232) das diferentes orientações sexuais e identidades de gênero com vistas a reduzir a LGBTfobia de trabalhadores da educação e estudantes das escolas do país (RONDÓN, 2017).

O contexto sociopolítico da influência religiosa nas democracias é relacionado tanto aos líderes de diversas denominações religiosas quanto a figuras políticas populistas (ZAMFIR, 2018). Nesse sentido, Eszter Kováts (2018) destaca como problemático enquadrar quem usa a retórica da IdG como movimentos antigênero. Por mais que isto esteja estabelecido na literatura, ela considera uma simplificação que os homogeneiza, sendo que nem todos negam os estudos de GDS ou argumentos feministas. A autora se refere a eles no contexto da ascensão da direita populista, entretanto, lembra que ocupam diferentes graus de relação com movimentos e partidos populistas de direita. Em alguns países são protagonistas e em outros unem forças com movimentos sociais e religiosos. De ambas as formas, eles são um perigo potencial para as democracias, pois representam

a symptom of a broader crisis, and their ideologies are the tip of the iceberg (...). Gender provides the theatre for the struggle for hegemony in the Gramscian sense, and these mobilizations are rather the throes of a contest for redefining liberal democracy where ‘gender ideology’ embodies numerous deficits of the so-called progressive actors, and the adversaries of the concept react to these by politicizing certain issues in a polarized language. Therefore, interpretations limiting this phenomenon to a ‘fight between values’ function as rather an obstacle to understand the phenomenon, by repudiating or obscuring this important structural realignment. (KOVÁTS, 2018, p. 8, itálico da autora).

As figuras populistas personificam muitas das características elencadas na IdG, como Carranza (2020) aponta sobre seus perfis neomoralistas com discursos de superioridade e

retomada moral, além do forte apoio de denominações religiosas conservadoras nos processos eleitorais. Elas também são vistas como sendo carismáticas e condensando posturas de enfraquecimento das instituições democráticas e avanços democratizadores “em nome da cidadania, invocando-se amor à pátria, defesa da lei e da autoridade legalmente constituída” (CARRANZA, 2020, p. 10). Essa aparência de legalidade utiliza características de pregações religiosas para questionar o conceito de laicidade e reunir frustrações políticas, sociais e econômicas atribuindo “causas morais aos problemas endêmicos da exclusão e desigualdade social, corrupção e violência” (CARRANZA, 2020, p. 11). Dessa forma, a escalada autoritária populista tem feito parte das crises democráticas ao reverberar medos e ameaças sociais contra ‘minorias’ ao censurar, desqualificar ou demonizar adversários políticos e quem pensa diferente (pessoas pesquisadoras, imprensa, ativistas de movimentos sociais etc.).

Os estudos destacam as consequências políticas da retórica da IdG – alcances e efeitos da ação conservadora que une as ordens política, religiosa e moral (RONDÓN, 2017) – e as pautas que conectam a ação transnacional do movimento antigênero como

contactos entre los organizadores locales y el movimiento internacional, el mismo lenguaje hiperbólico, los mismos términos exportados y traducidos, un repertorio de movilización semejante con grandes manifestaciones urbanas y simbología compartida, unos mismos temas detonadores de la movilización (...) Aunque los mecanismos puedan ser similares en distintos países (el recurso al pánico moral, el cabildeo político, la presencia en los medios, el activismo y las manifestaciones, el uso de internet...), las movilizaciones dinamizadas en torno al discurso de la “ideología de género” no son siempre exitosas. (CORNEJO; PICHARDO, 2017, p. 4, 27).

Estes processos envolvendo ações antigênero são vistos como processos de desdemocratização, já que são uma reação aos avanços em relação às questões de GDS na sociedade relacionadas a “*definición de las pertenencias nacionales y de lo que constituye hoy la democracia y la ciudadanía*” (VIGOYA, 2017, p. 223). O ativismo antigênero é tido como uma empresa religiosa, política e nacionalista (RONDÓN, 2017) e a IdG como balizador qualificante do conceito “correto” de nação e de cidadania. Ela também faz uma distinção entre boas e más feministas, desqualificando e criando “*formas aceptables y ‘democráticas’ de hacer reclamos sobre equidade entre hombres y mujeres*” (RONDÓN, 2017, p. 136).

Como exemplo dos diferentes impactos políticos, temos como marca principal o ataque aos direitos conquistados por mulheres e pessoas LGBTQ+, a desvalorização dos movimentos sociais e dos estudos de GDS, como feito pelo presidente Rafael Correa no Ecuador (VIGOYA, 2017). Há casos em que as ações antigênero foram barradas, como na Espanha (BLÁZQUEZ; CORNEJO; PICHARDO, 2018; CORNEJO; PICHARDO, 2017) e

em Portugal (VILAÇA; OLIVEIRA, 2015). E em outros países os debates foram levados ao voto popular, como na Eslováquia (CORNEJO; PICHARDO, 2017).

Em alguns países, estas ações paralisaram políticas públicas (permanentemente ou temporariamente), como na França com o debate da legalização do casamento homoafetivo em 2012 e 2013, com manifestações organizadas pelo movimento *La manif pour tous*, que foi reproduzido na Itália, Polônia, Espanha e Bélgica (VIGOYA, 2017). Na Colômbia houve o voto “não” no acordo de paz em 2016 e a não implementação do material didático produzido pelo Ministério da Educação do país (MENA-LÓPEZ; RAMÍREZ, 2018; SOUZA, 2018; RONDÓN, 2017; VIGOYA, 2017). Na Bulgária, Croácia, Eslováquia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Checa, Romênia e Ucrânia houve intensa campanha contra a ratificação da Convenção da ONU de Prevenção e Combate a Violência contra a Mulher (ZAMFIR, 2018). Sobre a Hungria, as produções de Andrea Pető (2018, 2020, 2021, 2022; KOVÁTS; PETŐ, 2017) expõem o ataque à equidade de gênero e aos estudos de GDS, a liberdade de educação, o fechamento de programas com as temáticas e a perseguição, assédio, silenciamento e humilhação feita com pesquisadoras(es) da área; além das mobilizações de mulheres de extrema direita contra o feminismo e regimes de gênero fora do eixo heteronormativo.

É justamente esta diferença no resultado político das ações antigênero que utilizam a retórica IdG nos países, em especial relacionadas à educação, que serão detalhadas no próximo capítulo sobre os casos do Brasil e de Portugal.

Neste capítulo apresentei o que entendo por PDH. Este tipo de poder é mobilizado por pessoas e instituições, assim como por valores sociais, culturais, mitos e outras estruturas de relações de poder para impor padrões de sexo, gênero e sexualidade aos corpos. Através de vários mecanismos políticos que instauram a dominação com legitimidade nas relações sociais, entre eles a linguagem, ele determina uma estrutura hierárquica, binária e oposicional de sexo, gênero e desejo que promove a heterossexualidade compulsória. O discurso funciona como regime de controle e vigilância dos ‘padrões’ de gênero e sexualidade através de um sistema de significações e abstrações opressivo e violento, em especial para mulheres e pessoas LGBTQ+. O não cumprimento da ‘norma’ causa a marginalização e a exclusão da sociedade, efetiva ou simbólica, ao denominar o ‘Outro’ como ‘anormal’. O destaque dos discursos sobre o sexo e a sexualidade está em seus vários contornos ao longo da história como um discurso político que expressa os valores dominantes como naturais e normais, sendo moral, médico, biológico e juridicamente corretos.

Também elenquei a partir da revisão da literatura e do histórico da retórica da IdG no

mundo as principais características do PDH. Em suma, a IdG é uma representação do PDH por expressar as desigualdades sociais e políticas das temáticas de GDS tendo como principais características:

- Sua criação pela *Igreja Católica* na década de 1980, sendo assumida a partir dos anos 2010 por outros movimentos conservadores, religiosos, de direita e antigênero;

- *Viés religioso-cristão* (fundamentalismo e conservadorismo) de defesa da vida, da família e das crianças, com a tentativa de *secularização do discurso religioso* com o uso de discursos científicos enviesados, expressando o *impacto de instituições religiosas nas democracias* e o movimento de reconexão destas com a política como reação à esfera pública polifônica, secular e laica;

- Está associada à *espetacularização* dos discursos, midiaticização e visibilização das disputas políticas favoráveis e contrárias à GDS, principalmente pós anos 2010 em que os embates políticos envolvendo a IdG ganham evidência e publicização na mídia;

- Mobilização do *pânico moral* definindo ‘inimigos’ com ‘interesses ocultos’ perigosos para a nação, a natureza e as famílias, criando e alimentando vários monstros (ditadura gay, pedofilia, comunismo, etc.) que justificariam o ódio e a violência, principalmente contra pessoas trans;

- Está associado a processos de *desdemocratização*, ao crescimento da influência religiosa e de expressões de direita e populista na esfera política no mundo, como fruto da erosão democrática pós crise mundial de 2008, reunindo frustrações políticas, sociais e econômicas ao atribuir causas morais aos problemas da sociedade. Como exemplo dos diferentes impactos políticos estão os ataques: ao conceito de gênero enquanto construção social; aos direitos conquistados por mulheres e pessoas LGBTQ+; a desvalorização dos movimentos sociais e dos estudos de GDS; a liberdade de educação; perseguição, assédio e silenciamento de pesquisadoras(es) e militantes.

- Está fortemente relacionada à *educação*, reagindo aos debates de GDS nesta área, argumentando que confunde e sexualiza crianças precocemente, as incentiva a se converterem em homossexuais ou a mudarem seu gênero, sendo que é responsabilidade dos pais, segundo seus valores, e não da escola a decisão sobre com o quê devem ter contato.

3 A ‘IDEOLOGIA DE GÊNERO’ NO BRASIL E EM PORTUGAL

Neste capítulo específico os contextos nos quais a retórica da IdG tem sido mobilizada no Brasil e em Portugal, países escolhidos para a análise. Os motivos da escolha destes países, assim como dos jornais, foram citados na introdução e serão aprofundados no próximo capítulo. Mas aqui é importante reforçar a justificativa do porquê olhar para os jornais de maior circulação digital dos países.

Como um contexto geral, reforço que tanto o uso do conceito sociológico da ideologia de gênero quanto a retórica da IdG são ideológicos. O primeiro busca subverter as limitações impostas pela heteronormatividade, enquanto o segundo pretende manter a estrutura social dominante. A diferença que enfatizo entre os dois está não apenas na qualidade dos argumentos, mas, principalmente, na quantidade de aparelhos ideológicos mobilizados por cada grupo (SEIXAS, 2021; ALTHUSSER, 1980).

O caráter de naturalidade dado pela retórica da IdG à heterossexualidade oculta e dissimula suas reais intenções (GWIAZDA, 2021; ROMERO, 2021; LÓPEZ PACHECO, 2021; OLIVEIRA; MELO; FARIAS, 2021; RONDÓN, 2017; MISKOLCI, 2007). Dessa forma, esse discurso valora as pessoas que buscam mudar a realidade como ‘maus’ e ‘inimigos da sociedade’ que querem ‘manipular as pessoas’, enquanto o seu posicionamento é nomeado como ‘verdade’. Os dois grupos (nós *versus* eles) acabam sendo entendidos como massas homogêneas, ignorando as diferenças internas identificadas, e são nomeados com referências a padronizações dos argumentos e suas ‘identidades coletivas’.

Essa interação entre os grupos é expressa nos meios de comunicação que apresentam parte das dimensões discursivas, cognitivas e sociais do contexto das disputas incitadas pela IdG (VAN DIJK, 2017). O que reforça o papel central da mídia na sociedade contemporânea como um dos campos de batalha política determinado pelas lógicas política e econômicas que estão inseridas em contextos sócio-históricos de reprodução cultural e social (MARTÍN-BARBERO, 2003). Estas disputas presentes em uma escala política ampla e nas interações cotidianas mobilizam tecnologias de poder e de *self* que regulam e governam as condutas das pessoas em sua busca ética, mais ou menos consciente, de se enquadrar dentro de uma ordem moral. Nestes ‘jogos de verdade’ o repertório cultural mobilizado nos discursos demarca as posições do sujeito falante que reivindica a verdade (subjetivação) e permite que ele “*to manage, in quite subtle and complex ways, their moral location within social interaction*” (ARRIBAS-AYLLON; WALKERDINE, 2008, p. 99).

Um discurso também se realiza em textos (PARKER, 1993). Portanto, olhar para as

produções jornalísticas permite observar a interface entre os discursos e a cognição social relacionada a cada grupo e como (re)produzem suas ideologias. Pois, tal como “no racismo (...), as ideologias não são inatas, mas aprendidas, partilhadas e usadas para identificar, formar e manter grupos sociais e o seu poder” (VAN DIJK, 2017, p. 15). Isso ocorre por meio de processos complexos de socialização, reificados performativamente a longo prazo, que são socialmente partilhados pelas pessoas intra-grupos.

As produções jornalísticas marcam e visibilizam as disputas discursivas presentes em uma multiplicidade de ações e vivências interativas que operam na tensão entre poder e resistência nos diversos contextos socioculturais (familiar, educacional, laboral, etc.) de diferentes públicos de diversas identidades: gênero, raça, etnia, sexualidade, entre outras (SOUZA, 2016; MAIGRET, 2010; MAIGRET; MACÉ, 2005). Os eventos citados nos estudos de espetacularização do pânico moral mostram as tensões das disputas sociopolíticas por reconhecimento dos contra públicos no cruzamento das esferas políticas e midiáticas (SOUZA, 2016).

Sendo a mídia um dos principais atores na esfera pública (MAIGRET; MACÉ, 2005), os jornais permitem apreender, com a análise de seus produtos, as perspectivas e expectativas políticas em relação às temáticas de GDS. Isso é possível também por sua interação com discursos parlamentares que não apenas reproduzem o *status quo*, como respondem às pressões do mundo social ao buscar representar as identidades da sociedade.

Nas próximas seções, valorizo os debates, discursos e decisões parlamentares que envolvem a retórica da IdG (representações do PDH e da influência política desses discursos) e que foram visibilizados pela mídia, como mostram os dados no capítulo de resultados. Apresento brevemente as heranças discursivas sobre a IdG no Brasil e em Portugal, com foco nos discursos parlamentares e seu debate em pautas educacionais que se destacaram nos últimos anos em ambos os países.

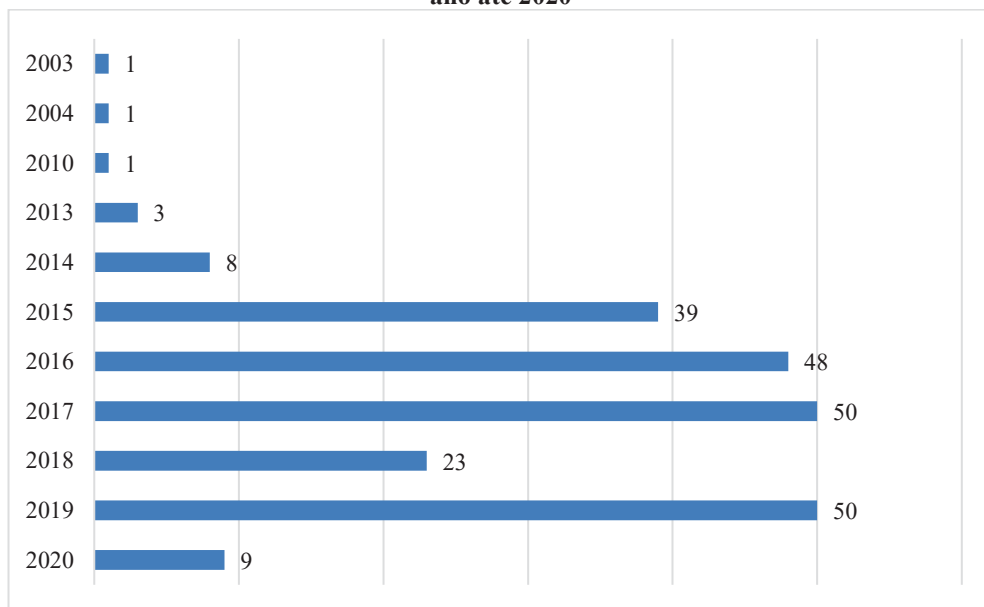
3.1 CONTEXTO E RESUMO DOS MARCOS NO BRASIL

Os debates sobre GDS na Câmara de Deputados no Brasil, assim como sua repercussão nos meios de comunicação, se intensificou a partir dos anos 2000. Diversos estudos sobre as polêmicas envolvendo as temáticas e o uso da retórica da IdG têm sido produzidos nos últimos anos como resultado desta efervescência causada pela conjuntura política, principalmente presente em debates educacionais e eleitorais (REZENDE; SOL, 2021; ARAGUSUKU, 2020, 2018; REZENDE; ÁVILA; OLIVEIRA, 2020; SILVA, 2019;

LACERDA, 2018; SANTOS, 2018; LUNA, 2017; MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

Como mostram as notas taquigráficas¹⁵ dos discursos proferidos dentro do plenário da Câmara dos Deputados com o termo IdG, as primeiras aparições da retórica acontecem em 2003, 2004 e 2010. A característica principal é a relação com a questão ‘pró-vida’ ao associar a IdG à ‘cultura da morte’ (VAGGIONE, 2017) vinculada aos direitos sexuais e reprodutivos e às propostas de aborto e eutanásia (SANTOS; BIROLI, 2017). Para parlamentares vinculados ao catolicismo, para dar continuidade à ‘família natural’ monogâmica e heterossexual que gera a vida, é necessário ser contra as legislações que empregam o conceito de gênero e uma ideia ‘antinatural’ de sexualidade desassociada da reprodução (VIGOYA; RONDÓN, 2017).

Gráfico 6 – Discursos parlamentares da Câmara dos Deputados com o termo “ideologia de gênero” por ano até 2020



Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca no *site* da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2021).

Os três pronunciamentos feitos em 2013 com a retórica são de integrantes da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Os dois primeiros têm como foco a oposição ao Projeto de Lei (PL) nº 122/2006 de combate à homofobia destacando os riscos que ela trará para as famílias e futuramente ligados à educação. Nos debates que aconteceram em audiências públicas sobre

¹⁵ A seção ‘Discursos e Debates’, no *site* da Câmara dos Deputados permite acesso público à íntegra dos discursos dos parlamentares em plenário onde as opiniões sobre os temas em debate são expressadas (www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas). Fiz a busca do termo “ideologia de gênero” no dia 07/06/2021, sem delimitação de tempo, em ‘Texto integral’, no Plenário e pedi os resultados organizados em ordem crescente por ‘Data da seção’ (BRASIL, 2021). Resultaram 239 documentos, sendo 233 dentro do recorte temporal da pesquisa, até o final de 2020 (<https://bit.ly/3BTUEgb>). Justifico que as referências feitas aos discursos citam o partido e estados dos parlamentares no ano de ocorrência do pronunciamento e por isso o mesmo parlamentar pode aparecer no texto com mais de um partido associado.

este PL, marcados pelo acirramento do embate entre movimento LGBTQ+ e líderes religiosos, outros argumentos utilizados são de que ele limita e criminaliza a liberdade de expressão, e gera ‘heterofobia’ e ‘cristofobia’ (MACHADO, 2017).

No discurso do Deputado e Pastor Eurico (PSB PE) feito no dia 22/11/2013, ele também menciona o PL nº 6.010/2013, que versa sobre o combate à violência contra a mulher, e diz que se aprovado a IdG será introduzida nas metas da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional. Depois desse discurso, todas as outras notas taquigráficas com a retórica estão sempre acompanhadas da ‘preocupação’ com a educação. O último do ano, em 16 de dezembro, feito pelo Deputado e Pastor Erivelton Santana (PSC BA), inclusive cita o projeto Escola Sem Partido (ESP) como uma forma de barrar a IdG nas escolas. A partir de 2014 o foco principal passa a ser o combate à IdG na educação, como expresso nos oito discursos do ano que citam os debates sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) nas etapas preparatórias e na Conferência Nacional de Educação (CONAE).

É importante destacar que no Brasil, assim como mostra o histórico da IdG, a retórica é expressa primeiro por representantes católicos e grupos de direita de base cristã com atuação política e base social restritas. Depois ela é assumida por evangélicos e outros parlamentares e grupos de direita (CORRÊA; KALIL, 2020; GOMES, 2020). Como exemplifica Henrique Araujo Aragusuku (2020, p. 110), é nesse período que acontece a introdução da IdG na pauta política até então

praticamente desconhecida na arena legislativa e pouco fluente na esfera pública. (...) a oposição conservadora contra a agenda de gênero e sexualidade não é novidade no parlamento brasileiro, que atuou nas últimas décadas de forma resistente à aprovação de legislações que ampliam direitos sexuais e promovem cidadania às pessoas LGBTQ (...). Entretanto, a década de 2010 definiu um momento em que tais grupos conservadores abandonaram uma posição majoritariamente defensiva e, gradualmente, assumiram uma agenda ofensiva, mais propositiva em termos político-legislativos. (ARAGUSUKU, 2020, p. 110-111).

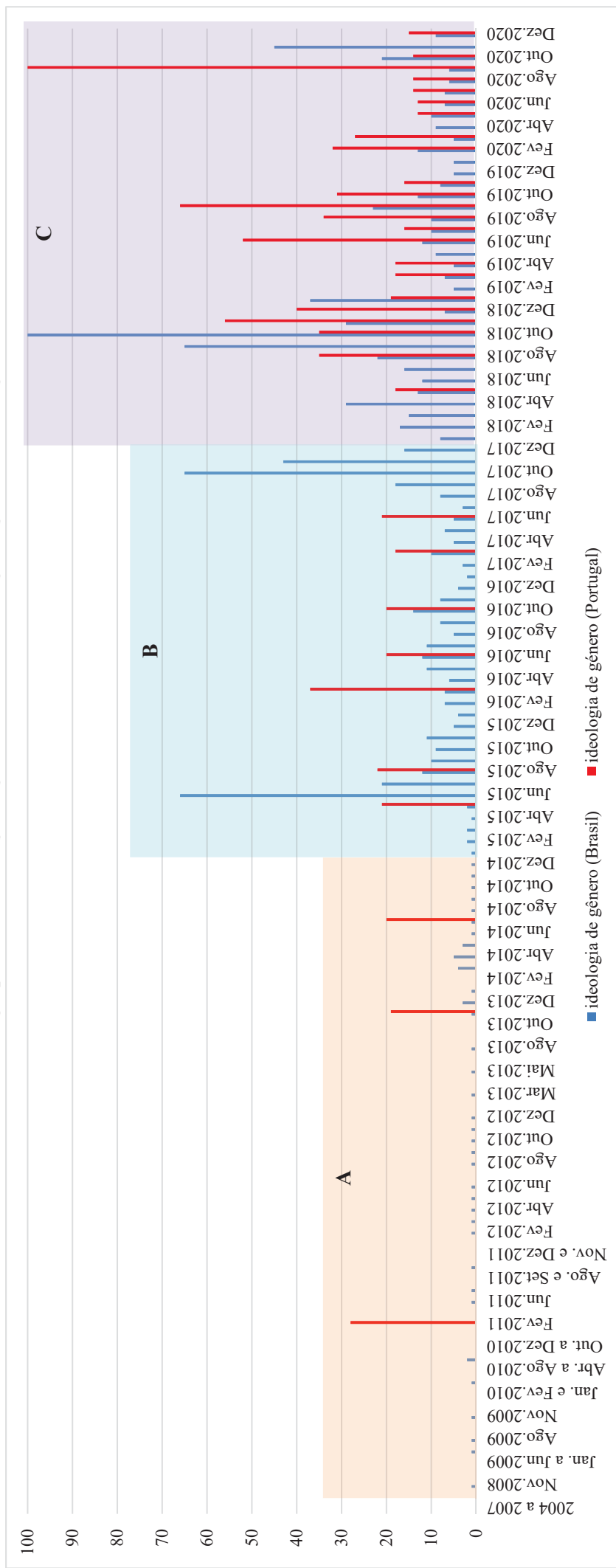
Essa ofensiva reativa está em diversas propostas conservadoras contrárias a avanços nos direitos das mulheres e de pessoas LGBTQ+. Como mostram os dados do *Google Trends* (2022), bloco A do Gráfico 7, as disputas discursivas sobre GDS no campo político brasileiro que visibilizaram a IdG estão marcadas por ‘conflitos observáveis’ das posturas contrárias e favoráveis às temáticas. Como exemplo, cito os debates e manifestações relacionados: às políticas de ampliação da cidadania LGBTQ do governo Lula (2003-2010) como o Programa Brasil Sem Homofobia em 2004, a I Conferência Nacional LGBTQ em 2008, a criação do Conselho Nacional LGBTQ em 2010 e o lançamento no mesmo ano da Política Nacional de

Saúde Integral de LGBT; ao PL nº 6.150/2005 proposto pelo Deputado Elimar Máximo Damasceno (PRONA SP), conhecido como Estatuto do Nascituro; ao Plano Nacional dos Direitos Humanos III em 2009; as temáticas do aborto e LGBT+ nas eleições presidenciais de 2010, 2014 e 2018; a conquistas através do judiciário da constitucionalidade da união civil entre pessoas do mesmo sexo em 2011 e o casamento civil homoafetivo em 2013; ao PL nº 5.069/2013 de Eduardo Cunha (PMDB RJ), que dificultava a realização do aborto por mulheres vítimas de estupro; ao PL nº 6.583/2013, conhecido como Estatuto da Família; o interesse de parlamentares da FPE no Comissão de Direitos Humanos e Minorias no governo Dilma; as etapas preparatórias e a própria Conferência Nacional de Educação, entre outros.

Estes eventos intensificaram “o campo já minado das comunidades morais conflitantes (...) [e] revelam que os deslocamentos discursivos encontram-se associados com novas formas de atuação dos cristãos na sociedade civil e no Legislativo” (MACHADO, 2017, p. 374). A partir de 2015, o aumento significativo das buscas pela IdG no *Google* (bloco B do Gráfico 7), confirma a consolidação da ofensiva conservadora representada pela retórica que unificou discursivamente vários antagonismos relativos às questões de GDS “antes dispersas – como aborto, homossexualidade, família, práticas sexuais, papéis de gênero, educação sexual, entre outros” (ARAGUSUKU, 2020, p. 114).

Em junho de 2015, há o primeiro pico nas pesquisas pela retórica. Momento que marca um ano da aprovação da lei do PNE, em que as temáticas de GDS foram consideradas a “mais ruidosa polêmica” (BRASIL, 2014). É importante destacar aqui que não apenas as expressões relacionadas as pautas de GDS foram retiradas das diretrizes que previam a superação das desigualdades educacionais, mas também as relativas a outros segmentos historicamente excluídos (população negra, indígena, do campo, etc.). Os pontos modificados no PNE são justamente os que versavam sobre as desigualdades no ambiente escolar, e que instigavam debates sobre novas compreensões da educação e da sua relação com a transformação da sociedade, na superação das desigualdades sociais, hierarquias e normas estabelecidas pelas relações de poder hegemônicas (LOURO, 2000; SILVA, 2010). Isso “oculta as desigualdades imperantes nas políticas de educação do Brasil (...) [e] afeta diretamente os direitos básicos (...), pois invisibiliza a desigualdade histórica desses segmentos” (SOUZA, 2014, p. 196).

Gráfico 7 – Ocorrência da busca no *Google* pelo termo ideologia de gênero no Brasil e ideologia de gênero em Portugal de 2004 a 2020.



Fonte: A autora (2022) com base nos dados do *Google Trends* (2022).

Nota: Para melhorar a visualização dos dados, meses do mesmo ano com resultado zero nos dois países foram agregados e os resultados do Brasil menores que um foram contabilizados como um para aparecer na tabela (ocorrências em junho, julho e outubro de 2011; março, abril, outubro e dezembro de 2012; março, maio, agosto e novembro de 2013; janeiro, junho, outubro e novembro de 2014; janeiro e abril de 2015).

O ano de 2015 também marca o ponto em que a IdG não saiu mais da busca do *Google* apresentando picos constantes. As polêmicas em torno da educação se acentuaram no período marcado no bloco B do Gráfico 7, das quais destaco alguns eventos marcantes que tiveram como foco a IdG. Exemplo da repercussão da aprovação do PNE e sua diretriz para os debates dos Planos Estaduais de Educação (PEE) e Planos Municipais de Educação (PME) de 2015 a 2016 (OLIVEIRA; MELO; FARIAS, 2021; SOUZA, 2018; MAIA; ROCHA, 2017), e o debate e a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 (LIMA; HYPOLITO, 2019; FREIRE, 2018).

O período de 2015 a 2018 é o de consolidação da IdG na política brasileira (ARAGUSUKU, 2020, 2018) como categoria acusatória (LUNA, 2017), com 160 discursos – 39 em 2015, 48 em 2016, 50 em 2017 e 23 em 2018. Como lembram Maia e Rocha (2017, p. 404), “na área de educação garantir o que fica, o que está e o que deve sair do plano é uma disputa de poder para que a compulsoriedade se implemente”. Nestes discursos, um dos pontos recorrentes é a citação do projeto e do movimento ESP, que ganha força política e visibilidade no debate público (ALVES; SEGATTO; PINEDA, 2021; OLIVEIRA, 2020; SANTOS, 2018; MIGUEL, 2016). Diversas cidades e alguns estados chegaram a aprovar legislações derivadas do ESP contra a IdG e a ‘doutrinação ideológica’, que foram barrados pelo Poder Judiciário por serem consideradas inconstitucionais (ARAGUSUKU, 2020). Os movimentos progressistas passam a chamar estas iniciativas de ‘leis da mordaza’, “projetos de criminalização da docência, entendida em seu sentido mais profundo – o estímulo ao pensamento crítico e à capacidade de reflexão autônoma” (MIGUEL, 2016, p. 614).

Na Câmara de Deputados, neste período, 16 PLs tinham como base a IdG, sendo 13 com objetivo de barrá-la no âmbito educacional propondo alterações na LDB, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e em legislações penais (ARAGUSUKU, 2018). Em sua maioria (10 dos 16 PLs), estes projetos têm representantes do Partido Social Cristão (PSC), ligado à Assembleia de Deus e outras igrejas, e do Partido Republicano Brasileiro (PRB), atual Republicanos, ligado à Igreja Universal do Reino de Deus. Estes parlamentares, junto com outros políticos evangélicos, são responsáveis por mais de dois terços dos pronunciamentos (ARAGUSUKU, 2020, 2018). A intensidade de uso e pressão da retórica, fez com que ela fosse também utilizada por parlamentares de esquerda como forma de contrapor este discurso político dos representantes conservadores que “buscam difundir um determinado posicionamento ideológico na esfera pública e nos espaços de tomada de decisão socioestatal” (ARAGUSUKU, 2020, p. 116).

Este intervalo também é marcado pela censura das temáticas de GDS em currículos e

livros – de literatura ou didáticos, nas produções audiovisuais, artísticas e nos meios de comunicação (CABALLERO; JUNIOR, 2021; ARAGUSUKU, 2018; ALMEIDA; JAEHN; VASCONCELLOS, 2018; SOUZA, 2018; MIGUEL, 2016). Como aponta Willian Eduardo Righini de Souza (2018), “as tentativas de se proibir o acesso e a circulação de fontes de informação, essencialmente livros, (...) já ocorreu em outros períodos da história do Brasil” (SOUZA, 2018, p. 268-269). Os argumentos no Estado Novo (SOUZA, 2018, p. 280-283) eram a defesa da nação, das crianças e do cristianismo, também utilizados pela Ditadura Civil-Militar (SOUZA, 2018, p. 283-286) em prol da moral e dos bons costumes e contra a subversão e os riscos à segurança nacional. O diferencial atual é a justificativa de barrar a IdG mostrando que “a intolerância sexual e de gênero tem resistido no Brasil utilizando diferentes meios para os mesmos fins” (SOUZA, 2018, p. 269). Ao citar a censura ao livro infantil *Menina não entra*, de Telma Guimarães Castro Andrade (2010), que fala sobre uma menina jogar futebol, o autor lembra que foi proibido no Estado Novo e na Ditadura mulheres praticarem esportes considerados masculinos (SOUZA, 2018).

O resultado dessa consolidação é o uso da retórica da IdG como pauta e bandeira de várias campanhas eleitorais do ano de 2018. Entre elas, a do presidenciável eleito Jair Bolsonaro, já conhecido por seus discursos desde 2011 contra o projeto vetado Escola Sem Homofobia que denominava de ‘kit gay’ (ARAGUSUKU, 2020; LEITE, 2019; CARRANZA; VITAL DA CUNHA, 2018). Este período eleitoral representa a maior frequência de todos os anos de busca pelo termo (bloco C do Gráfico 7). Outro pico está em janeiro de 2019, em que o termo foi citado no discurso de posse do presidente. O combate à IdG se tornou posição oficial do Governo Federal, não apenas nos discursos do presidente, mas também de seus ministros, principalmente com Ernesto Araújo no Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), com Damares Alves no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e no Ministério da Educação (MEC) com seus representantes religiosos (ARAGUSUKU, 2020).

As eleições também marcaram a força de um novo ciclo político conservador e de direita, representado pelo Partido Social Liberal (PSL) que elegeu a segunda maior bancada da Câmara de Deputados e foi responsável pela maioria dos pronunciamentos e dos PLs. A vitória de Bolsonaro “fortaleceu a agenda de oposição às políticas em gênero e sexualidade no Brasil, dando importantes espaços institucionais para os grupos parlamentares” (ARAGUSUKU, 2020, p. 121) na luta contra a IdG. A diferença da atuação destes grupos está nos projetos propostos, em que a maioria trata da punição e criminalização da retórica na sociedade e não do âmbito da educação. Exemplo do PL nº 3.492/2019 de autoria das

deputadas Carla Zambelli (PSL SP), Bia Kicis (PSL DF) e Eduardo Bolsonaro (PSL SP), que propõe mudar o Código Penal e, “dentre outras ações, tipifica o homicídio por imposição da ‘ideologia de gênero’ no rol de crimes hediondos” (ARAGUSUKU, 2020, p. 123).

No ano de 2020, mesmo diante de uma pandemia global, nove pronunciamentos na Câmara dos Deputados citam a IdG. Nos três discursos do Deputado Eli Borges (evangélico, Solidariedade TO) ele cita a retórica. Nos dois primeiros ele lamenta a decisão do STF de proibir projetos de lei contra a IdG, que para ele como cristão na escola devem se fazer valer os ‘valores da família’. As falas dos deputados Eros Biondini (católico, PROS MG), General Girão (espírita, PSL RN) e Dra. Soraya Manato (evangélica, PSL ES) também são contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) do STF. No último discurso de Eli sobre o PL nº 1.531/2015, que proíbe discriminação no trabalho de orientação sexual, doença crônica ou HIV/SIDA e religião, ele diz que “no Brasil há muito mais cristofobia que homofobia” (BORGES, 2020) e que as sessões virtuais (em razão da pandemia) tem colocado como regime de urgência estes projetos ‘ideologizados’ com “discurso eleitoreiro” para aprovar a IdG. O deputado Pastor Otoni de Paula (evangélico, PSC RJ) também se posiciona contra o PL. Na fala do deputado Bibó Nunes (cristão, PSL RS), ele argumenta que a IdG é um projeto da ‘esquerda’, do comunismo e do socialismo que “quer o fim da sociedade, o fim da família, o fim da religião, quer, com o mundo todo separado, e a sociedade aos frangalhos” (NUNES, 2020).

A exceção dos discursos em 2020, é o da deputada Alice Portugal (PCdoB BA), que na sessão que debatia o auxílio emergencial na pandemia, lembra que as falas dos extremistas de direita sobre a IdG são para disfarçar “com uma falsa moral, o problema real dos brasileiros, que é fome, desemprego, desalento. Acima de tudo, o Governo dá um péssimo exemplo ao dizer que as vacinas são ideologizadas.” (PORTUGAL, 2020). Em suma, a

pluralidade política destas novas lideranças conservadoras (...) Representam também uma rearticulação das pautas conservadoras e das direitas no Brasil, que assumem um posicionamento integrado entre ultraliberalismo econômico e conservadorismo moral (...) A luta contra a “ideologia de gênero” se configura como uma das principais pautas desta agenda conservadora, influenciando sobre as disputas políticas que perpassam o campo da moral e dos costumes sexuais. (...) Apesar de ameaçadas, as políticas em gênero e sexualidade continuam fluentes nas agendas governamentais e são sustentadas por uma potente rede da sociedade civil composta por movimentos sociais, fundações, partidos, associações acadêmicas, entidades profissionais, sindicatos, etc. Porém, cabe destacar que existe um grande esforço dos grupos de direita vitoriosos nas eleições de 2018 para a supressão desta rede da sociedade civil e de sua agenda em políticas sexuais. (ARAGUSUKU, 2020, p. 124-125).

Nesse breve levantamento da IdG nos discursos parlamentares no Brasil alguns pontos relacionados com o histórico da retórica no mundo merecem destaque. O primeiro é seu caráter reativo aos avanços e conquistas de políticas de GDS. Sendo importante reforçar que aqui, assim como na Colômbia, a maioria destes avanços nos direitos de mulheres e pessoas LGBT+ foram alcançados via judicial, ao invés de debates legislativos (VIGOYA, 2017). Fato utilizado por atores conservadores para deslegitimar instituições e processos democráticos argumentando que representam a ‘vontade do povo’ que em sua maioria é cristão, além de fortalecer seus discursos de liberdade e direito à expressão (MANO, 2019). Estas ações reativas fortemente midiáticas (SOUZA, 2014) estão representadas nos debates educacionais do país, assim como acontece em outros países da América Latina, “a finalidade de compor uma sociedade neutra, perene, igual e descomprometida com as diferenças (...) [com a] desqualificação de estudos de gênero e diversidade sexual baseada numa matriz heterossexual” (MAIA; ROCHA, 2017, p. 415).

Nestas disputas discursivas um dos fantasmas muito utilizados é o da ‘ameaça comunista’. Marina Basso Lacerda (2018), ao analisar o neoconservadorismo no parlamento brasileiro, destaca essa luta anticomunista e antissocialista e sua relação com denominações religiosas e uma inserção internacional religiosa mais ampla que tem centralidade nas questões punitivistas, reprodutivas e da família tradicional patriarcal. Esta estratégia de pânico moral já foi utilizada em outros períodos da história do Brasil, em que o comunismo e uma suposta ‘revolução socialista’ (MAIA; ROCHA, 2017) foi associada ao governo de João Goulart (1962-1964), sendo “acionado pela mídia, pelos militares, pelos empresários, pelos latifundiários e pelas Igrejas (...) [como] uma ameaça à nação, pois traria consigo o ateísmo, destruiria a instituição família, acabaria com a propriedade privada e solaparia todas as conquistas da civilização cristã” (SOUZA, 2014, p. 199-200).

Segundo é seu fortalecimento após crises e conflitos sociais, especialmente relacionadas às instituições políticas como um dos efeitos da recessão econômica, exemplo das manifestações de 2013, do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e das mobilizações Fora Temer. Ciclos que marcam a reorganização da direita conservadora e cristã no país, unificada na pauta de combate à IdG, que acaba sendo utilizada como instrumento político e bandeira eleitoral. Aqui, é importante frisar que estes discursos eleitorais contra a retórica também são acompanhados constantemente de promessas e perspectivas de maior espaço, representação no governo e ganhos para as denominações evangélicas. A ênfase está nas representações partidárias relacionadas ao conservadorismo cristão (com destaque para o PSC e o PRB) e de direita (representado pelo PSL).

É interessante perceber que no Brasil, assim como em outros países principalmente da América Latina, denominações cristãs (católicas e evangélicas) ainda são vistas como instituições com boa reputação política, o que dá força as suas proposições de barrar novas pautas de GDS e desmontar as existentes (CARRANZA, 2020; KUHAR; PATERNOTTE, 2017; CORNEJO; PICHARDO, 2017; VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012). A forte midiaticização e visibilidade nos meios de comunicação religiosos e seculares de seus representantes também favorece a divulgação dessa pauta de combate à IdG unificando diversos ‘monstros’ contrários à base cristã. Também é notória a tentativa de secularização do discurso destes atores e agentes que revestem de cientificidade seus discursos e argumentam que representam a voz da ‘maioria da população’ (CAMARGO, 2021; MANO, 2019). Ou seja, utilizam uma retórica de democracia como regra da maioria para questionar os direitos do que consideram “minorias”.

No caso do pastor Silas, a formação na área da psicologia favorece esse deslocamento discursivo que pode ser interpretado como uma reação às acusações do movimento LGBT de que a participação dos atores religiosos no debate público sobre a sexualidade a política sexual fere o princípio da laicidade do Estado. Na visão deste pastor, “o governo é laico, mas o parlamento não é laico, os representantes vêm para cá defender as ideologias do povo. E se pode ter ideologia de Marx, pode ter parlamentar para defender a ideologia de Cristo.” (MACHADO, 2017, p. 369).

Na educação, este processo é visto na alegação narrativa de neutralidade, que mascara a violência contra mulheres e pessoas LGBTQ+ através do apagamento das diferenças (FREIRE, 2018; PEREIRA, 2018). Outro argumento é o de necessidade de barrar os mandos do Estado que estaria promovendo a doutrinação escolar das crianças, como mostra o argumento central do projeto e do movimento ESP de necessidade de se “despolitizar as escolas”. Os discursos reforçam a base cristã da retórica e os Ns elencados por Kuhar e Paternotte (2017) – natureza, nação e normalidade –, com a defesa do binarismo de gênero, do sexo biológico e seu caráter natural associado à preservação da família e da reprodução “vinculada à defesa da nação contra um suposto golpe contra esses elementos (...) [que] reforçam a manutenção do status quo, associado à tradição, a características do povo brasileiro, à biologia/natureza e, portanto, à normalidade” (REZENDE; ÁVILA; OLIVEIRA, 2020, p. 606).

3.2 CONTEXTO E RESUMO DOS MARCOS EM PORTUGAL

Mesmo Portugal não tendo nenhum resultado na revisão da literatura com o conceito sociológico da ideologia de gênero, é importante destacar que existem diversos trabalhos que tratam dele ao analisar os debates políticos no país relacionados à GDS. Exemplo do artigo de Maria Helena Santos e Lígia Amâncio (2012) sobre como a ideologia de gênero, representada na crença de que o espaço da política é masculino, ainda influenciou os processos eleitorais de 2009, mesmo após a aprovação da Lei da Paridade em 2006. As autoras destacam também como esses papéis de gênero na política são reforçados pelos meios de comunicação e agem como “um obstáculo central aos efeitos positivos que esta lei potencia” (SANTOS; AMÂNCIO, 2012, p. 17). Mesmo sem citar o conceito, Maria Helena Santos, Carla Cerqueira e Rui Vieira Cruz (2017) também falam sobre como os estereótipos de gênero que delimitam o espaço político para os homens é valorizado pela mídia nas coberturas noticiosas.

Como Helena Vilaça e Maria João Oliveira (2015) apontam, os debates denominados como pautas fraturantes no país acontecem desde o final da ditadura salazarista. Eles são marcados por manifestações da sociedade civil e da Igreja Católica que pontua seu ponto de vista da ortodoxia católica (defesa da família heteronormativa e crítica à homossexualidade), mas sem radicalizar o discurso ou interferir nas decisões. “Ao contrário do que acontece noutros países do sul da Europa, como a Espanha ou a França, a Igreja Católica em Portugal tem um discurso mais moderado e uma atuação mais contida em relação às questões de moralidade” (VILAÇA; OLIVEIRA, 2015, p. 36). Isto mostra que mesmo o país tendo um dos indicadores mais altos da Europa em relação à religiosidade, há autonomia do Estado em relação à Igreja. Uma ressalva importante apontada pelas autoras é que a postura oficial ‘diplomática’ da Igreja é fruto dos acordos, cooperação e negociação feitas com o Estado pós-ditadura, como a conquista da criação de uma universidade católica.

Entretanto, o viés diplomático começa a mudar a partir dos anos 2000. Primeiro, por causa dos avanços recorrentes das pautas fraturantes que marcam uma reação mais incisiva com base no pânico moral (RUBIN, 2017; COHEN, 2011). Segundo, com as posturas mais enfáticas do Vaticano contra o conceito de gênero, enquanto construção social do sexo, publicadas em seus documentos oficiais e nos encontros realizados em vários países que ultrapassam o espaço religioso e confessional, sendo assumidas também por outros grupos que militam contra a IdG, em especial na educação (UBIETA; HENRIQUES; TOLDY, 2018).

Como exemplos das ações liberalizantes aprovadas legislativamente no país que

geraram embates sociais temos: a Lei do Divórcio em 1975; a Lei do Aborto com primeira versão de 1984, dois referendos sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG), o primeiro negativo em 1998 e o segundo em que venceu o sim em 2007, tendo sido feita a legalização no mesmo ano pelo governo; a união de fato entre pessoas do mesmo do mesmo sexo em 2001 e o casamento civil em 2010; a proibição de qualquer discriminação por causa da orientação sexual em 2004¹⁶; a Lei da Paridade em 2006; a lei da reprodução medicamente assistida para casais em 2006, que em 2017 foi estendida para mulheres solteiras; e a lei da autodeterminação da identidade e expressão de gênero de 2018.

Estas legislações marcam algumas das mudanças significativas de modernização em Portugal¹⁷ referentes às pautas de GDS, resultado em grande parte do *lobby* feminista e LGBT+, além da pressão dos meios de comunicação (SANTOS; PIERI, 2021; SANTOS, 2018). Elas também destacam a relação de pessoas e movimentos contrários às temáticas com a Igreja Católica, incluindo parlamentares.

No mapeamento do uso da expressão ideologia de gênero em Portugal verifiquei que os primeiros picos de pesquisa no *Google* também se referem ao seu conceito sociológico (bloco A do Gráfico 7). Diferentemente do Brasil, no período até 2014 não há ocorrência da retórica da IdG nos debates parlamentares, conforme mostram os resultados da busca pelos discursos proferidos dentro da Assembleia da República com o termo desde a primeira ocorrência até o final do ano de 2020 (PORTUGAL, 2021)¹⁸. Dos quatro discursos parlamentares encontrados no Diário da Assembleia da República com o termo, três citam a

¹⁶ “Portugal se tornou o primeiro país na Europa e o terceiro no mundo a proibir qualquer discriminação em razão da orientação sexual.” (VILAÇA; OLIVEIRA, 2015, p. 32).

¹⁷ O levantamento completo das alterações em leis que impactam a vida das mulheres e pessoas LGBT+ em Portugal por ser visto na publicação *Igualdade de Género em Portugal 2014*, feito pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (DUARTE; CANÇO; PINTO, 2015).

¹⁸ O *site* da Assembleia da República, na seção Debates Parlamentares (<https://debates.parlamento.pt/>) dá acesso ao jornal oficial com os discursos parlamentares feitos desde 1821 – Monarquia Constitucional (1821-1910), 1ª República (1910-1926), Estado Novo (1935-1974) e 3ª República (1975-). Neste último período eles são apenas publicados *online* e se dividem em: Série I – transcrição dos discursos e debates feitos por parlamentares em Plenário; Série II – textos das diferentes atividades parlamentares divididos em cinco subséries (A – Decretos, resoluções e deliberações do Plenário, da Comissão Permanente, da Mesa e da Conferência de Líderes, além das convocações do Presidente, suas mensagens e debate do Programa do Governo; B – Votos, apreciações, interpelações, petições e inquéritos parlamentares, assim como as perguntas feitas ao Governo e suas respostas; C – Atas e relatórios das delegações da Assembleia, comissões e audições parlamentares, e outros documentos dos mandatos parlamentares; D – Intervenções de Deputados e delegações representantes da Assembleia da República em organizações internacionais; E – Publicação de despachos do Presidente e dos Vice-Presidentes, *accountability* da Assembleia, Auditoria Jurídica e outras entidades administrativas independentes); Série I e II - RC – referente às revisões constitucionais em Plenário e em eventuais comissões, respectivamente; e Série Separatas feita para a divulgação das iniciativas em debate (PORTUGAL, 2019). Fiz a busca do termo “ideologia de gênero” no dia 29/04/2021 com recorte temporal até 31/12/2020 (<https://bit.ly/3E6wXDm>). Obtive 10 páginas em 7 diários que após a exclusão dos resultados sem o termo ou uma de suas variações e outros que citavam o mesmo PL cheguei ao resultado final de quatro discursos, um em 2015, 2016, 2018 e 2019, sendo um é da Série I e os outros da Série II (dois na subsérie A e um na D).

retórica e um se refere ao conceito sociológico.

O pico nas buscas no *Google* em fevereiro de 2011 pode estar relacionado a dois debates que aconteceram no país no período. O primeiro, sobre a simplificação do procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil de pessoas trans (COELHO, 2021; VERSAN, 2020; LUSA, 2012). A proposta foi vetada pelo então presidente, Aníbal Cavaco Silva (PSD), no início de fevereiro de 2011. Ele foi reeleito no final do mesmo mês e no dia 01/03/2011, após reconsiderar, promulgou a proposta. O segundo, por causa do casamento homoafetivo de duas militares da Guarda Nacional Republicana (GNR) no dia 26/02/2011 (EXPRESSO, 2011).

Já o pico de novembro de 2013, pode ter como estopim das buscas as Resoluções do Parlamento Europeu de novembro sobre violência contra as mulheres na Europa e *Stalking*. Assim como as diversas legislações aprovadas no ano de prevenção à violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas; e aos Planos Nacionais de: Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, e para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação (DUARTE; CANÇO; PINTO, 2015). Outra legislação importante do ano foi a alteração da lei de adoção que permitiu a “coadoção de uma criança por um cônjuge ou por uma pessoa em união de facto com uma pessoa do mesmo sexo que já exerce responsabilidades parentais em relação ao menor” (MACIEIRA, 2020, p. 22). O pico em julho de 2014, pode ser fruto da resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a integração da perspectiva de gênero em todas as políticas e programas da entidade, e da aprovação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que aplicou a igualdade, a não discriminação e a parentalidade (DUARTE; CANÇO; PINTO, 2015).

Já no período entre 2015 e 2017 (bloco B do Gráfico 7), as primeiras expressões da retórica da IdG começam a aparecer no parlamento português e a ganhar visibilidade na mídia. A exceção neste período é a presença do conceito sociológico no discurso das deputadas e deputados do Bloco de Esquerda (BE) no dia 30/09/2016 em relação ao PL nº 307/XIII, que cria regulamentação para combater o assédio no local de trabalho. Ao expor os motivos para defender o projeto, as(os) parlamentares argumentam com base em um estudo que a ideologia de gênero é reproduzida no mundo do trabalho sendo representada pelas hierarquias e desigualdades de gênero, além de ser “*um fator fundamental para a promoção das situações de assédio, porque permitem a desvalorização simbólica e objetiva do lugar ocupado pelas mulheres*” (BE, 2016, p. 22, grifo no original).

A primeira aparição da retórica da IdG em 2015 em um discurso parlamentar, marca também a virada de postura religiosa no país. O discurso de 31 de março de 2015, feito pelo

deputado Acácio Valente (PPV), em nome também da Associação Portugal Pró-Vida, tem como mote principal o debate da natalidade. Para ele, este é um debate ideológico, assim como “quase todos os problemas de que Portugal padece”. Assim como no Brasil, este primeiro pronunciamento cita a defesa da família e das crianças, é contrário ao aborto e à eutanásia, e fala sobre “A tentativa de impor a Ideologia do Género: uma forma subtil de subverter a ordem natural e antropológica da Família e da Pessoa Humana” (VALENTE, 2015, p. 427). Estes debates sobre a natalidade, feitos a partir deste viés ‘pró-vida’, também podem ser responsáveis pelos picos de busca que acontecem em maio e agosto de 2015, principalmente por causa da aprovação em julho da obrigatoriedade do aconselhamento psicológico e de planejamento familiar às mulheres que recorrem ao aborto, além do fim do registro de médicos contrários como ‘objeto de consciência’ (OBSERVADOR, 2015). Neste período também estavam acontecendo os debates sobre a saída da troika (GONÇALVES, 2016a)¹⁹ e o processo das eleições legislativas nacionais.

Os picos de 2016 são referentes a Lei n.º 2/2016 de adoção por casais do mesmo sexo, que vigorou em março, enfim, após quatro tentativas ao longo dos anos; e às eleições legislativas regionais nos Açores em outubro. Outro debate polêmico no ano foi a aprovação da Lei n.º 25/2016 em julho que autorizava a gestação de substituição nos casos em que a mulher não tenha o útero, ou ele tenha alguma lesão ou doença que impeça gravidez. Quanto à 2017, os picos podem estar relacionados ao processo das eleições autárquicas portuguesas, mas também aos debates finalizados em julho da regulamentação do procedimento de obtenção da autorização do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA) primeiro passo para acessar a gestação de substituição. No ano seguinte, após diversas críticas na regulamentação da lei, o Tribunal Constitucional decidiu por suspendê-la (COUTINHO, 2018).

No ano de 2018 o primeiro destaque é para o relatório de 10 de janeiro referente à participação da Assembleia da República na Reunião Interparlamentar da Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Género no Parlamento Europeu em 21/07/2017. A reunião que tinha como contexto o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, teve como tema principal a Convenção de Istambul (CI) de combate à violência contra a mulher na União Europeia. Nela, o discurso de Gülsün Bilgehan, deputada turca e relatora geral sobre a violência contra as mulheres na Assembleia Parlamentar do Conselho da

¹⁹ A troika é formada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Central Europeu e pela Comissão Europeia, com a qual Portugal assumiu em 2011 um programa de assistência econômica e financeira (GONÇALVES, 2016a).

Europa, afirma que combater a violência de gênero não tem como objetivo ‘servir’ uma IdG e nem ‘destruir a família’ (BILGEHAN, 2018). Esta fala está relacionada aos relatos feitos por representantes da Polônia e sobre como a CI é tida como um ataque à cultura e religião do país.

Desde então, como mostra o período de 2018 a 2020 (bloco C do Gráfico 7), as disputas discursivas em torno das questões de GDS se intensificam em Portugal, tendo como foco central o combate à IdG na educação, em especial no ensino público (SEIXAS, 2021). A retórica também começa a aparecer de forma frequente nos meios de comunicação, visibilizando situações como as dos cartazes colados em várias escolas do país pelo grupo de extrema-direita Escudo Identitário²⁰ dizendo “Perigo! Ideologia de gênero”, de acordo com eles como forma de combater a “doutrinação ideológica” (PINTO, 2018).

Como mostra Gabriella M. S. Seixas (2021) nos resultados de seu estudo sobre a IdG em Portugal com base em entrevistas, existem alguns marcos recorrentemente citados. Coincide com a realidade brasileira um deles ser um debate sobre um documento que organiza o sistema educacional, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) de 2017/2018. A ENEC estabelece conteúdos para uma formação cidadã com base em “conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática” (ENEC, 2017, p. 1).

Assim como no debate do PNE no Brasil, o debate sobre a ENEC em Portugal foi reduzido às questões de GDS pelos movimentos antigênero que desconsideraram outras propostas como os debates sobre: mundo do trabalho, empreendedorismo (econômico e social), voluntariado, bem-estar animal, educação para veículos de comunicação, etc. (SEIXAS, 2021; ENEC, 2017). Estes movimentos são contra a educação sexual nas escolas usando os mesmos argumentos já citados nos debates educacionais brasileiros (defesa das crianças, discursos religiosos e “científicos”, etc.).

Um segundo marco no país foi o debate sobre a Lei n.º 38/2018 que versa sobre a autodeterminação da identidade e expressão de gênero. Ele foi marcado principalmente pelas *fake news* disseminadas pelos movimentos antigênero e muitas delas reproduzidas pela mídia. “Por exemplo, o que se estava a pedir era uma mudança de identidade legal e o que saía nas notícias remetia para uma mudança corporal/cirúrgica, para adolescentes mudarem de sexo aos 16 anos.” (SEIXAS, 2021, p. 44). Outro evento destacado é relativo à “cura gay” presente

²⁰ Página do grupo <https://www.facebook.com/escudo.identitario/>. Acesso 09 jun. 2022.

nas terapias de conversão oferecidas por alguns profissionais de psicologia, apesar da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) orientar que estes devem se opor a qualquer tratamento e entendimento como patologia das orientações sexuais e as identidades de gênero não heteronormativas (MOLEIRO, 2020).

Já o ano de 2019 é marcado pelas eleições legislativas e parlamentares europeias em que a IdG se tornou bandeira de campanha de candidatos conservadores, em especial de André Ventura (Chega). Assim como no Brasil e em outros países do mundo, estes candidatos e parlamentares tem discursos populistas, ligações com outros setores conservadores e de direita do país, além de relação com expressões da extrema-direita internacional. Outro traço comum é a utilização da retórica como alavanca eleitoral e mecanismo de ascensão e visibilidade política.

Entretanto, com outro padrão em comparação com o Brasil, as questões de GDS não são as principais a serem exploradas nos debates eleitorais, mas sim as questões étnico-raciais (SEIXAS, 2021). A semelhança entre os países está no fato dos discursos associarem os problemas sociais e desigualdades, fruto do neoliberalismo e da globalização, com uma degradação da sociedade causada, entre outros motivos, pela IdG.

Especificamente no contexto português, há uma sensação de que discursos extremistas são um pouco mais travados pelo contexto político atual que é interpretado como mais progressista (...) [Ventura] inaugura um novo jeito de se fazer política (...) O deputado e seu partido foram citados nominalmente em várias entrevistas como fonte, através da qual as pessoas viram mais pautado o tema da “ideologia de gênero” e como exemplos de ascensão da extrema-direita no país e temas polêmicos (SEIXAS, 2021, p. 50).

Uma das características dos movimentos antigênero em Portugal (em especial do Deixem as Crianças em Paz), que também é utilizada pelo ESP no Brasil, é a estratégia de disponibilizar documentos modelos para pais que querem impedir que seus filhos tenham contato com debates de GDS nas escolas (MARIANO, 2020). Os documentos ameaçam as escolas e professoras(es) com argumentos jurídicos da Constituição do país e de legislações internacionais de Direitos Humanos para embasar a ‘objeção de consciência’, a proibição da promoção de uma ideologia pelo sistema de ensino, o direito à liberdade religiosa e dos pais de educarem seus filhos no campo da sexualidade de acordo com suas crenças.

As características transnacionais dos movimentos antigênero (o tripé espetacularização, pânico moral e desdemocratização/populismo) também são frequentes neste último período analisado em Portugal. A espetacularização está nas ações de instituições que visibilizam suas campanhas na internet (com destaque para o *Facebook*), em debates

televisivos e outros, solicitando intervenção e revisão dos parlamentares para as leis aprovadas que envolvam as temáticas de GDS. O pânico moral está representado nas argumentações utilizadas que são praticamente padronizadas em todos os países que têm campanhas contra a IdG. E o processo de crescimento populista e de ações de desdemocratização é visto nas ações parlamentares de fiscalização de constitucionalidade de legislações aprovadas (MARIANO, 2020).

Um destaque importante e um diferencial entre os países é que em Portugal as ações antigênero são uma reação a legislações aprovadas. Já no Brasil esse tipo de intervenção acontece na fase inicial destes movimentos (bloco A do Gráfico 7) como reação às políticas públicas de GDS (como no caso do Programa Brasil Sem Homofobia). Mas após 2014 todas elas são responsáveis por barrar os PLs debatidos com menções a GDS, modificando seus conteúdos para redações genéricas de combate a todas as formas de discriminação.

A única proposição ativa de um parlamentar em Portugal contra a IdG está estampada no último Diários da Assembleia da República com o termo. Ele foi feito no dia 20/11/2019 e apresenta o Projeto de Resolução n.º 93/XIV/1.^a do Deputado André Ventura (Chega) contra a IdG nas escolas portuguesas. Na proposição, Ventura cita diversos mecanismos legais do país e internacionais para questionar a constitucionalidade da Lei de Identidade de Gênero e sua implementação nas escolas. Para ele, a lei é fruto de “delírios da extrema-esquerda mais sectária” (p. 45) e a doutrina do gênero:

- a) Na origem, a teoria do gênero é um produto do feminismo racial que, aproveitando-se da concepção marxista da luta entre opressores e oprimidos, expressa uma lógica liberal de matriz norte-americana em matéria de costumes;
- b) Há um propósito totalitário de desconstrução da sociedade, destruindo a família de base biparental, por via da educação das crianças e dos jovens – no limite, pretende-se eliminar Deus que nos criou à sua imagem, homem e mulher (Gn, 1,27). (VENTURA, 2019, p. 46).

Correspondendo ao padrão transnacional, mais uma vez o pânico moral relacionado à “esquerda” é utilizado pelo parlamentar para embasar sua proposição, assim como argumentos religiosos.

Mesmo esta e outras proposições não tendo tido efeito na legislação questionada, a sua implementação nas escolas do país foi afetada no ano de 2020 pela pandemia da Covid-19. Isso aconteceu porque as restrições estabelecidas para conter o vírus, como o confinamento e outras, limitaram as ações de organizações feministas e LGBTQ+ nas escolas que passaram a utilizar meios virtuais para as aulas (SEIXAS, 2021). Outra questão recorrente na pandemia, é que os debates virtuais sobre as questões de GDS promovidos por estas

organizações sofreram ataques, tendo que limitar o acesso a estes eventos *online* e, conseqüentemente, limitar seu alcance (ACADEMIA CIDADÃ, 2020). Outro motivo para esta dificuldade está no reforço e intensificação do discurso populista, extremista e de pânico moral em tempos de crise e de dificuldades sociais, principalmente por seu caráter de linguagem mais acessível que comunica mais com as pessoas que os debates acadêmicos sobre as temáticas, presente na ressonância e disseminação em mídias sociais e meios de comunicação.

As controvérsias sociais suscitadas pelas pautas de GDS mostram como elas caminharam das margens da agenda política para o centro das discussões na esfera pública nos últimos anos em Portugal, tanto político-partidária quanto na sociedade em geral. Contudo, diferentemente do Brasil, há pouca produção acadêmica dedicada à retórica da IdG que analise sua utilização e impacto no país (SEIXAS, 2021), apesar da efervescência política recente demarcada em debates eleitorais e educacionais.

Independentemente disto, este breve levantamento mostra que embora tenham diferenças temporais no aparecimento e fortalecimento da retórica entre Brasil e Portugal, as características de seu uso são as mesmas. Em resumo, a retórica aparece na esfera pública em discursos de pessoas e movimentos ligados à Igreja e são em defesa da vida e da família contra a ‘cultura da morte’, além de terem caráter conservador, reacionário, populista e fundamentalista. Também tem “organização e crescimento exponencial nos últimos cinco anos, forte presença e mobilização nas redes sociais (...), ligação à grupos de países na Europa e América Latina formando uma complexa e ampla teia global e interesse em outros temas além dos relacionados à sexualidade” (SEIXAS, 2021, p. 2).

Como forma de explorar as disputas discursivas sobre GDS e os conflitos gerados pelo PDH no ‘jogo democrático’ que mobilizam a retórica, apresentei um breve levantamento do fenômeno da IdG no Brasil e em Portugal. No próximo capítulo, mostro a construção da metodologia mista aplicada na construção da tese e na análise dos dados.

4 ESTRUTURA METODOLÓGICA

“Sometimes a particular theoretical framework may provide the impetus for a mixed methods design [...] (the theoretical perspective) may generate hypotheses to be tested and, at the same time, may generate questions that are answered qualitatively” (Barbara KAWULICH, 2009, p. 46).

Este capítulo tem como objetivo apresentar a estrutura metodológica mista da pesquisa definida como mais adequada para responder às perguntas desta investigação. Como a retórica da “ideologia de gênero” presente nas produções jornalísticas é utilizada como instrumento político no Brasil e em Portugal? Quais características de uso desta retórica estão expressas nos discursos jornalísticos no Brasil e em Portugal? Quais são os perfis das pessoas que utilizam a IdG? Nesse sentido, a análise dos dados, tendo como base estas definições, irá responder ao objetivo geral de comparar a padronização de perfis e características da retórica da IdG presentes na literatura com a sua utilização como instrumento político nos dois países com base nos dados.

Nesse sentido, na primeira parte deste capítulo narro a escolha da metodologia mista, da Análise de Conteúdo (AC) e da Análise Foucaultiana do Discurso (AFD) por suas contribuições na categorização e apontamentos sobre os discursos e como são combinadas no desenho de pesquisa. Na segunda, exponho o processo de coleta dos dados e a construção do universo empírico. Nela também se justificam as escolhas feitas na formação do *corpus* como resultado de uma investigação sistemática das representações da IdG nos jornais do Brasil e de Portugal. Na última parte apresento a descrição das categorias de análise construídas e dos processos metodológicos que geraram o Livro de Códigos que se encontra no Apêndice 3.

Aqui, é importante lembrar que não existe uma ordem ou hierarquia entre a AC e a AFD, as etapas de análise descritas abaixo não foram lineares tendo a metodologia mista contribuído com toda a tese. Como é comum nos estudos de discursos, por vezes foi necessário retomar ou rever os critérios e definições na medida em que a análise dos dados aconteciam. Isso porque a análise não é linear, sendo necessário retornar aos dados várias vezes para explorar as diversas possibilidades e tomar decisões de quais aspectos serão foco da análise, entendendo que, dessa forma, outros ficarão de fora (NOGUEIRA, 2001).

4.1 METODOLOGIA MISTA

O uso de métodos mistos surgiu nas pesquisas científicas das Ciências Sociais como forma de superar a dicotomia improdutiva entre abordagens qualitativas e quantitativas (CARDOSO; BRINGHENTI, 2020; SILVA, 2015). Também porque, em um mesmo estudo, dados quantitativos e qualitativos podem estar entrelaçados e enriquecer a área e os resultados ao serem combinados (TARROW, 1995; KING; KEOHANE; VERBA, 1994). Atualmente, esta escolha metodológica busca combinar técnicas de acordo com a demanda dos objetos e teorias selecionadas, além de minimizar possíveis vieses ao confrontar resultados; revelar contradições, sínteses ou integrações de teorias; e facilitar a compreensão da linguagem científica dos resultados ao misturar descrições e exemplificações com resultados numéricos e estatísticos. A metodologia mista – também conhecida como pesquisa combinada, integrativa, multimétodos, entre outras – está em crescimento no âmbito internacional em diversas áreas (GALVÃO; PLUYE; RICARTE, 2017; BROOKES, 2017; JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2017; HUMPHREYS; JACOBS, 2015).

Na Ciência Política a metodologia mista é tida como uma contribuição valiosa para produzir inferências causais sobre a política e a sociedade. Isto porque ajuda a formar explicações mais completas e parcimoniosas dos fenômenos políticos que dificilmente se baseiam em apenas um fator ou variável (JOHNSON; REYNOLDS; MYCOFF, 2015). Em conjunto com uma visão transdisciplinar e interseccional, esta metodologia é apontada como uma necessidade para se analisar fenômenos políticos complexos e construir resultados mais completos e relevantes (GALVÃO; PLUYE; RICARTE, 2017; CAICEDO; ANGEL; CUELLAR, 2015). Assim como para desenvolver a teoria e avançar no conhecimento usando a pluralidade de perspectivas ao somar as vantagens das técnicas de cada abordagem (CARDOSO; BRINGHENTI, 2020). Ou seja, “*interdisciplinary approaches are critical, not just to the study of political theory, but to a fuller understanding of political phenomena in all their complexity*” (ACKELSBURG, 2014, p. 121).

Dessa forma, os temas clássicos da Ciência Política, como democracia, sistemas partidários e outras dinâmicas, conflitos e desigualdades de poder, podem se beneficiar destas análises sistemáticas. Assim como a investigação de problemas sociais contemporâneos marcados por diversidades de gênero, sexuais, étnicas e raciais, entre outras (GALVÃO; PLUYE; RICARTE, 2017).

A proposta metodológica mista contribui para romper as rígidas barreiras disciplinares. Trata-se de uma ferramenta comprometida com os sujeitos que ocupam

posições subalternas e suas intersubjetividades (FILHO; SILVA, 2018; JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2017; CAICEDO; ANGEL; CUELLAR, 2015). Dentre os vários desenhos de pesquisa com métodos mistos (CRESWELL, 2014; CLARK *et al.*, 2008), cito a estratégia Transformativa que faz uso de perspectivas construtivistas, pós-estruturalistas e críticas. Esta análise contextual aborda privilégios, marginalização de grupos, dinâmicas e diferenças de poder e inclui a resistência com vozes subrepresentadas na sociedade na busca por compreender e desenvolver intervenções culturalmente responsivas que gerem mudança social sustentável e respeito pelos direitos humanos, para a conquista da justiça social, econômica e ambiental (WIDIANINGSIH; MERTENS, 2019; SWEETMAN; BADIEE; CRESWELL, 2010; MERTENS, 2009). Ela é aplicada, por exemplo, nas epistemologias feministas – que privilegiam o ponto de vista de mulheres e outros grupos oprimidos (SPRAGUE; KOBRYNOWICZ, 2006) – em estudos de gênero, feministas e de sexualidade (GOERTZ; MAZUR, 2008; KING; SANTOS; CROWHURST, 2019).

A escolha da metodologia mista nesta tese se justifica por esta ser uma análise comparativa entre dois países e, como aponta Peters (2013), neste tipo de estudo o uso de multimétodos é, para além de uma possibilidade, algo desejável por suas contribuições tanto para as pessoas que são pesquisadoras quanto para as que praticam política no ‘mundo real’. A comparação é o método central para a Ciência Política testar e desenvolver a teoria ao fornecer inferências úteis sobre diferentes fenômenos políticos com base na comparação de suas características em diferentes países ou através do tempo (PETERS, 2013). Esta pesquisa se enquadra como um estudo de processo longitudinal por ter como propósito desenvolver comparações de um aspecto da vida política (a retórica da IdG) em dois países (Brasil e Portugal) desde seu surgimento até o ano de 2020. Tem como base o método indireto da diferença (PERISSINOTTO, 2013), ao selecionar dois países que apresentam o fenômeno da IdG, tendo variações de ocorrência e representatividade em diferentes anos que permitem observá-lo.

Outros motivos para a escolha dos países são suas semelhanças. Ambos são lusófonos, têm indicadores sociais parecidos (IBGE, 2022) – com destaque para mais de 80% da população cristã (COUTINHO, 2019; KUHAR; PATERNOTTE, 2017) – e restabeleceram a democracia recentemente após um longo período de ditadura. Estas semelhanças entre os países tornam interessante investigar as variações no uso da IdG e se elas correspondem a configurações específicas quanto às disputas discursivas presentes na sociedade. Ademais, existe um estudo recente que compara o tratamento dado pelo jornalismo brasileiro e português às temáticas de gênero (DRUMMOND; SOUZA; ALMEIDA, 2019) com

indicações importantes sobre a cobertura da mídia nos países.

A união das abordagens também está relacionada com a história da Ciência Política nos países selecionados – uma das diferenças entre os países. No caso brasileiro é visível a herança estadunidense que, no processo de institucionalização da área, priorizou os estudos de caráter quantitativo – metodologia ainda predominante na área (CARDOSO; BRINGHENTI, 2020; LEITE, 2017). Já em Portugal a tradição francesa marca o campo no qual se destacam as produções qualitativas, ensaísticas e comentários jornalísticos, mesmo tendo tido recentemente o crescimento de estudos empíricos (CAMERLO; MALAMUD, 2015). Destaca-se na produção portuguesa o crescimento e a maioria de publicações nos campos da Política Comparada, das Relações Internacionais e das temáticas: democracia e desenvolvimento, opinião pública, eleições, participação e comportamento político (CAMERLO; MALAMUD; VAZ-PINTO, 2020; CANCELA; COELHO; RUIVO, 2014).

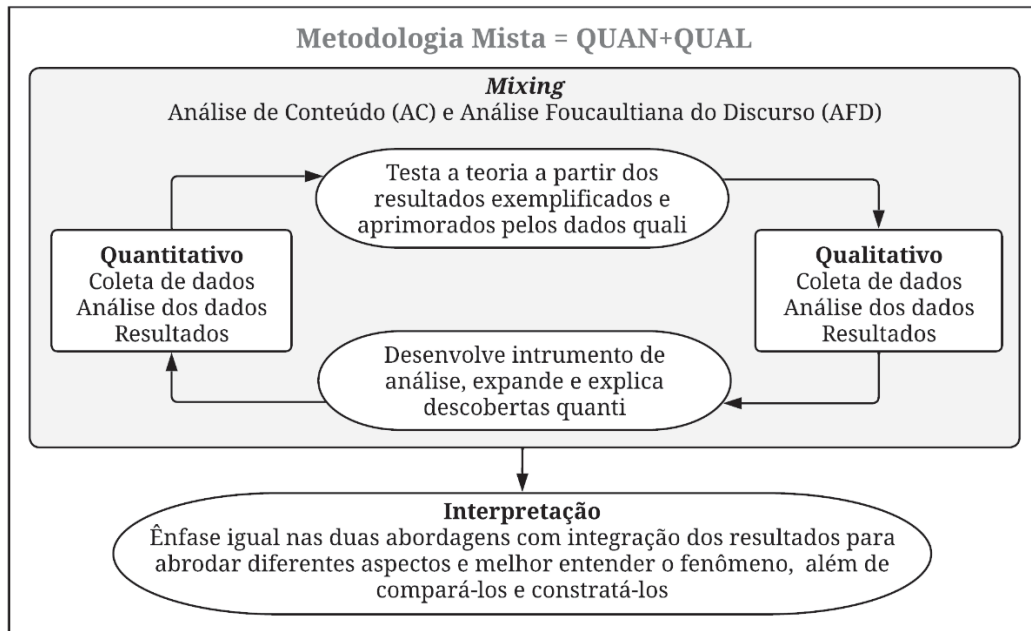
Em síntese, utilizo a combinação de abordagens quantitativas e qualitativas para alcançar os objetivos de análise de um problema social complexo, procedimento que contribui com o desenho de pesquisa como um todo (JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2017; CRESWELL, 2014). Dessa forma, busca-se melhor compreensão do fenômeno, com amplitude e profundidade, através da complementariedade da análise que possibilita construir um quadro mais completo e abrangente, com dados mais bem descritos e achados mais confiáveis e consistentes, validados e explicados por diferentes técnicas.

O desenho de pesquisa aplicado aqui foi construído com base nos objetivos estabelecidos, no histórico e características do objeto, assim como pela base teórica, ética e política feminista, *queer* e interdisciplinar (KING; SANTOS; CROWHURST, 2019; CRESWELL, 2014; CURIEL, 2013). A organização aconteceu tanto “de baixo para cima” quanto “de cima para baixo” (JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2017), ou seja, tanto a questão de pesquisa quanto a motivação por uma pesquisa antidiscriminatória e emancipatória para mulheres e pessoas LGBTQ+ a impulsionaram (NEVES; NOGUEIRA, 2005). Para organizar esta pesquisa incorporei elementos de mais de um dos desenhos clássicos de métodos mistos (SILVA, 2015; CRESWELL, 2014). A Figura 2 apresenta o modelo visual do desenho de pesquisa para melhorar a compreensão e visualização do fluxo contínuo entre as etapas.

Nesta pesquisa, os dados (produções jornalísticas) documentam o fenômeno da IdG durante o mesmo recorte temporal nos países e foram analisados simultaneamente quantitativa e qualitativamente. A Análise Foucaultiana do Discurso (AFD) contribuiu na aplicação da técnica de Análise de Conteúdo (AC), utilizada quantitativa e qualitativamente, e ambas

contribuíram na categorização dos dados empíricos e na interpretação dos resultados, identificando características e padrões do discurso da IdG. Nesse sentido, na busca por dar ênfase equilibrada para ambas as abordagens, tive como foco no Capítulo 5 de resultados a AC e no Capítulo 6 de discussão de achados a AFD.

Figura 2 – Metodologia mista aplicada na tese



Fonte: A autora (2022) com base na figura de Clark *et al.* (2008) e Creswell (2014).

A combinação das abordagens tem o intuito de identificar as semelhanças e diferenças na mobilização desta retórica como instrumento político no Brasil e em Portugal. De um lado, o uso das estatísticas descritivas das variáveis permite generalizar algumas das características da IdG ao observar todas as produções jornalísticas em que consta a expressão. Do outro, a análise detalhada dos discursos fornece interpretações e apontamentos sobre o complexo fenômeno do discurso antigênero transnacional. Ou seja, a análise qualitativa aprofunda a compreensão dos resultados quantitativos, e esta permite generalizá-los, enquanto ambas trabalham em conjunto para validar os resultados. Uma técnica complementa a outra, promovendo a análise de comparações e contrastes nos dados e resultados de cada país e entre eles.

Entendo que a metodologia mista enfrenta desafios para ser aceita na Ciência Política, apesar de os poucos trabalhos que a utilizam mostrarem avanços significativos em relação às teorias estudadas (BROOKES, 2017; SILVA, 2015; CHATTERJEE, 2011). As críticas estão majoritariamente relacionadas à conciliação das diferentes dimensões, assim como à falta de transparência e sistematização rigorosa da parte qualitativa em relação à

quantitativa, principalmente sobre as estratégias de seleção de casos. Também existem dúvidas sobre a real contribuição da combinação de métodos na construção de inferências causais e no desenvolvimento de teorias. Porém é importante destacar que muitas destas críticas explicam-se pelo noviciado dessa metodologia, o que faz com que ela seja pouco utilizada, estudada e ensinada na área (CRESWELL, 2014; SWEETMAN; BADIEE; CRESWELL, 2010). Isto retarda o desenvolvimento e aprimoramento da metodologia que fica “presa” a poucos modelos de combinação de técnicas, geralmente de fora da Ciência Política (BROOKES, 2017; LIEBERMAN, 2005).

Com a intenção de não cometer estas imprecisões apresento nas próximas seções a AFD e a AC com uma breve explicação sobre suas características e contribuições para a pesquisa, detalhando por fim como são combinadas no desenho de pesquisa da tese. Nas seções seguintes descrevo as decisões feitas para a construção e análise do *corpus* (coleta, tratamento, organização e Livro de Códigos) referente às produções jornalísticas do Brasil e de Portugal.

4.1.1 Análise Foucaultiana do Discurso

Existem diversas abordagens e concepções de Análise do Discurso (AD), resultado da ampliação e alcance dos diversos campos que a utilizam, como nos mostra seu histórico e crescimento nas Ciências Sociais contemporâneas (MAINGUENEAU, 2015; NOGUEIRA, 2001). Interessa aqui o método da AD considerado qualitativo e interdisciplinar que entende a linguagem como produtiva e performativa e que se preocupa com seu papel na construção da realidade para atingir objetivos sociais e interpessoais (WILLIG, 2003). Esse trabalho valoriza as perspectivas teóricas críticas e seus apontamentos sobre: contextos e instituições sociais; as lutas por reconhecimento e libertação social e individual; as ligações e relações entre poder, saber, resistência e mudança social, cultural e pessoal (WILLIG, 2003; FAIRCLOUGH, 2001; NOGUEIRA, 2001; PARKER, 1998; VAN DIJK, 1997).

É importante destacar que para estas perspectivas o discurso não se restringe à linguagem representada em palavras, mesmo sendo mais comum sua aplicação neste tipo de dados (WILLIG, 2008). Para elas, o discurso está onde há significado e sua análise pode ser realizada em qualquer rede ou sistema simbólico que constrói realidades sociais e psicológicas, denominadas como textos, sejam representações escritas, visuais, tais como cinema, séries, histórias em quadrinhos, videogames, etc.; ou físicas, tipo corpo, cidade, esculturas, etc. (PARKER, 2015; WILLIG, 2008; NOGUEIRA, 2001; BURR, 1995). A

linguagem é um fenômeno social resultado das interações e, portanto, um processo não estático e estável, mas fluído, variável e contestável (FAIRCLOUGH, 2001). Sua força de construir e constituir objetos e sujeitos (identidades e subjetividades) está presente tanto na manutenção da hegemonia quanto nas resistências e mudanças dos mundos sociais (NOGUEIRA, 2001; WILLIG, 1999).

Analistas destas perspectivas buscam padrões e relações de sentido entre os sistemas simbólicos identificados, a subjetividade humana e as relações sociais presentes em termos, metáforas e outros dispositivos discursivos (WILLIG, 2003; PARKER, 1998). O foco não está nas pessoas e nas suas subjetividades individuais, mas na esfera social de troca entre elas e nas explicações sobre significados partilhados culturalmente e historicamente marcados.

A linguagem não surge num vazio social, pelo contrário, estrutura-se num espaço sócio-histórico e representa um conjunto de práticas de produção de significados (...) [que] não se retiram nem da experiência dos indivíduos nem dos seus genes, mas sim da história da nossa cultura. E é precisamente a colocação da actividade discursiva num contexto temporal mais amplo, assim como a sua ligação com as instituições sociais que regulam a vida social, que permite que se procure as condições que facilitaram a emergência de determinado Discurso, indo assim mais além do contexto concreto onde se produz a interacção (NOGUEIRA, 2001, p. 21).

É interessante destacar aqui como o objeto da pesquisa (IdG) se enquadra bem nestes apontamentos sobre a linguagem, tanto pela articulação com o poder, quanto pela fluidez do significado (BURR, 1995). O discurso da IdG sofre mudança de significado pela contestação do conceito sociológico por pessoas e grupos conservadores e cumpre uma trajetória histórica não linear ou cumulativa. O termo ‘ideologia de gênero’ continua sendo utilizado em produções científicas nos dois sentidos evidenciando as discordâncias entre suas versões, “*as sites of struggle and conflict, where power relations are acted out and contested*” (BURR, 1995, p. 28).

Para esta pesquisa selecionei a Análise Foucaultiana do Discurso (AFD) por ter como foco a relação da linguagem e seu uso articulado à construção da vida social e psicológica, em especial aos processos sociais de exercício do poder enquanto estratégia produtiva de legitimação e contestação (PARKER, 2015, 2005, 1998, 1992; WILLIG, 2011, 2008, 2003, 1999; ARRIBAS-AYLLON; WALKERDINE, 2008). Esta perspectiva evidencia a formação de sujeitos e reconhece as estruturas de poder e da ação social, indo além da estrutura das palavras ao buscar compreender a construção e influências do discurso (ISAIA, 2015). As fontes dessa abordagem remontam ao pós-estruturalismo e aos estudos de filosofia da linguagem de Wittgenstein, aos atos de fala de Austin e, em especial, às concepções de

discurso e poder de Michel Foucault (WILLIG, 2003, 1999; PARKER, 1998, 1992; BURR, 1995).

As áreas que mais utilizam a AFD são a Psicologia e a Comunicação, mas há exemplos de pesquisas em outras áreas com diferentes abordagens e teorizações sobre os dados (NOGUEIRA, 2001). Alguns exemplos são: na Economia Rural das dinâmicas dos processos políticos (HEWITT, 2009), em Artes e Ciências Culturais com problematizações políticas sobre o Google enquanto sujeito político (LINDSKÖLD, 2018), na Saúde analisando a configuração do papel materno com base nas definições de maternidade e família do Programa Canguru e no acompanhamento do dia a dia de uma maternidade-escola (VÉRAS; TRAVERSO-YÉPEZ, 2010), na Administração quanto ao papel da imprensa na fiscalização e avaliação do programa de mobilidade urbana do governo de Pernambuco (BÉHAR; LEÃO, 2016), na Sociologia mostrando a relação da imposição dos papéis de gênero para as mulheres no leste do Sudão (com a circuncisão, casamento infantil, etc.) com a fistula obstétrica e a possibilidade de debate destas relações de poder para propor futuras intervenções de saúde materna (HAMED; AHLBERG; TRENHOLM, 2017) e na Ciência Política sobre a construção da subjetividade de mulheres nos discursos neoliberais sobre perfeição do programa *Good Morning Show* do Paquistão (NOOR; MUSARRAT; ANSARI, 2020).

Nesta tese, utilizo a AFD não apenas como um método, mas também como uma ferramenta metodológica (FERREIRA; TRAVERSINI, 2013; NOGUEIRA, 2001) mobilizada para compreender os sistemas e as características que constituem o mundo social e político da retórica da IdG. Assim, entendo o discurso da IdG como o ‘conjunto de declarações’ que constroem este *slogan* e instrumento político que causa pânico moral na sociedade ao reforçar a ideologia de gênero vigente – os padrões heteronormativos que hierarquizam as pessoas, delimitando formas de ser e viver no mundo de acordo com os papéis de gênero. Este discurso antigênero tem consequências na subjetividade e na experiência de todas as pessoas impactando em direitos e políticas públicas, sobremaneira nas mulheres e pessoas LGBTQ+, ao privilegiar, legitimar e mascarar a heteronormatividade com argumentos biológicos e religiosos de que isto é o “natural” (KUHAR; PATERNOTTE, 2017). “*Dominant discourses privilege those versions of social reality which legitimate existing power relations and social structures*” (WILLIG, 2003, p. 171).

A principal contribuição deste tipo de investigação está na interpretação da produção de significados presente no *corpus* analisado, fornecendo um quadro explicativo inicial e situado da realidade dos discursos antigênero no Brasil e em Portugal. O foco está não apenas nas formulações representantes do *status quo*, mas também nas resistências e contestações à

heteronormatividade presentes nos contra-discursos. Principalmente porque são esses que expõem o impacto do discurso IdG na vida das mulheres e pessoas LGBTQ+, destacando sua relação com instituições e suas práticas, em especial as políticas, que legislam e regulam a vida social. Carla Willig (2003) e Norman Fairclough (2001) reforçam ainda como estas relações e o histórico do objeto moldam as subjetividades e criam um movimento cíclico em que *“while discourses legitimate and reinforce existing social and institutional structures, these structures, in turn, also support and validate the discourses”* (WILLIG, 2003, p. 172).

É importante reforçar que, assim como em todas as AD, entendo que a objetividade e a neutralidade científica nos moldes positivistas não são verossímeis ou compatíveis com esta pesquisa e seu desenho. Portanto, reconheço que esta tese foi feita por uma mulher, cisgênero, bissexual, branca, trabalhadora, educadora popular, atriz, cientista política e militante de movimentos feministas e LGBTQ+. E, sendo assim, as análises feitas aqui são “enviesadas” pelas justificativas subjetivas que formam o próprio desenho da pesquisa. Mas, como mostram os debates travados por feministas, marxistas e representantes dos movimentos negro e LGBTQ+ ao longo da história sobre estas questões *“while values and culture might affect the choice of questions the scholar brings to her or his inquiry, they cannot affect the truth or falsity of the answers the scholar gives to such questions”* (NICHOLSON, 1990, p. 3-4). E como reforça Martha Ackelsberg (2014, p. 115) *“It is difficult, if not impossible, to engage in the work of political theorizing without taking into account the multiple dimensions of human experience, and multiple methodologies by which to explore them”*.

Dessa forma, a escolha pela metodologia mista – unindo a AFD com a AC – também é feita no sentido de redimir as críticas aos estudos do discurso relacionadas à dificuldade de avaliação do conhecimento gerado (NOGUEIRA, 2001). Na Ciência Política o uso de análises do discurso é tímido estando presente em estudos de comunicação política e retórica (VAN DIJK, 1997). Inclusive a união da AC e da AD é sugerida por um trabalho da comunicação política como forma de ampliar o entendimento de discursos políticos quanto à quantificação de temas e seu agendamento, assim como para os apelos persuasivos, estratégias e esvaziamentos (PANKE; CERVI, 2012).

Nesse sentido, as “diretrizes” e características teóricas da AFD e da AC foram agregadas na análise dos dados como apresentado na seção de construção do Livro de Códigos. Na próxima seção exponho um breve resumo sobre a técnica de AC e sua contribuição na categorização dos discursos.

4.1.2 Análise de Conteúdo

A Análise de Conteúdo (AC) é uma forma de se fazer observações empíricas e inferências válidas e replicáveis com base na interpretação de tendências e padrões presentes em documentos escritos, registros orais ou visuais (JOHNSON; REYNOLDS; MYCOFF, 2015; LIMA, 2013; GUERRA, 2006). É uma das formas de se descrever, classificar, conhecer e interpretar a realidade social a partir de discursos de atores e atrizes sociais utilizados como dados (GUERRA, 2006). Ou, como definem Sampaio e Lycarião (2021), uma técnica “baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos” (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021, p. 6).

Diversas autorias apresentam o histórico da AC (NEUENDORF, 2017; DRISKO; MASHI, 2016; KRIPPENDORFF, 2004; BARDIN, 1995), mas sua aplicação enquanto técnica de pesquisa científica está ligada ao campo da comunicação política e aos conteúdos midiáticos (jornais e propagandas) do período das Guerras Mundiais (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021). Harold Lasswell é considerado um dos criadores da técnica com suas análises sistemáticas de temas, volume, símbolos, efeitos e eficácia das propagandas de guerra (WOLF, 2002). Outros nomes de destaque na construção de regras de análise são Berelson e Lazarsfeld (NEUENDORF, 2017; BARDIN, 1995).

Atualmente a técnica é muito utilizada e desenvolvida em diversas áreas do conhecimento em todo o mundo – de maneira manual ou automatizada, com uso ou não de *softwares* – tendo destaque seu uso nas Ciências Humanas, assim como os apontamentos sobre suas possibilidades e limitações (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021; NEUENDORF, 2017; KRIPPENDORFF, 2004). Exemplos dessa diversidade no mundo são elencadas por Kimberly A. Neuendorf (2017, p. 21-23), no Brasil por Rafael Sampaio e Diógenes Lycarião (2021), e em Portugal destaque algumas áreas como: Ciência Política (SILVEIRA, 2020; MANUEL, 2015), Economia (CASTELO BRANCO; DELGADO; SOUSA; SÁ, 2011), Educação (LIMA, 2013), Enfermagem (GONÇALVES; SEQUEIRA; SILVA, 2019), Sociologia (GUERRA, 2006) e Turismo (PATO; DUQUE, 2021).

Essa multiplicidade criou uma panóplia de formas e critérios de usos da AC, o que gerou críticas e disputas (GUERRA, 2006), tais como a falta de cientificidade na aplicação da técnica (LIMA, 2013) e os debates de fronteira entre a AC e a Análise de/o Discurso (ROCHA; DEUSDARÁ, 2006, 2005; BARDIN, 1995).

Na Ciência Política essa técnica é tida como uma forma sistemática de codificar e classificar conteúdo, sendo que sua principal contribuição está na “medição” de conceitos políticos importantes através da observação de variados registros coletados e disponibilizados pelos governos, mídia, pesquisadoras(es), bancos de dados, repositórios de pesquisa ou outros (JOHNSON; REYNOLDS; MYCOFF, 2015). A AC permite analisar dados em busca de

meanings, symbolic qualities, and expressive contents they have and of the communicative roles they play in the lives of the data's sources (...) virtually all social processes can be seen as transacted through matter that is meaningful to the participants – symbols, messages, images, performances, and organizational phenomena, even nondiscursive practices (KRIPPENDORFF, 2004, p. 44).

Das diferentes aplicações da AC é interessante destacar as que estão relacionadas ao objeto e objetivo desta tese, ou seja, na comunicação e na busca de compreensão de características de comportamentos. Um dos propósitos dessa técnica (KRIPPENDORFF, 2004; BARDIN, 1995) é descrever e confirmar os apontamentos da literatura de forma empírica relativas ao discurso da IdG. Sendo assim, destaco dois procedimentos usados neste trabalho:

- A identificação de perfis e das características de quem faz seu uso enquanto propaganda e disseminação de pânico moral com fins políticos, traçando seu histórico e desenvolvimento em cada país (quem, o quê, como e antecedentes); e
- A comparação de seu uso nas produções jornalísticas de cada país, observando os tipos e padrões de produção para revelar a ênfase que pessoas e instituições dão aos discursos antigênero ao mobilizá-los como instrumento político (por que, impactos e efeitos).

Uma das justificativas para a escolha da AC nesta tese se refere à sua flexibilidade de uso tanto de forma quantitativa como qualitativa (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021; BARDIN, 1995). Isto é, a técnica permite através da construção de categorias exaustivas e exclusivas transformar os discursos selecionados (textuais ou visuais) em unidades ou frequências de características sobre a temática analisada, assim como possibilita a interpretação aprofundada das causas e efeitos em seu histórico e contexto (NEUENDORF, 2017; JOHNSON; REYNOLDS; MYCOFF, 2015).

Outro motivo que ancora a escolha está relacionado ao objeto da pesquisa. Trata-se de um fenômeno político de grande visibilidade (*public phenomena*) que forma uma realidade social constituída linguisticamente “*rooted in the kinds of conversations that produced the texts being analyzed (...) easier to infer*” (KRIPPENDORFF, 2004, p. 80). Sendo inclusive a sua presença na mídia enquadrada como “*critical discourse moments*” (CHILTON, 1987 *apud*

GAMSON; MODIGLIANI, 1989), representados por eventos que estimulam comentários e cobertura midiática mais ampla e de longo prazo. Enfim, é o tipo de questão que gera uma cultura visível, como no exemplo da energia nuclear. Estes eventos contribuem inclusive para a identificação dos destaques temporais de quando a temática teve maior visibilidade e gerou maior densidade de comentários, como pode ser observado nos dados do *Google Trends* apresentados nos capítulos 2 e 3. Como complemento não menos importante, esse objeto gera momentos de controvérsia e polarização entre pessoas e instituições favoráveis e contrárias à temática, fazendo com que o público identifique ‘mocinhos’ e ‘vilões’ em disputa (VIMIEIRO, 2010).

A familiaridade com a temática e com a linguagem dos documentos analisados também favorece o sucesso da análise (KRIPPENDORFF, 2004). Nesse sentido, o fato desta tese ser uma continuação da pesquisa feita no mestrado ajuda no conhecimento da temática, da literatura, do vocabulário, das comunidades discursivas com suas convenções e as disputas narrativas passadas (SOUZA, 2017).

Por fim, mais um ponto que justifica a escolha da AC é a possibilidade de combiná-la com outras técnicas (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021). É o caso desta tese, onde as abordagens quantitativa e qualitativa da AC serão combinadas, assim como ela também será articulada à AFD.

Apresentadas as definições metodológicas da tese, suas características epistemológicas e contribuições para a pesquisa, resumo abaixo as etapas específicas de cada abordagem da AC (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021; NEUENDORF, 2017; LIMA, 2013; KRIPPENDORFF, 2004; BARDIN, 1995) e da AFD (PARKER, 2015, 2005, 1998, 1992; WILLIG, 2011, 2008, 2003, 1999; ARRIBAS-AYLLON; WALKERDINE, 2008) e como foram divididas e organizadas no desenho de pesquisa.

Etapa 1 – Revisão da Literatura: Identificação dos discursos da IdG enquanto objeto de análise e seu histórico; revisão da literatura, construção do desenho da pesquisa e coleta de dados. Etapa composta pelo primeiro nível de análise de Willig (2003); pelos passos de Parker (1992) relacionados à *Textos* (1 e 2) e *História* (13 e 14); pela *Seleção de Corpus de Análise* de Arribas-Ayllon e Walkerdine (2008); e pela *Conceituação* de Sampaio e Lycarião (2021).

Etapa 2 – Caminho metodológico: Construção das categorias de análise e do Livro de Código; codificação das características distintas e contrastes da IdG destacando trechos dos discursos. Integram esta etapa o segundo nível de análise de Willig (2003); os passos de

Parker (1992) referentes à *Objetos* (3 e 4), *Sujeitos* (5 e 6), *Sistema* (7 e 8), *Ligações* (9 e 10) e *Reflexão* (11 e 12); a *Problematização* de Arribas-Ayllon e Walkerdine (2008); e o *Desenho* de Sampaio e Lycarião (2021).

Etapa 3 – Análise comparativa mista: Análise dos dados quantitativos e qualitativos obtidos de cada país e apresentação dos resultados; discussão dos achados comparando os resultados entre os países com foco nos posicionamentos, práticas e orientações para a ação e suas consequências. Compõe esta etapa o terceiro ao sexto nível de análise de Willig (2003); os passos de Parker (1992) referentes à *Instituições* (15 e 16), *Poder* (17 e 18) e *Ideologia* (19 e 20); as *Tecnologias*, *Posições subjetivas* e *Subjetificações* de Arribas-Ayllon e Walkerdine (2008); e a *Análise* de Sampaio e Lycarião (2021).

4.2 CONSTRUÇÃO DO *CORPUS*: COLETA DAS PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS

Nesta seção apresento o processo de construção do *corpus*, detalhando as etapas de coleta, seleção e tratamento dos dados. Como estas etapas foram feitas inteiramente por mim, destaco que foram executadas de forma sistemática com o intuito de cumprir os critérios de transparência, confiabilidade e replicabilidade da pesquisa (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021).

Em resumo, foram definidas como unidades amostrais desta pesquisa todos os discursos com o termo “ideologia de gênero” produzidos por pessoas convidadas e jornalistas nos *sites* dos jornais Folha de S.Paulo e Expresso (informativas e opinativas). Os dados foram coletados através das ferramentas de busca dos *sites* usando o mesmo descritor – “ideologia de gênero” entre aspas – e passaram pelo mesmo refino temporal – desde a primeira aparição do termo até o ano de 2020. O uso da expressão entre aspas foi feito por este ser um recurso de busca booleana para encontrar frases, expressões ou substantivos compostos (SAKS, 2005).

Os dados desta tese representam o *censo*, ou seja, a totalidade da população de textos produzidos pelos meios escolhidos nos dois países que se enquadraram nos critérios da pesquisa (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021, p. 68, 77-78). A escolha por trabalhar com o *censo* dos textos tem o objetivo de acessar todas as informações relevantes sobre o fenômeno estudado, conforme indicação destacada para estudos mistos (JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2017). Isto, aliado à padronização na coleta dos dados, possibilita a melhor comparação, validade e confiabilidade dos resultados.

Dessa forma, reconheço que trabalhar com grandes quantidades de dados não é o recomendado em abordagens qualitativas. Mas como esta é uma pesquisa mista e comparativa

acredito que seja a melhor decisão, justificada também por ter se desenvolvido durante todo o período do doutorado e a análise dos dados ter passado por testes de confiabilidade (Apêndice 4) com a participação de outras duas pessoas, possibilitando, assim, sua execução. Mesmo assim reconheço que “o trabalho [qualitativo] com os ‘dados’ é muito intenso e difícil de sintetizar” (NOGUEIRA, 2001, p. 33).

Aqui se faz importante explicar que a escolha por olhar para os discursos jornalísticos busca cumprir a “tarefa difícil, embora crucial” de extrair dados significativos e que representem o governo, a política e a sociedade de cada país, já que a mídia é uma das instituições consideradas chave para se ter um panorama da realidade política de um país, possibilitando assim uma comparação mais abrangente entre eles (PETERS, 2013). Aproveito para fazer a ressalva de que reconheço que é impossível pensar o papel da mídia sem trazer para a discussão as questões em torno da economia política da comunicação, das dinâmicas editoriais e da cultura profissional na produção jornalística (BYERLY, 2020), mas que não me aprofundo nestas questões, pois os resultados dos jornais são utilizados como *meios* para a análise da IdG.

As produções jornalísticas foram escolhidas por representarem bem os debates políticos, legislativos e as diferentes opiniões sobre as temáticas de gênero e diversidade sexual. Em específico, a Folha de S.Paulo (MÍDIA DADOS, 2021, p. 215) e o Expresso (APCT, 2021) foram escolhidos por terem a maior circulação digital de cada país, sendo considerados *quality papers* – jornais de grande circulação, alcance nacional impresso e online, além de impacto político com debates sobre questões públicas (NICHOLS, 2018; AZEVEDO, 2016; MIGUEL; COUTINHO, 2007). Olhar para esta *elite* de jornais é importante porque é ela que organiza a agenda midiática, criando uma hierarquia de notícias que influencia as produções regionais, podendo pautar outras mídias e campanhas eleitorais (AZEVEDO, 2016; VIMIEIRO, 2010). Já a escolha pelas produções *online* ao invés das disponíveis na edição impressa justifica-se, pois permitem o acesso ao conteúdo produzido pelos jornais em edições anteriores, ou seja, à sua memória – uma das características do jornalismo digital (VICTOR, 2020; ANDRADE, 2005; PALACIOS, *et al.*, 2002) – além de possibilitar salvar, pesquisar e disponibilizar o conteúdo.

Sobre o processo de coleta das produções jornalísticas, é importante dizer que as buscas foram feitas nos *sites* dos jornais em vários momentos do doutorado, sempre

comparando e agregando os novos resultados até completar o recorte temporal de 2020²¹.

Nas próximas seções descrevo com detalhes apenas a última busca e a coleta em cada *site*, os processos de pré-análise e a exploração do material (BARDIN, 1995), além do resultado final das produções jornalísticas de cada país. Em todas as buscas os resultados de cada jornal foram organizados em uma tabela com o número correspondente em ordem cronológica (do mais antigo para o mais recente), o título da produção, endereço eletrônico correspondente e a data. Também incluí uma coluna com o local – país(es) ou região – de que a produção tratava após a leitura e exploração inicial do material. Depois verifiquei se cada resultado continha o termo “ideologia de gênero” ou alguma de suas variações (ideologia/s de/o gênero/género) com Ctrl+F. Os resultados sem o termo foram excluídos, assim como matérias repetidas, as que correspondiam a carrosséis de fotos ou a textos enviados pelas pessoas que leem o jornal e as produzidas por outro jornal. Por fim, construí uma nova tabela apenas com as produções que passaram por estes refinamentos representando o universo de dados da análise de cada jornal (Apêndices 1 e 2).

Antes da apresentação da descrição destas etapas apresento um breve histórico de cada um dos jornais, destacando posicionamentos políticos e posturas assumidas.

4.2.1 Folha de S.Paulo

O jornal Folha de S.Paulo surge em 1 de janeiro de 1960 com a fusão de outros três jornais – Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite (SOUZA, 2017). No seu histórico, marcado por processos de compra e venda que causaram descontinuidades e reformulações na linha editorial, é importante destacar seus posicionamentos políticos relacionados aos períodos de crescimento e modernização do jornal durante o Estado Novo e a ditadura militar (DIAS, 2012; PILAGALLO, 2012). Como a sua relação com o Estado ditatorial que gerou, junto com a visão mais profissional e capitalista dos diretores implementada desde 1962, a expansão tecnológica e modernização do parque gráfico nos anos 1970 (DIAS, 2012; MOREIRA, 2006).

A partir da conquista da independência financeira do jornal no final da década de 1970, ele passa a se afastar e a criticar o regime na mesma medida que a população o fazia (PILAGALLO, 2012). Em 1984 o projeto editorial implementado sistematiza a nova postura

²¹ As buscas na Folha de S.Paulo aconteceram nos dias 22/07/2019 (293 resultados), 05/05/2020 (384 resultados) e 15/03/2021 (469 resultados). No Expresso aconteceram nos dias 18/10/2019 (124 resultados), 06/05/2020 (135 resultados) e 11/03/2021 (154 resultados).

crítica do periódico com intuito de ampliar seu público adotando uma linha mais combativa (MOREIRA, 2006; DIAS, 2012). A consolidação da mudança é exemplificada na sua atuação no processo de transição democrática e nas ‘Diretas-já’, que também marcam sua identidade como liderança na imprensa brasileira e de jornal de maior circulação do país, mantida até hoje (MÍDIA DADOS, 2021, DIAS, 2012).

Em 1995 a Folha cria o primeiro jornal *on-line* brasileiro, sendo atualmente o jornal com a maior circulação paga digital do Brasil (MÍDIA DADOS, 2021; SOUZA, 2017). É também na década de 1990 que a pesquisa nacional do perfil do leitor fez a caracterização do ‘leitor-padrão’ e direcionou a linha editorial e produção do jornal para o público elitizado da sociedade: com idade média de 40 anos, casado, católico, empregado no setor formal, com formação superior, parte da classe A ou B, com TV por assinatura, usuário de Internet e, em sua maioria, com uma visão político-ideológica liberal quanto a assuntos polêmicos (ALVES FILHO, 2005). Este último ponto é reforçado nos seus princípios e valores, quando enuncia o respeito à diversidade e a defesa da liberdade de expressão e da livre iniciativa (FOLHA DE S.PAULO, 2021a).

Atualmente a Folha enuncia que sua produção de conteúdo segue os princípios editoriais de apartidarismo, independência jornalística, pluralismo e o espírito crítico, “com credibilidade, transparência, qualidade e agilidade, que contribua para o aprimoramento da democracia e para a conscientização da cidadania” (FOLHA DE S.PAULO, 2021a).

Por fim, sobre a coleta final dos dados da Folha de S.Paulo, ela aconteceu no dia 15/03/2021 no *site* do jornal (<https://www.folha.uol.com.br/>) através de um ‘login de assinante’ (FOLHA DE S.PAULO, 2021b). A ferramenta de busca oferece várias possibilidades de refino, mas como o objetivo era obter todas as produções com o termo, para além dele selecionei as opções “Tudo na Folha” que engloba todos as seções do jornal e o período personalizado de 01/01/1940 até 31/12/2020 (<https://bit.ly/3iPjAfd>). A busca não permite personalizar apenas a data final, sendo assim escolhi uma data inicial anterior a fundação do jornal (01/01/1960).

Esta busca gerou 469 resultados mostrados do mais antigo para o mais recente. Destes foram excluídos os que correspondiam a: matérias iguais, traduções de matérias em outro idioma, apenas carrosséis de foto sem texto, “Painel do Leitor” e produções do jornal Agora São Paulo (também editado pela proprietária da Folha, a Empresa Folha da Manhã S.A.). O resultado final da Folha de S.Paulo são 406 produções jornalísticas distribuídas entre os anos de 2000 e 2020.

4.2.2 Expresso

O jornal Expresso foi criado em 6 de janeiro de 1973 no período final da ditadura de Salazar (1933-1974) com o objetivo de lutar pela democracia e pela independência das colônias na África com uma produção informativa e inovadora (GONÇALVES, 2019; ROSSI, 2011; LIMA, 2008). Por isso, sofreu censuras do regime ditatorial, sendo visto como um jornal de esquerda no país, mesmo afirmando não se identificar com a oposição e assumindo uma postura independente e de centro (ROSSI, 2011). Fazia um jornalismo de combate enquadrado como de investigação com a intenção editorial de denúncia (CASTANHEIRA, 2013; LIMA, 2008) e de acordo com Vieira (1998, p. 275 *apud* LIMA, 2008, p. 109-110) “anunciou a queda da ditadura e a chegada da liberdade de expressão”, inclusive com a publicação na capa de “um mapa que ilustrava onde e como se concentravam as Forças Armadas na madrugada de 25 de abril de 1974” (GONÇALVES, 2019, p. 37).

O histórico do Expresso é marcado pela inovação e por crises ligadas às mudanças editoriais, de direção e de posicionamento político, esse oscilou desde sua criação entre centro e centro esquerda. A primeira crise ocorreu após a Revolução dos Cravos. Seu posicionamento isento e apartidário gerou rejeição por parte da população. Dificuldades financeiras e mudanças de estrutura e direção também marcaram esse período. Mesmo assim o periódico continuou investindo e implementando mudanças na sua composição com novos cadernos e formatos baseados nos critérios deontológicos do jornalismo se tornando o semanário mais vendido do país (ROSSI, 2011).

É importante destacar que no final da década de 1970 o jornal apoiou a *Aliança Democrática*, formada por partidos de centro-direita, que elegeu duas pessoas para o cargo de Primeiro Ministro (ROSSI, 2011). Uma delas foi Francisco Pinto Balsemão (1981 a 1983), fundador e primeiro editor do jornal, que se afastou do Expresso para assumir o cargo por causa da sua atuação como um dos fundadores do antigo Partido Popular Democrático (PPD), atual Partido Social Democrata (PSD). Neste período, o jornal passa então a ser um dos grandes críticos da *Aliança*, reforçando sua postura de independência (CASTANHEIRA, 2013).

Em meados dos anos 1980 ocorreu uma segunda crise, solucionada com uma nova direção que assumiu uma postura de centro esquerda, aproveitando a estabilidade na política para institucionalizar o jornal e criar novo conteúdo. A ênfase foi colocada nas questões sociais e culturais, o que contribuiu para sua legitimidade e consolidação na sociedade portuguesa (ROSSI, 2011).

No final da década de 1980 aconteceu uma nova crise com a saída de vários funcionários para o Público, periódico diário recém criado. Recuperado e com um novo quadro funcional, teve destaque nos anos seguintes com a cobertura das mudanças no cenário político lusitano e de integração econômica com a União Europeia. Também se sobressaiu em 1992 quando o grupo do qual o Expresso faz parte tornou-se multimídia com o lançamento do canal televisivo da SIC (CASTANHEIRA, 2013; LIMA, 2008).

Assim como a Folha, o Expresso é o primeiro jornal do país a criar um *site* para divulgar seu conteúdo, lançando em 1997 o Expresso Online (GONÇALVES, 2019; CASTANHEIRA, 2013). Outras inovações aconteceram no jornal em 2006 com a mudança do formato impresso para *berliner*, a criação de um podcast, galerias de foto e vídeos, além do novo grafismo que rendeu diversos prêmios nacionais e internacionais, fazendo com que o reconhecimento da sua qualidade de jornalismo sério e rigoroso, fosse transferida também para a parte gráfica (GRIECO, 2020; GONÇALVES, 2019). Neste ano também foi criado o Código de Conduta dos jornalistas e foi atualizado o Estatuto Editorial. Entretanto, seus princípios fundamentais foram mantidos, entre eles a independência (inclusive em relação aos seus anunciantes), a defesa da liberdade de expressão e de informar com base na deontologia jornalística recusando o sensacionalismo e promovendo o pluralismo com ênfase nas causas associadas à cidadania e contra qualquer forma de censura (EXPRESSO, 2020). Outra grande mudança do jornal foi o lançamento em 2014 do Expresso Diário Digital, uma edição diária paga do jornal disponível apenas *online*, mantendo a edição semanal impressa (GONÇALVES, 2016b).

O Expresso é considerado um jornal de referência e credibilidade, com reconhecimento público da sua importante atuação em vários eventos da história de Portugal (ROSSI, 2011). Isto, associado ao fato de ter a maior circulação digital paga e um contínuo crescimento nas vendas em bancas (EXPRESSO, 2021a, 2019), justifica a escolha deste jornal.

Nesse sentido, a coleta final dos dados do Expresso foi feita no dia 11/03/2021 em seu *site* (<https://expresso.pt/>) através de um código de acesso temporário adquirido com a compra da Revista E²² (EXPRESSO, 2021b). A ferramenta de busca disponibilizada pelo jornal não oferece nenhum tipo de refino, nem por data ou seção do jornal. Nesse sentido, é importante destacar que diferentemente da Folha, após testes de busca, verificou-se que usar o termo “ideologia de género” entre aspas ou sem aspas apresentou o mesmo resultado. Ou seja,

²² Ao adquirir a Revista E o código de acesso disponível na capa permite visualizar o conteúdo digital do jornal Expresso e outros conteúdos exclusivos por uma semana.

os resultados apresentavam as palavras: ideologia, de e gênero, mas não elas juntas ou próximas. Isso mostra que a ferramenta do *site* não funciona com operadores associados à busca booleana. Então, como forma de padronização foi feita a pesquisa final com o termo entre aspas para ficar igual à coleta da Folha de S.Paulo.

A busca gerou 157 resultados mostrados do mais recente para o mais antigo, sendo que destes, 154 estavam dentro do intervalo até o dia 31/12/2020 (<https://bit.ly/2E2Cd0s>). Após leitura prévia foram excluídas as produções que não apresentavam o termo ou uma de suas variações, uma delas era repetida. O resultado final do Expresso são 64 produções jornalísticas distribuídas entre os anos de 2013 e 2020.

Apresentados todos os dados empíricos da tese, estabelecidos após a coleta e sistematização através das etapas de pré-análise e exploração do material, na seção seguinte descrevo como os critérios de cientificidade (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021) foram aplicados na construção das categorias de análise que formam o Livro de Códigos.

4.3 LIVRO DE CÓDIGOS: CATEGORIZAÇÃO DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NOS JORNAIS

Nesta seção explicito os critérios que orientaram as decisões sobre como abordei os dados a partir do desenho de pesquisa. Sendo esta tese um desdobramento da pesquisa do mestrado, é natural que o Livro de Códigos (LdC) construído aqui tenha como base aquele utilizado na dissertação (SOUZA, 2017). A criação e reformulação das categorias e variáveis de análise foi feita por mim com apoio do orientador, da coorientadora e de parcerias de pesquisa (especialistas e codificadores) por meio de debates, críticas qualificadas, revisões e alterações. Para o processo de codificação foram feitas as verificações de ‘pré-teste das categorias e das regras de codificação’ e o ‘teste de confiabilidade intermediário’, executados por mim e por mais duas pessoas (Apêndice 4). Além disso, o processo de atribuição de códigos de parte dos dados passou pelo escrutínio de pares através do debate de *papers* apresentados em congressos (SOUZA, 2020; SOUZA; CERQUEIRA; SOUZA; EDUARDO, 2020).

Tanto o LdC quanto a planilha de análise sofreram diversas revisões até chegarem na versão final descrita aqui. Para a formulação do sistema de categorias aplicado nos produtos jornalísticos segui, principalmente, as indicações feitas por Sampaio e Lycarião (2021), Márcio C. Carlomagno e Leonardo C. Rocha (2016) e Jorge Ávila de Lima (2013) sobre os

critérios de validade, confiabilidade e replicabilidade²³. Essas referências orientaram a criação das categorias que permitem identificar e descrever as características e os perfis que fazem uso da retórica da IdG.

Em resumo, para as categorias e seus códigos usei um sistema decimal de codificação, descrevi o que cada um representa e qual a regra e unidade de análise utilizada com pelo menos um exemplo enquadrado em cada uma. Aqui é importante destacar que cada categoria tem sua unidade de análise definida de acordo com o desenho de pesquisa para extrair as informações necessárias do *corpus* da melhor forma possível e com menos confusão entre codificadores. O sistema de categorias aplicado também usou as regras dos manuais de AC, quais sejam: de exclusividade, exaustividade, homogeneidade. Essas ferramentas são essenciais para ser possível realizar testes estatísticos posteriores, maximizando homogeneidade intra-grupo e heterogeneidade entre-grupos criando grupos “tão distintos (não sobrepostos) quanto possível, com todos os membros dentro de um grupo [códigos] sendo tão iguais quanto possível” (BAILEY, 1994, p. 1 *apud* CARLOMAGNO; ROCHA, 2016, p. 180). Elas também operam “descrevendo diferentes aspectos, similaridades ou diferenças do conteúdo do texto que devem permanecer juntos” (ERLINGSSON; BRYSIEWICZ, 2017 *apud* SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021, p. 46).

Esta organização e o sistema de codificação buscaram articular entendimentos gerais que se materializam discursivamente sobre as questões de GDS expressando sua base cultural, social ou religiosa, através da identificação de suas características. Para maior transparência, validação e possibilidade de replicação do estudo, disponibilizo o LdC no Apêndice 3, assim como todo o material bruto, codificado e as tabelas de análise no *link* do *Google Drive* (<https://bit.ly/3Gbnlr3>).

Antes de partir para a descrição do LdC justifico que esta pesquisa não é uma análise de valências (FERES JÚNIOR, 2016). Este tipo de estudo, comum na comunicação política, tem uma metodologia própria para verificar e evidenciar se há algum viés empregado no tratamento dado pela cobertura jornalística a determinado candidato, governo, tema, ator ou instituição política (SAMPALIO; LYCARIÃO, 2021; AMARANTE, 2020). Aqui a análise tem como base o posicionamento referente às temáticas de GDS para algumas categorias, mas busca ir além de compreender o posicionamento dos jornais (emissores) focando nas características do objeto (IdG), das pessoas e grupos citados.

²³ Para mais informações sobre a Análise de Conteúdo, descrições e explicações sobre as nomenclaturas e regras utilizadas neste Livro de Códigos ver Sampaio e Lycarião (2021), Neuendorf (2017), Souza (2017), Carlomagno e Rocha (2016), Drisko e Mashi (2016), Lima (2013), Krippendorff (2004) e Bardin (1995).

4.3.1 O Livro de Códigos

Na categorização da IdG nos jornais Folha de S.Paulo e Expresso, a partir do texto e das representações visuais existentes nas produções jornalísticas, foram identificados os seguintes elementos divididos em dois blocos com base nas duas formas de expressão da teoria dos atos de fala (SOUZA, 2017; REED, 2014).

O primeiro bloco corresponde a informações identificadas nos jornais – representações textuais existentes nas produções relacionadas às características jornalísticas. Denomino este nível de análise de *constativo*, pois refere-se ao aspecto locucionário (o que é dito pelos jornais). Ele é formado pelas categorias que identificam: (1) o tipo de produção jornalística, (2) em que seção do jornal foi publicada, (3) a autoria, e (4) as representações não textuais presentes.

O segundo bloco representa categorias que demandam interpretação das informações nas produções para além da simples identificação. Em sua maioria, elas têm como foco expressões performáticas expressas nos jornais e por isso fazem parte do nível *performativo* da análise, correspondendo aos aspectos ilocucionário (o que ocorre ao se dizer algo) e perlocucionário (o que acontece por se ter dito algo). As categorias desse nível observam: (5) a temática principal abordada, (6) a porção do texto que aborda as questões de GDS, (7) atrizes e atores individuais ou coletivos, (8) instituições, movimentos ou órgãos citados, (9) termos e (10) argumentos utilizados, além das (11) decisões políticas feitas para o julgamento do objeto.

As categorias do nível *constativo* não passaram pelo teste de confiabilidade, pois são objetivas, de baixa complexidade e não exigem decisões no processo de codificação (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021). Já as categorias do nível *performativo* passaram pelo processo de pré-teste das categorias e das regras de codificação e pelo teste intermediário que teve como resultado de todas as categorias 0.576 no Alpha de Krippendorff. O resultado específico de cada categoria está em nota de rodapé e mais informações sobre o processo de teste de confiabilidade estão no Apêndice 4.

O LdC com descrições completas e exemplos está reproduzido no Apêndice 3, aqui a preocupação é descrever a importância de cada uma delas e suas contribuições para a tese.

1. TIPO: Para identificar o tipo de produção jornalística foi utilizada a produção completa como unidade de análise. A leitura de todo o conteúdo permitiu distinguir o seu formato e classificar as produções entre os gêneros mais citados (BONINI, 2003; MELO, 1994) e os presentes no jornalismo digital (QUADROS; QUADROS JR; MASIP, 2010). São

eles: **1.1. Informativa:** Entrevistas e matérias feitas pelo corpo de jornalistas do jornal analisado ou jornalistas convidados/as, e reproduções de matérias de outros jornais, com assinatura ou não; **1.2. Opinativa Pessoal:** Artigo de opinião, postagem em blog do jornal, coluna, podcast, resenha e vídeo debate assinado por jornalistas do jornal ou pessoas convidadas; e **1.3. Jornal:** Editoriais dos jornais.

2. RUBRICA: Para esta categoria a unidade de análise foi o título e subtítulo da seção do jornal em que a produção foi publicada. Os códigos desta categoria se dividem nas seguintes rubricas: ‘**2.1. Política**’ com referência à política eleitoral, parlamentares do legislativo e executivo, seus espaços e ações dentro do país, manifestações do judiciário, de pessoas ou de organizações em reações a propostas e debates políticos, entre outras; ‘**2.2. Mundo**’ com referência aos eventos e debates internacionais (de outros países que não o do jornal, no mundo, ou de instituições com representação global); seções de ‘**2.3. Opinião**’ do jornal e ‘**2.4. Outras rubricas**’, que engloba cultura, artes, música, publicidade, seminários, celebridades, mídia, etc.

3. AUTORIA: Identificação de quem produziu o texto: se é jornalista ou convidada, qual seu gênero e se foi uma pessoa ou mais, utilizando como unidade de análise e métrica a forma como a pessoa se auto identifica (seu nome). Os códigos foram separados em produções escritas por: uma ou mais jornalista mulher cis ou trans (**3.1. Jorn. Feminina**), homem cis ou trans (**3.2. Jorn. Masculino**), ou produções conjuntas (**3.3. Jorn. Ambos**); ou então pessoas convidadas – mulheres cis ou trans (**3.4. Convidada/s**), homens cis ou trans (**3.5. Convidado/s**) e textos em parcerias (**3.6. Conv. Ambos**). O código ‘**3.7. Outra**’ identifica os editoriais e outras produções com assinatura de instituições como nomes de jornais, agências de notícias, etc. (Agência Brasil, Ansa, BBC Brasil, ‘Da redação, com agências internacionais’, Expresso, Folha de S.Paulo e Lusa), e o ‘**3.8. Sem autoria**’ é para as produções sem autoria ou sem autoria identificada.

As duas primeiras categorias são importantes, pois permitem entender sentidos e abordagens definidas sobre a IdG com base no tipo e no espaço onde foram veiculadas as produções (VIMIEIRO, 2010). Como aponta o *Global Media Monitoring Project* (GMMP, 2020), as páginas das notícias principais dos jornais, em sua maioria, são dedicadas a produções sobre a política nacional ou internacional, já as seções especiais como opinião, esporte ou cultura, têm menor destaque. Isso também justifica a divisão das rubricas em apenas quatro códigos, dois para as notícias principais e outros dois para as seções consideradas ‘menos importantes’ pela organização do jornal. Outro indicador da importância da produção *online* é sua replicação ou publicação na edição impressa do jornal. Esta

identificação foi possível na Folha de S.Paulo, pois ela inclui no seu *site* o subtítulo ‘Edição Impressa’, porém no Expresso apenas uma produção tinha a frase “*Artigo publicado na edição do EXPRESSO*” (REIS, 2016).

A terceira categoria se relaciona com as duas primeiras, pois, como mostram pesquisas de âmbito mundial, mesmo com o aumento de jornalistas mulheres ainda não há paridade nas redações (GMMP, 2020), assim como não há nos parlamentos (IPU, 2021). Isto é importante porque o gênero da autoria da produção influencia em suas características, já que as assinadas por homens estão concentradas nas temáticas relacionadas à política e aos governos, enquanto as assinadas por mulheres tendem a: cobrir uma pluralidade de temas, recorrer mais a mulheres como fontes e ter uma qualidade mais alta de uma perspectiva de gênero “*in terms of likelihood to clearly challenge gender stereotypes, to raise gender (in)equality issues and to make reference to legislation or policy that promotes gender equality or human rights*” (GMMP, 2020, p. 7).

Cabe aqui a ressalva de que não foi possível no processo de codificação das autorias diferenciar se elas se autoidentificam como cis ou trans, assim como não foram classificadas de acordo com sua idade, raça e etnia. Entendo que estas são questões importantes principalmente quando se parte de uma base interseccional que busca apresentar e trabalhar com os diversos eixos de relações de poder expressos no lugar de fala das pessoas que intervêm nestas representações jornalísticas, mas a limitação de recursos e tempo impossibilitou este detalhamento.

4. ÍCONES: Nesta categoria buscou-se identificar a multimídia nas produções, uma das características do jornalismo digital no processo de produção de conteúdo que permite usar diversas mídias (imagens, áudios, vídeos, etc.) para dar destaque e aprofundamento à narração de um fato jornalístico (BACCIN; SILVEIRA; BELOCHIO, 2021; ANDRADE, 2005; PALACIOS, *et al.*, 2002). A unidade de análise utilizada foi a ocorrência (ou não) de representações não textuais, dividindo-as nos códigos: ‘**4.1. Foto**’ distinguindo se está no corpo da matéria ou em carrosséis de fotos; ‘**4.2. Ilustração**’ (imagens, desenhos ou colagens) feita para a produção e que consta em seu corpo, exceto as apresentadas em carrosséis de fotos que foram contabilizadas como ‘fotos’; ‘**4.3. Infográfico**’ ou tabela; *prints* de postagens no ‘**4.4. Facebook**’ e *Instagram*; ou no ‘**4.5. Twitter**’; ‘**4.6. Vídeo**’ e ‘**4.7. Áudio**’ contabilizando o tempo total destas ocorrências.

É importante ressaltar que nesta categoria é feita exclusivamente a contagem das quantidades dos ícones presentes nas produções e não uma análise iconográfica e/ou iconológica destes elementos. Esta é a única categoria que faz a análise das representações

não textuais (fotos, ilustrações, etc.) nas produções, todas as outras (5 a 11) não as incluem, nem suas legendas, na análise.

5. TEMÁTICA²⁴: A identificação do assunto principal foi feita após a leitura do texto completo, questionando qual o objeto da produção e qual tema predomina, mesmo que ele aborde diversas temáticas. Os códigos que representam a temática principal dos textos são: ‘**5.1. Política**’ - atuação de parlamentares do legislativo e executivo, ministros, governo, discursos e processos políticos, incluindo manifestações do Judiciário e seus ministros, entre outros – seus espaços e ações dentro do país, excluindo a área da educação; ‘**5.2. Eleições**’ - informações sobre candidaturas ou processos eleitorais, como pré-campanha, debates eleitorais, opinião de eleitoras/os etc.; ‘**5.3. Mundo**’ - eventos, debates e ações de órgãos internacionais, ou debates do país do jornal que tiveram repercussão ou envolvem questões internacionais (política exterior, diplomacia, acordos, ONU etc.); ‘**5.4. Religião**’ - religião, cartas do Vaticano, falas e declarações de pessoas e entidades religiosas em encontros, manifestações, documentos, cartas etc.; ‘**5.5. Manifestação**’ - manifestações de pessoas ou de movimentos sindicais, sociais, feministas, LGBTQ+ ou outras organizações; ‘**5.6. Educação**’ - pessoas, instituições, ou parlamentares, seus espaços e ações dentro do país, com pautas relacionadas à Educação, seus sistemas ou o debate sobre o ensino das questões de GDS (debate de legislação, planos de educação, Escola Sem Partido etc.); ‘**5.7. Debates GDS**’ - debates sobre GDS que não sejam promovidos por parlamentares, processos eleitorais, organizações internacionais, religião, manifestações e relativas à educação, se enquadrando debates relacionados à GDS com a apresentação de argumentos, estudos e etc. geralmente feitos por pessoas estudiosas e não “militantes”; ‘**5.8. Violência GDS**’ - casos de violência de gênero, contra mulheres e/ou pessoas LGBTQ+, como assédio sexual contra mulheres, estupro, abuso sexual, #MeToo, #TimesUp, feminicídio, tráfico de mulheres, mutilação genital; e/ou referências a desigualdades de gênero; ‘**5.9. Arte**’ - informações sobre cultura e artes em geral (música, teatro, cinema, arquitetura etc.); ‘**5.10. Outros**’ - temas que não se enquadram em nenhum dos códigos acima como: esporte, celebridades, mídia, games, ciência, saúde etc.

6. TÓPICO²⁵: Para identificar a parcela do texto que aborda as questões GDS ou não, foi utilizada como unidade de análise a contagem de palavras de cada parágrafo, exceto seção/ões e autoria/s classificadas nas categorias 2 e 3 e data e hora incluídas nas tabelas de *corpus*. Após a leitura sistemática de cada texto, os parágrafos foram divididos em dois

²⁴ Resultado do teste intermediário 0.59 no Alpha de Krippendorff e 66.667% de média percentual de concordância entre pares.

²⁵ Resultado do teste intermediário 0.742 no Alpha de Krippendorff e 86.667% de média percentual de concordância entre pares.

códigos: ‘**6.1. GDS**’ com conteúdos relacionados às questões de GDS ou alguma referência a estas temáticas em específico e ‘**6.2. Geral**’ sem conteúdo de GDS.

Estas categorias permitem a verificação de quais são as temáticas principais associadas aos debates de GDS, em específico os que apresentam o termo IdG. Questão que interessa à pesquisa, pois, as temáticas abordadas pelos jornais e seus enquadramentos nos mostram vieses, associações e indicações de ‘como’ o público deve pensar sobre elas (BUTLER, 2016; SOUZA, 2016; PORTO, 2002).

Aqui é preciso destacar que a categoria ‘**6. Tópico**’ é central no processo de codificação porque todas as outras categorias (7 a 11) utilizam apenas o trecho do texto classificado como ‘6.1. GDS’ na codificação. A decisão de utilizar apenas os trechos que citam ou fazem referência às questões de GDS foi tomada após a leitura das produções jornalísticas e a constatação de que muitos resultados tinham como foco outros temas, apenas citando o objeto. Portanto, para cumprir com os objetivos definidos, principalmente o de identificar as características e perfis de pessoas e instituições que fazem uso da retórica da IdG, esta seleção foi necessária.

7. ATRIZES E ATORES²⁶: Nesta categoria a unidade de análise é a citação de pessoas ou coletivos de pessoas física (indivíduos concretos que não configuram uma pessoa jurídica, sujeitos abstratos como uma instituição, associação etc.) na porção dos textos classificadas no ‘6.1. GDS’. Estas citações são divididas pelo posicionamento sobre as temáticas de GDS identificado de acordo com os argumentos expressos (‘**7.1. Favoráveis**’ e ‘**7.2. Contrários**’). Além da contagem de quantas personagens e quantas vezes foram citadas, elas também foram classificadas por tipos – agrupamentos temáticos com referência ao campo de atuação –, tais como: representantes do ‘**1. Executivo**’ e seus cargos, exceto o ministro da Educação e outros representantes de órgãos ligados ao MEC; representantes do ‘**2. Legislativo**’ e seus cargos; ‘**3. Político/a profissional**’ sem especificação de seu cargo, impossibilitando a classificação nos dois primeiros tipos; representantes do ‘**4. Judiciário**’ e seus cargos; pessoas ‘**5. Filiadas**’, candidatas/os e representantes de partidos políticos; pessoas ‘**6. Religiosas**’ e representantes de entidades religiosas; ‘**7. Rep. Sociais**’, representantes de outros movimentos sociais e sindical e seus cargos, de conselhos de profissões regulamentadas (OAB, CRM etc.), da ONU e de seus órgãos; nomes de ‘**8. Teóricas**’ ou pesquisadoras/es; ‘**9. Rep. Educação**’, nomes e cargos de representantes da educação, incluindo o ministro da Educação e outros representantes de órgãos ligados ao

²⁶ Resultado do teste intermediário 0.688 no Alpha de Krippendorff e 93.571% de média percentual de concordância entre pares.

MEC; pessoas ‘**10. LGBT+**’, siglas referentes a estas pessoas e representantes de organizações LGBT+; ‘**11. Feministas**’ ou representantes de grupos, movimentos, coletivos e associações feministas; pessoas citadas por suas ‘**12. Ocupações**’ e/ou profissões, incluindo estudantes; pessoas ‘**13. Sem especificação**’ de algum dos grupos anteriores, sejam elas pessoas socialmente excluídas, referências geracionais à pessoa ou sem outra identificação específica.

Aqui todas as citações da mesma personagem foram contabilizadas, isto porque interessa saber a relevância de cada tipo nas produções. Nesse sentido, uma ressalva importante tanto para esta categoria quanto para a próxima é que a classificação do tipo é temporal, ou seja, o que é considerado mais importante para a classificação corresponde ao “cargo” atual. A diferenciação de posicionamentos e tipos é essencial, pois o lugar de fala das pessoas e instituições ajuda a compreender e interpretar as disputas de sentido presentes no discurso da IdG reproduzindo “convenções, normas, valores compartilhados e estabelecidos em sua ‘comunidade discursiva’” (VIMIEIRO, 2010, p. 83). Sendo assim, a citação do “pastor e deputado Marco Feliciano”, foi classificada como do tipo ‘2. Legislativo’ e não ‘6. Religiosas’, por mais que esta tenha sido a primeira referência feita a ele. Isto porque nosso interesse na retórica da IdG está voltado para o seu uso como instrumento político. Portanto, as decisões políticas têm maior impacto no posicionamento das quatro primeiras classificações.

8. AGENTES²⁷: Assim como na categoria anterior, aqui a unidade de análise é a citação contabilizada pela identificação de nomes e referências de instituições nos trechos dos textos que falam sobre GDS de acordo com seus posicionamentos sobre as temáticas (‘**8.1. Favoráveis**’ e ‘**8.2. Contrários**’). As citações das pessoas jurídicas e seus coletivos, ou seja, sujeitos abstratos que não são pessoas físicas (indivíduos concretos) foram classificadas como: representações do ‘**1. Executivo**’, de ministérios (exceto o da Educação) e seus órgãos, ao Brasil e outros países não enquanto lugar mas organização ou ação; representações do ‘**2. Legislativo**’; representações do ‘**3. Judiciário**’; citações de ‘**4. Partidos**’ políticos de forma genérica sem identificação de parlamentar e expressões relativas a partidos (como ‘a direita portuguesa’); termos com referência a uma ‘**5. Religião**’, representações religiosas e seus órgãos e entidades ligadas a instituições religiosas; entidades de ‘**6. Pesquisa**’ (Fipe/MEC/Inep, Instituto Perseu Abramo, Ipea, universidades e centros de pesquisa etc.) e editoras; órgãos burocráticos e de regulação da ‘**7. Educação**’ como comitês, conselhos,

²⁷ Resultado do teste intermediário 0.722 no Alpha de Krippendorff e 94.872% de média percentual de concordância entre pares.

secretarias, ministério da Educação e seus órgãos, instâncias organizadas por órgãos da educação (Conae 2014, Fórum Nacional de Educação etc.) e citações de instituições de ensino (colégio, escolas etc.) e outras referências relacionadas a elas (como equipe pedagógica); ‘**8. Mov. LGBT+**’ grupos, movimentos LGBT+ e nomes de centros especializados para pessoas LGBT+ (como Cepatt); ‘**9. Mov. Feministas**’, grupos, movimentos, coletivos e associações feministas; ‘**10. Rep. Sociais**’ como movimentos sociais, conselhos de profissões regulamentadas, ONU e seus órgãos; instituições de ‘**11. Mídia**’, órgãos de comunicação, nomes de revistas, entre outros; ‘**12. Outros**’ agentes que não se enquadram nos tipos anteriores e agentes sem especificação.

9. TERMOS²⁸: Os termos utilizados nos textos para se referir às questões de GDS interessam porque “indicam valores compartilhados culturalmente” (VIMIEIRO, 2010, p. 82). Aqui definimos por identificar as citações ou referências ao termo “ideologia de gênero” que foram classificadas de acordo com sua utilização como conceito no sentido sociológico (**9.1. Sociológico**) ou no viés conservador (**9.2. Conservador**). Para ajudar na análise qualitativa também foram identificados termos pejorativos utilizados para se referir às questões de GDS, expressões contrárias ao debate das temáticas, cunhadas por setores conservadores e religiosos ou politicamente incorretas, expressões que expressem repulsa, abjeção, ou então incitam preconceito, discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBT+, e a expressão *pauta de costumes* no Brasil e *agenda fraturante* em Portugal usadas como forma invisibilizar e enquadrar negativamente as questões de GDS, direitos humanos, antirracismo e outras (BRANT; MACHADO, 2020; RODRIGUES, 2019).

10. ARGUMENTOS²⁹: Aqui foi identificada a presença ou ausência de argumentos de avaliação relativos às questões de GDS em cada frase (unidade de análise) dos trechos dos textos que tratavam das temáticas. Esta é uma informação importante nas produções jornalísticas, porque a escolha da autoria em visibilizar certas avaliações pode demonstrar suas opiniões expressas por outros (PORTO, 2002). Estes argumentos podem estar na forma de exemplos e citações de pesquisas, fatos históricos, passagens ou definições religiosas, práticas das quais são tiradas lições, ou ainda, em frases de efeito (*slogans*) que expressam em uma curta mensagem de fácil memorização um objetivo, alvo ou valor sobre o tema provocando emoções, impressionando ou impactando, através de derivações repetitivas da mesma ideia ou propósito.

²⁸ Resultado do teste intermediário 0.75 no Alpha de Krippendorff e 83.333% de média percentual de concordância entre pares.

²⁹ Resultado do teste intermediário 0.506 no Alpha de Krippendorff e 90.222% de média percentual de concordância entre pares.

No caso da existência de argumentos eles foram primeiro classificados enquanto seu posicionamento sobre as temáticas e depois quanto ao tipo.

Os ‘**10.1. Favoráveis**’ podem ser baseados em: estudos ou afirmações científicas (**1. Cient. Fav.**); no combate ao machismo, LGBTfobia e outras formas de violência, discriminação e preconceito contra mulheres e LGBT+ (**2. Contra violência**); na promoção de igualdade, respeito e solidariedade na escola, para a superação de desigualdades educacionais e evasão escolar, ou sobre a importância de educar sobre sexo, sexualidade e diversidade (**3. Educacionais**); na necessidade de o debate ser assumido pelo Estado como forma de reverter as desigualdades sociais, ou de que as crenças pessoais não podem regulamentar os espaços públicos (**4. Públicos**); em referências à defesa da democracia, a importância da diversidade na democracia, contra a censura e posturas antidemocráticas (**5. Democracia**); e outros argumentos favoráveis que não se encaixam nos tipos anteriores como a defesa aos ataques de pessoas ou grupos contrários contrapondo a retórica da IdG e os argumentos de doutrinação e distorção, ou sobre estigmas e dificuldades enfrentadas pelas mulheres e LGBT+ na sociedade, ou baseados em referências religiosas na defesa dos temas que podem ou não ser emitidos por pessoas religiosas (**6. Defesa contra a IdG**).

Já os ‘**10.2. Contrários**’ podem ser baseados em afirmações: científicas ou estudos (**7. Cient. Cont.**); de que estes debates não devem ser feitos com crianças e adolescentes, de que não podem acontecer na escola ou de que são doutrinação no ambiente escolar com a ‘tentativa de anular a diferença entre meninos e meninas’ (**8. Crianças**); de que estas temáticas são de âmbito privado da família e o Estado não deve intervir (**9. Privados**); religiosas, em sua maioria contra o aborto em ‘defesa da vida’, de que estes debates representam preconceito contra pessoas cristãs, ou então sobre a ‘quebra de valores da sexualidade’, a defesa da definição de família, seus valores e o combate a sua ‘destruição’ pelo feminismo e sua “tentativa de erradicar a ‘ordem natural’, substituindo-a por percepções ‘sociais’ seculares (...) [de] negação da diferença sexual que levará à ‘anulação da natureza humana’” (GARRAIO; TOLDY, 2020, p. 134) (**10. Religiosos**); de que estes debates proíbem a liberdade de expressão ou que criminalizam as pessoas contrárias (**11. Liberdade de expressão**); de que a disposições genéricas em leis e outros instrumentos legais englobam todas as pessoas e especificar é privilegiar certos grupos (no caso mulheres e pessoas LGBT+) ou de que faltam investimentos em outras áreas e outras temáticas enquanto se privilegia este debate (**12. Privilégios**); e por fim, outros argumentos contrários que não se encaixam nos tipos anteriores, como o de que estes debates e sua inserção em políticas públicas são um desrespeito às definições ‘democráticas’ entendidas como ‘a regra da maioria’, ou que são

controversos, imposição, manipulação, subjetivos etc. (**13. Contra GDS**).

11. DECISÃO POLÍTICA³⁰: A última categoria se refere à identificação de julgamentos sobre GDS, ou seja, a presença ou não de decisões políticas ou do Judiciário sobre leis ou propostas relacionadas às questões de GDS, assim como definições políticas do governo ou de outros órgãos ou pessoas do Executivo, influenciadas ou não pela pressão de determinados grupos, indicando o viés que predominou na decisão em relação às temáticas. Aqui também se enquadram definições e ações políticas do governo, de outros órgãos ou pessoas do Executivo, de partidos e de campanhas/candidaturas quanto às questões de GDS. No caso de nenhuma decisão ser identificada é apresentado um resumo do tema ou disputa política discursiva sobre GDS em pauta na sociedade ou no parlamento no período que pode ter gerado a produção jornalística. Agora no caso de existirem decisões expressas, estas foram contabilizadas de acordo com o posicionamento, além de ser feito um resumo da decisão justificando o porquê se enquadra no código e quais partidos ou agentes emitiram a decisão imprimindo o viés. O foco aqui é verificar informações relacionadas aos tipos de decisões como as características dos partidos e agentes que as emitiram e temáticas relacionadas. A divisão dos códigos foi feita com base e em analogia aos estudos de Silva, Hall, Woodward (2009) e da categoria “Viés” utilizada pelo Grupo de Estudos MidiaCulturas – Poder e Sociedade (SOUZA; ALMEIDA; DRUMMOND, 2017), são elas:

11.1. Liberal – Decisões neutras ou sem um viés claro que acreditam que a diversidade deve ser respeitada ou tolerada sem “questionar as relações de poder e os processos de diferenciação que, antes que tudo, produzem a identidade e a diferença” (SILVA; HALL; WOODWARD, 2009, p. 98).

11.2. Progressista – Decisões que questionam os conceitos de identidade e diferença expressando viés crítico, contestador e progressista em relação ao *status quo*, à hegemonia heteronormativa e às desigualdades, preconceitos e violências relacionadas ao GDS. Decisões que reconhecem e celebram o direito à identidade e à diferença (SILVA; HALL; WOODWARD, 2009), com falas de afirmação dos contra públicos, do feminismo e etc., assim como as que levam em conta as contribuições das teorias cultural, de gênero, *queer* e outras pós-estruturalistas, ao tratar a identidade e a diferença como questões de política.

11.3. Conservadora – Decisões em reação ou com a exclusão de leis referentes às temáticas, que as classificam como busca por privilégios ou as que reproduzem preconceitos reforçando ou defendendo a dominação, a desigualdade e violências (machismo, LGBTfobia,

³⁰ Resultado do teste intermediário 0.48 no Alpha de Krippendorff e 80% de média percentual de concordância entre pares.

etc.) ao ver a diferença com rejeição e a diversidade como algo fora da estabilidade, do consensual e assegurado. Também se enquadram aqui decisões que não aceitam a pauta dos direitos humanos fazendo uso em seus discursos do recurso pejorativo contra as mulheres e pessoas LGBT+, as que expressam a incapacidade de conviver com a diferença “fruto de sentimentos de discriminação, de preconceitos, de crenças distorcidas e de estereótipos” (SILVA; HALL; WOODWARD, 2009, p. 98), e as que têm como base ou justificativa o discurso de: moralidade, costumes, religião, valores heteronormativos (de predomínio masculino e heterossexual) e similares.

5 A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NOS JORNAIS FOLHA DE S.PAULO (BRASIL) E EXPRESSO (PORTUGAL)

“As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm. (...) Assim, como muitas outras feministas, quero argumentar a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver” (Donna HARAWAY, 1995, p. 15 e 24).

Neste capítulo apresento os resultados obtidos com a metodologia mista aplicada na análise das produções dos jornais Folha de S.Paulo (FSP) e Expresso com o termo “ideologia de gênero”. O foco está na Análise de Conteúdo (AC) que permitiu extrair as características do discurso da IdG e de quem utiliza ele. As informações destacadas aqui têm como base as diretrizes da Análise Foucaultiana do Discurso (AFD). Durante a leitura e releitura dos textos para a codificação da AC alguns trechos e características foram selecionados para serem aprofundados na discussão dos achados no próximo capítulo. Aqui apresento os dados das produções de cada jornal e comparo as características identificadas em cada um deles destacando diferenças e semelhanças entre os países. Todas as tabelas que deram origem aos gráficos apresentados neste capítulo encontram-se no Apêndice 5.

Neste sentido, as seções, trechos e dados relevantes selecionados buscam produzir apontamentos sobre a IdG que ajudam a responder aos objetivos. O objetivo geral de comparar a padronização de perfis e características da retórica da IdG presentes na literatura com a sua utilização como instrumento político nos dois países com base nos dados. E os objetivos específicos de: ii) explorar e identificar nas produções jornalísticas brasileiras e portuguesas as características centrais da retórica da IdG como instrumento político e o perfil de quem a utiliza; iii) mapear as influências e resistências apresentadas em relação à heteronormatividade pelo discurso da IdG na sociedade presentes na mídia de cada país; e iv) comparar as apropriações e ressignificações discursivas identificadas em cada país analisando como e quando o tema emergiu na arena jornalística, quais agentes propuseram o assunto e com quais vieses e quais disputas por significação ocorreram.

Compreendo que não é possível produzir uma análise de discurso completa de todos

os textos do *corpus*, e, por isso, foco em alguns aspectos específicos. Como lembra Carla Willig (2003, p. 165), “*There are always many aspects of the discourse which we will not analyse. This means that the same material can be analysed again, generating further insights*”. Sendo assim, o material desta tese permite ainda diversas outras análises, com outros recortes e olhares que podem ser explorados em pesquisas futuras.

Na primeira seção, apresento os resultados da busca pelo termo “ideologia de gênero” nos jornais com destaque para a quantidade, ano e países citados. Na segunda e terceira seções exponho e debato as estatísticas descritivas dos resultados da análise das produções dos jornais em que a codificação seguiu as instruções do Livro de Códigos³¹. Na segunda, estão as categorias do nível *constativo* (representações textuais das produções relacionadas às características jornalísticas) e na terceira as categorias do nível *performativo*, que em sua maioria, demandaram interpretação das informações extraídas das produções do *corpus*.

As categorias relativas às disputas discursivas, os quadros e vieses mobilizados pelas diferentes pessoas, agentes e pelos próprios jornais foram classificadas com base no posicionamento em relação às questões de GDS com foco nas visões ‘contrárias’ e ‘favoráveis’. Os exemplos citados neste capítulo e no próximo, com nomes ou trechos das produções, usam como referência o número e sigla do jornal Folha de S.Paulo (FSP) e do Expresso (EX), conforme as tabelas do Apêndice 1 e 2, respectivamente.

5.1 RESULTADO DA BUSCA PELA IDG NOS JORNAIS FOLHA DE S.PAULO E EXPRESSO

O primeiro destaque a ser feito refere-se ao desequilíbrio do volume de resultados das buscas nos jornais dos países. Este resultado parcial da pesquisa, quando relacionado também aos anos de ocorrência das produções demonstra a diferença de permeabilidade dos debates sobre GDS no Brasil e em Portugal (Gráfico 8).

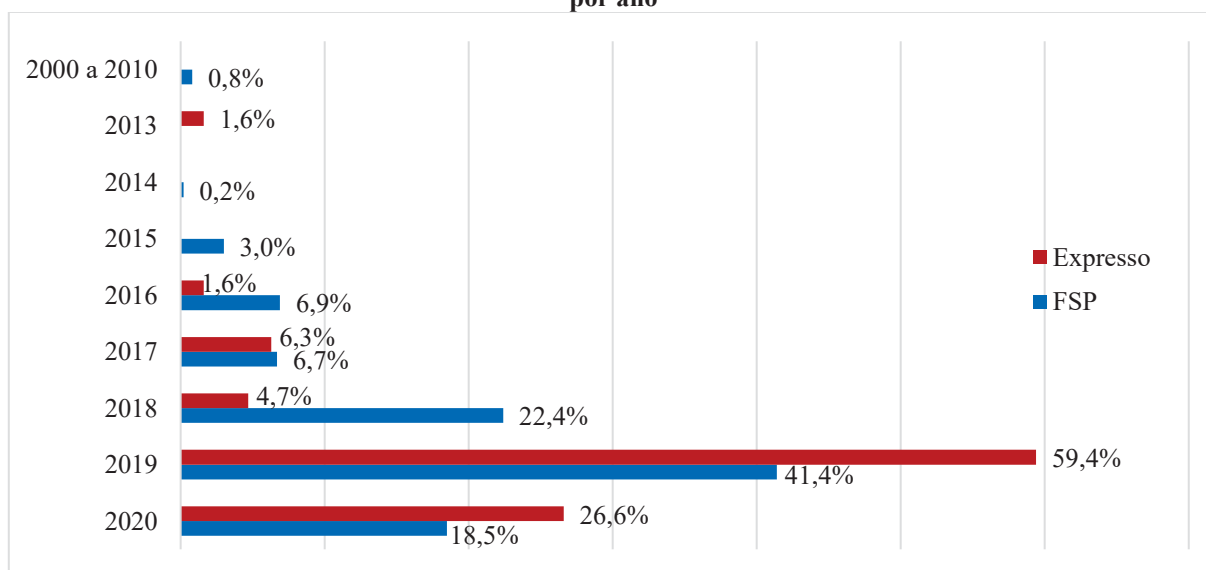
Nos 406 resultados da Folha, a maioria das produções se concentra nos anos de 2019 (168), 2018 (91) e 2020 (75), tendo os outros anos resultados menores – 2017 (27), 2016 (28)

³¹ O processo de análise das produções dos jornais teve como primeiro passo sua transcrição para um arquivo de texto editável. No caso da Folha o arquivo de Word com textos em espaçamento simples e imagens ficou com aproximadamente 1200 páginas e do Expresso com 120 páginas. Depois separei as informações de título, seção, data, hora e elementos não textuais em um arquivo para a análise das categorias 1 a 4, e em outro arquivo deixei apenas os textos que foram utilizados para a codificação das categorias 5 a 11. Nesta etapa, o arquivo formado apenas com o texto em espaçamento simples da FSP ficou 623 páginas e do Expresso com 92 páginas. A codificação das produções seguiu as instruções do Livro de Códigos e seu respectivo treinamento, usando o modelo de codificação estabelecido no teste de categorias.

e 2015 (12). Os anos de 2000, 2004, 2009, 2010 e 2014 tiveram apenas uma ocorrência cada. Já os 64 resultados do Expresso, assim como na Folha, têm maior concentração de produções em 2019 (38). O segundo ano com mais resultados é 2020 (17), tendo os outros anos resultados baixos – 2018 (3), 2017 (4), 2016 (1) e 2013 (1). Os anos de 2011 e 2012 não tiveram nenhum resultado nos dois jornais.

É interessante observar como as ocorrências do termo nos jornais e os saltos temporais dos dois países correspondem aos picos identificados nas buscas do *Google*. No caso do Brasil, o aumento da frequência em 2015 e a posterior recorrência da retórica coincide com o apontamento de Aragusuku (2018, 2020) de que este ano marca o início do período de consolidação da IdG na política brasileira. Este dado das publicações reforça a importância do ano de 2015 como um marco temporal relevante da IdG no cenário político do Brasil.

Gráfico 8 – Produções do jornal Folha de S.Paulo e Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020 por ano



Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

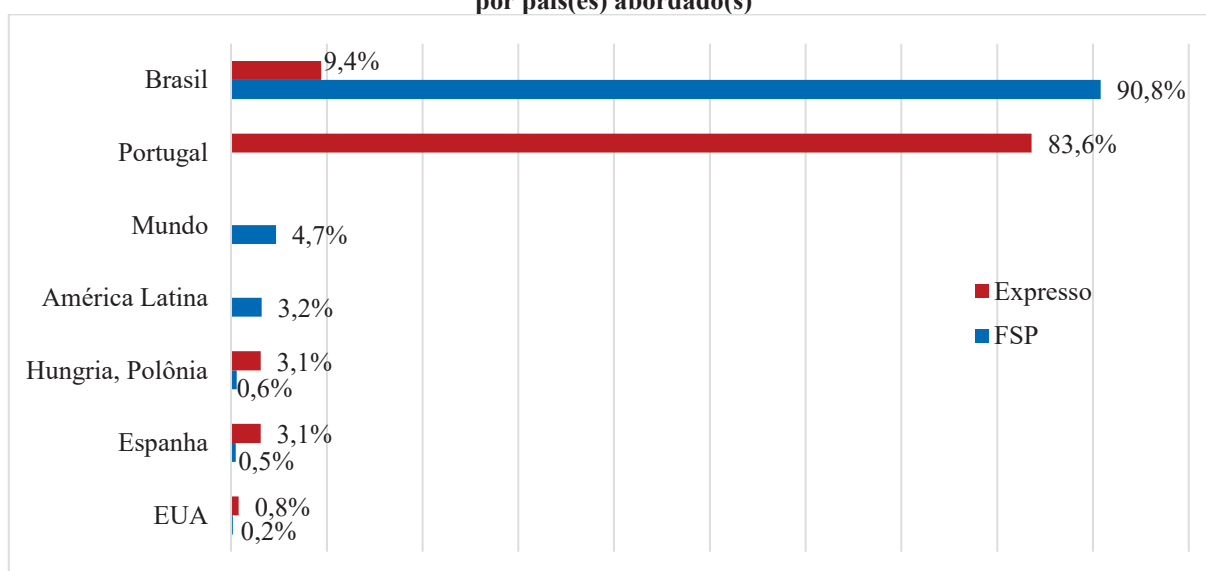
O ano de 2019 também merece destaque pela concentração do maior número de publicações e pelos picos do *Trends*, já que corresponde nos dois países a processos eleitorais. No Brasil, à posse em janeiro do presidente Jair Bolsonaro³² que teve como bandeira de campanha o combate à IdG, assim como as definições do governo e ações de seus ministros e ministra alinhados com esta pauta. Em Portugal aos processos das eleições legislativas e parlamentares europeias, e a visibilidade ganha por candidatos conservadores e de direita, em

³² Na época da eleição, Jair Bolsonaro era filiado ao Partido Social Liberal (PSL) e atualmente, após dois anos sem filiação partidária, está no Partido Liberal (PL) (GALVANI, 2021).

especial André Ventura (Chega).

Quando aos locais citados (país ou região), como era de se esperar, os dois jornais têm o maior número de resultados referente ao seu país, 368 produções da FSP tratam do Brasil e 53 do Expresso são sobre Portugal. Como mostra o Gráfico 9, o jornal brasileiro apresenta uma variedade maior de países sendo que 19 delas falam sobre a IdG no Mundo. O destaque da FSP está nas produções sobre a América Latina (13), que como exposto pela revisão da literatura é fonte da maioria dos estudos sobre a retórica. Nesse recorte, a Folha tem produções sobre a Colômbia (7), Argentina (2), Bolívia (1), México (1), Paraguai (1) e Uruguai (1).

Gráfico 9 – Produções do jornal Folha de S.Paulo e Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020 por país(es) abordado(s)



Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

No caso do jornal português, sete matérias citam o Brasil, sendo cinco delas apenas sobre o país. Destas: i) Duas falam sobre a posse de Bolsonaro, foram publicadas no dia 01/01/2019 e destacam o discurso do presidente – *Bolsonaro já é Presidente do Brasil. “Reafirmo o compromisso de construir uma sociedade sem discriminação”* (10 EX) – e as barreiras criadas para a imprensa cobrir o evento – *Bolsonaro assume a presidência do Brasil entre aclamação pública e barreiras à imprensa* (11 EX). ii) Duas são sobre Damares Alves do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) (8 EX e 12 EX), tendo destaque a sua fala na posse, *Azul para os meninos e cor-de-rosa para as meninas: o Brasil entrou numa nova era, diz ministra de Bolsonaro* (12 EX). iii) Uma é a respeito da manifestação contra a palestra de Judith Butler (6 EX).

Dos resultados que relacionam o Brasil com outro país, um aborda a visita de

Bolsonaro à Casa Branca – “*É uma satisfação estarmos nos EUA depois de algumas décadas de presidentes antiamericanos*”, declarou Bolsonaro. *Trump sorriu* (19 EX) e a outra sobre como as ‘ideias’ de Bolsonaro, com destaque para o combate à IdG, tem influenciado a atuação de políticos de direita em Portugal (18 EX).

Em relação aos outros países citados, a Folha tem produções sobre a Espanha (2), Polônia (2), EUA (1) e uma trata da Hungria e do Brasil. Já o Expresso tem dois resultados da Espanha, um da Hungria e um da Polônia. Ressalto aqui os resultados referentes aos países do Leste Europeu que reforçam o dado apontado pela literatura de rápido crescimento dos discursos, movimentos e leis antigênero (KUHAR; PATERNOTTE, 2017; PETŐ, 2016; KOVÁTS; PŐIM, 2015). Como exemplificado pelas produções da Folha que expõe como o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, quer dar fim aos estudos de gênero no país e cita a “repulsa” a estes estudos no Brasil (104 FSP); o pedido do vice-premiê polonês para a Netflix retirar de seu catálogo o especial do Porta dos Fundos por ser uma blasfêmia que ataca cristãos e o cristianismo (333 FSP); e a análise que o presidente eleito na Polônia em 2020, após vitória apertada, precisa frear o crescimento da direita radical (371 FSP). No Expresso as notícias são sobre a proibição da Hungria de alterar o sexo no estado civil (52 EX) e da Polônia querer retirar-se da Convenção de Istambul de prevenção à violência contra as mulheres (55 EX).

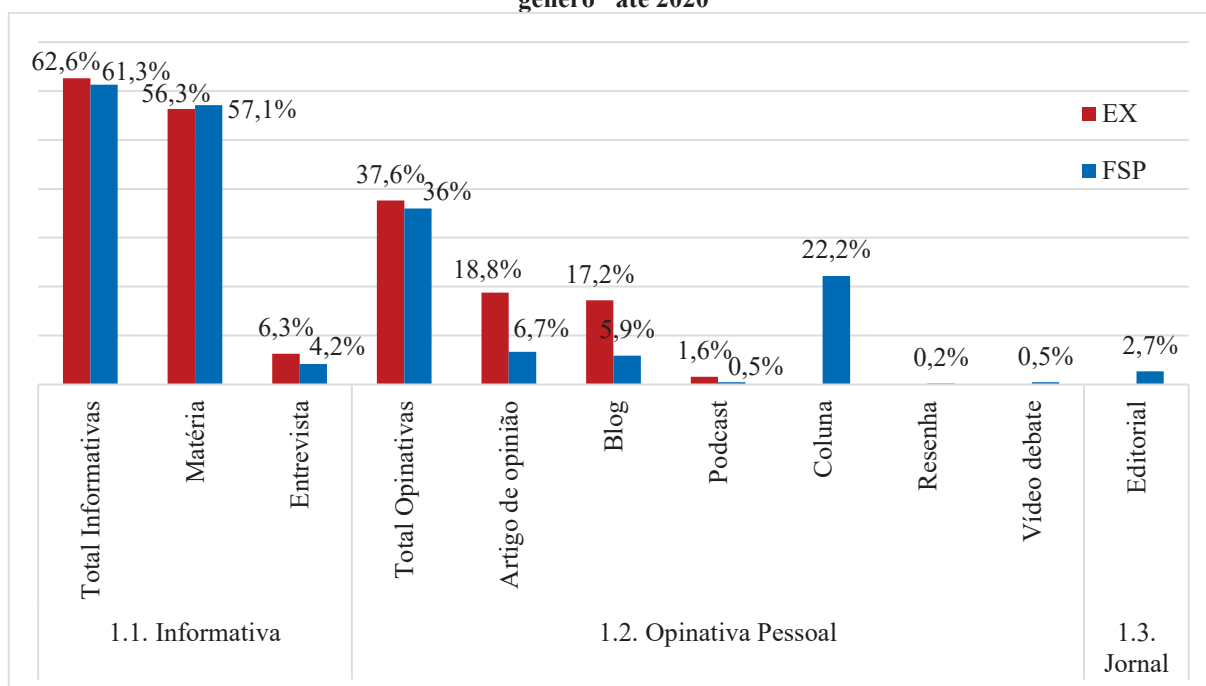
5.2 ANÁLISE DO NÍVEL *CONSTATIVO* DA IDG NOS JORNAIS FOLHA DE S.PAULO E EXPRESSO

Quanto ao tipo de produção, os dois jornais têm a maior concentração de resultados nas produções informativas (Gráfico 10). Na Folha de S.Paulo (249) as matérias correspondem a mais da metade de todos os resultados (232), tendo as entrevistas apenas 17 ocorrências. No Expresso (40), são 36 matérias e quatro entrevistas. Os textos de opinião pessoal também tiveram resultado significativo, na Folha somam 146 e no Expresso são 24. No jornal brasileiro tem maior representatividade nas colunas (90) com as seções *Colunas e blogs* (78), *Colunistas* (5), *F5 – Tony Goes* (5) e *Ilustrada* (2). Seguida por artigos de opinião (27), postagens em blogs do jornal (24), podcast (2), vídeo debates da *TV Fla Flu* (2) e uma resenha que representa o primeiro resultado de busca e a única ocorrência no ano 2000. A resenha do livro *Modernizando a Desigualdade - Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil (1914-1940)* de Susan K. Besse, é um dos sete resultados da FSP que apresenta o conceito sociológico da ideologia de gênero sem utilizar o termo conservador. O outro é um

artigo de opinião na Ilustríssima – *Usar ‘Jesus na goiabeira’ contra Damares é fruto bichado da esquerda* (230 FSP).

No Expresso as produções opinativas correspondem a 12 artigos de opinião, 11 postagens em blogs do jornal e o *Podcast Eixo do Mal: “A maneira como este ministro se portou com o autarca de Mação é... desagradável”* (35 EX). As postagens nos blogs correspondem a três no *A vida de saltos altos* (6 EX, 8 EX e 22 EX) e no *Contra-semântica* (13 EX, 20 EX e 53 EX), dois no *Estado da Noção* (18 EX e 21 EX), uma no *Chamem-me o que quiserem* (3 EX), *A tempo e a desmodo* (5 EX) e *Think of me as a place* (14 EX). Aqui é importante destacar que os blogs *Contra-semântica* e *Estado da Noção* são escritos, respectivamente, pela deputada Isabel Moreira do Partido Socialista (PS) e pelo ex-deputado e fundador do Bloco de Esquerda (BE), Francisco Louçã.

Gráfico 10 – Tipos presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020



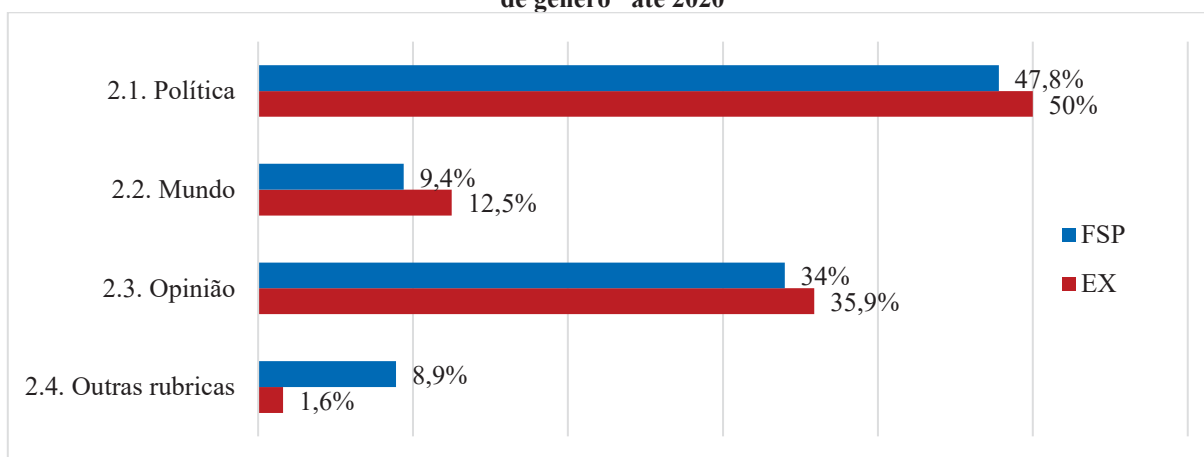
Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

O diferencial entre os jornais e destaque da Folha são seus 11 editoriais com o termo, publicados entre maio de 2018 e dezembro de 2020. Todos eles debatem o discurso da IdG, em sua maioria relacionado à educação – representado pelo projeto Escola Sem Partido (ESP) – e às falas de Bolsonaro e de seus ministros, destacando esta que é uma das principais bandeiras do governo. É importante frisar aqui que em todos eles o jornal mostra seu posicionamento contra estes discursos ao denominá-lo como a “chamada” (184 FSP, 372 FSP e 404 FSP), a “mal denominada” (130 FSP) ou a “tal” IdG (372 FSP), e classificando-a como “fantasiosa”

(178 FSP) e “fantasmagórica” (285 FSP). No editorial *As cores de Damares* (178 FSP) a Folha ainda lembra que a “linha conservadora” da ministra Damares e seu ministério não apenas está “na contramão dos movimentos que defendem direitos de mulheres e da comunidade LGBT. É uma interpretação que encontra fundamento no ideário que levou o novo presidente ao poder” (178 FSP), com o combate à IdG não só na campanha eleitoral de Bolsonaro, mas pela bancada evangélica e o ESP nos últimos anos “que veem a emergência de reivindicações igualitárias de homossexuais e transgêneros como uma espécie de ameaça à família tradicional” (178 FSP).

Referente às seções onde as produções foram enquadradas (Gráfico 11), a rubrica ‘Política’ corresponde quase metade das produções no jornal brasileiro (194) e a metade do jornal português (32). Na Folha está representada nos cadernos *Poder* (96), *Educação* (50), *Cotidiano* (34), *Ao vivo* (12) e *Mercado* (2). No Expresso está centrada nos cadernos *Política* (12), *Sociedade* (8) e *Europeias 2019* (6), tendo os outros cadernos apenas um resultado: *Diário*, *Economia*, *Eleições*, *Igualdade de gênero*, *Protestos* e *Revista de imprensa*.

Gráfico 11 – Rubricas presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020



Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

A rubrica ‘Mundo’ (38) na FSP, assim como os cadernos *Poder* e *Educação*, tem o subtítulo *Governo Bolsonaro* como o mais utilizado nas produções. O subtítulo com a segunda maior ocorrência é *Diplomacia Brasileira*. Os outros subtítulos mais utilizados pelo jornal se referem às eleições de 2018 e 2020, presentes no caderno *Poder* e no *Ao vivo* que trata da cobertura das eleições.

No jornal Expresso é interessante observar que a rubrica ‘Mundo’ (8) tem metade dos seus resultados referentes ao Brasil (citadas na seção anterior – 10 EX, 11 EX, 19 EX e 12 EX). As outras quatro matérias se referem a países europeus, sendo duas já citadas na seção

anterior sobre a Hungria (52 EX) e a Polônia (55 EX), e duas sobre a Espanha destacando a importância das mulheres nas eleições de 2019 pelos altos índices de violência de gênero (23 EX) e o banimento do jornal El País da campanha do Vox, partido de extrema-direita – “*El País*” *banido da campanha do Vox até ao fim das eleições. Abascal não gostou de editorial crítico* (43 EX). Estas duas últimas se relacionam com o processo eleitoral brasileiro marcado pelo forte posicionamento das mulheres, com as manifestações do #EleNão (DRUMMOND, 2020), e pela relação entre partidos de extrema-direita e a censura à imprensa.

As rubricas ‘Política’ e ‘Mundo’ juntas representam 57,1% das produções da Folha (232) e 62,5% no Expresso, demonstrando que os debates envolvendo o termo foram enquadrados entre as notícias principais dos jornais (GMMP, 2020). Outro dado que mostra a importância e destaque dadas às produções sobre temáticas envolvendo o termo IdG é que 220 dos resultados da Folha correspondem a produções veiculadas na edição impressa do jornal (54,2%). O Expresso tem como característica não utilizar subtítulos em suas produções e teve apenas a matéria, *O dilema da maternidade* (2 EX), identificada como veiculada também na edição impressa do jornal.

Quanto às produções opinativas pessoais veiculadas nos jornais, elas são a segunda maior ocorrência, sendo 138 na FSP e 23 no Expresso. Na Folha, destacam-se as postagens nos blogs: *Agora é que são elas* (5), *Saída pela direita* (5), e *Latinidades* (4). Descritos respectivamente como: “Um espaço para mulheres em movimento”, “Conservadorismo, nacionalismo e bolsonarismo, no Brasil e no mundo” e comentários sobre os “acontecimentos políticos e culturais da América Latina”.

Na Folha de S.Paulo as ‘Outras rubricas’ (36) correspondem a produções da *Ilustrada* (15), *F5* (11), *Ilustríssima* (6), *Seminários Folha* (2), *Jornal de resenhas* (1) e *Folhinha* (1). E no Expresso a única ocorrência refere-se à postagem do blog *Think of me as a place* (14 EX), em que o autor João Bonifácio fala sobre o disco lançado em 2019 da cantora feminista Julia Jacklin. Para ele, nesta produção da pós era #MeToo, Jacklin

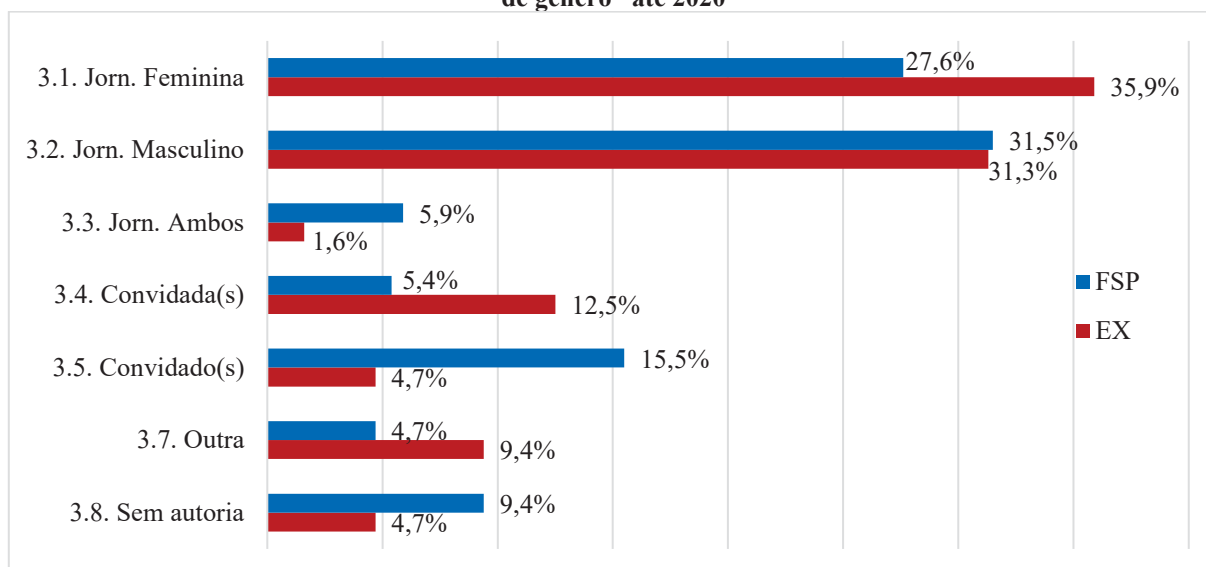
quis cantar tudo o que as mulheres antes silenciavam (...) [e] fez o tipo de disco que antes diríamos ser muito feminino e cuja importância diminuiríamos porque os críticos ficam muito feridos na sua masculinidade se perderem tempo a perceber o universo mental e emocional de uma miúda de vinte e poucos anos (...) [ironizando que é] porque estes temas são pouco masculinos, muito comezinhos, de modo que convém diminuí-los (14 EX, blog, 22/02/2019).

Referente à autoria das produções (Gráfico 12), os dois jornais têm padrões parecidos com a maioria dos resultados feitos por jornalistas (65% na Folha e 68,8% no Expresso) e a

menor parte produzida por pessoas convidadas (20,9% na Folha e 17,2% no Expresso). No primeiro grupo são 264 resultados da Folha e 44 do Expresso, e no segundo 85 da Folha e 11 do Expresso. Mas quando se detalham estes dados os contrastes entre os jornais aparecem de forma acentuada.

Na Folha, a maioria é produzida por homens e corresponde a mais da metade (264) das produções feitas por jornalistas – sejam as escritas apenas por homens (128) ou em parceria com mulheres (24) – e a maioria absoluta entre as pessoas convidadas (63). As produções feitas apenas por homens, convidados e jornalistas, somam 47% do total da FSP, contra 33% de produções assinadas por mulheres. As mulheres assinam como jornalistas 136 resultados – sozinhas (112) ou em parcerias com homens (24) – e como convidadas em 22.

Gráfico 12 – Autorias presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020



Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

Já no Expresso, as produções assinadas apenas por mulheres (convidadas e jornalistas), somam 48,4% do total. Elas correspondem a mais da metade dos resultados feitos por jornalistas (24), em quase sua totalidade sozinhas (23), sendo apenas uma em parceria com homem. As mulheres também são maioria das pessoas convidadas que publicam no jornal (8). As produções feitas apenas por homens (jornalistas e convidados) somam 36% e as três ocorrências de ‘Convidado(s)’ correspondem todas à textos de Francisco Louçã publicados em 2019, *Como treinar um Bolsominion* (18 EX), *Take two: o bolsotrumpismo ensaia-se uma outra vez* (21 EX) e *A solução Natália Correia para enfrentar a técnica Ventura* (42 EX).

É significativo como estes textos apresentam o processo de assimilação da direita

portuguesa do discurso de combate à IdG. Primeiro como forma de angariar votos, principalmente de pessoas religiosas e conservadoras, no processo das eleições parlamentares europeias de 2019, assumindo a estratégia nos moldes de Trump e Bolsonaro. Depois o autor destaca como este discurso, assumido majoritariamente por Ventura (Chega), Bruno Vitorino (PSD) e outros representantes da direita, tem “alegações contra os direitos das mulheres, a tal ‘ideologia de género’ (mantra repetido numa ala do PSD), ou contra os migrantes e refugiados ou mesmo outros argumentos sobre direitos que ‘querem destruir todo o nosso modo de vida’ (como se dizia num comício do CDS)” (42 EX). Para ele o sucesso desse discurso depende da amplitude da cultura de medo, ou como apontado pela literatura, pelo pânico moral. Pois

o debate com Ventura não é ideológico, nem sequer de ideias (...) É só sobre medos. Enfrentem-se os medos e não sobra Ventura. Deixe-se os medos grassar, acrescente-se uma pitada de riscos económicos e de laivos de austeridade, para mais com uma União Europeia que parece querer esfrangalhar-se, e teremos as extremas-direitas a crescer, seja Ventura seja o próximo aventureiro (42 EX, opinião, 15/10/2019).

No código ‘Outra’, o jornal brasileiro (19) assina sozinho 14 produções (11 editoriais, dois vídeos debates e um podcast do *Folha na Sala*) e tem uma parceria com agências internacionais. Os outros resultados são duas matérias reproduzidas da Agência Brasil, uma da BBC Brasil e uma da Ansa (Agência Italiana de Notícias). No jornal português, este código (6), classifica duas matérias assinadas pelo Expresso e quatro pela agência de notícias Lusa.

O código ‘Sem autoria’ merece destaque pelas possíveis indicações contidas em seus dados que representam produções sem assinatura ou sem autoria identificada. Nos dois jornais elas se concentram entre os anos de 2018 e 2020 e estão ligadas a intervenções de parlamentares ou de instituições contra a IdG em políticas públicas. Abaixo o detalhamento dos resultados.

Na Folha este código está presente em 38 produções: 33 matérias, três entrevistas, um texto de opinião e uma postagem do blog *#hashtag*. Das matérias sete resultados estão entre os anos de 2014 e 2015, mas a grande maioria se concentra nos anos de 2018 a 2020 e se refere a críticas às falas e ações de Bolsonaro ou de sua equipe. É possível inferir que isto está relacionado ao escalonamento de ataques direcionados à imprensa (LIMA, 2018) e a jornalistas na tentativa de conter e constranger a liberdade de imprensa, principalmente nos períodos eleitorais. Como exemplo de destaque estão as ameaças sofridas pela jornalista Patrícia Campos de Mello depois da matéria denunciando um “possível caixa 2 na campanha presidencial de Jair Bolsonaro” (SUDRÉ, 2018). Como destaca a própria jornalista em

matéria de 28/07/2021, através da fala de Emmanuel Colombié, diretor do escritório regional da ONG Repórteres Sem Fronteiras para a América Latina:

Tensões entre governos e a imprensa não são novidade. Mas, com o presidente Jair Bolsonaro, vemos um ponto de inflexão, os atritos esporádicos foram substituídos por uma política deliberada de desmoralização e ataques sistemáticos ao jornalismo promovidos por autoridades das mais altas esferas de poder. A normalização desse cenário é um ataque aos princípios básicos da democracia (MELLO, 2021).

No Expresso o código ‘Sem autoria’ corresponde a três matérias que se referem à política seja no âmbito nacional (6) ou mundial (12 EX, 19 EX e 52 EX). Sobre a política portuguesa, elas complementam os textos de Louçã ao apresentarem um panorama das manifestações e organizações partidárias da direita que fazem uso do discurso da IdG. As três primeiras (7 EX, 25 EX e 39 EX) são de 2019 e falam, respectivamente, sobre o pedido da Associação dos Médicos Católicos Portugueses para que o presidente vetasse a lei de identidade de gênero; o compartilhamento da postagem da Federação Portuguesa pela Vida pelo Patriarcado de Lisboa apoiando o voto no Basta, no Nós Cidadãos e no CDS para as eleições europeias; e o pedido de inconstitucionalidade da lei de autodeterminação da identidade de gênero pelo PSD e CDS.

As outras três são do ano 2020 (51 EX, 58 EX e 62 EX). A primeira aborda as propostas de alteração ao Orçamento do Estado feitas pelo Chega e apresentadas por Ventura que incluem um “grupo de trabalho para ‘medir o impacto da ideologia de género das escolas’” e a “proibição da realização de operações de mudança de sexo através do Serviço Nacional de Saúde” (51 EX). A segunda fala da decisão do Partido Pró-Vida / Cidadania e Democracia-Cristã (PPV/CDC) de se fundir ao Chega, lembrando que eles já compuseram junto com o PPM nas eleições europeias a coligação Basta!, com a justificativa de Manuel Matias, líder do partido, de que “Há um projecto político comum (...) A defesa da família, o fim da ideologia de género nas escolas e a derrota do marxismo cultural” (58 EX). A última expõe o racha do Chega e o processo de fundação do partido Liga Nacional mantendo e ampliando as pautas do Chega de criminalização do aborto, combate ao marxismo cultural, à IdG e aos refugiados para o combate às medidas anti-covid-19 (62 EX).

Na categoria ‘Ícones’, é importante relembrar que foi feita exclusivamente a contagem das quantidades de elementos não textuais presentes nas produções e não uma análise iconográfica ou iconológica destes elementos. Esta foi a única categoria que olhou para estes elementos, todas as outras não os incluem na análise, nem suas legendas. A multimídia foi considerada como uma categoria de análise por ser uma das

características do jornalismo digital que permite usar diversas mídias para dar destaque e aprofundamento à narração de um fato (BACCIN; SILVEIRA; BELOCHIO, 2021; GONÇALVES, 2016b; ANDRADE, 2005; PALACIOS, *et al.*, 2002). Ela agrega a leitura do texto ao apresentar recortes não explícitos como mostram os dados, principalmente das fotos, vídeos e podcasts.

Tanto no jornal brasileiro quanto no português, os elementos não textuais mais utilizados nas produções são as fotos, presentes em sua maioria em produções informativas (Tabela 1). O Expresso tem 44 fotos presentes em 33 textos informativos (51,6%) e quatro opinativos (6,3%), e não fez uso em nenhum resultado de carrosséis de fotos e nem de Infográficos. A Folha tem 6.756 fotos presentes em 341 produções (84%), sendo 228 informativas (56,2%), 102 opinativos pessoais (25,1%) e todos os 11 editoriais (2,7%).

Tabela 1 – Ícones presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020

		FSP	% total e média	EX	% total e média
4.1. Foto	Quantas produções usam	341	84,0%	37	57,8%
	Quantidade total	6756	19,81	44	1,19
4.2. Ilustração	Quantas produções usam	40	9,9%	5	7,8%
	Quantidade total	42	1,05	-	-
4.3. Infográfico	Quantas produções usam	28	6,9%	-	-
	Quantidade total	46	1,64	-	-
4.4. Facebook	Quantas produções usam	6	1,5%	4	6,3%
	Quantidade total	6	1	4	1
4.5. Twitter	Quantas produções usam	12	3,0%	1	1,6%
	Quantidade total	25	2,08	17	17
4.6. Vídeo	Quantas produções usam	21	5,2%	1	1,6%
	Quantidade total	22	1,05	1	1
4.7. Áudio	Quantas produções usam	5	1,2%	1	1,6%
	Quantidade total	5	1	1	1

Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

Nos textos com fotos da FSP, 92 apresentavam apenas uma ou mais fotos no corpo do texto e 249 tinham carrosséis de foto. A soma de todas as ocorrências de carrosséis é de 394, sendo 242 carrosséis diferentes utilizados e destes 61 foram usados mais de uma vez. Entre os que tem cinco ocorrências ou mais estão, em ordem decrescente: *Escola sem Partido* com 17 fotos (22); *Esta é Damares Alves* com 14 fotos (9); *Ministro da Educação* com nove fotos (8); *Ministros de Jair Bolsonaro* com 28 fotos (8); *Material recolhido por Doria* com três fotos (7); *Famosos rebatem ministra* com 12 fotos (6); *Os primeiros passos do governo Bolsonaro* com 72 fotos (6); *Protestos por ideologia de gênero na Câmara de São Paulo* com 24 fotos (6); Augusto Aras, indicado por Bolsonaro para chefiar a PGR com nove fotos (5); *Cerimônia de 200 dias de governo Bolsonaro* com cinco fotos (5); *Este é Ernesto Araújo* com

sete fotos (5) e *Veja todos os PGRs desde a redemocratização* com oito fotos (5). Destes, nove carrosséis tratam diretamente de Bolsonaro, de seus ministros ou do projeto ESP (uma de suas pautas principais) e os outros dois correspondem aos debates sobre as questões de GDS em São Paulo (um ao período de debate do Plano Municipal de Educação em 2015 e 2016, e outro sobre o recolhimento do material didático do 8º ano feito por Doria em 2019).

Aqui, assim como nas ‘Rubricas’ mais utilizadas e nos assuntos dos editoriais do jornal brasileiro, mais uma vez Bolsonaro e sua equipe ocupam o maior número de ocorrências, direta ou indiretamente com menções às suas pautas e bandeiras (como é o caso do ESP e a atuação de seus seguidores nas redes sociais) ou a parlamentares com “viés bolsonaristas”, incluindo aqui os filhos de Bolsonaro. Nove produções utilizam mais de 100 fotos e apresentam 28 carrosséis de fotos³³, destas, seis se enquadram no padrão mencionado³⁴, sendo oito carrosséis de fotos sobre Bolsonaro: *Eleições 2018 - Jair Bolsonaro* com 48 fotos (103 FSP e 111 FSP), *Bolsonaro no 2º turno* com 45 fotos, *Família Bolsonaro na política* com 16 fotos e *Este é Jair Bolsonaro (PSL)* com 45 fotos (117 FSP), *Escola sem Partido* com 17 fotos (129 FSP), *Governo Jair Bolsonaro em 2020* com 40 fotos e *Bolsonaro em viagens pelo país em 2020* com 56 fotos (400 FSP).

Em ambos os jornais os outros tipos de ícones tiveram representação em menos de 10% dos textos. Na Folha estão nas ilustrações – imagens, desenhos ou colagens (9,9%); nos infográficos ou tabelas (6,9%); nas reproduções de postagens no *Twitter* (3%), *Facebook* e *Instagram* (1,5%); em vídeos (5,2%) e áudios (1,2%). Quanto aos vídeos e áudios do jornal brasileiro, destacam-se os vídeos debates da *TV Fla Flu – Psicóloga e ativista trans divergem sobre ensino de ideologia de gênero nas escolas* (26 FSP) e *Escola sem Partido impõe papéis sociais, diz professor; movimento discorda* (30 FSP) – ambos aconteceram em 2016, têm mais de uma hora de duração e debatem o projeto ESP, o primeiro, em específico sobre o combate à IdG. Já os podcasts, ambos de 2019, são do *Folha na Sala* que discute sobre a possibilidade de se discutir sobre gênero na escola após anos do movimento ESP (311 FSP) e *Do Lado Direito do Peito* sobre a força dos evangélicos na política, como não podem ser considerados um grupo homogêneo e o alcance que têm na mídia (326 FSP).

No Expresso os outros ícones são: seis ilustrações em 5 textos; quatro postagens de Facebook em quatro produções; 17 tweets reproduzidos na matéria *Crônica das redes. O Patriarcado “saiu do armário” e o “Salteador da Caixa Perdida”* (33 EX) e apenas uma ocorrência de vídeo e áudio, ambas no *Podcast Eixo do Mal* (35 EX). Este podcast

³³ Produções: 103 FSP, 111 FSP, 117 FSP, 129 FSP, 335 FSP, 347 FSP, 385 FSP, 400 FSP e 405 FSP.

³⁴ Produções: 117 FSP, 129 FSP, 335 FSP, 347 FSP, 385 FSP e 400 FSP.

corresponde também ao único resultado do Expresso produzido por mais de dois jornalistas. Ele tem 52 minutos e foi publicado dia 26/07/2019. É significativo que após 23 minutos de debate entre os jornalistas, o mediador Aurélio Costa diz que “já tardava a entrada na política portuguesa desta expressão” (a IdG) a que Clara Ferreira Alves comenta que é um “tema que atrai as multidões” e é “uma versão chique do populismo”. O debate tinha como estopim o pedido de inconstitucionalidade da lei de autodeterminação da identidade de gênero feito por 85 deputados de PSD e CDS (34 EX, 36 EX e 39 EX). Eles inclusive mencionam que esta é “a versão portuguesa da Escola Sem Partido do Bolsonaro (...) [que acredita] que qualquer valor de tolerância é um valor partidário e tem de sair da escola” (35 EX).

5.3 ANÁLISE DO NÍVEL *PERFORMATIVO* DA IDG NOS JORNAIS FOLHA DE S.PAULO E EXPRESSO

5.3.1 Temáticas e tópicos das produções

No tocante às temáticas abordadas pelos textos (Gráfico 13), ambos os jornais têm a maior ocorrência em ‘Política’, sendo 134 produções na Folha e 22 no Expresso. As três temáticas com mais resultados nos dois jornais (‘Política’, ‘Educação’ e ‘Eleições’) somam 74,1% no jornal brasileiro e 73,4% no jornal português. A diferença entre eles está na ordem dos resultados, no primeiro a ‘Educação’ (98) tem mais destaque que as ‘Eleições’ (69) e no segundo elas se invertem, sendo ‘Eleições’ (14) e ‘Educação’ (11). Estes dados confirmam os apontamentos da literatura do foco do discurso da IdG como instrumento político, seja em debates de políticas públicas ou nos processos eleitorais. Bem como sua ação nos últimos anos como *cola simbólica* (KOVÁTS; PÕIM, 2015), unindo pautas conservadoras como plataformas de campanha e agendas de governo nos discursos de candidaturas e governos de direita nos dois países e no mundo.

A relevância da retórica na temática da ‘Educação’ também merece ênfase, já que reforça achados prévios de como este é um elemento central na atuação dos movimentos antigênero que discursam sobre a ameaça às famílias e crianças com argumentos de base cristã e de liberdade de expressão e escolha. No caso do jornal português, é importante dizer que a temática da educação está interligada com a de política já que quase todos os textos³⁵ tratam da legislação sobre a identidade de gênero, as ações da Comissão para a Cidadania e

³⁵ Produções: 16 EX, 17 EX, 20 EX, 34 EX, 37 EX, 38 EX, 39 EX, 45 EX, 54 EX, 57 EX e 59 EX.

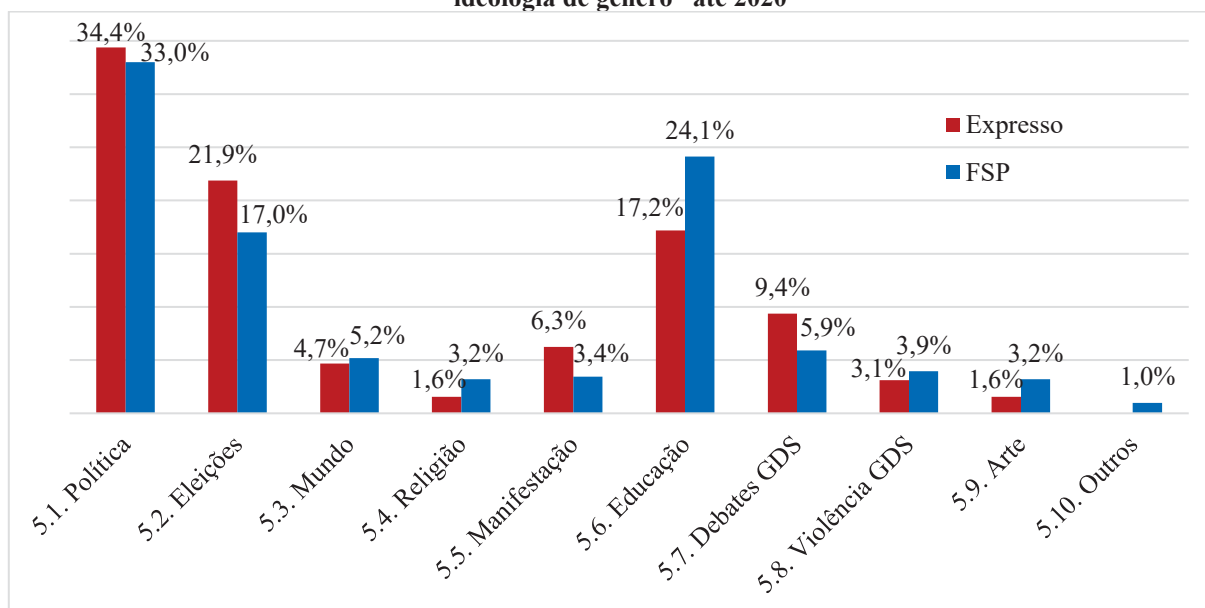
Igualdade de Género (CIG) e do Ministério da Educação para sua implementação e as reações de parlamentares e pessoas contrárias à lei e à disciplina *Cidadania e Desenvolvimento*.

Esta disciplina aborda as temáticas de GDS, vistas como

dogmatismo, exclusivismo e sectarismo (...) [por] não colocar em cima da mesa aqueles autores, não menos prestigiados, que se opõem a esta mundivisão fragmentária e tribalista da sociedade (...) [reforçando que os pais tem direito] a educar os filhos noutra perspetiva, numa área em que não há consenso científico, antes imposição de uma agenda não inclusiva e nada consensual (57 EX, opinião, 19/08/2020).

O debate das questões de GDS em materiais pedagógicos e em diretrizes da educação são vistos como “*destructive to family, (national, ethnic, religious) homogeneity and turned into an existential threat (...). By politically combing and playing out [GDS] (...) and nation or age against one another, the image of endangered children and the endangered nation is evoked.*” (ROTH; SAUER, 2022, p. 108).

Gráfico 13 – Temáticas presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020



Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

No jornal brasileiro, a temática da ‘Educação’ tem a totalidade do conteúdo codificado no tópico GDS relacionado ao debate das temáticas no ambiente escolar, com foco no ensino de educação sexual, materiais didáticos que abordam GDS, o projeto e o movimento ESP que tem como um dos seus seis pontos centrais que professores/as respeitem “o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que

esteja de acordo com as suas próprias convicções” (132 FSP). Parlamentares e pessoas que apoiam o ESP usam como argumento o item da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH) que diz que este é um direito exclusivo dos pais (32 FSP) para tentar impedir estes conteúdos em sala de aula. O extremismo desta proposta está exemplificado nas decisões parlamentares que não só querem “eliminar a educação sobre as realidades das mulheres e das pessoas LGBT proibindo o uso de palavras para descrever suas experiências” (358 FSP), como também outros grupos historicamente excluídos.

Todas as outras temáticas têm representatividade em menos de 10% das produções. Elas estão divididas na Folha entre ‘Debates GDS’ (24), ‘Mundo’ (21), ‘Violência GDS’ (16), ‘Manifestação’ (14), ‘Religião’ (13), ‘Arte’ (13) e ‘Outras temáticas’ (4). Nessa última classificação estão 3 matérias de 2020 sobre o mundo dos games relacionadas ao jogo “*The Last of Us Part 2*”. Uma sobre um canal expulso por comentários com discurso de ódio que já havia criticado o jogo (362 FSP) e outras duas (363 FSP e 399 FSP) sobre o jogo e as críticas feitas por *gamers* conservadores por ele ter como protagonista mulheres (uma lésbica e outra “puro músculo”) e ter um personagem trans que fugiu “de um grupo religioso radical, após ser jurado de morte por não querer se portar e se vestir de acordo com os padrões de gênero impostos por aquela comunidade” (363 FSP). No Expresso as outras temáticas são: ‘Debates GDS’ (6), ‘Manifestação’ (4), ‘Mundo’ (3), ‘Violência GDS’ (2), ‘Religião’ (1) e ‘Arte’ (1).

Pertinente ao espaço de cada texto dedicado para as temáticas de GDS ou não – ‘Tópico’ (Gráfico 14) –, quando olhamos para todas as produções dos jornais existem diferenças significativas entre eles. Na Folha, o total de conteúdo está praticamente dividido pela metade, com assuntos gerais sendo ligeiramente maior (50,4%) do que o de GDS (49,6%). Já no Expresso, a grande maioria dos conteúdos é dedicada à GDS (72,8% contra 27,2%).

As categorias ‘Temática’ e ‘Tópico’ são relevantes, pois além de indicarem as principais temáticas associadas aos debates de GDS, permitem contrastar o enquadramento dado pelo jornal (Rubrica) com o viés abordado nas temáticas nos textos com possíveis associações e indicações de ‘como’ o público deve pensar sobre elas (BUTLER, 2016; SOUZA, 2016; PORTO, 2002). Nesse sentido, ao observar cada temática em separado é interessante notar os contrastes entre os jornais.

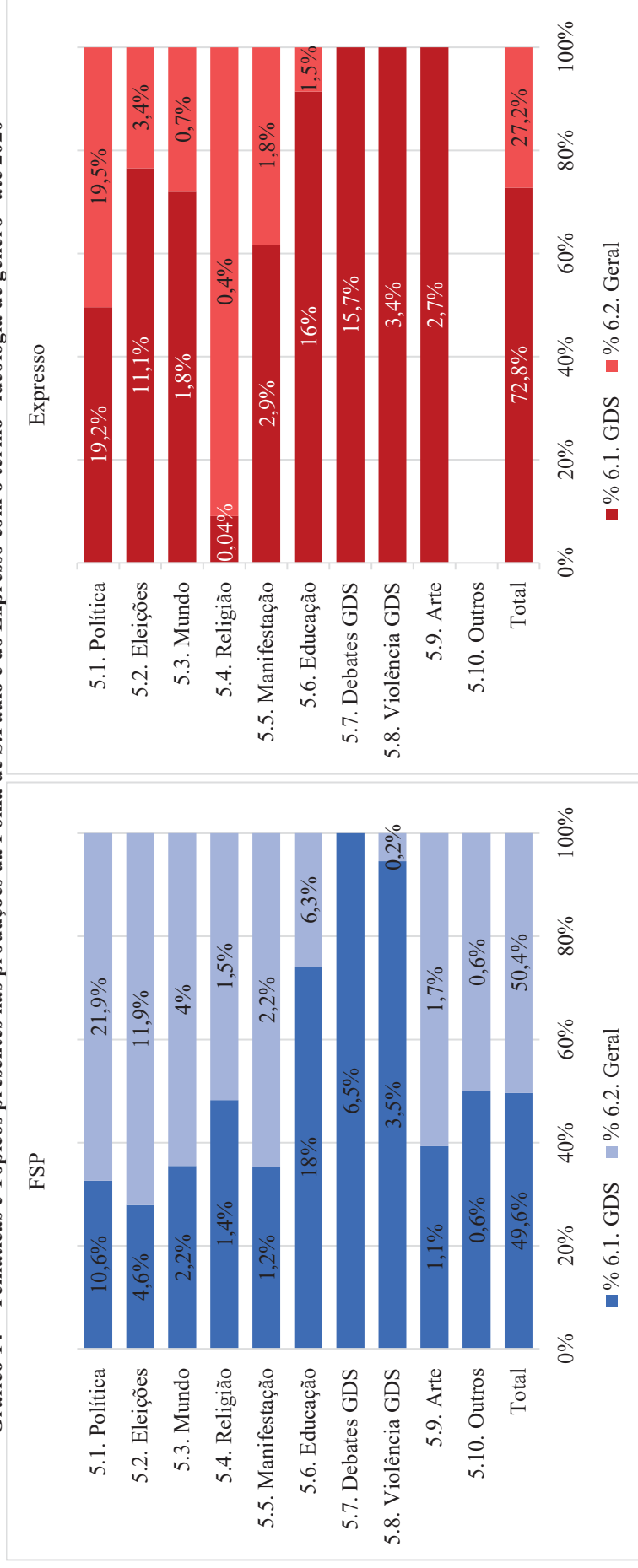
Quanto às semelhanças, o dado que mais chama a atenção é de como a temática da ‘Educação’ nos dois jornais tem grande parte do seu conteúdo tratando de GDS (74% na Folha e 91,3% no Expresso). O que reforça mais uma vez os achados da literatura sobre a centralidade da temática em relação à retórica da IdG.

Outra homogeneidade nos dados, como era de se esperar, são as temáticas específicas sobre GDS (5.7. e 5.8.) que tem quase sua totalidade dedicada a estes temas. No jornal português 100% do conteúdo destes códigos é sobre GDS e na Folha ‘Debates GDS’ é exclusivo sobre elas e a temática ‘Violência GDS’ tem 94,2%. Este último código na FSP corresponde a 16 ocorrências presentes em produções informativas (8), opinativas pessoais (7) e do jornal (1) que se referem à casos de: i) LGBTfobia no Brasil (334 FSP, 335 FSP e 404 FSP), no mundo (206 FSP, 216 FSP e 401 FSP), durante as eleições (136 FSP) ou no ambiente político (316 FSP); ii) à violência contra a mulher no Brasil (230 FSP e 384 FSP) e no mundo (365 FSP) – tanto na percepção da população de seu aumento (228 FSP) quanto na visão de especialistas (258 FSP); iii) e ainda sobre a falta de meios para fiscalizar a pornografia infantil na internet (238 FSP), a luta e a resistência da comunidade LGBTQ+ (359 FSP e 406 FSP).

Nos textos codificados como ‘Debates GDS’ (6) no Expresso é interessante ressaltar a matéria de 12/11/2016, *O dilema da maternidade* (2 EX), e a postagem de blog de 07/09/2017, *Fazer filhos ou morrer como pais* (5 EX). A primeira é escrita pela jornalista Carolina Reis e aborda o debate da maternidade relacionando com a pauta da vida pública com base na história de mulheres parlamentares. Ela trabalha com o conceito no viés sociológico ao destacar a questão dos papéis de gênero e apresentar estudos, dados e falas de pesquisadoras sobre as mulheres na política.

Exemplo da fala de Carla Martins que pontua que mesmo Portugal tendo tido em 1979 uma mulher feminista chefiando o executivo (Maria de Lourdes Pintasilgo), que gerou “muito debate sobre as desigualdades e sobre as mulheres não estarem na política (...) [mostrando que] nada está vedado às mulheres (...) [não foi o suficiente já que] a sociedade não andou tão depressa” (2 EX). Martins reconhece que há avanços, já que o país tem aumentado o número de mulheres na vida política desde a implementação da lei da paridade, mas este aumento numérico no parlamento e no governo de António Costa não se reproduz nas posições de chefia dos dois espaços. “Nos lugares de topo, como a mesa da Assembleia da República, as presidências das comissões parlamentares, as câmaras municipais e os ministérios, percebemos que ainda estamos num patamar de desequilíbrio e desigualdade muito evidente” (2 EX).

Gráfico 14 – Temáticas e Tópicos presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020



Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

Já a segunda, é escrita por Henrique Raposo e tem como debate central a necessidade de se discutir a natalidade em Portugal por causa da queda demográfica acentuada. Para ele, o debate tem se centrado nas questões *fraturantes* ao invés de privilegiar as formações de família heterossexuais. Para o autor, isto é um privilégio destes grupos que tem gerado ‘ataques com ofensas’ para quem expõe opinião contrária.

Quanto às diferenças entre os jornais, é possível inferir que elas indicam formas diferentes de produção de conteúdo e de como ele é enquadrado. Enquanto o jornal brasileiro parece citar as temáticas de GDS em textos de variadas temáticas, o jornal português ao tratar das temáticas, independente do assunto, dá prioridade no seu conteúdo a elas. Detalhando os dados, na Folha o espaço dedicado à GDS representa menos da metade em todas as outras temáticas (‘Religião’ 49,9%, ‘Outros’ 47,7%, ‘Artes’ 38,6%, ‘Mundo’ 35,6%, ‘Manifestações’ 35%, ‘Política’ 32,5% e ‘Eleições’ 27,7%). No Expresso a realidade é outra, sendo que a maioria das temáticas tem mais de 60% de seu conteúdo referente à GDS (‘Arte’ 100%, ‘Eleições’ 76,7%, ‘Mundo’ 72% e ‘Manifestação’ 62,1%).

As exceções no Expresso à maioria do conteúdo sobre GDS é a temática ‘Política’ que apresenta uma diferença muito pequena entre os tópicos (49,6% ‘GDS’ e 50,4% ‘Geral’) e ‘Religião’ que tem praticamente sua totalidade enquadrada como ‘Geral’ (91,9%). Ela se refere ao primeiro resultado do Expresso, a matéria *Patriarca alerta para “imerecida penúria” de muitas pessoas* (1 EX).

5.3.2 Atrizes, atores e agentes citados nas produções³⁶

Ao observar as pessoas citadas nas produções (Gráfico 15), o primeiro dado que chama a atenção é a maioria de personagens classificados como contrárias às questões de GDS em ambos os jornais (65,4% na Folha e 76,8% no Expresso). Outra semelhança entre os países é que elas estão concentradas com mais de 90% em pessoas religiosas (91,6% FSP e 100% EX) e mais de 80% em representantes ligados ao sistema político, seja do Executivo (93,3% FSP e 88% EX), do Legislativo (83,9% FSP e 91,4% EX) ou outros políticos profissionais (82,8% FSP e 87,5% EX). Nos dois jornais elas também aparecem em mais de 70% das pessoas contrárias sem alguma especificação identificada (71,1% FSP e 73,4% EX) e

³⁶ Como definido no Livro de Códigos, ‘Atrizes e atores’ é a categoria que identifica a citação de pessoas ou coletivos de pessoas física (indivíduos concretos que não configuram uma pessoa jurídica, sujeitos abstratos como uma instituição, associação, etc.). Já em ‘Agentes’ são contabilizadas as citações de nomes e referências de instituições (pessoas jurídicas). As duas categorias são formadas por códigos que classificam as citações por agrupamentos temáticos com referência ao campo de atuação.

em mais de 60% das citações de profissionais (60,8% FSP e 66,7% EX).

O que merece destaque nessa classificação entre os países é de que ambos têm maioria em três outros tipos de atrizes e atores na posição contrária às temáticas. A diferença é que no caso do jornal português elas estão concentradas com mais de 80% nos representantes do judiciário (100%), representantes de partidos políticos sem mandato (91,9%) e representantes de entidades sociais (88,2%). Já no jornal brasileiro, mesmo elas sendo maioria nos dois primeiros grupos, a discrepância está no fato de que a diferença não é tão acentuada (respectivamente 58,9% e 57,9%) e o último tipo se refere a representantes da educação (50,7%).

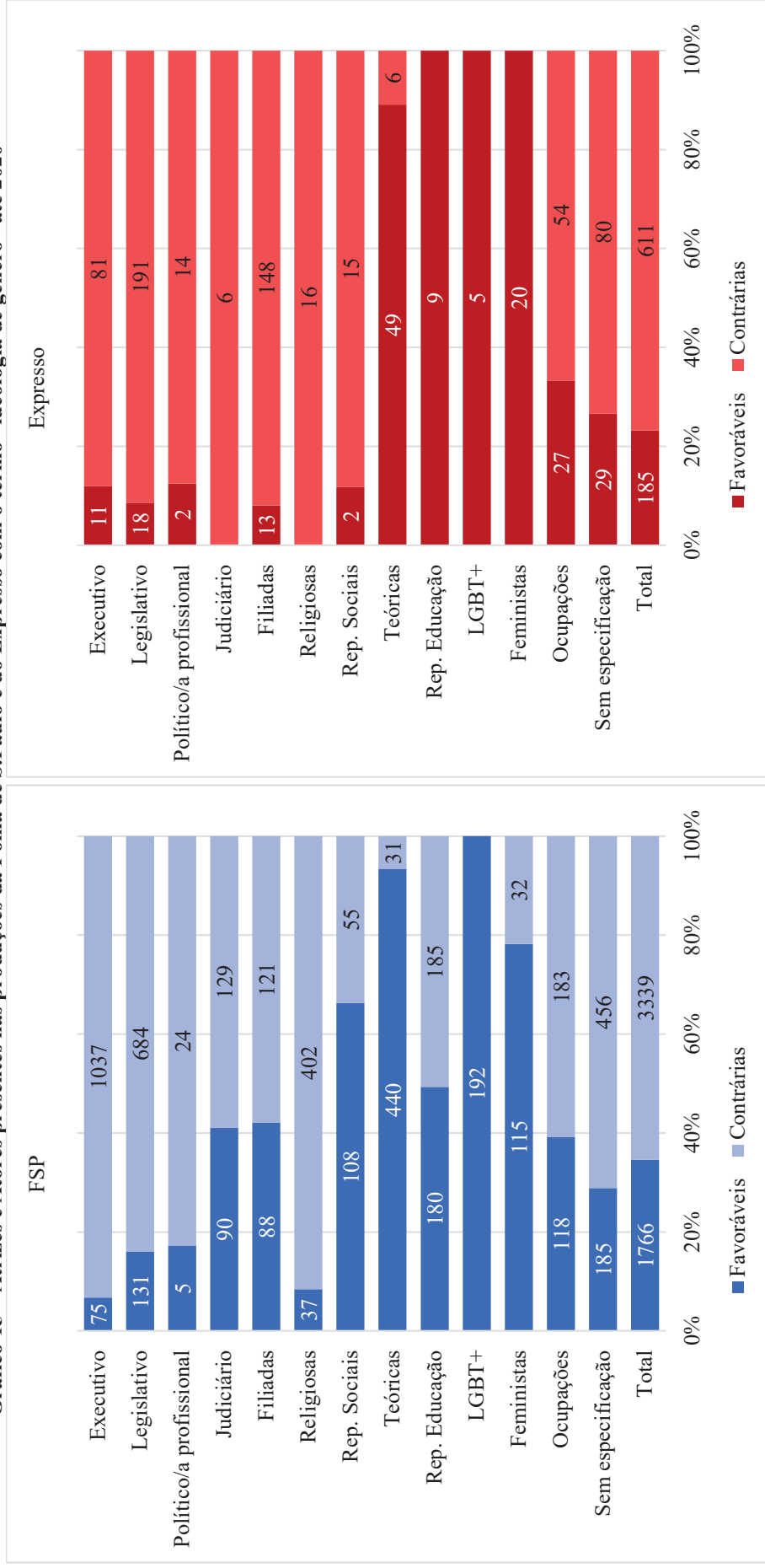
Quanto às pessoas classificadas como favoráveis, elas também têm padrões similares nos dois jornais (34,6% FSP e 23,2% EX), concentrando-se nas pessoas LGBTQ+ (100% em ambos), teóricas/os (93,4% FSP e 89,1% EX) e feministas (78,2% FSP e 100% EX). A desigualdade aparece na Folha que tem maior ocorrência nos representantes de movimentos sociais (66,3%) e no Expresso que tem a totalidade de representantes da educação.

Ao observar as instituições e organizações citadas nos textos (Gráfico 16), alguns dos padrões identificados nas personagens se repetem. As porcentagens totais dos diferentes posicionamentos mantêm o mesmo padrão, assim como alguns dos tipos nos quais aconteceram concentrações de resultados. É o caso da maioria das ocorrências classificadas como contrária às temáticas (58,9% FSP e 73,6% EX) e da sua concentração com mais de 90% em instituições religiosas (92,9% FSP e 100% EX). E nos agentes favoráveis (41,1% FSP e 26,4% EX) concentrados no movimento LGBTQ+ (100% em ambos), movimentos feministas (100% em ambos) e nas instituições de pesquisa, em sua maioria Universidades (93,7% FSP, sem ocorrência no Expresso).

Outras categorias que têm resultados próximos nos dois jornais, mas não seguem o padrão identificado em personagens, são as citações de meios de comunicação (78,6% FSP e 100% EX) e de entidades sociais (57,8% FSP e 56,3% EX) com a maioria de favoráveis.

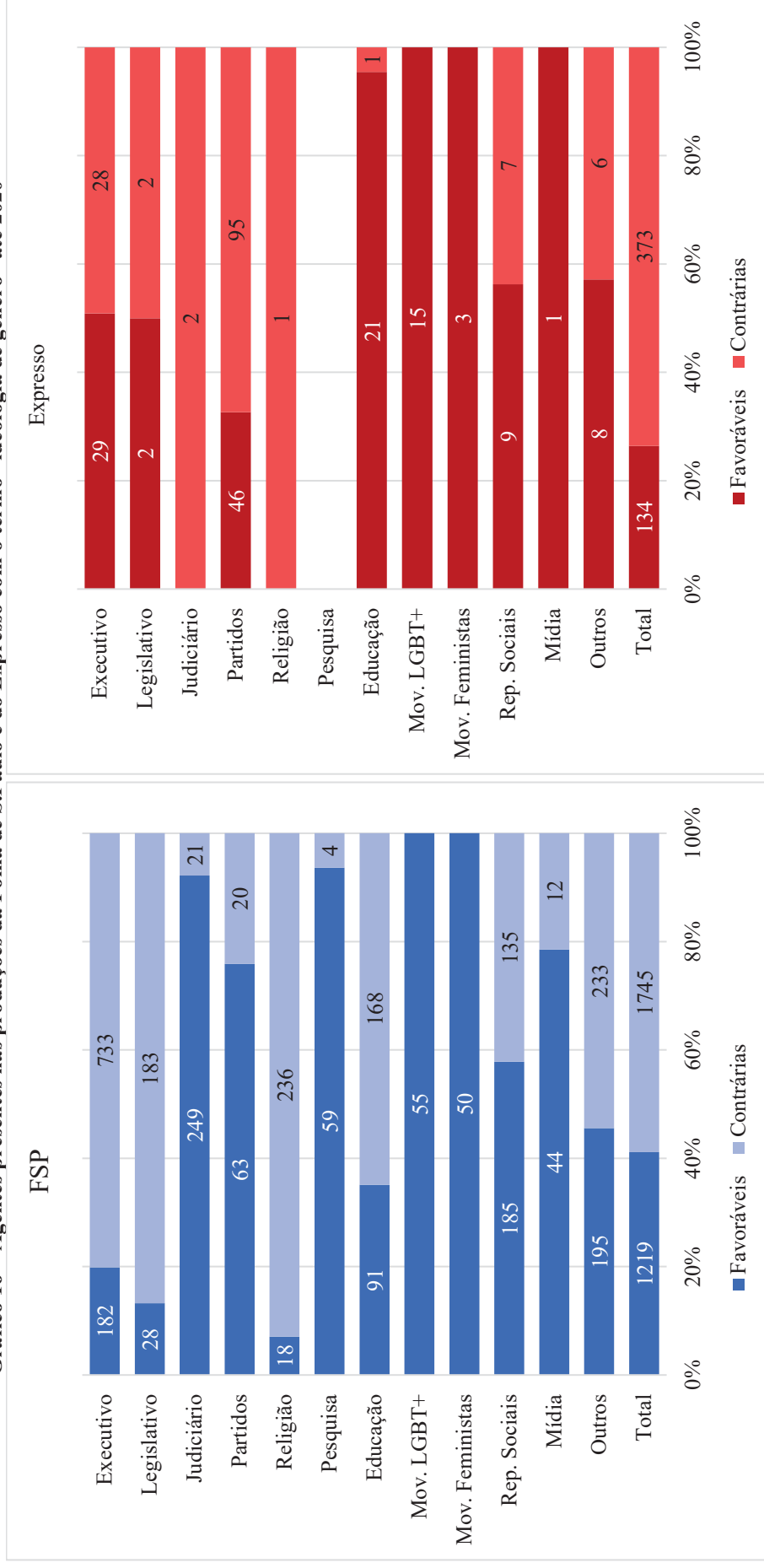
A grande diferença entre os jornais está na disposição das outras instituições e organizações citadas em ambos os posicionamentos. A Folha mantém a maioria de agentes contrários em representantes ligados à política – Executivo (80,1%) e Legislativo (86,7%), da Educação (64,9%) e outros não especificados (54,4%); e de agentes favoráveis no Judiciário (92,2%). O diferencial do jornal brasileiro foi o resultado das citações de partidos, em que a maioria foram de favoráveis (75,9%), diferente do resultado das pessoas filiadas.

Gráfico 15 – Atrizes e Atores presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020



Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

Gráfico 16 – Agentes presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020



Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

Nos agentes citados nas produções do jornal português, a totalidade do Judiciário e a maioria de partidos contrários (84,6%) se mantém, assim como a maioria favorável de representações da Educação (95,5%). As mudanças estão na divisão paritária de posicionamentos de representações do Executivo (50,9% contrários e 49,1% favoráveis) e do Legislativo (50% de cada) e na maior ocorrência de agentes favoráveis não especificados (57,1%).

É importante destacar aqui a divergência dos resultados dos dois países referentes a pessoas e instituições do Judiciário. Pode-se inferir que isto esteja relacionado às conquistas recentes de direitos das mulheres e pessoas LGBTQ+ que aconteceram de forma diferente nos países. No caso brasileiro elas aconteceram majoritariamente através do STF e no caso de Portugal são fruto de iniciativas parlamentares ou de referendo legalizado posteriormente pelo governo, como é o caso da lei do aborto.

Na Folha, os dados mostram que as citações das pessoas contrárias desse segmento citadas se referem em sua maioria ao atual Procurador-Geral da República, Augusto Aras, o processo de sua indicação e outras pessoas do Judiciário que pensam como ele e/ou compõem a pasta. Como mostra a entrevista antes de sua indicação, Aras não concorda com alguns julgamentos do STF sobre GDS que deveriam ser competência exclusiva do Congresso. Para ele, a “entidade familiar, nos termos da Constituição, envolve homens e mulheres” (264 FSP) e por isso não pode aceitar a IdG.

Já citações de agentes do judiciário favoráveis são em sua maioria do STF e se referem aos julgamentos, como os citados por Aras. Pois, como pontua o editorial da Folha, *Arco-íris ambíguo*, no Brasil “as conquistas de direitos vieram, em grande medida, por intervenção do Poder Judiciário, enquanto o Legislativo, historicamente, tem se omitido de maneira covarde diante dessa agenda” (404 FSP). Esta é uma característica não apenas brasileira, mas que se repete em diversos países, em que a omissão dos representantes do povo tem sido contrabalançada pelo judiciário, como o exemplo da “decisão da Suprema Corte dos EUA que proíbe demissões de funcionários baseadas em orientação sexual e identidade de gênero” (401 FSP).

No Expresso, as duas citações contrárias se referem ao ganho em primeira instância do processo movido na justiça pelos pais de dois estudantes que não participaram da disciplina *Cidadania e Desenvolvimento* e defendem que possa haver “objeção de consciência e que os filhos não frequentem estas aulas” (57 EX). Para o autor do artigo de opinião que expõe este caso, Henrique Monteiro (jornalista e ex-diretor do jornal Expresso), a teoria de gênero é mais dogmática e “ideológica (e sem carga histórica) do que a Religião. Sobretudo,

tem mais consequências imprevisíveis” (57 EX).

Este argumento utilizado em Portugal de ‘objeção de consciência’ é apontado como uma estratégia que tem sido utilizada em diversos países para que premissas religiosas ganhem legitimidade na esfera pública “como estratégia de resistência à ‘sexualização da cidadania” (FACHINI; SÍVORI, 2017). Ele é comumente associado à liberdade religiosa, ao direito dos pais à escolha da educação dos filhos e à ideia de ‘crisofobia’ (MARIANO, 2020; KUHAR; PATERNOTTE, 2017; VAGGIONE, 2017). No país, este argumento está expresso no artigo 18 do capítulo dos Direitos, Liberdades e Garantias da Constituição e é utilizado com frequência por pessoas e parlamentares que se opõem às questões de GDS, não apenas nesse caso ligado à educação, mas nos debates anteriores sobre o aborto (DUARTE; CANÇO; PINTO, 2015).

No Brasil, os debates na área da saúde e da psicologia também sofreram ataques com este argumento. É caso do aborto (SILVA, 2019) materializado pelo PL nº 6.335/2009 (CASALI, 2020; SANTOS; BIROLI, 2017) e da Resolução nº 2.121/2015 do Conselho Federal de Medicina sobre procedimentos de reprodução assistida para casais homoafetivos (BIROLI, 2018). Também existem apontamentos do uso deste argumento na Bélgica, Croácia, Espanha, França, Itália e Polônia (ANTICÍ; RADAČIĆ, 2020; MARIANO, 2020; KUHAR; PATERNOTTE, 2017; GRABOWSKA, 2015).

5.3.3 Termos citados nas produções

Acerca das citações ou referências ao termo “ideologia de gênero” nos textos, assim como a maioria de pessoas e agentes contrários, a utilização do viés conservador representa quase a totalidade de ocorrências nos jornais. Na Folha do total de 742 elas são 726 (97,8%) com uma média de 1,79 por texto, e no Expresso do total de 135 são 127 (94,1%) com uma média de 1,98. Chama a atenção nesta categoria que o termo IdG e as referências pejorativas associadas a ele são utilizadas tanto por pessoas contrárias quanto as favoráveis. Seja para citar frases emitidas pelo primeiro grupo como forma de exemplificar o uso feito como um sintetizador do debate de GDS ou para destacar o absurdo que ele representa.

Já o conceito sociológico da ideologia de gênero foi usado no jornal brasileiro apenas 16 vezes (2,2%), com uma média de 0,04, em sete textos opinativos: uma resenha (1 FSP), duas colunas (142 FSP e 237 FSP), dois artigos de opinião (10 FSP e 230 FSP) e duas postagens do blog *Agora é que são elas* (23 FSP e 27 FSP). No jornal português ele aparece oito vezes (5,9%), com a média de 0,125, em seis produções. Nestes textos o conceito é

aplicado para debater as assimetrias que dificultam a entrada das mulheres na política (2 EX), para destacar a violência sofrida pelas mulheres (14 EX), de como as visões tradicionais sobre as mulheres e os papéis de gênero influenciam decisões dos juízes (15 EX), a questão da construção sociais e culturais do gênero (22 EX) e para “caracterizar as crenças sociais vigentes sobre o lugar da mulher e do homem na sociedade” (36 EX e 61 EX). Apresento alguns trechos abaixo como forma de exemplificar a ocorrência do conceito sociológico.

A falácia recebeu o nome de "ideologia de gênero" e suas principais alegações são as de que há uma conspiração internacional que, por meio da educação, quer "perverter" as crianças, ensiná-las a ser gay e destruir a família tradicional. Existe, sim, uma ideologia de gênero, mas não é essa que usurpou seu nome e distorceu seus objetivos. O "Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: Ano de 2012", publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, revela que naquele ano houve 9.982 denúncias de violações dos direitos humanos de pessoas LGBT (...), bem como pelo menos 310 homicídios de LGBT no país. A Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar (2009), do Inep (...), revelou que as atitudes discriminatórias mais elevadas se relacionam a gênero (38,2%); orientação sexual (26,1%); étnico-racial (22,9%); e territorial (20,6%). Esses dados mostram que o Brasil enfrenta graves problemas de machismo, sexismo, racismo, homofobia, discriminação e violência. Não é censurar os Planos de Educação que vai resolver o problema, isto só vai garantir sua persistência. (10 FSP, opinião, 20/06/2015).

Outro exemplo de raciocínio tortuoso e de inversão de sentidos que anda perambulando pelo poder Legislativo baiano é o artigo escrito pelo arcebispo de Juiz de Fora, Dom Gil Antônio Moreira, na Folha Missionária. No documento, ele afirma que a “ideologia de gênero” será imposta à sociedade “através dos meios de comunicação, da legislação, da escola e de todos os outros meios possíveis”. Bom, vamos por partes, é complicado lidar com tudo isso de uma vez:

1) A ideologia é a concepção de mundo que se manifesta implicitamente na vida individual e coletiva. Basicamente, é no que você acredita enquanto ser humano vivendo em sociedade. A ideologia constitui os sujeitos.

2) O gênero é um conceito que trata das relações entre pessoas e como elas expressam na sociedade sua identidades. “Gênero” é uma noção que ganha notoriedade a partir das teorias feministas que contribuíram, algumas décadas atrás, com a expansão das reflexões sobre as hierarquias sociais entre homens e mulheres. Logo...

3) A ideologia de gênero é o que constitui as pessoas em homens e mulheres. A ideologia de gênero tem como referência o homem, branco, heterossexual, cisgênero. O coloca no lugar que ocupa na sociedade hoje, o lugar de patriarca da família. Família esta que deve obedecê-lo custe o que custar, que só tem uma configuração possível – esqueça as famílias monoparentais, multiparentais, homossexuais etc – e onde prevalece o uso da violência para garantir que a norma seja obedecida.

Retomando o que disse Dom Gil Antônio Moreira, a ideologia de gênero é martelada dia e noite nas nossas cabeças pelas estruturas de poder. Concordo inteiramente. Só que o que o arcebispo chama de “ideologia de gênero” é justamente o questionamento dessa ideologia de gênero que há séculos coloca todo mundo considerado “desviante” da regra em uma posição socialmente inferior. (23 FSP, blog, 03/05/2016).

Manuela compartilhou o texto de um pastor mineiro, o José Barbosa Júnior, que diz: "O grande erro de Damares é não perceber, na sua própria história, a negação de tudo o que defende. Crianças são violentadas justamente porque não há uma educação sexual nas escolas, porque o machismo (a verdadeira ideologia de gênero

vigente) ainda impera". (230 FSP, opinião, 16/04/2019).

Paramos de separar o mundo em mulheres e homens à força de bisturi na primeira infância. Hoje, dizer que só há dois gêneros, um de rosa e outro de azul, é simplesmente uma estupidez ou uma cegueira ideológica (com ou sem justificativa religiosa, tanto faz). Essa é, aliás, a ideologia de gênero dominante. (237 FSP, coluna, 09/05/2019).

“A assimetria simbólica, que atravessa a ideologia de gênero, parece ser um dos maiores obstáculos à entrada das mulheres na política e à sua permanência nesse mundo, porque mesmo quando as mulheres conseguem entrar na política, a assimetria permanece”, explica Maria Helena Santos, investigadora no Instituto Universitário de Lisboa. (2 EX, matéria, 12/11/2016).

A revelação dos crimes espoletou o movimento #MeToo no Twitter, em que mulheres anónimas de todo o mundo descreviam outras formas de abuso com que conviviam diariamente, do apalpão no metro à chantagem sexual no trabalho, passando pela revenge porn. As questões da ideologia de gênero entraram na ordem do dia – e um ano e cinco meses e meio após o escândalo, a cultura ocidental acabou de produzir o seu primeiro grande disco marcado pela nova ordem pós-#MeToo. (14 EX, blog, 22/02/2019).

Num estudo muito recente, mostrou que juízes com experiência tendem a tomar decisões mais tendenciosas do que leigos na matéria. A amostra considerou 619 juízes e 504 leigos. O estudo avaliou 372 decisões num caso de guarda partilhada de crianças e 514 decisões num caso de discriminação no local de trabalho por apoio à família. Nos dois casos considerados variou-se a raça e o gênero dos envolvidos nas disputas. Foram também inferidas, através de questionários e testes de personalidade, as ideologias face ao gênero e o quão tradicional era a visão dos decisores quanto ao papel da mulher na sociedade. No processo de regulação parental, com guarda partilhada, os resultados mostram que os juízes, apesar de mais experiência e informação, são mais suscetíveis, do que os leigos, de serem afetados pela ideologia de gênero e visões tradicionais sobre a mulher. (15 EX, opinião, 09/03/2019).

Mas já que o que realmente causa comichões é o papão da “ideologia de gênero”, vamos tentar resumir isto ao básico, deixando de lado grandes tratados filosóficos: a ideologia de gênero acredita que não existem exclusivamente os gêneros masculino ou feminino, ou seja, que o espectro de identidades pode ser mais amplo do que isto e abranger outras realidades existentes sem as colocar no patamar do “anormal”. Isto vai diretamente ao encontro da constatação de que gênero e sexo não são a mesma coisa. Ou seja, há uma condição biológica (fisiológica, hormonal, etc) inerente ao sexo com que nascemos, já quanto ao gênero – identidade - há uma influência direta das mais diversas construções sociais e culturais que nos rodeiam desde o momento em que passamos a existir como menino ou menina ainda dentro das barrigas das nossas mães. (22 EX, blog, 28/03/2019).

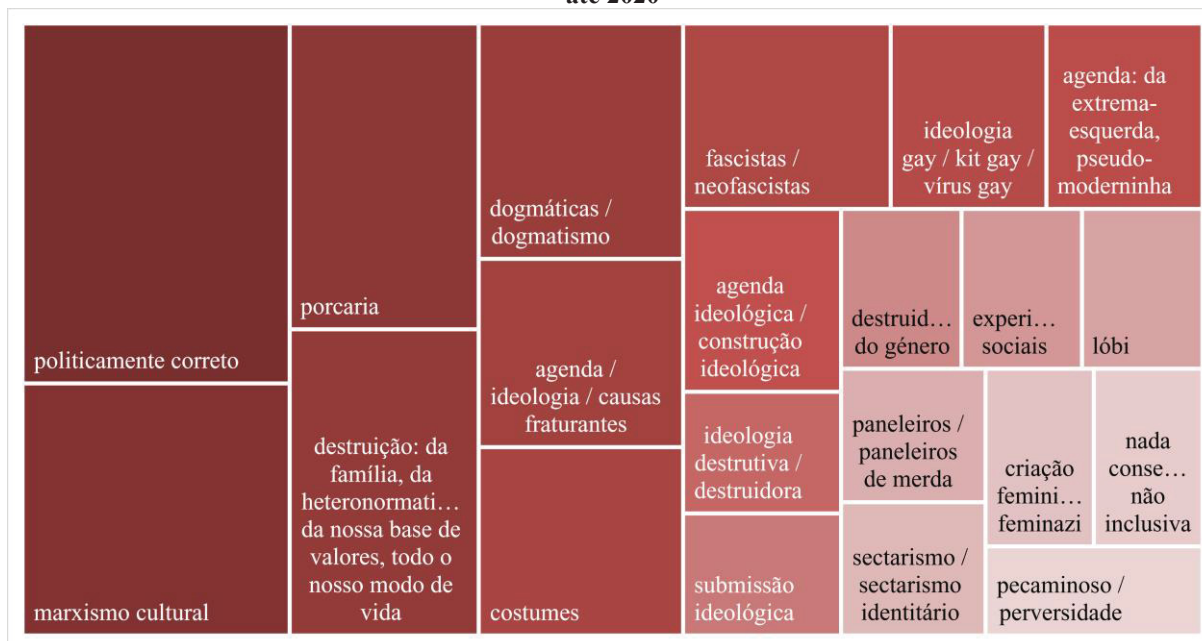
Começemos pelo básico: a ideologia de gênero não existe. Pelo menos no sentido que lhe dá Miguel Morgado, único que lhe permite recorrer à Constituição. Antes de chegar aos discursos de Bolsonaro, aos tuítes de Trump ou aos cartazes do PNR, a expressão surgiu em trabalhos dos estudos de gênero como forma de caracterizar as crenças sociais vigentes sobre o lugar da mulher e do homem na sociedade. E foi depois apropriada, ganhando o sentido inverso, por Ratzinger, para definir aqueles que contestam essas crenças. Hoje é usada por grupos de extrema-direita e por religiosos radicais. (36 EX, opinião, 27/07/2019).

Gráfico 17 – Termos pejorativos presentes nas produções da Folha de S.Paulo com o termo “ideologia de gênero” até 2020

globalismo: socialista, na cultura/ interesse global abstrato/projeto globalista/onda globalista	sexualização precoce / sexualizar as crianças / homossexualizar crianças / erotização: das crianças, infantil, precoce / estimulação sexual / sexualizada	politicamente correto / politicamente contraproducente	destruição da família / desconstrução da família / ataque ao conceito de família / anti-familiar	apologia: de gênero, ao comunismo	colonização ideológica / homossexual
marxismo: cultural, homossexual, gramsciano	doutrinação: ideológica, marxista, partidária, da esquerda, política, sexual	gayzismo / homossexualismo / viadagem / veadinho / lesbianismo / transsexualismo	cura gay / terapias de conversão	Modernidades	ideologiza... à esquerda, de crianças, de esquerda
kit gay	anticristãs/antireligiosa/ não-cristãos/demônio/ diabólica/coisa do capeta/engenharias do diabo	ideólogos: da esquerda, de gênero / pregadores	ideologia: da pornografia, do PT, exótica, nefasta	perverter/ perversão: pedófila, comunista	pregação: ideológica, marxista / propagação de ideologias...
engenharia social	cientifi... anticié...	desvios / desvios monstru...	linha ideológ...	submissão ideológica	amarras ideológicas
Imigraci...	erro inacait...	engenharia social	bandei... ideoló...	agenda: da esquerda, de gênero, LGBT, globalista autoritária	hom... da socie... de...
pedofilia/ zooftia	desi... dife... biol... sub... a...	comunismo / socialismo / ideias de dominação socialista / novo caminho do comunismo	conspi... dos marxis...	cruzadas ideológ... cruzad...	coti... viti... a...
pensamento totalitário /...	Aberra...	ideologia: da pornografia, do PT, exótica, nefasta	desvios / desvios monstru...	perverter/ perversão: pedófila, comunista	Racialismo, raça

Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021).

Gráfico 18 – Termos pejorativos presentes nas produções do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020



Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca no Expresso (2021).

Outro destaque desta categoria é de que os termos pejorativos citados (Gráficos 17 e 18)³⁷ se concentram nos dois jornais nas temáticas da ‘Política’ e da ‘Educação’ com expressões contrárias ao debate das temáticas de GDS ou politicamente incorretas, cunhadas por setores conservadores e religiosos, que expressam não apenas seu posicionamento sobre as questões, mas também repulsa, abjeção e até a incitação ao preconceito, discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBT+. Exemplos na Folha são: apologia, doutrinação, gayzismo, homossexualismo, cura gay, ideologia da pornografia, homossexualização da sociedade, instrumento de uma conspiração feminista internacional, pautas abortistas e anticristãs, perversão pedófila, sexualização precoce de crianças, etc. No Expresso, há expressões como: aberrante, submissão ideológica, dogmatismo, perversidade, policiamento

³⁷ A árvore de palavras foi construída com as expressões que tiveram mais de uma ocorrência. Na Folha outros exemplos com apenas uma ocorrência são: abortistas, acabar com as liberdades civis, andróginos futuristas, arrivismo, artificialidades, ativismo maligno, bobagens de esquerda, bolcheviques, campanha sorradeira, cavalo de Troia, comunista planetária, conceitos abstratos, constituição patológica, corrupção de costumes, corromper, dismantelar a dignidade humana, desvirtuamento dos direitos humanos, deturpação da masculinidade, disparate absoluto, ditadura do relativismo, dizimar a população mundial, dragões, estímulo artificial, exótica amálgama, expediente esquerdista, fake news, homossexualizar crianças, humilhação dos cristãos, inversão de valores, liberalidade excessiva, lobby gay, males, maluquice, materialismo ideológico, maus exemplos, mentes escravas, militância esquerdista, moralismo, nazi-fascismo, objetivo político marxista, orientação esquerdista, papo furado, parciais, pautas gayzistas/nocivas, permissividade sexual, pernicioso intenção, praga, proselitismo, reducionismos biológicos, revanchismo ideológico, solapar, temas sensíveis, teorias da conspiração, Tinta Bruta, União das Repúblicas Sodomitas Soviéticas, versão da verdade, vida alternativa. No Expresso são: aberrante, boutiques ideológicas corretas, causas identitárias, cu da sua mãe, demoníaca, descriminaliza bandidos, exclusivismo, folclóricas, fufas nojentas, gênero estúpido, guerra cultural, homossexualidade infantil, homossexualismo, ideias meio estranhas, pedófilos, policiamento da linguagem, profascismo, talibanismo.

da linguagem.

Estas expressões pejorativas também apontam para as características mobilizadas pela retórica da IdG. Como o exemplo das citações de outros “monstros” a serem combatidos que fazem parte do conceito de pânico moral, assim como a IdG, e que são comumente associados a ela (GARRAIO; TOLDY, 2020; CORREDOR, 2019; SOUZA, 2014). Como classifica Bolsonaro (167 FSP) estas “ideologias nefastas” são o marxismo cultural, politicamente correto, comunismo, socialismo, globalismo, feminismo, racialismo, antinacionalismo, imigracionismo, “destruição da família”, etc. Todas estas referências a pessoas ou movimentos progressistas ou ligados à esquerda do viés ideológico são denominadas como “inimigos” por quem faz uso da retórica da IdG, como aponta a revisão da literatura.

Outra característica significativa que aparece nas produções dos dois países é a patologização das pessoas não heterossexuais. Nos discursos das pessoas que usam a retórica identifica-se a associação da homossexualidade com ‘doença’ ou ‘abjeção’, além de se referir a esta orientação sexual como “homossexualismo” (sic). Em Portugal outras formas ofensivas são citadas no texto de Isabel Moreira (20 EX) para exemplificar as formas de violência cotidianas e no ambiente escolar para pessoas que não correspondem ao padrão da heteronormatividade e a conseqüente importância de se ensinar sobre GDS.

Existe muita coisa que não me disseram na escola. Foi por isso que os meus colegas gays e as minhas colegas lésbicas tiveram medo de dizerem quem eram, foi por isso que se esconderam, foi por isso que nunca tiveram uma palavra de ninguém em sua defesa quando alguém os identificava como “paneiros de merda” ou como “fufas nojentas” (20 EX, blog, 23/03/2019).

A visão política contrária às temáticas pode ser sintetizada pela postagem do deputado Bruno Vitorino (PSD), justamente sobre uma palestra promovida em uma escola pela Rede Ex Aequo, em que diz “**Que porcaria é esta?** Cada um pode ser o que quiser, mas **DEIXEM as CRIANÇAS ser CRIANÇAS. DEIXEM AS CRIANÇAS EM PAZ!** Adultos a avançar sobre este campo junto de crianças é perverso. **Isto tem que parar!**” (16 EX, grifos da autora).

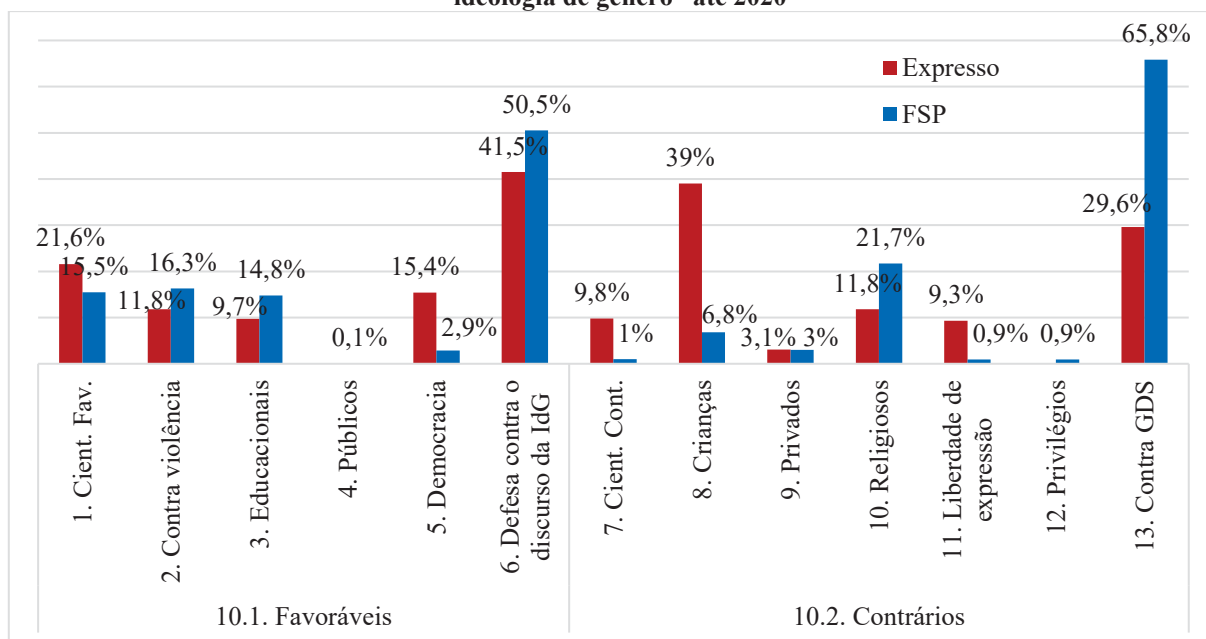
Outro exemplo de destaque é a relação entre termos pejorativos e a religião, como a fala do Papa Francisco em 2015 de que “a ideologia de gênero é um erro da mente humana que provoca muita confusão e ataca a família” (11 FSP), encarada por ele como uma “colonização ideológica” para “impor uma agenda de gênero a outras nações por meio de ajuda externa”, que comparou com a “máquina de propaganda nazista” (11 FSP). Ou ainda a

do pastor Silas Malafaia que “afirmou que noções como essas são ‘uma das maiores engenharias do diabo para destruir a família’” (53 FSP).

5.3.4 Argumentos citados nas produções

A categoria ‘Argumentos’ (Gráfico 19) se relaciona com estes termos citados já que eles geralmente estão nas avaliações relativas às questões de GDS através da apresentação de exemplos e citações de pesquisas, fatos históricos, passagens ou definições religiosas, práticas das quais são tiradas lições, ou ainda, em frases de efeito (*slogans*). Nos dois jornais mais de 80% das produções apresentam um ou mais argumentos, sendo na Folha 348 textos (85,7%) e no Expresso 53 (82,8%). Eles também têm o mesmo padrão de resultados no tipo de argumentos, com a maioria classificada como favoráveis às temáticas (69,1% na Folha e 65,2% no Expresso) contra a minoria de contrários (30,9% na Folha e 34,8% no Expresso).

Gráfico 19 – Argumentos presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020



Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

Nos dois jornais a maior ocorrência de argumentos favoráveis acontece na classificação ‘Defesa contra o discurso da IdG’ (50,5% na Folha e 41,5% no Expresso). Eles se referem à contraposição à retórica e aos argumentos associados a ela de que estes debates são doutrinação, distorção, controversos, imposição, manipulação, subjetivos etc. de um plano globalista, esquerdista, comunista, feminista etc. No jornal brasileiro, eles estão em 175

textos, em sua maioria nas produções opinativas (89), mas também aparecem nas informativas (79) e em sete editoriais. No jornal português, eles estão em 12 resultados concentrados nas produções opinativas (9).

Entre os argumentos favoráveis diferenciados por tipo, os jornais apresentam padrões diferentes nas suas ocorrências. Na Folha as maiores representações estão no: combate ao machismo, LGBTfobia e outras formas de violência, discriminação e preconceito contra mulheres e LGBT+ (16,3%), nas citações de estudos ou afirmações científicas (15,5%), e na importância de educar sobre sexo, sexualidade e diversidade promovendo a igualdade e o respeito nas escolas (14,8%). Os outros argumentos tiveram 3% de presença e estão relacionados à necessidade de o Estado assumir estas pautas como forma de reverter as desigualdades sociais e melhorar a democracia, que crenças pessoais e religiosas não podem regulamentar os espaços públicos, e de defesa da democracia, de sua diversidade, contra a censura e posturas antidemocráticas.

No Expresso, o padrão de concentração de argumentos nas produções opinativas também se repete nos argumentos favoráveis classificados como: em defesa da ‘Democracia’ (15,4%), ‘Contra a violência’ (11,8%) e nos ‘Educativos’ (9,7%). Fora deste padrão está o segundo maior resultado de argumentos favoráveis do jornal classificados como científicos (21,6%) concentrados em textos informativos.

Nos argumentos contrários identificados as diferenças entre os países são mais acentuadas. No Brasil, a maior ocorrência acontece nos argumentos ‘Contra GDS’ que não se encaixaram em algum dos detalhamentos e correspondem majoritariamente ao ataque de pessoas ou grupos contrários às temáticas (65,8%). Entre os argumentos contrários tipificados, a maioria de resultados está nas classificações que se relacionam à família – ‘Religiosos’ (21,7%), ‘Criança’ (6,8%) e ‘Privados’ (3%). O primeiro agrega argumentos religiosos, em sua maioria em defesa da vida, da família, seus valores e o combate a sua ‘destruição’ pelo feminismo. Já o segundo foca na defesa das crianças e adolescentes, ao afirmar que estes debates não devem ser feitos com eles, que não podem acontecer no sistema de ensino e que configuram doutrinação no ambiente escolar. O terceiro evoca, como citado anteriormente, que a educação sexual é um direito de âmbito privado da família e o Estado não deve intervir.

Os outros argumentos somam 2,8% e são referentes a afirmações científicas ou estudos (1%), de que estes debates proíbem a liberdade de expressão e criminalizam as pessoas contrárias (0,9%) e que as disposições genéricas nas legislações vigentes englobam todas as pessoas, fazendo com que as especificações promovam privilégio para alguns grupos

(0,9%).

É interessante notar que os editoriais da Folha não apresentaram nenhum argumento contrário. Em geral, as produções informativas e opinativas tiveram os tipos de argumentos (favoráveis e contrários) divididos quase que proporcionalmente. Fogem a este padrão os argumentos de ‘Defesa contra o discurso da IdG’ que tiveram maior presença nas opinativas e os argumentos contrários ‘Criança’, ‘Religiosos’ e ‘Contra GDS’ que tiveram ocorrências maiores nas produções informativas.

No Expresso, os argumentos contrários encontram-se em maioria nos textos informativos, tendo como exceção os classificados como científicos (9,8%) com maior ocorrência em opinativos. O maior número de resultados está nos argumentos de defesa das ‘Crianças’ (39%) e em ‘Contra GDS’ (26,9%), seguidos de ‘Religiosos’ (11,8%), da defesa da ‘Liberdade de expressão’ (9,3%) e do direito da família de tratar deles em âmbito ‘Privado’ (3,1%). Em ‘Crianças’ as ocorrências correspondem com a concentração da temática ‘Educação’ que aborda principalmente as repercussões no sistema escolar da lei de identidade de gênero.

O que é surpresa nos resultados do Expresso é não ter tido nenhum argumento favorável classificado como defesa da obrigação do Estado em assumir esta pauta (‘Público’) e contrário relativo à acusação de que as temáticas promovem privilégio de direitos para mulheres e pessoas LGBTQ+ (‘Privilégio’). A falta de cobrança do Estado pelo debate das temáticas em Portugal faz sentido, já que o país já tem legislações que versam sobre o respeito e debate às temáticas na sociedade e no sistema educacional. O que explicaria também a falta de acusação de ‘privilégio’ destes grupos.

Os resultados desta categoria, permitem ainda inferir sobre a relação entre os padrões de ocorrência dos argumentos com os perfis dos jornais. Os dois jornais dizem seguir a deontologia do jornalismo, mas a Folha enuncia que seu conteúdo é produzido para seu ‘leitor-padrão’ que tem viés liberal, enquanto o Expresso desde meados de 1980 tem uma postura de centro-esquerda. Isto se reflete nas escolhas feitas na produção dos jornais apresentadas nesta seção.

5.3.2 Decisões políticas citadas nas produções

Quanto às decisões políticas expressas nos textos dos jornais (Gráfico 20), elas foram menos recorrentes que os argumentos. Na Folha, 183 produções apresentaram alguma decisão (45,1%) e 223 não citaram nenhuma (54,9%). No Expresso elas foram encontradas em 20

textos (31,3%) contra 44 produções sem este elemento (68,8%). Mesmo com porcentagens totais de ocorrências diferentes, os jornais apresentam o mesmo padrão de tipo de decisões identificadas. Ambos têm mais de 70% classificadas como decisões políticas ‘Conservadoras’, seguidas das ‘Progressistas’ e ‘Liberais’.

No jornal brasileiro as decisões ‘Conservadoras’ representam 73,9% e estão presentes em 162 textos (39,9% do total), e podem ser explicadas porque 82,3% de todas as publicações do jornal (334) estão concentradas nos anos de 2018 a 2020, correspondendo aos períodos eleitorais do país. Nestes períodos as campanhas à presidência de Bolsonaro e outras pessoas que seguem sua linha ideológica levantaram a bandeira de combate à IdG e no caso do presidencialismo ela constava em seu plano de governo. Também desde a posse do atual governo, sua equipe de ministros e a ministra Damarens têm exposto esta diretriz e implementado políticas neste sentido, com destaque para as ações do MMFDH e Itamaraty. Estes ministérios, em conjunto com o atual PGR, são considerados a “ala ideológica” do governo que está intimamente ligada com as ideias que eram propagadas pelo escritor Olavo de Carvalho³⁸, chamado de “guru” do bolsonarismo³⁹.

Nesse sentido, vale a pena enfatizar a matéria 351 FSP que se dedica a debater o “tradicionalismo”, filosofia que une “o guru bolsonarista Olavo de Carvalho, o estrategista americano Steve Bannon e Alexandr Dugin, conselheiro do líder russo Vladimir Putin”. Ela destaca como mesmo não tendo cargos formais os tradicionalistas têm influenciado os governos de direita. Esta linha do conservadorismo “se opõe à homogeneidade das sociedades de massa ou à busca por igualdade; eles são a favor de hierarquias. Ressaltam a necessidade de se voltar ao tempo anterior à modernidade, de buscar as religiões não corrompidas” (351 FSP).

O chanceler Ernesto Araújo expressa essa visão em suas críticas postadas em seu blog em que defende “que coronavírus desperta para ‘pesadelo comunista’”, “questiona OMS e diz que obra de Slavoj Zizek estimula propagação do ‘comunavírus’”. No seu discurso, que ultrapassa a ideia de teoria conspiratória e chega a ganhar ares de alucinação, a pandemia “pode fazer parte de um ‘projeto globalista’ que é o ‘novo caminho do comunismo’” que “já se vinha executando por meio do climatismo ou alarmismo climático, da ideologia de gênero, do dogmatismo politicamente correto, do imigracionismo, do racionalismo ou reorganização da sociedade pelo princípio da raça, do antinacionalismo, do cientificismo” (344 FSP).

Quanto às outras classificações de decisões políticas, a Folha tem 20% como

³⁸ Produções: 145 FSP, 154 FSP, 179 FSP, 188 FSP, 190 FSP, 227 FSP e 364 FSP.

³⁹ Produções: 148 FSP, 171 FSP, 222 FSP, 281 FSP, 298 FSP, 325 FSP, 327 FSP e 351 FSP.

‘Progressista’ em 72 textos (17,7% do total) e 6,1% como ‘Liberal’ em 31 textos (7,6% do total). As decisões liberais e progressistas se relacionam com as conservadoras. Em específico, nas decisões liberais a maioria representa o não prosseguimento de projetos como o ESP e outras pautas conservadoras no Brasil⁴⁰, na Argentina (231 FSP), no Uruguai (324 FSP) e na Polônia (371 FSP). Também estão representadas neste código as leis referentes à legalização do casamento homoafetivo (no México 4 FSP, nos EUA 15 FSP e na Colômbia 91 FSP), a permissão de adoção por estes casais (na Colômbia 44 FSP e no mundo 401 FSP), a definição da Polícia Federal em 2017 de adotar o termo genitor 1 e 2 ao invés de “pai” e “mãe” (253 FSP e 261 FSP) e da nova direção da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) manter os materiais gravados dos cursos cancelados (339 FSP).

Nas decisões progressistas as maiores ocorrências são de revogações feitas pelo STF e PGR de leis municipais e estaduais que tentavam implementar o ESP e decisões da PGR contra o ESP – no Congresso, na BNCC, etc.⁴¹, ou menções de outros julgamentos do Supremo, como a criminalização da homofobia⁴², o direito de mudar o sexo no registro civil sem autorização judicial e sem necessidade de cirurgia (308 FSP e 406 FSP) ou a permissão de doação de sangue por homens gays (359 FSP) e outras decisões do STF⁴³.

Outras decisões citadas são da lei do aborto (na Espanha 3 FSP, na Colômbia 34 FSP e no Uruguai 324 FSP), a lei de respeito ao nome social na educação (42 FSP), a inclusão de material de GDS ou ações por órgãos da Educação (em Guarulhos 6 FSP, em São Paulo 7 FSP, na Colômbia 31 FSP e no Maranhão 140 FSP) e do MEC em 1997 ter incluído a educação sexual no currículo (154 FSP), em 2004 ter criado a Secadi – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (169 FSP) e outras ações da pasta (185 FSP e 186 FSP). Também a denúncia da PGR dos discursos de ódio de Bolsonaro e os processos referentes à acusação de incitação ao estupro e injúria contra a deputada Maria do Rosário (84 FSP e 92 FSP), reações ao recolhimento de material didático feito pelo governador João Doria⁴⁴, liminar da justiça contra censura de Crivella à Feira de Livros (283 FSP e 285 FSP), entre outras⁴⁵.

⁴⁰ Produções: 28 FSP, 87 FSP, 141 FSP, 172 FSP, 173 FSP, 185 FSP, 186 FSP, 190 FSP, 197 FSP, 199 FSP, 208 FSP, 227 FSP, 246 FSP, 248 FSP, 287 FSP, 295 FSP, 332 FSP, 380 FSP, 388 FSP, 391 FSP

⁴¹ Produções: 28 FSP, 81 FSP, 82 FSP, 83 FSP, 120 FSP, 121 FSP, 132 FSP, 133 FSP, 139 FSP, 141 FSP, 153 FSP, 161 FSP, 201 FSP, 272 FSP, 315 FSP, 345 FSP, 356 FSP, 358 FSP, 370 FSP e 372 FSP.

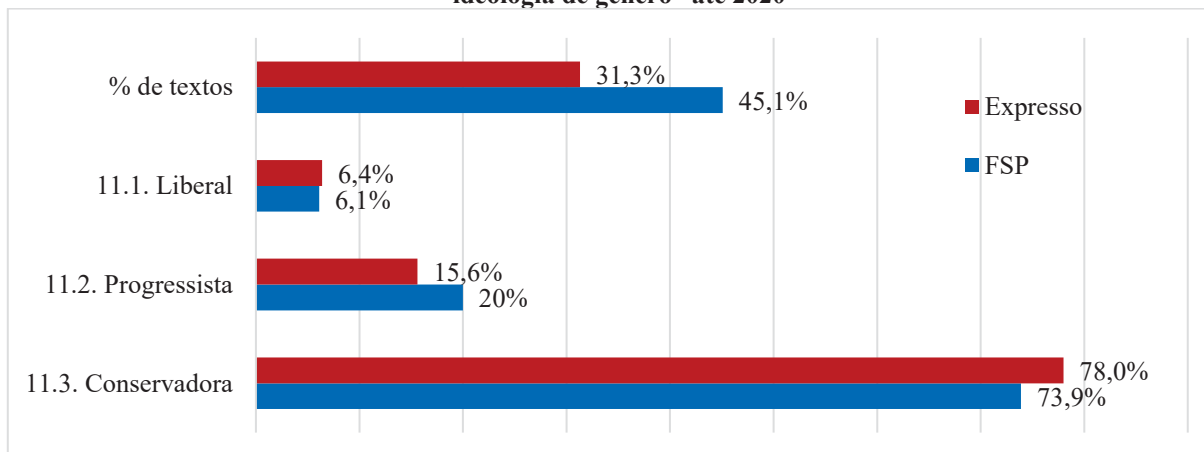
⁴² Produções: 287 FSP, 306 FSP, 310 FSP, 386 FSP e 405 FSP.

⁴³ Produções: 119 FSP, 260 FSP, 364 FSP, 401 FSP e 404 FSP.

⁴⁴ Produções: 273 FSP, 275 FSP, 290 FSP, 291 FSP, 292 FSP e 309 FSP.

⁴⁵ Produções: 124 FSP, 129 FSP, 199 FSP, 218 FSP, 270 FSP, 305 FSP, 339 FSP, 341 FSP, 371 FSP, 373 FSP, 374 FSP, 388 FSP, 391 FSP e 394 FSP.

Gráfico 20 – Decisões políticas presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020



Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

No caso do jornal português, as decisões ‘Conservadoras’ somam 78% e estão em 18 produções (28,1% do total), já as decisões ‘Progressistas’ (15,6%) e ‘Liberais’ (6,4%) foram identificadas apenas em produções informativas, respectivamente, sete (10,9% do total) e três (4,7% do total). As decisões conservadoras estão divididas em 16 textos informativos e dois opinativos concentrados nos anos de 2018 a 2020, assim como na Folha. Destes resultados quatro são sobre o Brasil, três sobre países europeus e 11 sobre Portugal, compreendendo os períodos das eleições europeias 2019 e de campanha para as eleições de 2021.

Dos textos sobre o Brasil, metade tem como protagonista Bolsonaro. A primeira matéria é sobre seu discurso de posse em que reafirma que irá “‘livrar o país’ da corrupção e da ‘submissão ideológica’. ‘Vamos a unir o povo, respeitar as religiões e a nossa tradição judaico-cristã. Combater a ideologia de gênero conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas’” (10 EX). A segunda fala sobre sua visita aos Estados Unidos em que “sublinhou a importância da cooperação entre os dois países (...) [e] Manifestou-se ainda adepto da linha política de Trump, nomeadamente ‘contra a ideologia do gênero e do politicamente correto’” (19 EX).

A outra metade destaca Damares e tem uma postagem do blog *A vida de saltos altos* da jornalista feminista Paula Cosme Pinto e uma matéria assinada pelo Expresso na seção *Internacional*. No texto intitulado *Estamos perante um The Handmaid’s Tale no Brasil?*, Paula comenta sobre as declarações da dirigente do MMFDH e suas bandeiras contra a IdG e o aborto, questionando se isto não pode ser lido como “uma retaliação contra os milhões de mulheres que fizeram frente à eleição do futuro Governo” (8 EX) se referindo ao movimento #EleNão!. A matéria também evidencia a declaração feita pela ministra na posse do novo

governo de que “o país ‘entrou numa nova era’ e que agora ‘os meninos vestem azul e as meninas cor-de-rosa’” (12 EX) que mostra seu compromisso contra a IdG. Lembra ainda de que em outra ocasião ela “já tinha causado alguma polémica ao dizer, durante a mesma cerimónia, que no Brasil o Estado é laico mas ela é ‘terrivelmente cristã’” (12 EX).

As matérias sobre os países europeus estão todas na seção *Internacional*. Uma se refere à Espanha e ao partido de extrema-direita Vox que acredita que o país está cercado por “lóbis” da IdG e por isso quer acabar com a “lei de violência de género” e “com o apoio público às associações feministas” afirmando que esta “agenda ultra-conservadora” é partilhada, “em certa medida, com o PP” (23 EX). Outra aborda os diversos retrocessos recentes promovidos na Hungria pós 2010 e o retorno de Viktor Orbán, como a lei que impede a mudança de sexo nos documentos, a retirada dos estudos de género dos manuais universitários e a não ratificação da Convenção de Istambul (CI) que segundo Orbán é promotora “da ideologia destruidora do género” (52 EX). Inclusive, a última matéria deste grupo, se refere justamente à proposta de rejeição da CI pela Polónia, seguindo o exemplo da Hungria em maio de 2020 e da Eslováquia em 2019 quando o parlamento argumentou que ela “contrariava a definição de casamento na Constituição como uma união heterossexual” (55 EX). Para o Ministro da Justiça polonês, Zbigniew Ziobro, ela “Contém elementos de natureza ideológica que consideramos prejudiciais” (55 EX).

Quanto às 11 produções sobre Portugal, quatro abordam o pedido de inconstitucionalidade da lei de autodeterminação da identidade de género pelos deputados do PSD e CDS⁴⁶ e uma cita um debate interno do CDS depois de parlamentares do partido em Arroio aprovarem uma “Iniciativa para colorir as passadeiras da Avenida Almirante Reis, em Lisboa, no Dia contra a Homofobia e Transfobia” (24 EX). As outras cinco matérias⁴⁷ e uma entrevista (49 EX) mostram o crescimento da direita em Portugal, com a escalada à direita do CDS e PSD com ações, para além da acima mencionada, como ser contra a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) (40 EX e 49 EX); as também citadas anteriormente propostas do Chega para o Orçamento do Estado (51 EX) e união com o PPV/CDC (58 EX); e sobre a nova direção do Chega destacando as pautas conservadoras contra a IdG, a favor da família e da vida (60 EX) e seu o racha que gerou o partido Liga Nacional (62 EX).

Aqui as decisões liberais e progressistas também se relacionam com as conservadoras, já que são o estopim ou as reações a elas. As três decisões ‘Liberais’ estão em matérias e tratam da postura do PSOE nas eleições na Espanha contra a violência de género

⁴⁶ Produções: 34 EX, 37 EX, 38 EX e 39 EX.

⁴⁷ Produções: 40 EX, 51 EX, 58 EX, 60 EX e 62 EX.

(23 EX); do projeto aprovado pelo CDS Arroios para colorir passarelas em apoio da pauta contra a LGBTfobia, mas reafirmando que são contra a IdG (24 EX); e sobre a lei que existia na Hungria que autorizava as pessoas a mudarem seu sexo nos documentos (52 EX). Esta última matéria também é citada em uma das sete decisões ‘Progressistas’ ao mencionar que “o Parlamento Europeu iniciou um processo por violação dos valores da UE, que em teoria poderá implicar sanções a Budapeste” (52 EX). Nos outros seis textos as decisões progressistas citadas se referem a: queixa na CIG contra o deputado Bruno Vitorino (PSD) por comentários homofóbicos (16 EX e 17 EX), Lei nº 38/2018 do direito à autodeterminação da identidade de gênero e expressão de gênero da Assembleia da República (34 EX) e do despacho das Secretarias de Estado de Rosa Monteiro e João Costa concretizando sua implementação nas escolas (37 EX, 38 EX e 39 EX).

Os resultados dessa categoria permitem ainda inferir sobre a relação entre os padrões de ocorrência das decisões políticas com as dinâmicas políticas e contextos específicos dos países. Como já apontado em outros momentos, as decisões progressistas no Brasil por mais que tenham alguma expressão do Executivo nos anos iniciais da análise na última década se referem quase que totalmente a ações do Judiciário, enquanto em Portugal elas são todas respostas do Executivo.

Como resumo da comparação entre os resultados dos jornais dos dois países elenco as semelhanças entre as categorias ‘Tipo’, ‘Rubrica’ e ‘Temática’; as diferenças significativas em ‘Autoria’, ‘Ícones’, ‘Tópico’, ‘Atrizes e Atores’ e ‘Agentes’; e pontos de convergência e distanciamentos em ‘Termos’, ‘Argumentos’ e ‘Decisão política’.

Ao pormenorizar as semelhanças destaco as temáticas abordadas nos textos dos dois jornais com maiores ocorrências (‘Política’, ‘Eleições’ e ‘Educação’). É importante verificar nos resultados a centralidade da política e das eleições e sua relação com candidaturas e vitórias de candidatos de direita e extrema-direita e seus partidos, assim como o consequente impacto na educação. O que também corresponde à concentração dos resultados da categoria ‘Temáticas’. As diversas produções citadas acima confirmam o padrão apontado pela literatura da relação e representação da retórica da IdG por perfis de direita e extrema-direita relacionados a religião ou grupos religiosos, e a padronização do discurso, da mesma maneira que o foco na educação como campo de batalha principal de barreiras para as questões de GDS.

Como mostram as categorias ‘Atrizes’ e ‘Agentes’ que mesmo apresentando proporções diferentes entre a quantidade de favoráveis e contrários, mostrou o mesmo padrão de perfil nos dois grupos. Os favoráveis são a maioria de pessoas LGBTQ+, feministas,

teóricas/os, instituições de pesquisa, da mídia, dos movimentos LGBTQ+, feminista e outras representações sociais. Os contrários se concentram em pessoas e representações religiosas, em representantes parlamentares (Executivo, Legislativo e não especificado), em profissionais e em representantes do Judiciário e dos partidos políticos.

Questões exemplificadas pelas falas de Orbán da Hungria ao anunciar na sua última vitória o início de “um projeto de ‘nova era’ cultural destinada a promover os valores cristãos e tradicionais” (52 EX); de Bolsonaro na sua posse de valorização da família e respeito às “religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores” (167 FSP); na posse de seus ministros, como Damares (205 FSP), Ernesto (204 FSP), e no MEC: Ricardo Vélez Rodríguez (179 FSP), Abraham Weintraub (227 FSP), entre outros.

Estes perfis dos diferentes posicionamentos ajudam a relacionar e ilustrar o alto índice de resultados contrários em ‘Argumentos’ e ‘Decisão política’, além do uso quase exclusivo do termo IdG e a praticamente inexistente menção ao conceito sociológico. As categorias ‘Argumentos’ e ‘Decisão’ equivalem aos resultados de ‘Atrizes’ e ‘Agentes’, ao representar a disputa de sentidos travada na sociedade com concentração de argumentos contrários relacionados à religião, defesa da família e das crianças, assim como de decisões conservadoras feitas principalmente por parlamentares nos dois países e por agentes do Executivo brasileiro. Já as representações favoráveis predominam nos argumentos, em específico, nos científicos, de combate à violência e educacionais, tendo as decisões progressistas sido feitas em sua maioria pelo Executivo em Portugal e pelo Judiciário no Brasil.

Quanto às características que têm relação com o papel dos jornais nas disputas das questões de GDS, ressalto os resultados das categorias ‘Autoria’, ‘Ícones’ e ‘Tópico’. Elas demarcam os pontos de maior diferença entre os países. O primeiro e maior destaque está na ocorrência de 11 editoriais na Folha e nenhum no Expresso. Isto exemplifica não apenas a diferença na amplitude de visibilidade do debate, mas demonstra que no Brasil o impacto do discurso antigênero e antidireitos chegou a um nível em que o jornal se viu na necessidade de se manifestar sobre elas, já que este tipo de produção é uma das formas do periódico agendar temas e prioridades (MONT'ALVERNE, 2016). A ocorrência maior de produções ‘Sem autoria’ no jornal brasileiro também pontua uma censura crescente no país, não tendo sido encontrado notícias em Portugal sobre uma possível correspondência na leitura das suas produções codificadas dessa forma. Sendo importante, entretanto, destacar que as três matérias do Expresso classificados dessa forma se referem à política, em específico a representações da extrema-direita. Uma aborda a visita de Bolsonaro à Trump (19 EX), outra

a união do Partido Pró-Vida ao Chega (58 EX) e a fundação da Liga Nacional, racha do Chega (62 EX).

Outra evidência está na diferente organização dos veículos de comunicação. Mesmo com dados mundiais que pontuam a insistente disparidade de gêneros nas redações (GMMP, 2020), Portugal foge ao padrão demonstrado em outras pesquisas de concentração de autorias masculinas, principalmente em temáticas relacionadas à política (PINTO-COELHO; MOTA-RIBEIRO, 2005; SILVEIRINHA; SIMÕES, 2016; LOBO; SILVEIRINHA; SILVA; SUBTIL, 2017). Isso acontece tanto no resultado geral, quanto no detalhamento das temáticas, mesmo as consideradas como “masculinas” por se referirem ao campo da política (‘Política’, ‘Eleições’, ‘Mundo’ e ‘Educação’).

Este resultado referente à produção do jornalismo português vai de encontro com os achados de Daniela Drummond (2020, p. 102) de que as jornalistas “são as mais interessadas e disponíveis para escrever sobre a temática feminista”, mas o Brasil não correspondeu aos seus achados da Folha. O país, mesmo tendo tido nos resultados do monitoramento dos meios de comunicação brasileiros realizado em 2020 de “um certo equilíbrio (numérico) entre mulheres e homens na produção das notícias nos diferentes tipos de suportes” (GMMP, 2020) não correspondeu a este padrão no *corpus* da tese da Folha. Isto reforça os apontamentos de Margaret Gallagher (2001), de que a crescente feminização profissional não tem se traduzido em ações contrárias as assimetrias de poder representadas pelo reforço de ideias patriarcais e a maioria de ocupação masculina nos cargos de chefia.

Na categoria ‘Tópico’ a disparidade entre os resultados dos jornais também aponta diferenças no tratamento das temáticas. Estes dados podem estar relacionados aos resultados de ‘Autoria’ já que segundo o GMMP (2020) as mulheres tendem a valorizar mais a pauta de GDS, dando mais espaço para elas nas produções.

Depois de apresentar os resultados da AC neste capítulo, exploro no próximo as relações entre as chamadas “pautas de costumes” no Brasil e “agenda fraturante” em Portugal usadas como forma de invisibilizar e enquadrar negativamente as questões de GDS, direitos humanos, antirracismo e outras (BRANT; MACHADO, 2020; RODRIGUES, 2019). Dessa forma, aprofundo a discussão dos achados ao apresentar o resultado da AFD que destaca as características padronizadas da IdG identificadas nos dois países e as diferenças da forma como funciona como instrumento político.

6 A IDG COMO DISCURSO TRANSNACIONAL E SINTETIZADOR DO PODER DISCURSIVO DA HETERONORMATIVIDADE NA POLÍTICA

Neste capítulo, a interpretação da multiplicidade de significados contidos nos discursos é feita agregando os resultados obtidos pelo referencial de codificação da AC com os apontamentos da AFD. Também destaco aqui como a seleção teórica da tese incorpora os objetivos da pesquisa e se relaciona com os resultados do capítulo anterior. Dessa forma, respondo as perguntas de pesquisa: Como a retórica da “ideologia de gênero” presente nas produções jornalísticas é utilizada como instrumento político no Brasil e em Portugal? Quais características de uso desta retórica estão expressas nos discursos jornalísticos no Brasil e em Portugal? Quais são os perfis das pessoas que utilizam a IdG?

O foco está em expressar como os contextos de construção e constituição dos discursos elencados pela literatura se relacionam com a prática apresentando trechos das produções⁴⁸. Com base nos dados e achados quantitativos e qualitativos o intuito é de tornar a análise politicamente útil, entendendo a retórica da IdG enquanto prática social mais abrangente, investida de significados que geram consequências (FAIRCLOUGH, 2001; PARKER, 1992).

Para isto nas próximas seções exploro os perfis de pessoas e instituições promotoras da retórica da IdG como instrumento político, seus argumentos e como são posicionadas na disputa (objetiva e subjetivamente) ao atacar ou reforçar outros discursos, pessoas e instituições. Elenco também orientações para a ação, justificações e funções da IdG, como seu objetivo de reprodução da heteronormatividade e sua relação com outros discursos opressivos de ordem moral, conservadora, cristã e de direita. Mas, como a construção discursiva é relacional, assim como o poder, também apresento alguns trechos de pessoas que resistem, recusam e propõem a reestruturação do discurso da hegemonia heteronormativa que define papéis de gênero, posições e comportamentos no mundo.

6.1 CARACTERÍSTICAS PADRONIZADAS DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Os dados analisados nesta tese verificam parte da hipótese de pesquisa ao confirmar que algumas características da retórica da IdG são iguais nos dois países. As produções jornalísticas são mais um conjunto de evidências que mostram que a IdG representa um

⁴⁸ Aqui constam apenas algumas das produções como exemplos dos apontamentos feitos, mas lembro que há outras que também citam ou podem ser enquadradas neles.

movimento transnacional antigênero com características padronizadas, como aponta a literatura (CORNEJO; PICHARDO, 2017; KUHAR; PATERNOTTE, 2017; KOVÁTS; PÕIM, 2015).

Como pontua Parker (1992, p. 8), o “discurso constrói ‘representações’ do mundo que têm uma realidade quase tão coercitiva quanto a gravidade e, como a gravidade, conhecemos os objetos por meio de seus efeitos”. Nesse sentido, abaixo elenco estas características com exemplos e trechos das produções dos jornais como forma de ilustrá-las. Mas é importante referir que os argumentos utilizados no ‘combate à IdG’ agregam estas diversas características, ficando muitas vezes difícil separá-los. Pode-se até mencionar que as pessoas que fazem uso da retórica partem de um ‘mesmo manual’ que sempre remete a origem e base religiosa. Isso reafirma os apontamentos de Parker (1992) de que o discurso é um sistema coerente de significados que utiliza metáforas, analogias e imagens para ‘pintar’ uma realidade sobre o objeto (a IdG). Também que o discurso da IdG remete, incorpora, implica e pressupõe outros discursos, neste caso de segregação e opressão, através dos repertórios interpretativos mobilizados, dos

conjuntos de termos relacionados entre si e usados com uma certa coerência gramatical e estilística, e que geralmente se organizam em torno de uma ou mais metáforas centrais (...) são ferramentas, que não estão localizadas nos indivíduos, mas que estes usam, conforme os recursos sociais e culturais disponíveis, para os seus próprios fins. (...) [O contexto no qual] o Discurso é mobilizado em situações específicas, é particularmente tido em atenção. (...) os indivíduos não são apenas o produto do seu ambiente agindo em função das escolhas dos repertórios interpretativos disponíveis. Assumem que o único processo psicológico que deve ser tomado em consideração é o desejo de ter “voz” e de negociar uma posição moral viável (NOGUEIRA, 2001, p. 25, 27).

A inter-relação e sobreposição dos discursos em ação mostra como um suporta o outro ao constituírem “*what look like the ‘same’ objects in different ways*” (PARKER, 1992, p. 14). Nesse sentido, estas características tornam explícita a ‘imagem de mundo’ criada pela retórica em que as objeções a ela são tidas como ‘representações do mal’. Essa similaridade apresentada pelos discursos que usam a IdG mostra como o seu histórico e seus argumentos refletem sobre ele, mesmo nos casos em que as pessoas que o utilizam parecem não ter consciência do porquê usam certos termos.

6.1.1 Origem e fortalecimento da IdG pela Igreja Católica

O histórico do conceito sociológico da ideologia de gênero, como uma ideologia (um

conjunto de ideias) sobre os papéis de gênero e outras expressões associadas ao sexo tomadas como norma pela sociedade, que acontece a partir da década de 1980 mostra sua relação com os discursos de base católica-cristã. A resignificação dele produzida como reação da Igreja Católica no mesmo período com a criação da retórica da IdG explicita a tentativa de manutenção do *status quo*. Ao denominar os estudos de GDS e os movimentos que levantam estas bandeiras como ‘ideológicos’, a Igreja e posteriormente os outros movimentos conservadores, de direita, antigênero e antidireitos que assumem a retórica, buscam estabelecer e sustentar as relações de dominação da heteronormatividade.

Em analogia com o resumo feito por Renata Silva (2009, p. 14-15) sobre os modos de operação de dominação da ideologia na linguagem, os dados mostram como as representações antigênero agregam suas diversas formas. Isso acontece, porque a base cristã da retórica apresenta as relações heteronormativas como legítimas, com uma pretensa racionalização de que as relações e instituições sociais que a tem como base são normais/naturais e, portanto, devem ser aceitas por representarem o interesse de todas as pessoas. A narrativa construída tem por base parte da história, o recorte identificado com a Igreja Católica, em que a manutenção da heteronormatividade é tida como uma tradição, eterna, imutável e aceitável para a manutenção e defesa da vida na Terra – um desígnio divino. Todas as outras formas identificadas com relação aos papéis de gênero que fogem ao padrão heteronormativo e monogâmico, em outros períodos históricos ou em sociedades específicas, são ignoradas e apagadas para que essa realidade seja entendida como permanente e atemporal.

A origem da IdG em documentos e encontros da Igreja Católica, bem como a importância dessa instituição no fortalecimento e reprodução da retórica no mundo se confirma nas produções dos jornais. As citações à Igreja aparecem já nos primeiros resultados dos dois países, sendo interessante destacar que existem 13 citações à palavra Igreja (seja como referência à católica ou denominações evangélicas) nos resultados do Expresso e 301 na Folha de S.Paulo. A palavra Vaticano e Papa (ou a variação papal) aparece duas e três vezes no jornal português e 26 e 61 vezes no jornal brasileiro (respectivamente).

No Expresso corresponde ao primeiro resultado que trata da Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa que tem como foco os “tempos difíceis” que impactam o mundo do trabalho e consequentemente as pessoas. Nela, entre outros assuntos, diz que a Assembleia discutiu a “carta pastoral intitulada ‘Visão cristã da sexualidade. A propósito da

ideologia do gênero” (1 EX, matéria, 11/11/2013) produzida durante o encontro⁴⁹.

Na Folha aparece no segundo resultado que fala sobre a “Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo”, que

condena o feminismo radical, que “equipara homens e mulheres e ignora as diferenças biológicas entre os sexos” (...) [e] revisa os ensinamentos sobre a mulher ativa na vida pública e sua ‘vocação’ maternal, a vida familiar e a necessidade de que ela seja fundamentada no casamento entre um homem e uma mulher. (...) O texto – elaborado pela Congregação para a Doutrina da Fé (ortodoxia católica), do cardeal alemão Joseph Ratzinger – reafirma sua oposição à ordenação feminina. Rechaça ainda “o questionamento da família, a equiparação da homossexualidade à heterossexualidade e um modelo novo de sexualidade polimorfa” e a “ideologia de gênero”. (2 FSP, matéria, 31/07/2004).

Alguns outros exemplos das citações à Igreja no jornal brasileiro se referem:

i) ao protesto convocado por ela contra a lei do aborto na Espanha em 2009, assim como fez em 2005 contra o casamento homoafetivo e a adoção feita por estes casais em que a feminista e presidenta da ONG espanhola Católicas com Direito a Decidir, disse ser ‘vergonhosa’ a atuação dos bispos e que “A Igreja está fazendo um papel político e não religioso. O que vemos aqui é uma cúpula eclesiástica que quer manter um poder que não lhe corresponde em uma sociedade laica” (3 FSP, matéria, 16/10/2009);

ii) ao texto do sacerdote Antonio Gutiérrez que foi publicado pela arquidiocese de Guadalajara do México, que condena a “homossexualidade, o feminismo e a chamada ideologia de gênero (...) [consideradas] ‘aberrações e desvios’ que ameaçam a estrutura básica da sociedade” (4 FSP, matérias, 26/11/2010);

iii) a carta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criticando a IdG que tem sido introduzida “‘de forma silenciosa’ em planos municipais de educação (...) para educar meninos e meninas de forma neutra (...) essa ideologia ‘desconstrói o conceito de família, que tem seu fundamento na união estável entre homem e mulher’” (9 FSP, matéria, 18/06/2015); e

iv) a entrevista dada pelo Papa Francisco em 2019 no seu retorno ao Vaticano após participação na Jornada Mundial da Juventude, em que disse “Você precisa de uma educação sexual objetiva, sem colonização ideológica. Se você começar a dar educação sexual repleta de colonização ideológica, você destrói a pessoa.” (197 FSP, matéria, 28/01/2019). Reforçando sua fala de 2016 de que “a teoria de gênero é um ‘grande inimigo’ do casamento tradicional e da família, uma ‘guerra global’ que teria como meta, ‘não com armas, mas com

⁴⁹ Disponível em <https://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/a-proposito-da-ideologia-do-genero/>.

ideias’, propagar a ‘colonização ideológica’” (197 FSP). Para ele esta teoria é “uma tática aplicada por países do Primeiro Mundo para oprimir outras nações” (197 FSP).

6.1.2 O viés religioso-cristão da IdG

O viés religioso-cristão da IdG está presente nos discursos de fundamentalismo religioso e conservadorismo de defesa da vida, da família e das crianças, reforçando os papéis de gênero heteronormativos e monogâmicos defendendo que Deus criou a natureza humana (homens e mulheres de forma complementar) e que a heterossexualidade é condição natural de todos os seres humanos. Outro ponto de destaque é que muitos dos argumentos que mobilizam a centralidade da religião na sociedade e o pânico moral tem por base a filosofia do tradicionalismo.

Como ilustração, a palavra família aparece 62 vezes nos textos do Expresso e 476 na Folha de S.Paulo. No jornal português, o texto de Henrique Monteiro, jornalista e ex-diretor do jornal, intitulado *A ideologia do género... estúpido* (3 EX) de 23/08/2017 tem 10 citações à palavra família. Nele, o autor usa da ironia para criticar a teoria e o conceito de gênero, além de justificar a heteronormatividade como “construções sociais naturais”.

A família é outro dado. Asseguram-me as altas inteligências que a ideologia de género não quer acabar com elas. Quer que elas sejam tantas quantas as possibilidades. Infinitas famílias, meus irmãos, sendo que a família, tal como o Natal, é o que e quando um homem (perdão: um ser, ou uma pessoa) quiser. Naturalmente, até o estúpido o reconhece, há um cruzamento entre o sexo biológico e as opções ou tendências sexuais de cada um que nem sempre são coincidentes (e são algo do foro íntimo que não deve ser legislado, salvo no que respeita ao princípio da não discriminação). Coisa diferente é querer impor uma ideologia que defende que cada ser do género humano, que nasce biologicamente homem ou mulher, possa definir-se sem interferência dos modelos tradicionais. Esses modelos, ainda que sejam construções sociais, são construções sociais naturais - e não impostas por escolas, famílias ou instituições, mas pela evolução de milhares, senão milhões de anos. A cabeça das luminárias parece pretender que o mundo começou há 10 anos. (3 EX, blog, 23/08/2017).

A força desse discurso com viés religioso-cristão está presente, entre outros pontos, na sacralização da família monogâmica heteronormativa, extrapolando as fronteiras religiosas e sendo identificado em uma parcela do movimento LGBTQ+ que se organiza na defesa do casamento homoafetivo (MACHADO, 2017). Como mostra o texto de Henrique Raposo, ao debater a questão da natalidade em Portugal na postagem de blog de 07/09/2017, *Fazer filhos ou morrer como país* (5 EX). Para o autor, que também utiliza de ironia, a “família, os filhos, a natalidade estão longe de estar no centro da agenda. Fala-se muito de filhos mas apenas no

ângulo da ideologia fraturante. Parece que é chique falar de filhos através da lente da ideologia de gênero, adoção gay, barrigas de aluguer” (5 EX). O tom de crítica se relaciona à argumentação de privilégio ao afirmar que “Parece que já não é muito sofisticado pedir uma verdadeira política de natalidade para a maioria da população. Parece que é até muito reacionário, católico, ultramontano, desrespeitador das mulheres, salazarista, fascista, patriarcal” (5 EX). Ele finaliza dizendo que “vamos morrendo. Mas, ora essa!, morremos chiques a valer nas boutiques ideológicas corretas” (5 EX).

Na Folha, o texto de opinião *Compromisso com a realidade* de 20/06/2015 (11 FSP), escrito por Felipe Aquino, professor de História da Igreja no Instituto de Teologia Bento 16 de Lorena, diz que a IdG “destrói a pessoa na sua identidade” e

destrói os fundamentos do direito natural. A diferença sexual é a origem da humanidade e a reprodução humana ocorre devido a essa diferenciação. A educação verdadeira exige uma imparcialidade ideológica. Neste caso, mais do que combater a discriminação, o que se pretende é “desconstruir” a família, o matrimônio e a maternidade e, desse modo, fomentar um estilo de vida que incentiva todas as formas de experimentação sexual desde a infância, acabando com o conceito de pai e mãe. Assim, os “controladores da população”, os ativistas dos direitos arbitrários, podem manipular a sociedade. Fala-se tanto em sustentabilidade e respeito à natureza, mas, e o respeito à natureza humana? (11 FSP, opinião, 20/06/2015).

Em entrevista ao jornal, o então presidente da FPE, o deputado-pastor Hidekazu Takayama (PSC-PR), mostra que sua prioridade é a família, com 29 citações a ela em uma hora de entrevista.

E não qualquer uma: aquela com homem e mulher, até porque onde já se viu “Adão casado com Evo, ou Eva com Ada”, diz. “Se a Bíblia tivesse [esses casais], só teria os primeiros capítulos. Somos coerentes com as leis naturais”. O tema está aberto a discussões, vide os confrontos constantes com alas à esquerda no Congresso – em 2015, a deputada Érika Kokay (PT-DF) criticou o Estatuto da Família, que só reconhece a união entre sexos opostos, de “institucionalizar o preconceito”, Takayama afirmou que “homem com homem não gera”, e ela rebateu: “Não gera, mas cria”. “Por que defendemos o Estatuto da Família com unhas e dentes? Ninguém é dono da verdade, mas entendemos que, se você tivesse dois pais, não estaria aqui, estaria? ‘Ah, mas [gays] podem adotar.’ Ok, mas já se torna uma coisa não natural” (49 FSP, matéria, 17/04/2017).

Para além da influência das instituições religiosas e seus representantes, muitos dos argumentos mobilizados nesse viés têm por base a “filosofia obscura chamada tradicionalismo” (351 FSP). Na matéria que fala sobre o livro *War for Eternity - Inside Bannon's Far-Right Circle of Global Power Brokers* de Ben Teitelbaum, o destaque é para como ela “tem grande reflexo sobre a política externa” (351 FSP), unindo pessoas como

Olavo de Carvalho (‘guru bolsonarista’), Steve Bannon (estrategista americano), Alexandr Dugin (conselheiro de Vladimir Putin), Jobbik (partido de direita radical da Hungria) e outras expressões na Polônia e na Romênia que estão “acordando para a base espiritual da civilização” (351 FSP).

Esta corrente, associada ao conservadorismo, é a favor de hierarquias e acredita que as sociedades devem buscar “religiões não corrompidas” e “voltar a um tempo anterior à modernidade” em que “a religiosidade, a espiritualidade, deveria estar no centro da sociedade, em vez da democracia secular, da liberdade de expressão, da igualdade econômica” (351 FSP).

O autor do livro pontua que Olavo “é um dos principais tradicionalistas globais”, e que pela primeira vez, ele e outros

chegam tão perto do poder; apesar de não terem cargos formais, têm grande influência (...) Dois dos principais pensadores tradicionalistas são o francês René Guénon (1886–1951), autor de “A Crise do Mundo Moderno”, e o italiano Julius Evola (1898-1974), que escreveu “Revolta Contra o Mundo Moderno”. Para Guénon, o Renascimento foi um início da era das trevas, a ciência e a racionalidade são ilusões, e é preciso que a humanidade volte às verdades absolutas das religiões. (...) Evola colaborou com o ditador fascista italiano Benito Mussolini e também tentou influenciar os nazistas. Ele incorporava ao tradicionalismo a questão da raça e afirmava que os arianos eram superiores a semitas, africanos e todos os não arianos, assim como a masculinidade estava acima da feminilidade, e o norte, acima do sul global. (...) “Alguns tradicionalistas são alinhados ao fascismo, outros rejeitam essa parte das ideias de René Guénon e Evola, mas de várias maneiras a extrema direita se associou a Evola” (...) [“Ernesto Araújo é mais tradicionalista] que Olavo” e “discute as obras de Guénon e Evola fluentemente” (...) [ele] cita Evola no texto “Trump e o Ocidente”, que ele escreveu em 2017 e foi um dos motivos pelo qual foi escolhido chanceler do governo Bolsonaro. (...) no mais recente post em seu blog Metapolítica, Ernesto bebe em muitas das ideias do tradicionalismo (...) ao criticar o projeto globalista, a Organização Mundial da Saúde, a ideologia de gênero e o imigração. “Para os tradicionalistas, a era das trevas em que vivemos é o globalismo, em que a hierarquia é destruída e não há fronteiras nem limites – e a tradução máxima disso são as instituições que desafiam fronteiras, como ONU, União Europeia, OMS.” (351 FSP, matéria, 30/04/2020).

É importante destacar como o viés-religioso e o tradicionalismo também são base de grande parte dos argumentos associados aos discursos que mobilizam o pânico moral que será tratado na próxima seção.

6.1.3 Mobilização do pânico moral

A mobilização do pânico moral é identificada nos discursos que elegem como ‘inimigos’ as pessoas pesquisadoras, teóricas, feministas, LGBTQ+ e outras que apoiam estas

pautas ao denominar os estudos de GDS como ‘interesses ocultos’ e algo perigoso para: a nação, a natureza, as famílias e as crianças. Através do pânico moral são criados e alimentados vários ‘monstros’ e ‘fantasmas’, como: ditadura gay, incesto, zoofilia, pedofilia, comunismo, marxismo cultural, feminismo e outros tratados como representantes do ‘mal’ no sentido cristão. Estes discursos de medo e terror escancaram o objetivo reacionário de manutenção da heteronormatividade e da perspectiva cristã na sociedade e ocultam as ações políticas engendradas com estes fins.

O pânico moral também é utilizado para justificar o ódio e a violência contra expressões fora da heteronormatividade e propostas democratizantes e progressistas. O argumento é de que as pessoas que combatem a IdG fazem a defesa contra os ‘inimigos políticos’ da nação e do cristianismo que atentam contra a religião, os valores morais, a família e o povo ao ser contra a globalização, a colonização nos países do Sul Global, a imigração na Europa, entre outras pautas. Nesse sentido, são autorizados discursos machistas, sexistas, LGBTfóbicos, racistas, xenofóbicos e outras expressões discriminatórias, pois são em ‘defesa’ da sociedade e das pessoas.

Entre as expressões comuns associadas a este discurso estão o verbo destruir e suas variações que aparecem 14 vezes no Expresso e 68 na Folha. Elas geralmente associam a IdG a destruição: da família⁵⁰, da família tradicional⁵¹, da família cristã (156 FSP), dos valores da família (310 FSP), da cultura judaico-cristã (375 FSP), de lares (387 FSP), da natureza⁵², da heteronormatividade (8 EX), de todo o nosso modo de vida (42 EX), da nossa base de valores civilizacionais (63 EX), de valores (171 FSP), os fundamentos do direito natural (11 FSP), da pessoa (197 FSP) na sua identidade (11 FSP), da identidade natural do ser humano (209 FSP), a identidade sexual das crianças (14 FSP), da vida das crianças (193 FSP), da inocência de nossas crianças (305 FSP, 306 FSP), de destruição da cultura para imposição da engenharia social marxista (22 FSP), das bases da sociedade (22 FSP), da civilização ocidental por dentro (188 FSP), da moral do povo brasileiro (22 FSP), de ensinamentos bíblicos e contesta fatos científicos (68 FSP).

A retórica da IdG tem por costume classificar os debates de GDS como ‘planos obscuros’ da ‘Esquerda’, das feministas e das pessoas LGBT+ para mudar a sociedade

⁵⁰ Exemplos nas produções: 5 FSP, 19 FSP, 43 FSP, 51 FSP, 53 FSP, 54 FSP, 64 FSP, 79 FSP, 119 FSP, 179 FSP, 300 FSP, 366 FSP, 405 FSP.

⁵¹ Exemplos nas produções: 8 EX, 10 FSP, 120 FSP, 124 FSP, 127 FSP, 207 FSP, 217 FSP, 286 FSP, 370 FSP.

⁵² Exemplos nas produções: 120 FSP, 161 FSP, 370 FSP.

associando-os ao comunismo⁵³, socialismo⁵⁴, feminismo⁵⁵, globalismo⁵⁶, marxismo cultural⁵⁷, etc. Como exemplificado na fala do deputado Leandro Genaro (PSB-MG) de que a “ideologia de gênero é uma praga que veio do marxismo, passa pelo feminismo e visa destruir a família tal qual nós a conhecemos” (13 FSP). Ou então no texto *Fantoches do globalismo* (46 FSP) de Durval Lourenço Pereira (tenente-coronel do Exército, mestre em operações militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro). Para ele, em diversos países “a estratégia globalista alcançou grandes êxitos: a eliminação de barreiras alfandegárias, a supremacia no meio educacional, a desconstrução da família, a liberação do uso de drogas, o avanço do feminismo, do racismo e da ideologia de gênero, além do enfraquecimento do nacionalismo e da religião cristã” (46 FSP).

Como bem pontua Sônia Correa (64 FSP):

A moldura semântica “ideologia de gênero” é um significante vazio e adaptável. Cabem nela o direito ao aborto, as homossexualidades, os corpos trans, as famílias diversas, educação em gênero e sexualidade, transmissão do HIV, trabalho sexual, uma cesta básica que pode ser facilmente ajustada às condições de cada contexto. Seus discursos constroem analogias insólitas entre feminismo, teoria queer e comunismo, uma estratégia que tem ecos em contextos onde esse espectro continua ativo, como no Brasil. Sobretudo, mobilizam lógicas e imaginários simplistas, esquemáticos e constituem inimigos voláteis – aqui as feministas, ali os gays, acolá, os artistas, mais adiante os acadêmicos, alhures os corpos trans – alimentando pânico morais que distraem as sociedades de problemas estruturais que deveriam estar sendo debatidos, como as crescentes desigualdades de gênero, mas também de classe, raça e etnia. Embora usem argumentos teológicos, as campanhas anti-gênero falam a língua do Animal Planet. Seus porta-vozes estão, de fato, aderindo a Darwin quando dizem que autonomia reprodutiva, as muitas formas de família e a plasticidade sexual não se opõe apenas à lei divina mas vão contra as leis da natureza. (...) cabe perguntar, contudo, se essa ordem natural que buscam proteger não é, de fato, frágil. Tão frágil que se faz necessário um brutal investimento para preservá-la. (64 FSP, blog, 05/11/2017, grifo no original).

Nessa ideia de ‘planos obscuros’ também é comum associar expressões da IdG como planos ‘globalistas’ financiados, incentivados ou mobilizados por instituições internacionais

⁵³ Exemplos nas produções: 55 EX, 95 FSP, 96 FSP, 115 FSP, 118 FSP, 129 FSP, 158 FSP, 227 FSP, 250 FSP, 281 FSP, 322 FSP, 325 FSP, 329 FSP, 332 FSP, 346 FSP, 368 FSP, 397 FSP.

⁵⁴ Exemplos nas produções: 12 EX, 165 FSP, 167 FSP, 170 FSP, 180 FSP, 204 FSP, 296 FSP, 304 FSP, 306 FSP, 322 FSP, 325 FSP, 344 FSP, 361 FSP.

⁵⁵ Exemplos nas produções: 22 EX, 2 FSP, 4 FSP, 13 FSP, 46 FSP, 64 FSP, 68 FSP, 70 FSP, 73 FSP, 80 FSP, 104 FSP, 117 FSP, 118 FSP, 121 FSP, 124 FSP, 155 FSP, 161 FSP, 185 FSP, 193 FSP, 204 FSP, 212 FSP, 226 FSP, 228 FSP, 248 FSP, 286 FSP, 321 FSP, 325 FSP, 366 FSP, 370 FSP, 375 FSP, 403 FSP.

⁵⁶ Exemplos nas produções: 46 FSP, 117 FSP, 144 FSP, 151 FSP, 180 FSP, 182 FSP, 185 FSP, 186 FSP, 188 FSP, 204 FSP, 246 FSP, 251 FSP, 259 FSP, 304 FSP, 305 FSP, 322 FSP, 329 FSP, 344 FSP, 346 FSP, 351 FSP, 375 FSP, 379 FSP, 381 FSP, 386 FSP.

⁵⁷ Exemplos nas produções: 36 EX, 53 EX, 58 EX, 60 EX, 62 EX, 63 EX, 120 FSP, 143 FSP, 151 FSP, 162 FSP, 170 FSP, 171 FSP, 177 FSP, 179 FSP, 180 FSP, 181 FSP, 183 FSP, 185 FSP, 186 FSP, 188 FSP, 199 FSP, 202 FSP, 210 FSP, 213 FSP, 232 FSP, 307 FSP, 317 FSP, 390 FSP.

como a ONU⁵⁸ ou ainda pessoas que financiam projetos que apoiam ações democratizantes e progressistas, como George Soros⁵⁹.

No Expresso uma das matérias cita o caso da ratificação da Convenção de Istambul na Polônia: “o atual ministro da Justiça a definiu como uma ‘invenção, uma criação feminista destinada a justificar a ideologia gay’” (55 EX). A Folha apresenta a menção em plenário do então deputado brasileiro Onyx Lorenzoni (DEM-RS), de “uma mobilização internacional que passava pela ONU para promover a ‘ideologia de gênero’ tendo em vista o controle populacional. ‘Não há separação entre ideologia de gênero, agenda LGBT, feministas e pedófilos’” (138 FSP). Na matéria *Discursos na ONU mostram sintonia total entre Trump e Bolsonaro* (305 FSP) este ponto também tem destaque ao apontar que a narrativa deles de combate ao globalismo e fortalecimento do nacionalismo

é a mesma disseminada pelos populistas de direita (...). Abaixo organizações transacionais, como a própria ONU, que querem violar a soberania dos países para impor aos governos nacionais sua agenda de defesa das minorias e o que consideram bobagens de esquerda politicamente corretas. (...) Enquanto o resto do planeta concentra seus esforços em medidas (globalistas) para lidar com as mudanças climáticas, a grande bandeira abraçada por Trump e Bolsonaro é o combate à perseguição religiosa, principalmente a de cristãos. A pregação é música para os evangélicos, eleitorado importante para os dois líderes, e alívio para a indústria de combustíveis fósseis e seus acólitos céticos do aquecimento global. “O Brasil condena, energicamente, todos esses atos e está pronto para colaborar, com outros países, para a proteção daqueles que se veem oprimidos por causa de sua fé. (...)”, disse Bolsonaro. Trump vai na mesma linha. (...) “Sabemos que muitos projetos da ONU tentaram garantir direito a aborto financiado com dinheiro do contribuinte. Burocratas globais não têm nada que atacar a soberania de nações que querem proteger vidas inocentes. Como muitas outras nações aqui, nós, na América, acreditamos que todas as crianças, nascidas e por nascer, são um presente sagrado de Deus.” (...) os dois demonizam o socialismo e usam a Venezuela como exemplo do fracasso desse modelo. (...) Os inimigos diferem, mas o tom é o mesmo. Trump classifica o Irã como “maior estado patrocinador de terrorismo”, critica as práticas comerciais da China e ataca “ativistas radicais e ONGs que promovem tráfico de pessoas”, em uma ofensiva aos que defendem imigrantes. Bolsonaro afirma que os médicos cubanos são agentes infiltrados de Cuba, que o Foro de São Paulo é uma “organização criminoso” criada para difundir o socialismo e que pessoas “apoiadas em ONGs” querem manter os “índios como verdadeiros homens das cavernas”. No Twitter, o deputado Eduardo Bolsonaro afirmou: “Aos que perguntam se Jair Bolsonaro e Donald Trump combinaram o discurso, pois deram recados semelhantes: isto foi apenas a síntese de ser conservador e falar a verdade sem se preocupar com o politicamente correto”. Mas, apesar de todas as semelhanças, Trump não vai tão longe. Bolsonaro insiste em atacar um de seus espantalhos favoritos: a dita “ideologia de gênero”. “Tentam ainda destruir a inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo sua identidade mais básica e elementar, a biológica.” (305 FSP, matéria, 24/09/2019).

⁵⁸ Exemplos nas produções: 46 FSP, 138 FSP, 148 FSP, 171 FSP, 271 FSP, 304 FSP, 305 FSP, 306 FSP, 351 FSP, 366 FSP.

⁵⁹ Exemplos nas produções: 85 FSP, 104 FSP, 158 FSP, 188 FSP, 224 FSP, 242 FSP, 366 FSP, 375 FSP, 381 FSP, 398 FSP.

Outra forma de tentar ampliar o alcance da retórica e justificá-la na sociedade é através da secularização do discurso religioso, que apresento na próxima seção.

6.1.4 Secularização do discurso religioso

A tentativa de secularização do discurso religioso é percebida na contraposição à cidadania sexual com argumentos científicos e dados estatísticos distorcidos, falsificados ou interpretados seletivamente. O maior exemplo desta característica está na defesa da ‘cura gay’ com argumentos da psicologia (MACHADO, 2017; NATIVIDADE, 2006).

No jornal português, a expressão ‘cura gay’ não foi encontrada, sendo identificado apenas uma citação a “terapias de conversão”. Ela está na citação dos psicólogos que se retiraram do debate sobre o tema “como se fossem vítimas e alegam que não têm de se sujeitar” (13 EX) à IdG. No jornal brasileiro há sete citações à ‘cura gay’. Uma delas está associada à autodenominada psicóloga cristã, Marisa Lobo, “que ficou conhecida por ter sido acusada de promover ‘cura gay’ em seu consultório (...) [e] a ‘sexualidade debaixo da graça”” (26 FSP). Em outra matéria sobre ela, é citado sua candidatura pelo PSC, seu apoio à força-tarefa da Lava Jato na qual o coordenador é da mesma igreja que ela, e sua relação com o pastor e deputado Marco Feliciano (PSC-SP), seu “mentor” que a considera ““amiga de longa data” – os dois se unem na aversão ao ensino da ideologia de gênero nas escolas, entre outros dissabores que Lobo associa a uma agenda da esquerda” (55 FSP).

Outro argumento ‘científico’ utilizado com frequência é o biológico, muitas vezes relacionado e utilizado como justificativa para a ‘cura gay’. Exemplo do bispo evangélico e ex-deputado federal (PP-DF), Robson Rodovalho, que defende em uma produção da Folha (*O dono do armário*), “a plenitude do exercício profissional dos psicólogos e o acolhimento também àquele que busca suporte terapêutico para viver conforme sua vontade, em harmonia com suas características físicas sexuais de nascimento” (56 FSP). No texto de opinião ele comemora a decisão da Justiça que reconhece “esse tipo de atendimento” acabando com a ‘imposição ditatorial’ do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que utiliza

o argumento de que homossexualidade não é doença; portanto, não caberia tratamento voltado àqueles que, a despeito de “n” razões, querem seguir como heterossexuais. É sabido que nós, cristãos evangélicos, temos entre nossos valores mais preciosos o entendimento de que a vida foi concebida por Deus para a convivência entre homens e mulheres, assim nascidos do ponto de vista biológico. Da mesma forma, está clara para nós, e para a sociedade de uma maneira geral, a força da militância LGBT, que em regra ganha o suporte de líderes e formadores de opinião, com atuação agressiva e eficiente nas redes sociais, que se dizem

defensoras das liberdades individuais, quaisquer que sejam. (...) Para nós, cristãos, é sagrado o direito de alguém receber ajuda – ou tratamento, como se queira chamar – diante de qualquer desvio de comportamento. Mais ainda quando se trata do desejo de restabelecer um comportamento que consideramos natural, que é o de seguir como o homem ou a mulher que ganhou a bênção da vida. Não cabe, na ordem natural do universo e da vida, entender o sexo como opção conceitual, criação de cada um, como prega a ideologia de gênero proposta por Judith Butler. Há exceções, claro, que precisam ser respeitadas e encaradas como tal. Mas não se pode fazer da exceção a regra, o ciclo natural da vida. Numa sociedade democrática que se pretende plural, como a nossa, o equilíbrio dos direitos é fundamental. Ou só há direitos a quem decide sair do armário? Ora, se o sujeito não quer sair e precisa de ajuda profissional para isso, é fundamental respeitá-lo. O armário é dele. (56 FSP, opinião, 21/09/2017).

No Expresso, o argumento biológico é utilizado pela Associação dos Médicos Católicos Portugueses no pedido de veto da lei de identidade de gênero, ao defender que “a dispensa de um parecer médico reveste-se de ‘uma enorme gravidade em termos de saúde pública’” (7 EX). Para a instituição, a lei

“exclui a medicina, não tem qualquer base científica, já que não se apoia em qualquer diagnóstico médico de disforia de gênero, e dispensa o tratamento médico necessário para estes casos” (...) Os médicos católicos sustentam que a lei não se baseia em “novas descobertas científicas, nem tão-pouco foi pedida pelos médicos portugueses”, sendo suportada por uma “ideologia de gênero”, que é “uma construção cultural, um produto da cultura e do pensamento humano, sendo totalmente desvinculada da biologia”. (...) “a ciência, e a medicina em particular, não aceita a supremacia absoluta da dimensão psicológica/sociocultural sobre a identidade sexual”. Para os médicos, (...) [não é] ético “provocar desordens psicopatológicas artificiais, através da difusão de uma ideologia radical destinada a criar um ‘homem novo’” (7 EX, matéria, 16/04/2018).

Com frequência, o argumento biológico mobilizado afirma que “A genética mostra, pelos cromossomos que definem a sexualidade, que só há dois tipos de sexo: XX (mulher) e XY (homem)” (11 FSP). Como explica Contardo Calligaris (psicanalista, escritor e colunista da Folha), usando “alguns fenômenos biológicos ligados à sexualidade, uma vez que a diferenciação sexual é fenômeno de altíssima complexidade em que estão envolvidos fatores hormonais, genéticos e celulares” (297 FSP)⁶⁰, é que

Até a quinta semana de gestação, o embrião é assexuado. Só a partir da sexta semana

⁶⁰ “Mal começamos a entender a diversidade sexual humana, vozes medievais emergiram das catacumbas para inventar a tal “ideologia de gênero”. (...) Embora disfarcem, o que esses moralistas de botequim defendem é a repressão do comportamento homossexual que, sei lá por que tormentos psicológicos, lhes causa tamanho horror. (...) Nos dias assustadores em que vivemos, em que os boçais se orgulham das idiotices que vomitam com ares de sabedoria, vários demagogos se apropriaram do preconceito social, para criar a tal “ideologia de gênero”, com o pretexto de defender a integridade da família brasileira. Partem do princípio de que assim ganharão mais votos, uma vez que os iletrados são maioria num país de baixa escolaridade, infelizmente. Mandar recolher livros e disputar a primazia do combate a essa ideologia cretina e sem sentido é apenas uma demonstração de arrogância preconceituosa tão a gosto dos pobres de espírito.” (297 FSP).

é que as gônadas começam a se diferenciar. Se houver desenvolvimento de ovários, eles secretarão predominantemente estrogênios; se forem testículos, a produção predominante será de testosterona. Digo predominante, porque pelo resto da vida homens também produzirão estrogênios; e mulheres, testosterona, embora em pequenas quantidades. Variações nesse delicado equilíbrio hormonal modificam os caracteres sexuais secundários, a anatomia dos genitais e o comportamento sexual. (...) o conceito de que o sexo seria definido pela presença ou ausência do cromossomo Y é uma simplificação. Muitas vezes, os cromossomos sexuais não se distribuem igualmente entre as células do embrião. Da desigualdade, resultam homens com células XX em alguns órgãos e mulheres com cromossomos XY. (...) Quando a genética é levada em conta, as fronteiras sexuais ficam ainda mais nebulosas. Há dezenas de genes envolvidos na anatomia e na fisiologia sexual. A multiplicidade de interações entre os dominantes e os recessivos torna mais complexa a diversidade sexual existente entre homens, bem como entre mulheres, e faz surgir áreas de intersecção que tornam problemático para algumas pessoas definir sua sexualidade dentro dos limites impostos pela ordem social. (...) Esses conhecimentos passam ao largo de grande parte da população. Para muitos, a homossexualidade é uma opção de gente sem vergonha. Repetem esse absurdo porque são ignorantes, sem a menor noção das raízes biológicas e comportamentais da sexualidade. O argumento mais elaborado que conseguem usar como justificativa é o de que a homossexualidade não é fenômeno natural. Outra estupidez: relações homossexuais têm sido documentadas pelos etologistas em todas as espécies de mamíferos (297 FSP, coluna, 15/09/2019).

Calligaris ainda complementa em outra coluna, que *Os fantasistas de gênero* (149 FSP), “parecem confundir diferenças com fantasias lúbricas”. Para os “ideólogos dos dois gêneros”, “a existência de intersexos e transgêneros é negada (...) [pois] constituem uma ameaça para os costumes” (149 FSP). Esta

crença, contrária à evidência empírica e científica, de que, nos humanos, haveria só dois gêneros bem distintos (...) [é um] pretexto para silenciar a complexidade da questão do gênero nos humanos (...) Em geral, os que defendem a ideologia de que há só dois gêneros afirmam que nada psicológico ou cultural importa na constituição da identidade de gênero: a “natureza” se encarrega de tudo. Tem pinto? À esquerda. Não tem? À direita. Claro, essa crença ou fantasia esbarra em vários problemas, pois a natureza distribui cartas bem mais incertas. O que acontece se tenho pinto, mas ovários em vez de testículos — vamos cortar fora os ovários ou o pinto? E o que acontece se tenho ovários, vagina e tudo, mas olho para meu corpo com desgosto, quero arrancar meus seios, tomar hormônios e ver crescer barba e pelos? Vamos fazer o quê? Internar? Exterminar à la Hitler? (...) A pedagogia do silêncio sugere: não digam às crianças que existem transgêneros, intergêneros etc., porque elas vão se extraviar. Francamente, as crianças não são burras a ponto de se engajarem sem necessidade num caminho no qual constatam, pelo bullying de cada recreio, que é árduo e sofrido. (...) Numa contradição bizarra, rodas de botequim e pastores dizem que a identidade de gênero vem da natureza, mas querem banir o tema das escolas porque acreditam que a identidade de gênero possa ser formada e transformada pela experiência em sala de aula. Então, ela vem da natureza ou não? (149 FSP, coluna, 29/11/2018).

Uma réplica do deputado federal Rogério Marinho (PSDB-RN) a outro texto de Calligaris (2016) representa outra característica da secularização do discurso cristão, a citação de teóricas(os) para basear seu combate à IdG. Esta fala também destaca características do

pânico moral, ao reforçar a disputa entre nós (representantes do ‘bem’) e eles (representantes do ‘mal’), “em que os falantes de um grupo tenderão, regra geral, a apresentar-se, ou ao seu próprio grupo, em termos positivos, e outros grupos em termos negativos” (VAN DIJK, 2017, p. 122).

Cada vez mais ideologias são vendidas como teorias científicas. Ideologia de gênero é uma pseudoteoria que diz que ninguém nasce mulher ou homem, pois a sexualidade é uma construção social independente do sexo biológico. Calligaris ignora a imensa literatura a respeito ao afirmar que não existe uma ideologia de gênero. Recomendo a leitura do livro "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", de Engels, além dele, dos autores Marx, Beauvoir, Kate Millett, Shulamith Firestone. A intenção marxista por trás das teorias de gênero são explicitadas sem pudor pelas teóricas do feminismo radical desde Simone de Beauvoir. Abolir a própria ideia de feminino e masculino e subverter os comportamentos sexuais, transformando-os em armas contra a família dita tradicional, burguesa e opressora. São meras ideologias exóticas, parciais e preocupadas com revolução e mudanças profundas de comportamento. A classe dos otários não é a que Calligaris apregoa. Em verdade, é formada pelo povo trabalhador, cristão, responsável e defensor das suas convicções, como honestidade, paz e progresso, que vê as suas conquistas e seu dinheiro serem dilapidados por um governo corrupto, uma verdadeira quadrilha, que se preocupa meramente com seu projeto de perpetuação no poder. Um projeto de poder que quer destruir as bases da sociedade, ignorando a formação moral do Brasil, é promovido por aqueles que defendem criminosos, o assassinato por meio do aborto, o assistencialismo viciante, a liberação das drogas, a promoção de ideologias na escola, entre outras pérolas malignas. A maioria das pautas ditas libertárias e progressistas nada mais são do que um modo disfarçado de promover a velha agenda comuno-fascista utilizando-se de pseudointelectuais que sequer têm a coragem de se apresentar como o que são: instrumentos de um partido que busca hegemonia cultural, política, econômica, aparelhamento, adoração do ídolo, o ateísmo irresponsável e a destruição moral do povo brasileiro. (22 FSP, opinião, 16/04/2016).

O uso de ameaças à ‘ordem natural’, às famílias e outros riscos associados aos debates de GDS, comumente são associados a ações performativas que espetacularizam estes discursos, como mostra a seção seguinte.

6.1.5 Espetacularização dos discursos

A IdG está associada à espetacularização dos discursos, midiaticização e visibilização das disputas políticas favoráveis e contrárias às questões de GDS. Principalmente pós anos 2010 em que os embates políticos envolvendo a retórica ganham evidência e publicização na mídia. Entre as ações contrárias à IdG está a divulgação de cartas por entidades, como as já citadas referentes a encontros da Igreja Católica⁶¹ ou manifestações da CNBB⁶². Os

⁶¹ Exemplos nas produções: 1 EX, 25 EX, 8 FSP, 64 FSP, 119 FSP.

⁶² Exemplos nas produções: 2 FSP, 9 FSP, 13 FSP, 255 FSP.

movimentos contrários aos debates das questões de GDS na educação também usam esta ferramenta, exemplo do *Deixem as Crianças em Paz* em Portugal (MARIANO, 2020) e do ESP no Brasil que incentiva ainda a afixação de cartazes com os “deveres dos professores”, entre eles o de não abordar as temáticas em sala de aula⁶³. Outras ações identificadas entre os movimentos antigênero são: a colagem de cartazes em escolas⁶⁴, o uso em manifestações de cartazes com frases de efeito, cruzeiros e carros de som⁶⁵, além de pessoas orando para afastar este ‘mal’ (RODRIGUES, 2015a, 2015b).

Nos dois países é identificado o uso recorrente de redes sociais para expressar as guerras verbais contra as questões de GDS. As postagens de pessoas, políticos ou representantes ligados a denominações religiosas acontecem nos perfis, *blogs* e outros espaços digitais pessoais ou institucionais e são reproduzidas ou ganham visibilidade na mídia secular. O exemplo no Expresso está na entrevista *Estão a atacar os valores da família*, que diz que o deputado Bruno Vitorino “social-democrata saltou esta semana para o centro da polémica ao referir-se, num post no Facebook, a uma ação de formação dada numa escola por uma associação LGBTI como ‘porcaria’” (17 EX). Ele classifica a ação como “uma coisa que eu queria que não existisse em Portugal, a ideologia de género” (17 EX). Já no Brasil, destaca-se como característica distinta o uso de *sites*, programas de rádio e TV cristãos propagados por celebridades religiosas conservadoras (CUNHA, 2014), como os de Silas Malafaia da Assembleia de Deus Vitória em Cristo (STORTO; ZANARDI, 2019), do Padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior da Arquidiocese de Cuiabá e outros (QUEIROZ, 2021; TEIXEIRA, 2019).

Entretanto, o caso mais emblemático de exemplo da espetacularização, citado pelos dois jornais, é o da manifestação contra a palestra de Judith Butler no Brasil em 2017. A filósofa é referência nos debates “sobre a vida contemporânea, principalmente sobre os estudos de género, a luta feminista, a importância da ética e da igualdade e os desafios da democracia e do totalitarismo encapuçado” (6 EX). No dia de sua palestra sobre democracia, ela foi recebida com gritos de “queimem a bruxa” no “protesto na rua, com cartazes de ódio e uma boneca com a sua cara que foi queimada entre gritos de repúdio às suas ideias” (6 EX).

Na porta do local, o grupo contrário a Butler trazia “bíblias, terços e crucifixos em riste, (...) [e] vinha munido de frases como ‘Homem é homem, mulher é mulher, e aqui no Brasil você não faz o que quer!’, ‘Não à ideologia de género’, ‘Meus filhos, minhas regras’” (6 EX). Mas, mesmo tendo reunido mais de 300 mil assinaturas em uma petição on-line

⁶³ Exemplos nas produções: 29 FSP, 32 FSP, 81 FSP, 83 FSP, 120 FSP, 129 FSP, 132 FSP, 133 FSP, 141 FSP, 157 FSP, 199 FSP, 201 FSP, 287 FSP, 315 FSP.

⁶⁴ Como citado na seção 3.2.2 Contexto e resumo dos marcos em Portugal (PINTO, 2018).

⁶⁵ Exemplos nas produções: 6 EX, 34 FSP, 66 FSP, 104 FSP, 119 FSP, 141 FSP, 380 FSP, 384 FSP.

organizada pelo *CitizenGO* pedindo o cancelamento do evento e dizendo que ela “não é bem-vinda no Brasil”, nem sua “ideologia que mascara um objetivo político marxista. Seus livros querem nos fazer crer que a identidade é variável e fruto da cultura. A ciência e, acima de tudo, a realidade nos mostram o contrário” (66 FSP), o grupo tinha menos de cem pessoas, sendo menor que o grupo em defesa de Butler.

Este fato ganhou repercussão, sendo citado em estudos e relatórios da ONU (CORRÊA; KALIL, 2021, 2020; SMITH, 2019; CYFER, 2018) como um ato que deu visibilidade nacional e internacional à IdG.

o que está dentro da cesta “anti-gênero” são as experiências pessoais, grupais e sociais cada vez mais concebidas, percebidas e vividas como expressões da plasticidade e pluralidade humanas. Os discursos raivosos contra a visita de Butler mobilizam argumentos em defesa da natureza como estratégia para conter essas transformações. Atacam feminismos e a política sexual de modo mais amplo para preservar ou restaurar ordens políticas, culturais e sociais avessas à pluralidade, à deliberação democrática, à hospitalidade e aos horizontes de superação das desigualdades e da precariedade. (64 FSP, blog, 05/11/2017).

Ele também exemplifica o uso da retórica como instrumento político que passa a ser mobilizado de forma mais enfática nos processos eleitorais brasileiros de 2018 demonstrando a interferência de instituições religiosas. Isso ocorre através da organização da nova direita brasileira que agrega atores antigênero da onda bolsonarista e do núcleo católico e evangélico da política.

Nesse sentido, na próxima seção me dedico a explorar este fenômeno, destacando as diferenças entre a mobilização desse instrumento nos países e sua relação com instituições religiosas, com processos de desdemocratização e populismo, e sobre seu foco principal que tem sido a área da educação.

6.2 DIFERENÇAS ENTRE O USO DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” COMO INSTRUMENTO POLÍTICO NO BRASIL E EM PORTUGAL

Após apresentar a parte da hipótese referente às características padronizadas da IdG, neste tópico trabalho com a outra parte referente às implicações políticas e sociais da mobilização da retórica por pessoas e instituições contrárias às temáticas de GDS. Ela foi verificada parcialmente, pois, os dados analisados em conjunto com a teoria mostram que a IdG é utilizada como instrumento político no Brasil e em Portugal por pessoas e instituições religiosas, conservadoras e de direita para ganhar visibilidade política, estando associada a

processos de desdemocratização e populismo que contrapõe direitos das mulheres e pessoas LGBT+. Porém, como mostram as decisões políticas identificadas na AC, os efeitos políticos em cada país mostram diferenças significativas entre eles, principalmente relacionadas à educação. Nesse sentido, apresento apontamentos sobre as possíveis explicações para a diferença entre os países.

No processo de análise do discurso da IdG nas produções jornalísticas, assim como no levantamento dos discursos parlamentares e do *Google Trends*, fica evidente marcos históricos da mobilização da retórica. Isto revela que, por mais que a IdG tenha as mesmas estruturas (bases, características, referências passadas e a outros discursos que a constituem) nos países, eles surgem e se desenvolvem de forma diferente. Esta questão em particular, do período de surgimento nos jornais (quando, como e onde emergiu), diz muito sobre a diferença quantitativa de produções com a retórica em cada país, assim como sobre a sua ‘força’. Sobretudo quando os dados dos discursos parlamentares e das decisões políticas identificadas são agregados aos resultados.

A diferença temporal e quantitativa da IdG no Brasil e em Portugal pode estar relacionada à tese do retrocesso cultural apresentada por Ronald F. Inglehart e Pippa Norris (2016). Nesse sentido, a reação antigênero seria proporcional e historicamente localizada aos avanços progressistas e identitários que acontecem em períodos diferentes nos países. Isto está presente no surgimento de ações feministas e do movimento feminista que acontece antes no Brasil do que em Portugal (DRUMMOND, 2020). Assim como às representações de estudos de gênero, que no Brasil tem produções acadêmicas a partir da década de 1960 (PINTO, 2003), enquanto em Portugal acontecem a partir da década de 1980 (CERQUEIRA, 2012, 2019). Aqui é importante frisar a relação entre ativismo e academia, considerada importante como circular no sentido de que um se intersecciona com o outro, já que um pontua mudanças sociais necessárias enquanto o outro fornece bases teóricas que imprimem credibilidade aos movimentos feministas (SEIXAS, 2021).

6.2.1 Impacto de instituições religiosas nas democracias

O uso da retórica da IdG por pessoas e instituições religiosas evidencia o movimento de reconexão da religião com a política como reação à esfera pública polifônica, secular e laica. Este movimento é identificado tanto no Brasil quanto em Portugal, como mostram as citações nas produções dos casos de parlamentares que se autodenominam religiosos, dos partidos autoidentificados com denominações religiosas e das manifestações de instituições

religiosas nos debates políticos sobre políticas públicas, processos eleitorais, decisões jurídicas e outras.

Porém, aqui é preciso salientar que existem diferenças na intensidade e impacto da relação entre religião e política em cada país. Principalmente porque mesmo os dois países tendo mais de 80% de pessoas cristãs, o diferencial no Brasil está na representação de evangélicos como mostra o

agigantamento dessa fé na população brasileira (menos de 10% no começo dos anos 1990 para 30% hoje) (...) Professor de sociologia da USP especializado no segmento, Ricardo Mariano aponta o pressuposto “de que que os evangélicos levariam vantagem por serem conhecidos – incluindo aí as celebridades gospel e os televangelistas –, disporem de muitos recursos financeiros, de acesso facilitado a mídias eletrônicas”, fora que não são poucos os pastores capazes de “influenciar o voto de parte de seus adeptos”. (52 FSP, matéria, 17/08/2017).

Abaixo apresento alguns trechos das produções exemplificando os casos citados como comuns nos dois países destacando as diferenças entre eles.

Quanto aos parlamentares que se autodenominam religiosos, é comum encontrar citações em suas falas reproduzidas nas produções ou em entrevistas dadas aos jornais dizendo que pertencem a uma religião. Outra forma de declarar sua religião sem mencioná-la está exemplificada pelo vice-presidente do Chega, Pacheco de Amorim, “Convictamente liberal (...) assume-se também como profundamente católico e um defensor acérrimo do colonialismo” (60 EX) e na fala de Paulo Rangel, então cabeça de lista do PSD para as eleições europeias de 2019, que ao ser questionado sobre a postagem do Patriarcado de Lisboa “desvalorizou a polémica e disse responder apenas enquanto político e não de acordo com a sua ‘convicção religiosa’, já que é católico.” (30 EX). Sobre a mesma postagem, André Ventura (Chega) comenta sobre o apoio à sua coligação.

Pessoalmente, ainda mais por ter estado no seminário, é uma indicação importante. Diria, das mais importantes (...) Foi Deus que me pôs neste caminho [da política e das eleições], (...) estou muito contente por ter o apoio de todos os cristãos (...) [Para ele] “misturar religião e política” não é um problema, uma vez que, defende, “os católicos têm capacidade para distinguir as duas coisas”. (29 EX, matéria, 16/05/2019).

A grande diferença entre os países está na citação de parlamentares que ocupam cargos dentro de uma instituição religiosa. No Expresso não foi encontrada nenhuma citação, enquanto na Folha elas são recorrentes, assim como a citação da religião dos parlamentares. Exemplos: “o deputado-pastor Hidekazu Takayama (PSC-PR)” (49 FSP), “deputado Pastor

Cleiton Collins (PP)” (13 FSP), “pastor e deputado Marco Feliciano (PSC-SP)” (55 FSP).

Para vereadores evangélicos e católicos, a gestão do prefeito Sebastião Almeida (PT) quer implantar a ideologia de gênero nas escolas municipais (6 FSP, matéria, 29/05/2015).

“Sou crente antes de ser político e continuarei a ser crente depois de ser político”, afirmou o vereador Eduardo Tuma (PSDB-SP), criador da Frente Cristã da Defesa da Família, que irmana 17 dos 55 vereadores paulistanos. (63 FSP, matéria, 30/10/2017).

O projeto de lei nº 193, de autoria do senador Magno Malta (PR-ES), que é pastor evangélico, tramita no Senado com o objetivo de incluir nas diretrizes e bases da educação nacional o programa Escola Sem Partido. (28 FSP, matéria, 28/07/2016).

Um projeto de lei que coassina com colegas [deputados] evangélicos propõe sustar decreto sancionado por Dilma Rousseff, que “dispõe sobre o uso do nome social de pessoas travestis e transexuais” em órgãos federais (49 FSP, matéria, 17/04/2017).

Um exemplo representativo dessa autodenominação e da importância dada ao cargo religioso no Brasil está na entrevista de Marco Feliciano (21 FSP). É interessante observar também como a fala do deputado destaca que os “evangélicos” não são uma massa homogênea. Ele também argumenta sobre a constituição do seu gabinete que representa o seu reduto evangélico.

“Você vai falar com o pastor agora.” Quando o assessor passa o telefone ao deputado Marco Feliciano (PSC-SP), avisa que, além do político, está ali a liderança religiosa. E ela é parte importante das opiniões de Feliciano, membro da comissão de impeachment para quem Deus e as igrejas tiveram um papel na crítica ao governo. (...) Todavia, não é unanimidade. Temos dentro do movimento os evangélicos progressistas. É parecido com aquele grupo da Igreja Católica que ajudou a fundar o PT, a Teologia da Libertação. Eles são contra (o impeachment). Mas a grande maioria do movimento neopentecostal aderiu ao movimento. (...) Me acusaram de ter pastores dentro do meu gabinete, como se fosse crime. Meu reduto é evangélico. Quem pode ser meu assessor senão aqueles que são evangélicos? (21 FSP, entrevista, 13/04/2016).

No que se refere aos partidos autoidentificados com denominações religiosas, em Portugal há os partidos conservadores inspirados pela democracia cristã, o Partido Popular (CDS-PP), ex-Partido do Centro Democrático Social, que tem 106 citações nas produções do Expresso e o Partido Cidadania e Democracia-Cristã (PPV/CDC) com seis citações que afirma que “desde sua fundação se inspira ‘na doutrina social da Igreja’” (58 EX).

Outros partidos próximos a denominações religiosas, mas que não tem essa definição em sua descrição, optando pelo termo conservador, são o Chega, partido de extrema-direita, populista, conservador e nacionalista, com 81 citações; o PSD, partido de centro-direita com posições conservadoras em questões de costumes, com 59 citações; e o Nós Cidadãos, partido

de centro-direita, com 21 citações. Já no Brasil existem três partidos com base na democracia cristã, no conservadorismo social e na direita cristã: o Democracia Cristã (DC), o Partido Social Cristão (PSC) com 55 citações na Folha; e o Republicanos, antigo Partido Republicano Brasileiro (PRB) “sigla vinculada à Igreja Universal do Reino de Deus” (287 FSP), com 42 citações.

Um dado relevante encontrado nos resultados que merece destaque é que diferente de Portugal em que os partidos e pessoas filiadas foram classificadas em sua maioria como contrárias, no Brasil apenas as pessoas filiadas citadas sem cargo político seguiram este padrão. Já a maioria dos partidos citados foram enquadrados como favoráveis. Isto pode indicar que a pauta contrária às questões de GDS se trata de uma agenda de alguns personagens partidários e não necessariamente de uma posição da instituição.

Outro diferencial entre os países está na quantidade de agrupamentos religiosos dentro da política identificados no Brasil. Há os grupos parlamentares organizados informalmente, como a denominação da bancada evangélica (citada 65 vezes) ou bloco evangélico (citado quatro vezes). “O bloco evangélico, que em 1994 tinha 21 membros, quadruplicou para cerca de 85 (16,5%) dos 513 deputados atuais. (...) A meta é superar os 20% da Casa, diz o presidente da bancada evangélica, pastor Hidekazu Takayama (PSC-PR)”. (52 FSP).

Quanto às organizações formais dentro das estruturas políticas ou eleitorais. Em Portugal, a única citação que se enquadra é da Coligação Basta!, formada para as eleições europeias de 2019 pelos partidos Chega, PPV/CDC e pelo Partido Popular Monárquico (PPM). As 11 citações a esta coligação estão nas produções que falam da postagem da Federação Portuguesa pela Vida compartilhada pelo Patriarcado de Lisboa apoiando o voto no Basta, no Nós Cidadãos e no CDS para as eleições europeias por ‘defenderem a vida’ e se oporem à IdG.

No Brasil, as organizações formais e eleitorais religiosas são comuns. Os casos mais conhecidos são o das Frentes Parlamentares, como as citadas nas produções, a Evangélica⁶⁶, em Defesa da Liberdade Religiosa (385 FSP) e em Defesa da Vida e da Família (52 FSP, 72 FSP, 203 FSP). Estas frentes conservadoras e cristãs são inclusive citadas como exemplo de política por Cynthia Hotton, ex-deputada e então candidata ao mesmo cargo na Argentina em 2019.

⁶⁶ Exemplos nas produções: 123 FSP, 128 FSP, 150 FSP, 155 FSP, 282 FSP, 388 FSP, 402 FSP.

[Ela] quer ampliar bancada cristã e quer combate à ideologia de gênero. O sonho de Cynthia Hotton é ser a “Bolsonara argentina”, mas ela acha que a Argentina ainda não está pronta para uma revolução bolsonarista. Por isso, Hotton vai começar lançando uma frente de candidatos em defesa da família e dos valores cristãos para as eleições deste ano no país, que se realizam em outubro. “No Brasil, diferentemente da Argentina, há anos existe uma forte frente parlamentar de deputados e senadores conservadores e cristãos”, disse à Folha Hotton (...) “Então estamos construindo uma base forte cristã para, em poucos anos, termos o nosso Bolsonaro — quem sabe Bolsonara?” (231 FSP, matéria, 26/04/2019).

Assim como nos dados sobre a produção acadêmica no mundo sobre a IdG, que mostra a centralidade do Brasil na análise do fenômeno, aqui mais uma vez o país se destaca, mas como modelo de conservadorismo religioso na política.

Outra diferença de relevância entre os países se refere à ocupação de cargos nos governos e em instituições da federação por religiosos. No Expresso não foram encontradas menções a este movimento, diferente da Folha que o apresenta com frequência, principalmente relacionado ao governo Bolsonaro. Como exemplifica o texto de opinião *A espera das políticas sociais, culturais e ambientais* (162 FSP) de Maria Alice Setubal (doutora em psicologia da educação e presidente do conselho da Fundação Tide Setubal e do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas).

Essa postura se concretizou na busca de escolhas ministeriais independentemente de partidos, no desenho de uma ideologia liberal privatizante e iniciativas morais ultraconservadoras, expressas pela defesa da Escola sem Partido e pela oposição à ideologia de gênero e ao que denominam como marxismo cultural, definição que parece englobar tudo aquilo que se considera contrário aos princípios do grupo eleito, algo ainda um pouco nebuloso para o público em geral. (162 FSP, opinião, 26/12/2018).

As escolhas de Bolsonaro para a composição dos cargos de seu governo, assim como suas indicações para cargos do Judiciário tiveram por base a fé e o conservadorismo, pelo menos até 2020 de acordo com os dados analisados. Como ele mesmo disse após a decisão do STF pela criminalização da homofobia, falta “um ministro evangélico em sua composição. (...) em culto promovido pela frente evangélica na Câmara dos Deputados, ele disse que indicaria um magistrado ‘terrivelmente evangélico’ para o Supremo” (254 FSP), “‘o Estado é laico, mas somos cristãos’ e expressou o desejo de indicar para vaga no STF (...) um ministro ‘terrivelmente evangélico’.” (378 FSP). Isso se concretizou em sua segunda indicação ao órgão, no nome de André Mendonça, pastor na Igreja Presbiteriana Esperança, em Brasília (G1, 2021).

A ala ideológica do seu governo, formada pelo Itamaraty, MMFDH, MEC, tem destaque também nesse ponto, em especial nas falas da ministra Damares de que é

“terrivelmente cristã”⁶⁷. Ou então relacionadas aos vários ministros da Educação, como o pastor presbiteriano Milton Ribeiro (370 FSP, 378 FSP), e como mostra o discurso de posse de Ricardo Vélez Rodríguez contra a IdG, exaltando “a família, igreja e valores tradicionais e disse que a pasta vai ‘combater com denodo marxismo cultural’ na educação” (120 FSP, 171 FSP). Também é importante destacar a relação com o conservadorismo religioso propagado por Olavo de Carvalho com as figuras de Ernesto Araújo, ex-chanceler do Itamaraty (351 FSP) e dos ex-ministros da Educação, Vélez Rodríguez e Abraham Weintraub (378 FSP).

Por fim, é significativo ressaltar a participação de organizações não governamentais (ONG), representações da Igreja Católica e de igrejas evangélicas, e outros movimentos nos debates políticos sobre políticas públicas, processos eleitorais, decisões jurídicas e outras envolvendo as questões de GDS. Este ponto, de certa forma, concentra os apontamentos sobre o impacto de instituições religiosas nas democracias, e expõe seus efeitos que serão detalhados nas próximas duas seções sobre os processos de desdemocratização e o crescimento do populismo e da direita, além da educação como foco de atuação no combate à IdG.

Aqui destaco apenas algumas expressões de organizações locais e internacionais identificadas como mobilizadoras ou participantes em ações no Brasil e em Portugal contra a IdG. Em Portugal, temos como alguns representantes locais a Associação dos Médicos Católicos Portugueses (7 EX), a Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (59 EX) e o Patriarcado de Lisboa (25 a 33 EX). No Brasil, as representações locais são a Associação Escola Sem Partido (27 FSP), a Associação Nacional de Defesa e Apoio aos Pais na Educação dos Filhos (Andapef) que publicou materiais de ataque à BNCC por estimular a IdG (378 FSP), e o Ministério Público Pró-Sociedade, “associação assumidamente defensora de valores religiosos, morais e da família, pró-endurecimento penal e contrária a qualquer traço de ativismo progressista no Judiciário (...) [que tem] entre fundadores e apoiadores (...) todos membros da Procuradoria federal e das promotorias de diversos estados” (209 FSP).

A maior representante internacional nos dois países é a Igreja Católica e suas representações locais, assim como outras entidades que tem base católica e ultra-católica, como a *CitizenGo*. Esta é uma plataforma disponível no mundo todo em várias línguas, criada em 2013 como braço da *HazteOir*, associação espanhola de extrema-direita e de atuação global (KUHAR; PATERNOTTE, 2017). Como mostra o abaixo assinado feito por ela no Brasil contra a palestra de Butler (66 FSP). O artigo dos professores Rodrigo Coppe Caldeira

⁶⁷ Exemplos nas produções: 12 EX, 172 FSP, 173 FSP, 174 FSP, 254 FSP, 336 FSP

(PUC MG) e Rodrigo Toniol (Unicamp) destaca a “importância do catolicismo para ascensão do conservadorismo no Brasil” (376 FSP). Para eles a face evangélica do conservadorismo brasileiro esconde suas raízes no “catolicismo, traço tão fundamental da formação societária do Brasil e de um imaginário social que atravessa suas experiências históricas” (376 FSP). Os autores ainda falam que

Há anos estamos diante de um processo de alinhamento entre grupos católicos e grupos evangélicos, que têm conseguido articular suas reivindicações na lógica (...) [que] Vaggione tem chamado de cidadania religiosa. Como exemplo, basta lembrar da pauta relativa à chamada ideologia de gênero, um tema cuja mobilização inicial foi sobretudo católica. Com ela não se abandona o debate secular impondo a ele contornos religiosos, mas se assume uma espécie de secularismo estratégico, capaz de acomodar a defesa por uma ordem moral universal em termos de direito, o direito da maioria cristã. É assim que a vontade teológica da restauração ecoa na atitude política de reivindicação desse novo tipo de cidadania. (376 FSP, blog, 31/07/2020).

As produções da Folha inclusive citam situações de interferências causadas em debates políticos em outros países por líderes e entidades católicas, como nos casos na Colômbia referentes do voto “não” ao plebiscito da paz e a lei de adoção por casais homoafetivos aprovada pela Corte Constitucional que “revoltou líderes religiosos cristãos e evangélicos, que iniciaram intensa campanha para derrubar a medida” (44 FSP). O então presidente, Juan Manuel Santos, em entrevista “admitiu ter minimizado a importância que a visão religiosa da família tem para boa parte da sociedade colombiana” (44 FSP). Aqui uma característica importante dos impactos na democracia é percebida, pois a derrubada da medida também afetaria “a adoção por casais, indivíduos ou grupos familiares, que não sejam compostos pela tradicional formação ‘homem e mulher’” (44 FSP).

Por incrível que pareça, influenciou muito o voto pelo “não” no plebiscito da paz a interpretação que alguns líderes religiosos católicos e evangélicos fizeram do documento acordado entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, e o modo como transmitiram aos fiéis essa leitura. (34 FSP, blog, 13/10/2016).

Estas guerras culturais empreendidas por religiosos e conservadores de defesa da família, das crianças e da nação, ocupam cada vez mais lugar central na política e nos processos eleitorais dos países. Seus efeitos no mundo têm sido debatidos e documentados por vários estudos. Sendo assim, nas próximas seções destaco como as produções jornalísticas do Brasil e de Portugal os exemplificam ao citar decisões políticas antidemocratizantes, focadas principalmente na educação.

6.2.2 Desdemocratização e o crescimento do populismo e da direita

As análises feitas da retórica da IdG associam seu uso a processos de desdemocratização e ao crescimento de políticos, governos e outras expressões de direita e populistas na esfera política no mundo. Dessa forma, a retórica se torna um instrumento político que nega direitos para mulheres e LGBT+ que envolvam a família, a educação e a saúde. Isto representa um perigo e o sintoma de uma crise mais ampla das democracias fruto do retrocesso cultural e da insegurança econômica gerada pós crise mundial de 2008 que dão visibilidade a discursos conservadores (INGLEHART; NORRIS, 2016).

As figuras populistas qualificam a atuação de pessoas e movimentos, definindo quais são os conceitos ‘corretos’ de nação e de cidadania através de: perfis neomoralistas, forte apoio de denominações religiosas conservadoras nos processos eleitorais, posturas de enfraquecimento das instituições democráticas e avanços democratizadores. Os discursos reúnem frustrações políticas, sociais e econômicas atribuindo causas morais aos problemas da sociedade reverberando medos e ameaças sociais contra ‘minorias’ ao censurar, desqualificar ou demonizar adversários políticos e quem pensa diferente. Nesses processos, a perspectiva cristã articula uma relação causal religiosa entre os problemas sociais contemporâneos e os avanços progressistas (BLÁZQUEZ; CORNEJO; PICHARDO, 2018).

Os discursos dos atores e agentes conservadores, populistas e de direita também trazem de forma recorrente a bandeira de defesa da democracia, para justificar justamente suas ações antidemocráticas. Esta bandeira está geralmente associada à compreensão da democracia como ‘regra da maioria’ que no caso dos dois países tem a maioria da população cristã. Para as pessoas que combatem a IdG, a fé cristã da maioria da população garante legitimidade na defesa de uma ‘laicidade’ que os inclua, assim como as liberdades cristãs, para impor suas normas morais ao combater as questões de GDS (CAMARGO, 2021).

Declarando-se a favor do “gênero humano”, Malafaia afirmou que noções como essas [da IdG] são “uma das maiores engenharias do diabo para destruir a família”. O líder da carioca Assembleia de Deus Vitória em Cristo lembrou que evangélicos e católicos, somados, representam a maioria da população brasileira — 80%, segundo pesquisa Datafolha. Nada mais lógico que a vontade do bloco cristão deva ser soberana, disse. “Como maioria num Estado de direito, vamos nos fazer prevalecer e isso é inegociável. [...] Quem quiser fazer graça com o politicamente correto vai embora, segue aí o seu caminho. Não vamos entrar nesta furada de jeito nenhum.” (53 FSP, matéria, 17/08/2017).

Nos EUA, no Brasil e pela Europa fora crescem pelo voto os alegados (não) políticos, os que se dizem fora do sistema, os que fazem da desconfiança das instituições democráticas estreme para a edificação do populismo, do nacionalismo

e do fascismo. Com diferenças e contextos específicos, está lá a negação da diferença, a padronização comportamental, a ditadura da maioria em matéria de direitos fundamentais, a xenofobia, o racismo, a homofobia e a misoginia. (13 EX, blog, 12/01/2019).

Como exemplo dos diferentes impactos políticos estão os ataques: ao conceito de gênero enquanto construção social; aos direitos conquistados por mulheres e pessoas LGBTQ+; a desvalorização dos movimentos sociais e dos estudos de GDS; a liberdade de educação; perseguição, assédio e silenciamento de pessoas pesquisadoras e militantes da área.

Os dois jornais citam expressões internacionais deste fenômeno. No *Expresso*, como já citado no Capítulo 5 de resultados, três produções da Rubrica *Internacional* falam de ações antigênero em processos políticos. Uma delas cita as eleições na Espanha e a agenda ultra-conservadora do Vox e PP (23 EX) e outra trata dos retrocessos da Hungria exemplificados na lei que impede a mudança de sexo nos documentos, a retirada dos estudos de gênero de manuais universitários e a não ratificação da Convenção de Istambul por ser, de acordo com Viktor Orbán, promotora “da ideologia destruidora do gênero” (52 EX). Esta última ação, aparece na terceira produção em que a Convenção também é rejeitada pela Polônia como efeito de decisões da Hungria e da Eslováquia (55 EX).

Na Folha de S.Paulo, destaco as matérias que tratam do Leste Europeu e da América Latina. No primeiro grupo, o exemplo é a produção sobre a Hungria, em que Orbán declara a IdG como inimiga e a vê representada nos estudos de gênero e por isso no seu novo programa educacional os excluiu da lista de diplomas oficiais do país (104 FSP). Já na matéria que trata da vitória de Andrzej Duda do partido Lei e Justiça (PiS) na Polônia, o jornal faz um comparativo entre ele e Bolsonaro, no qual um dos pontos é que “Ambos cortejam correntes cristãs mais conservadoras (...) e adotam retórica conservadora na moral, defendendo a proibição do aborto, combatendo o que chamam de ‘ideologia de gênero’ e a educação sexual e negando direitos aos LGBTQ+” (371 FSP).

Sobre a América Latina, uma das matérias trata da venda de supostas “bonecas trans” em lojas na Ciudad del Este no Paraguai que foram recolhidas e as lojas fechadas por ordem da prefeita Sandra Zacarías porque “Essa comunidade é pró-vida, pró-família” (74 FSP). O texto lembra que “o Paraguai proibiu materiais educacionais sobre diversidade sexual em escolas e o ministro da Educação se ofereceu para queimar todos os livros relacionados ao assunto. ‘Não vamos promover a ideologia de gênero’” (74 FSP). Outra produção aborda as eleições no Uruguai em que cita o “partido de direita mais radical, o *Cabildo Abierto* (...) liderado pelo ex-general Guido Manini Ríos, [que] carrega discurso de mão de ferro contra o

crime e é fortemente contrário à chamada ‘ideologia de gênero’” (324 FSP).

Quanto à realidade desses processos tratados nesta seção no Brasil e em Portugal, as produções mostram que nos dois países a IdG é mobilizada como instrumento político, porém existem diferenças significativas no seu impacto em cada um deles. Na realidade portuguesa as decisões políticas conservadoras identificadas no Expresso correspondem a reações, contestações e argumentações contrárias a projetos de lei aprovados pelo governo envolvendo as temáticas de GDS⁶⁸. Elas abordam o pedido de inconstitucionalidade da lei de autodeterminação da identidade de gênero pelos deputados do PSD e CDS, a discussão interna no CDS contra a iniciativa a favor do Dia contra a LGBTfobia e o crescimento da direita em Portugal. Por mais que isso as classifique como um instrumento político, não é possível enquadrá-las como exemplos de desdemocratização. Como pontua a jornalista feminista Paula Cosme Pinto, estas ações são demonstrações de ultraconservadores que sentem o perigo que as mudanças podem causar aos “poderes instituídos”, são

os que vivem do privilégio resultante de situações de desigualdade (que Butler tanto questiona e critica), (...) aqueles – principalmente os mais ignorantes – que se refugiam no conservadorismo quando dominados pelo medo da mudança e das consequências que isso pode trazer à sua fragilidade no mundo. (6 EX, blog, 08/11/2017).

Outro apontamento que corrobora esta leitura feito no jornal é de que existe uma entrada tardia da IdG na política portuguesa, que acontece de maneira mais demarcada apenas em 2019, como um “tema que atrai as multidões (...) uma versão chique do populismo” (35 EX) que tem como inspiração ideias vindas do Brasil, citando Bolsonaro e o ESP. As produções com as decisões conservadoras validam isso já que se concentram nos anos de 2018 a 2020, que compreende os períodos das eleições europeias 2019 e de campanha para as eleições de 2021.

Para o ex-deputado e fundador do BE, Francisco Louçã, em texto do seu *blog* no jornal de 19/03/2019, esse atraso em Portugal é fruto do “mal da precipitação” por parte dos políticos portugueses. Eles

não perceberam a arte do mestre Bolsonaro. É que é preciso que o medo amadureça, é preciso meses, anos de medo, é preciso muito ódio para que o ódio se torne uma voz. E isto foi tudo feito à pressa, não foi? Esgrimir a “defesa da família” para tentar um voto religioso, sugerindo o missal e o confessionário para proteger a família em tempos em que Papa Francisco reúne os cardeais no Vaticano para combater a epidemia de casos de pedofilia na Igreja Católica, é simplesmente tosco. E inventar

⁶⁸ Exemplos nas produções: 24 EX, 34 EX, 37 EX, 38 EX, 39 EX, 40 EX, 49 EX, 51 EX, 58 EX, 60 EX, 62 EX.

o perigo de uma “ideologia de género” para criminalizar o feminismo ou o combate à homofobia, logo depois de três semanas de show eletrizante de Neto de Moura, com a moça de pregos, a lapidação ancestral das mulheres indignas, os cem mil euros exigidos a cada humorista que o criticou e tudo o mais a impor-se no noticiário nacional e a revoltar Portugal, não é só tosco, é mesmo pateta. (18 EX, blog, 19/03/2019).

Contudo, em janeiro de 2019, a deputada Isabel Moreira do PS já alertava para a necessidade de se ter atenção na defesa da democracia (13 EX). Para ela, que rejeita a neutralidade ao lembrar que a “política é e tem de ser feita de escolhas ideológicas” (13 EX), o *slogan* da IdG expõe a disputa entre o fascismo e a democracia na qual as pessoas devem se posicionar. “Branquear nazis e fascistas não tem nada a ver com liberdade de expressão. A defesa das minorias é uma atitude de elevado valor moral, ético e democrático. Que ninguém fale baixinho à conta de Bolsonaros internacionais e nacionais.” (13 EX). Em outro texto seu, escrito em outubro de 2019, ela mostra que esse discurso tem ganhado cada vez mais espaço.

A extrema-direita não nasceu com a chegada do “Chega” ao Parlamento. Antes dessa formalização, houve um trabalho metuculoso e esse trabalho fez-se com base no ódio e na promoção dos valores contrários ao Estado de direito. Não vale a pena tentar esquecer que a direita promoveu André Ventura, insistiu em André Ventura, ao mesmo tempo que desvalorizou sempre, mas sempre – ou mesmo atacou – a educação para a igualdade. (...) a luta pela defesa da democracia tem de ser mais funda. Não basta não apoiar um homem que despreza imigrantes, homossexuais, ciganos, mulheres, negros, que defende a pena de morte e que ataca o Regime em modo conversa de café. A obrigação de todos os democratas é recusar o ódio na ação. É, portanto, defender a aprendizagem da igualdade que se deve, antes disso, claro, exigir consagrada na lei. A adesão de parte substancial da direita, nos últimos anos, ao *slogan* #deixemascriançasempaz ou os exemplos vários dados na casa da democracia de desrespeito pela vida concreta de famílias de carne e osso (...) ampliaram o espaço do ódio, ajudaram à normalização da estigmatização do outro, bem como à denegação da ciência, coisa tão cara aos Bolsonaros da vida. (...) [PSD e CDS] deram estrada à guerra santa contra a “ideologia do género”, essa batalha que no Brasil está a ameaçar de morte mulheres, gays, lésbicas, trans e os filhos dessas mesmas pessoas. (41 EX, opinião, 10/10/2019).

Já no Brasil, o instrumento político da IdG está expresso nas decisões políticas conservadoras identificadas nas produções da Folha mostrando como é uma estratégia para o avanço da agenda política cristã, conservadora e de direita, e de bloqueio e exclusão de políticas públicas com temáticas de GDS. Assim como no Expresso, as produções da Folha se concentram nos anos de 2018 a 2020 e correspondem a processos eleitorais do país em que as campanhas à presidência de Bolsonaro e de outras pessoas tiveram como pauta o combate à IdG aplicado em seus planos e organizações de governo. É importante destacar que considero os documentos públicos

como práticas discursivas, importantes na manutenção de estratégias de governamentalidade. São (...) produtos e autores sociais, já que a linguagem não apenas torna descritíveis os atos do governo, mas possibilita a sua existência (...) [eles não são só] um modo de expressão, mas também [atuam] como práticas institucionais, ou seja, como formas de organização, reguladoras e administradoras da vida social. Dessa forma, enquanto esses discursos legitimam e reforçam as relações existentes nas estruturas institucionais, estas, ao mesmo tempo, também apoiam e validam os discursos. (VÉRAS; TRAVERSO-YÉPEZ, 2010, p. 64-65).

Nesse sentido, é comum identificar argumentos ancorados no pânico moral para justificar estas decisões governamentais.

“Meu país esteve muito próximo do socialismo, o que nos colocou numa situação de corrupção generalizada, grave recessão econômica, altas taxas de criminalidade e de ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos que formam nossas tradições”, disse Bolsonaro (305 FSP, matéria, 24/09/2019).

O ministro da Saúde afirmou que a distribuição de camisinhas para a prevenção do HIV pode mudar para não “ofender as famílias”. O ministro da Educação eliminou uma secretaria dedicada aos direitos humanos. Em seguida, o presidente disse que o órgão formava “mentes escravas das ideias de dominação socialista”. (174 FSP, coluna, 04/01/2019).

O governo Bolsonaro abriu um novo front na guerra contra “ideologia de gênero”: a política externa. Segundo a Folha apurou, diplomatas receberam nas últimas semanas instruções oficiais do comando do Itamaraty para que, em negociações em foros multilaterais, reiterem “o entendimento do governo brasileiro de que a palavra gênero significa o sexo biológico: feminino ou masculino”. (246 FSP, matéria, 26/06/2019).

É marcante também a relação e o forte apoio de denominações religiosas conservadoras nos processos eleitorais. Como se pontua na campanha de Jânio Natal (PL), prefeito de Porto Seguro (BA) eleito pela coligação “Aliança do Bem” que “conseguiu o apoio de movimentos conservadores e líderes evangélicos. Um dos seus principais atos foi um encontro com pastores com a presença de Silas Malafaia e Marco Feliciano” (400 FSP).

Disso decorre outro fator marcante, a associação de ‘inimigos políticos’ com algum dos ‘monstros’ do pânico moral mobilizados pela IdG.

Na crítica aos governos de esquerda que marcaram a década de 2000 na América Latina (...), o país está vendo crescer um movimento sectário perigoso, que eleitoralmente se assemelha ao que também estamos vendo nos EUA e na Europa, com a diferença básica de que, aqui, o inimigo é interno. Fantasmas da Guerra Fria são ressuscitados, como o medo do “Comunismo” (a URSAL do candidato Cabo Daciolo é um exemplo.), bem como novas bandeiras são levantadas, como a da “escola sem partido”, a denúncia da ideologia de gênero, resgate dos valores da religião ou a negação do racismo. E, para combater esse inimigo, surgem propostas para que conquistas da Constituição de 1988 sejam revistas, como o fim da universalidade das políticas sociais ou a limitação de direitos. (96 FSP, blog, 12/08/2018).

Como denominado pela Folha, são criadas notícias falsas (*fake news*) para mobilizar e causar medo no eleitorado. Este processo é visualizado nas campanhas eleitorais em geral, mas aqui exemplifico com as eleições de 2020 para a prefeitura do Rio de Janeiro (RJ).

Em desvantagem, Crivella radicalizou o discurso na tentativa de consolidar o voto evangélico e conservador a seu favor. Recentemente, o bispo licenciado da Igreja Universal associou um eventual governo Paes à pedofilia nas escolas. Em vídeo que circula nas redes, Crivella diz que o PSOL vai indicar o secretário de Educação em um eventual governo Paes —o que tanto o candidato como a sigla negam. Na sequência, o atual prefeito cogita “pedofilia nas escolas” como consequência da aliança. Nas ruas, panfletos com a fake news foram distribuídos na porta de uma Igreja Universal do Reino de Deus. O material associava Paes a legalização do aborto, liberação das drogas e kit gays nas escolas. (393 FSP, matéria, 24/11/2020).

Para além da centralidade do Executivo representada neste período entre 2018 e 2020 caracterizada pelas agendas de governo dos agentes conservadores e de direita (candidatos e eleitos) é preciso ressaltar o papel do Legislativo. O Congresso Nacional teve função essencial na construção e fortalecimento da IdG no período anterior a 2018 através de parlamentares e bancadas conversadoras e religiosas. Inclusive, este movimento, que permanece, foi também capitaneado pela figura de Bolsonaro enquanto era deputado federal e sua luta contra o material do Projeto Escola Sem Homofobia que denominava de ‘kit gay’. O destaque principal da atuação legislativa tem sido os vários projetos de Escola Sem Partido nos diversos âmbitos (federal, estaduais e municipais), barrados antes de serem votados, ou que, quando aprovados, foram considerados inconstitucionais pelo Judiciário⁶⁹.

Outra relação entre a IdG e o Legislativo que merece ser mencionada, é o uso da retórica como justificativas de processos políticos, como o impedimento da presidenta Dilma Rousseff (PT) e a denúncia contra Temer. No primeiro caso, as falas do deputado e pastor Feliciano, membro da comissão de *impeachment*, também destacam a base religiosa do discurso ao dizer que “Deus e as igrejas tiveram um papel na crítica ao governo. ‘As igrejas começaram a se mover. Elas eram apolíticas, né? Até que começaram a perceber que a política podia [se] movimentar atrapalhando a fé delas.’” (21 FSP). No segundo, a IdG aparece no voto do Professor Victório Galli (PSC-MT), “Pelo progresso do nosso país, pela nossa liberdade religiosa e pela não implantação da ideologia de gênero nas nossas escolas, meu voto é sim.” (51 FSP).

Por fim, é preciso destacar um último ponto nesta seção, que se refere ao uso da bandeira de ‘defesa da democracia’, para justificar ações antidemocráticas pelos atores e

⁶⁹ Exemplos nas produções: 28 FSP, 81 FSP, 82 FSP, 83 FSP, 120 FSP, 121 FSP, 132 FSP, 133 FSP, 139 FSP, 141 FSP, 153 FSP, 161 FSP, 201 FSP, 272 FSP, 315 FSP, 345 FSP, 356 FSP, 358 FSP, 370 FSP e 372 FSP.

agentes que utilizam a retórica da IdG. Este argumento é comumente utilizado nos dois países. A diferença é que em Portugal esta bandeira é hasteada contra avanços democratizadores relacionados às temáticas de GDS, mas não está, como no Brasil, associada aos discursos de ataque às instituições democráticas. Como exemplo no Expresso, estão citações de políticos contra a IdG, como a de “Fernando Negrão, que chegou ao ponto de pedir uma conferência de líderes parlamentares para proteger a nação desta evidente ‘morte da democracia’” (18 EX). Ou de Bruno Vitorino que acusa a relação de associações LGBT+ com “a agenda político-partidária com partidos que não têm bom senso do que é a democracia” (17 EX). A única expressão portuguesa que pode ser associada a uma ameaça tímida às instituições democráticas está na construção de um novo partido (Liga Nacional), proveniente de um racha no Chega que pretende

“(…) disputar o nacionalismo liberal. Defender Portugal e os portugueses primeiro, defender uma democracia, com o aumento da autoridade do Estado, e uma economia de mercado dentro dos limites da garantia da soberania nacional”, explicou Perestrello, adepto da maioria das políticas de Donald Trump. A Liga Nacional quer focar-se na corrupção, no controlo das fronteiras, na criminalização do aborto, opõe-se ao “marxismo cultural”, à “ideologia de género”, e aos “refugiados” - que relaciona, sem sustentar porquê, com o terrorismo jihadista. Também apoia as manifestações de extrema-direita que se têm visto em Portugal e no resto do mundo contra as medidas anti-covid-19, como o uso de máscaras (62 EX, matéria, 13/10/2020).

Já na Folha a postura de ataque às instituições democráticas tem diversos exemplos relacionados tanto a pessoas quanto a agentes políticos, religiosos e organizações civis. Um dos exemplos está na campanha de Bolsonaro, como pontua Bruno Paes Manso, doutor em Ciência Política, em que “O Estado, descrito como antro de corruptos, foi apontado como um entrave ao mercado” (117 FSP). Outro é apontado por Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e professor da FGV-EAESP, sobre os ataques ao Fórum e ao Ipea por causa da publicação do “Atlas da Violência 2019, com dados do sistema de saúde sobre mortes violentas” (242 FSP). O trecho abaixo expressa não só o ataque às instituições, como também o anticientificismo que também é comum nos discursos conservadores.

ao colocar a redução da violência de 2018 e 2019 em dúvidas, o Atlas mexeu com as certezas daqueles que endeusam o governo Bolsonaro (...) [uma das críticas] associa o FBSP ao bilionário George Soros e à Folha como fatores de descrédito. É até engraçado pois hoje jornalismo profissional virou sinônimo de ideologia e ser transparente com os financiamentos recebidos virou motivo de críticas. (...) Um importante lobista das armas colocou em xeque a pesquisa do Ibope que mostra que a maioria da população é contra o porte de armas indiscriminado porque, na opinião dele, 2 mil entrevistas não seriam suficientes para retratar a opinião da população. E,

em se tratando de quem é, ele com certeza tem ao menos noções rudimentares sobre estatística e probabilidade. Mas, mais do que discutir evidências, o objetivo de seu posicionamento foi o de mobilizar as suas hordas de zumbis e desacreditar quem trabalha seriamente. Conhecimento? Às favas com o conhecimento, o importante é ganhar no grito e nas estratégias digitais de manipulação da opinião pública. E o que é dito nas redes: falar sobre homicídios da população LGBTQ+ ou da violência contra crianças? Não pode, isso é ideologia de gênero e vitimismo. Falar do crescimento dos feminicídios? Também não pode, isso é ideológico pois a maioria das mortes é de homens. (242 FSP, blog, 10/06/2019).

Para o sociólogo francês, Luc Boltanski, esta e outras representações do crescimento da direita são exemplos “de ataques à democracia ‘não mais por meio de golpes militares, mas pelo voto de gente que foi enganada’” (252 FSP). Em outras palavras, são representações de ataques à democracia que acontecem dentro dos sistemas democráticos e que se utilizam do discurso de ‘defesa da democracia’. A incongruência é que nestes discursos é comum encontrar a defesa a regimes autoritários e ditatoriais. “Bolsonaro respondeu a críticas de Bachelet ao estado da democracia brasileira enaltecendo a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990) e dizendo que ela evitou que esquerdistas como o pai da comissão chegassem ao poder” (276 FSP). Em visita ao Brasil, o diretor da *Human Rights Watch*, Kenneth Roth, disse que

mesmo saindo vitorioso das urnas e mantendo parte da popularidade, “o presidente não está acima da lei” (...) Roth também criticou os ataques do presidente à imprensa, a exclusão da sociedade civil em conselhos que elaboram políticas públicas e a agenda de costumes, como o combate a ‘ideologia de gênero’ e críticas ao aborto, mesmo nos casos permitidos por lei. (...) “O que estamos preocupados é que Bolsonaro está atacando muitos elementos que tornam o Brasil uma democracia. É um plano que vimos em outros países, como Estados Unidos, Turquia, Egito, Filipinas, Rússia. Não queremos que o Brasil siga o caminho desses países” (313 FSP, matéria, 16/10/2019).

Para além dessas expressões, o alvo principal destes ataques nos últimos anos no Brasil tem sido o Judiciário. Como exemplificado pelos atos de defesa ao governo em março de 2020, que atacavam o Congresso Nacional e o Judiciário.

Grupos de simpatizantes do presidente (...) ignoraram o cancelamento oficial dos atos pelo país por causa da pandemia de coronavírus e saíram às ruas para protestar (...) Houve manifestações em cidades de todas as regiões do país, com gritos de guerra e faixas em defesa do governo federal e com uma série de ataques ao Congresso e ao STF (Supremo Tribunal Federal). (...) [Em São Paulo] Cartazes pediam intervenção militar e AI-5. Do caminhão de som, o grito "intervenção" foi puxado. (...) [Em Brasília] “Contra os vírus do STF e do Congresso, álcool e fogo. Fodam-se!”, dizia uma das maiores faixas. “Celso de Mello, cale-se! Ninguém votou em você”, afirmava outra mensagem. (...) A professora de educação física Márcia Torres, 56, vestiu um colete verde e amarelo e foi para a frente do Congresso dar apoio a Bolsonaro. Evangélica, ela diz que, pela primeira vez, um governo prima por preceitos cristãos. “A escola não ensina mais português e matemática, mas ideologia

de gênero e política”, queixou-se (342 FSP, matéria, 15/03/2020).

Apesar das declarações oficiais de Bolsonaro de que “ninguém pode atacar o Parlamento, o Executivo e o Judiciário (...) [e] as instituições, em si, têm que ser preservadas” (342 FSP), nas redes sociais ele criou “novas polêmicas” ao criticar “a Rede Globo por reportagem do Fantástico sobre presidiárias transsexuais e colocou em dúvida o sistema eleitoral brasileiro” (342 FSP).

Apesar destas expressões, a temática central pela qual o Judiciário tem sido atacado se refere à sua postura em relação às questões de GDS. Isso acontece por causa da aprovação de leis como a mudança de sexo no registro civil sem autorização judicial e sem necessidade de cirurgia de 2018 (308 FSP e 406 FSP), a permissão de doação de sangue por homens gays em 2020 (359 FSP), o reconhecimento das uniões homoafetivas em 2011 e de criminalização da LGBTfobia em junho de 2019⁷⁰. O Procurador-Geral da República, Augusto Aras, diz que não concorda com estas decisões do STF

“(…) que, por analogia, têm aplicado certas regras que somente ao Congresso compete legislar (...) A Constituição reconhece a família como união de homem e mulher, e também por analogia o Supremo, dando uma interpretação conforme a Constituição, estendeu a entidade familiar às uniões homoafetivas (...). Isso tudo encontra em mim um repúdio natural, como jurista, em que a entidade familiar, nos termos da Constituição, envolve homens e mulheres (...) Eu não posso, como cidadão que conhece a vida, como sexagenário, estudioso, professor, aceitar ideologia de gênero [...]. Não cabe para nós admitir artificialidades. Contra a ideologia de gênero é um dos nossos mais importantes valores, da família e da dignidade da pessoa humana.” (264 FSP, matéria, 12/08/2019).

Para além destas pautas, as decisões do Judiciário de barrar as propostas legislativas do projeto e movimento ESP e similares, considerando-as inconstitucionais por, entre outros fatores, censurar as temáticas de GDS nas escolas, tem sido o motivo de grande parte dos ataques. Estas questões relacionadas à educação são aprofundadas na próxima seção.

6.2.3 Educação como foco de atuação no combate à IdG

As ações antigênero relacionadas à educação estão presentes em duas frentes no mundo. A primeira e mais representativa, se refere às reações e à negação de que as questões de GDS sejam incluídas e trabalhadas no sistema de ensino, em materiais didáticos e em legislações educacionais. A segunda, é relativa ao anticientificismo e está nas críticas aos

⁷⁰ Exemplos nas produções: 287 FSP, 306 FSP, 310 FSP, 386 FSP e 405 FSP.

programas dedicados aos estudos de gênero na educação superior, a desvalorização dos estudos de GDS, nos ataques à liberdade de educação, e na perseguição, assédio e silenciamento de pessoas pesquisadoras das temáticas. A Hungria é o país que representa esta pauta mais incisivamente por ter excluído os estudos de gênero do país, “relacionados com uma pesquisa interdisciplinar sobre as relações sociais entre os sexos” (52 EX).

Quanto ao ensino das questões de GDS no Brasil e em Portugal. Os dois países reproduzem os argumentos citados na literatura de que estas temáticas confundem e sexualizam as crianças precocemente, as incentivam a se converterem em homossexuais ou a mudarem seu gênero, e são de responsabilidade dos pais que irão abordá-las segundo seus valores. Aqui é interessante destacar que a maioria dos argumentos identificados nos dois jornais são favoráveis aos debates das temáticas de GDS no sistema educacional e se referem à defesa contra os discursos da IdG, contrapondo a retórica e os argumentos associados de que estes debates são doutrinação, distorção, imposição, manipulação etc. de um plano globalista, esquerdista, comunista, feminista etc. Outra ressalva importante é que o foco desta seção está em debater estes argumentos favoráveis e contrários identificados em relação às temáticas de GDS e, portanto, não irei dissertar sobre a questão da criança e da infância, mesmo entendendo que são fundamentais para as práxis política em torno da IdG com base no PDH para a manutenção da heteronormatividade. Para mais informações sobre estas temáticas específicas ver os trabalhos de Daniel Cardoso (2016) e Lee Edelman (2004), e sobre o uso do discurso de “defesa das crianças” no Brasil a dissertação de Bruna Quinsan Camargo (2021) e em Portugal a dissertação de Gabriella Morena da Silva Seixas (2021).

Em Portugal, a maioria dos argumentos favoráveis classificados em uma tipologia se referem aos científicos mobilizados para justificar o ensino das temáticas, à defesa da democracia, contra as violências de GDS e da necessidade de se debater as temáticas dentro da educação. Como mostra o jornalista Miguel Santos Carrapatoso, sobre o debate dos artigos da

Lei n.º 38/2018, que definem, entre outros aspetos, que o Estado, através “dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da igualdade de género e da educação”, é responsável por “garantir a adoção de medidas no sistema educativo, em todos os níveis de ensino e ciclos de estudo, que promovam o exercício do direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e do direito à proteção das características sexuais das pessoas”. Ora, argumentam os deputados que subscrevem a iniciativa, “o uso político que é dado aos chamados ‘estudos de género’ constitui uma ideologia”. Logo, “a sua inclusão nos conteúdos de ensino nas escolas portuguesas no percurso de toda a escolaridade obrigatória”, coloca em causa a Escola enquanto espaço “livre de formação da personalidade, da educação para a liberdade e para a autonomia das crianças e dos jovens, (...) de respeito pela diferença, incluindo naturalmente a diferença nas características

sexuais e na identidade de género”, defendem. (34 EX, matéria, 19/07/2019).

Os argumentos contrários identificados no Expresso, tem sua maioria centrados na defesa das crianças, quanto à questão do uso do banheiro de acordo com o género que a criança se identifica (37 EX, 38 EX) e contra a disciplina *Cidadania e Desenvolvimento* (57 EX, 59 EX). Relativo às manifestações contrárias à disciplina, o discurso mais utilizado é o da “a objeção de consciência” de estudantes e seus pais de que estes não devem ser obrigados a frequentá-la. Outros argumentos contrários são os religiosos, científicos, de defesa da liberdade de expressão e do direito da família de tratar deles em âmbito privado. Como demonstram os trechos abaixo, respectivamente.

Uma imposição da “esquerda radical” que pode “agravar fenómenos de bullying e violência escolar”. É assim que a bancada do PSD no Parlamento se posiciona quanto à polémica das novas regras para as casas de banho nas escolas - e é assim que classifica o despacho do Governo que permite que as crianças que não se reconhecem no género com que nasceram frequentem as casas de banho que preferirem. Ora, para os deputados sociais-democratas, estas regras não só “não salvaguardam o direito de todas as crianças à sua intimidade e singularidade” como “potencialmente agravarão fenómenos de bullying e violência escolar e originarão tensão junto das comunidades escolares”. Em resumo, concluem os parlamentares, o despacho em causa é “reflexo da imposição de uma agenda ideológica de esquerda radical que está a ser imposta às escolas”. (38 EX, matéria, 22/08/2019).

Portugal precisa de se equipar para os exigentes desafios do futuro próximo: (...) é preciso dotar o sistema de ensino de competitividade e excelência, que assegure a efectiva igualdade de oportunidades e que respeite a liberdade de escolha das famílias (49 EX, entrevista, 26/01/2020).

A teoria de género é mais ideológica (e sem carga histórica) do que a Religião. Sobretudo, tem mais consequências imprevisíveis, que aliás estão à vista. É também mais dogmática. No citado opúsculo (Guia) são citados apenas autores que dão a ‘ideologia de género’ por boa. Não há um arremedo de contraditório. Aquela parte que se coloca em todas as boas teses e começa por “outros autores, porém, defendem que...”. Nada disso! Chega-se a afirmar isto: “Ann Oakley propôs, em 1972, que se efetuasse a distinção entre os termos sexo e género, distinção essa que passou a servir de referência para as Ciências Sociais”. Mas as ciências sociais não têm correntes de pensamento? Não têm pessoas que se opõem, vigorosa e tenazmente, às teorias da estimada Ann, que sendo professora de um Instituto feminista em Londres, se define como ativista? (...) todos estes nomes partilham uma ideia legítima, mas muito discutível e já muito rebatida: que todas as diferenças entre homens e mulheres nascem de construções sociais. Mais: de construções sociais que esta geração deve desconstruir, porque mesmo que sejam construções sociais naturais, isto é, determinadas por necessidades de sobrevivência da espécie, vindas de há milhares de anos, isso não lhes interessa. (...) Não vou debater a validade de tal teoria. Apenas sublinho o seu dogmatismo, exclusivismo e sectarismo ao não colocar em cima da mesa aqueles autores, não menos prestigiados, que se opõem a esta mundivisão fragmentária e tribalista da sociedade. (57 EX, opinião, 19/08/2020).

Bruno Vitorino acusou o BE de querer condicionar a sua liberdade de expressão. “Não me surpreende que um partido profascista tente calar quem tem opiniões contrárias. O 25 de Abril não se fez para isto!” (16 EX, matéria, 12/03/2019)

O pai, de 57 anos, evoca o direito de objeção de consciência para impedir que os filhos frequentem a disciplina, por considerar que os tópicos de aprendizagem são da competência familiar. (...) Ele é empresário agrícola, foi delegado na zona Norte da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas e, em 2009, liderou uma campanha contra o “casamento gay”. Ambos comungam de uma moralidade cristã e, desde o ano letivo de 2018/2019, informaram a escola de que os filhos não iriam frequentar a disciplina, obrigatória, de Cidadania e Desenvolvimento, na qual são abordadas temáticas como sexualidade, igualdade e identidade de género, interculturalidade, direitos humanos ou ecologia. (59 EX, matéria, 07/09/2020).

Em entrevista ao Expresso, Maria Luís Albuquerque, ex-Ministra das Finanças de Portugal, resume a questão ao explicar que o combate à IdG é uma reação ao extremo às questões de GDS na educação (44 EX). Francisco Rodrigues dos Santos, então presidente do CDS, diz que há um problema de IdG “que se tem tentado impor nas escolas, afastada da ciência, da biologia e do que sabemos ser o saudável desenvolvimento das crianças” (49 EX). Para ele, essa imposição é feita pelo Estado, violando “a Constituição, os direitos dos Pais e configura uma intolerável intromissão do poder político (...) [que] desvia-nos dos problemas verdadeiramente importantes como os da segurança nas escolas, do bullying, do abandono escolar e da ausência de uma cultura de mérito” (49 EX).

É importante ressaltar que estes debates no país, culminaram no final de 2019, na proposição legislativa de André Ventura (Chega) contra a IdG nas escolas portuguesas. Diferentemente da realidade brasileira que tem contato com proposições com este objetivo desde 2004 através do movimento Escola Sem Partido (ESP), que desde 2015 tem gerado diversos projetos de lei.

No Brasil, como resume Joanna Burigo (feminista e mestre em Gênero, Mídia e Cultura), os opositores das questões de GDS na educação o fazem

por acreditar que ensinar tal teoria implicaria numa mudança do paradigma social vigente. A respeito disso, estas pessoas não estão 100% sem razão: de fato quem trabalha com gênero visa mudanças sociais significativas. Mas a mudança que propomos passa pela ampliação do alcance dos direitos humanos, para que todas as pessoas vivam bem, em paz, com justiça e equidade, independentemente de suas identidades de gênero. Isso é ideológico? Talvez – mas impedir que o debate aconteça também o é. (...) Proponentes da Escola Sem Partido e conservadores opostos a inclusão do debate sobre gênero na educação convenientemente esquecem que o papel do docente é estimular o pensamento crítico e autônomo, justamente para que todas as pessoas tenham instrumentos para se emancipar de ideologias totalitaristas e autoritárias. Todo mundo tem identidade, e gênero é um elemento fundamental para o entendimento que temos de nós mesmas e da sociedade. Visto que quem se opõe ao debate sobre gênero (alô Escola Sem Partido) tende a ser quem se beneficia das coisas como elas são, fica a pergunta: o apego ao binário rígido homem/mulher como únicas formas aceitáveis de viver em sociedade conserva o que para quem? (27 FSP, blog, 22/07/2016).

Nesse combate à IdG na educação brasileira os argumentos contrários se relacionam e demarcam reações às decisões progressistas e inclusivas. A defesa da ‘família tradicional’ é a base da maioria dos argumentos religiosos que a associam a defesa da vida e dos seus valores. Mas ela também é identificada na defesa das crianças e de que a educação sexual é um direito dos pais. Como mostram os exemplos abaixo, respectivamente.

Sobre a briga com a associação gay, Malafaia se defendeu dizendo que “não é contra os gays, só contra a Associação”. “Eles querem implantar uma ideologia no Brasil. Eles estão trabalhando para uma coisa que chama ideologia de gênero, é para destruição da família”, definiu o pastor. (5 FSP, matéria, 22/11/2014).

Mulher, 43 anos, negra, evangélica, São Paulo: “Menina é menina e menino é menino. Tem diferença. Estão ensinando nas escolas que a menina pode se vestir de menino, que menina pode brincar de carrinho. Confunde as crianças. Não pode criar as meninas para ficarem com raiva dos meninos e vice-versa.” (315 FSP, coluna, 21/10/2019).

A educação sexual deve ser tratada em sala de aula? NÃO
O papa São João Paulo 2º ensinou que “a educação sexual, direito e dever fundamental dos pais, deve atuar-se sempre sob sua solícita guia” (Familiaris Consortio, n. 37). (187 FSP, opinião, 12/01/2019).

Apesar do fato de que como lembra Calligaris “A maioria da humanidade está fadada a ser predominantemente heterossexual. Os defensores da família podem, portanto, ficar sossegados” (14 FSP). O medo da mudança faz com que para além de barrar legislações, outros processos de censura aconteçam, como o recolhimento de materiais didáticos com as temáticas de GDS. Como mostra o caso de São Paulo, protagonizado pelo ex-prefeito João Doria (PSDB)⁷¹. Como explica Pablo Ortellado, doutor em filosofia e professor da USP:

Embora possamos encontrar raízes das guerras culturais brasileiras em processos mais antigos, elas apareceram com clareza em 2017 quando o conservadorismo laico forjado nas campanhas políticas contra os governos petistas se aliou com o conservadorismo religioso, evangélico e católico (...) Não se trata apenas de defender em abstrato a normatividade da família patriarcal e heterossexual, mas, especificamente, de garantir o controle da formação moral dos filhos. A grande preocupação, tanto da campanha da “escola sem partido”, como a que travam os religiosos contra a “ideologia de gênero” é que os valores tradicionais ensinados em casa pelos pais não sejam questionados pelos educadores do sistema escolar. (73 FSP, coluna, 02/01/2018).

Por fim, é preciso destacar que nos dois países o combate à IdG acaba atingindo outros grupos e temáticas. Em Portugal, esta *pauta fraturante* acaba atingindo outras propostas que também fazem parte da formação de estudantes como sujeitos ativos na

⁷¹ Exemplos nas produções: 273 FSP, 275 FSP, 290 FSP, 291 FSP, 292 FSP e 309 FSP.

sociedade – mundo do trabalho, empreendedorismo, voluntariado, educação para veículos de comunicação etc. (SEIXAS, 2021; ENEC, 2017). No Brasil, a exclusão das temáticas de GDS no PNE e na BNCC com a modificação dos textos para redações genéricas de combate a todas as formas de discriminação, atingiu outros segmentos historicamente excluídos. Pois, embora a histeria tenha se centrado “na questão LGBT, na família e nas mulheres, acabou atingindo os demais setores sociais, raças e etnias, transformando-se em uma alarmante intolerância à diversidade humana e uma preocupante imposição antidemocrática de valores que chegam a ser fascistas” (10 FSP). A retirada das especificidades dos documentos educacionais que previam a superação das desigualdades na educação as invisibiliza e causa como efeito o apagamento desses segmentos fortalecendo não apenas a heteronormatividade, mas também outras relações de poder hegemônicas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisei nesta tese a retórica da IdG mostrando como ela envolve objetivos morais e políticos de manutenção da heteronormatividade ao reproduzir e autorizar discursos discriminatórios. Sendo assim, classifico-a como um instrumento político e uma representação do PDH, pois como demonstram os dados analisados e o estado da arte, ela tem sido utilizada, principalmente nas últimas duas décadas, para barrar, dificultar, reagir e questionar políticas progressistas voltadas para as mulheres e pessoas LGBTQ+. Isto também expõe sua maior contradição, já que na defesa da vida e da família cismonoheteronormativa são justificados o ódio e a violência para quem não se enquadra nestes padrões, localizando, ordenando e hierarquizando as pessoas moralmente.

Acredito ser necessário reforçar que a escolha pela metodologia mista influenciou a construção de todas as etapas da escrita e da organização da tese no sentido de cumprir com o objetivo geral da pesquisa de comparar a padronização de perfis e características da retórica da IdG presentes na literatura com a sua utilização como instrumento político nos dois países com base nos dados.

Nesse sentido, nos Capítulos 2 e 3, tive como foco o primeiro objetivo específico de verificar na literatura a padronização de perfis e características da retórica da IdG. Para isso, no **Capítulo 2**, apresentei a revisão da literatura da produção acadêmica mundial dos estudos de GDS, com ênfase nas pesquisas sobre o conceito sociológico da ideologia de gênero e sobre a retórica da IdG. Tive como objetivo priorizar as pesquisas específicas sobre o fenômeno estudado, agregando os resultados das buscas nas bases de dados, com produções identificadas ao longo do doutorado e outras informações visibilizadas nas buscas sobre a IdG. Também trabalhei com o conceito de Poder Discursivo da Heteronormatividade (PDH) como um instrumento mobilizado por pessoas e instituições, através de valores sociais, culturais e outras estruturas de relações de poder para impor padrões de sexo, gênero e sexualidade aos corpos. Isto permitiu entender a IdG como representação do PDH na reprodução, através da linguagem, de regimes de controle e vigilância dos padrões de GDS, em especial para mulheres e pessoas LGBTQ+. Na última parte do capítulo, tratei das disputas discursivas sobre GDS no mundo que utilizam a IdG como instrumento político destacando sua origem, construção e características.

No **Capítulo 3**, fiz um resumo dos contextos nos quais a retórica da IdG tem sido mobilizada no Brasil e em Portugal, destacando por meio da literatura e de buscas, os debates, discursos e decisões parlamentares que envolvem a IdG visibilizados pela mídia. Esse breve

levantamento mostrou que, existem diferenças temporais no aparecimento e fortalecimento da retórica nos países, mas que as características de seu uso são as mesmas, tendo como foco a educação e processos eleitorais. Em ambos os países ela se fortaleceu na última década e aparece na esfera pública e política em discursos de pessoas e instituições religiosas e conservadoras com caráter conservador, reacionário, fundamentalista, populista e de direita na defesa da vida, da família e das crianças.

Estes dois capítulos foram importantes em dois sentidos que se entrecruzam. Primeiro, na identificação da lacuna na literatura de pesquisas empíricas que apresentem dados e análises quantitativas e comparativas entre países. Segundo, na identificação das categorias que foram criadas e utilizadas na metodologia mista apresentada no **Capítulo 4**, como forma de preencher esta lacuna. A metodologia mista, unindo a Análise de Conteúdo (AC) e a Análise Foucaultiana do Discurso (AFD), foi escolhida pelas contribuições que as técnicas trouxeram, não apenas na categorização e análise das produções jornalísticas, mas também por seus apontamentos sobre a construção do desenho de pesquisa. Como já citado, esta escolha impactou em todo desenho de pesquisa e não apenas nos processos de coleta dos dados, na construção do *corpus* e das categorias empregadas em sua análise (Livro de Códigos), também descritos no capítulo.

A metodologia mista resultou em uma investigação sistemática das representações da IdG nos jornais de maior circulação digital do Brasil e de Portugal (Folha de S.Paulo e Expresso, respectivamente). Estes dados foram analisados e tiveram seus resultados apresentados nos Capítulos 5 e 6, cumprindo com os objetivos específicos de: explorar e identificar nas produções jornalísticas brasileiras e portuguesas as características centrais da retórica da IdG como instrumento político e o perfil de quem a utiliza; mapear as influências e resistências apresentadas em relação à heteronormatividade pelo discurso da IdG na sociedade presentes na mídia de cada país; e comparar as apropriações e ressignificações discursivas identificadas analisando como e quando o tema emergiu na arena jornalística, quais agentes propuseram o assunto, com quais vieses e quais disputas por significação ocorreram.

No **Capítulo 5**, estão expostos, com a ajuda de estatísticas descritivas, os resultados da busca pelo termo “ideologia de gênero” nos jornais e sua análise quantitativa e qualitativa com base na AC e na codificação definida pelo Livro de Códigos. Separei a apresentação dos resultados das categorias referentes às características jornalísticas das performativas, por entender que as primeiras estão descritas e as outras demandam interpretação com base nas disputas discursivas das posturas ‘contrárias’ e ‘favoráveis’ às questões de GDS. No **Capítulo 6**, aprofundi a análise dos resultados com base na AFD, relacionando-os com a teoria e

exemplificando, através de trechos das produções, as características padronizadas da IdG e as diferenças do seu impacto nos países.

Em suma, a hipótese de pesquisa foi verificada, pois as produções dos jornais demonstram que as características da retórica da IdG e sua mobilização, por pessoas e instituições contrárias às temáticas de GDS, são iguais nos dois países. A IdG, enquanto *slogan* do movimento transnacional antigênero, é utilizada por pessoas e instituições religiosas, conservadoras e de direita para ganhar visibilidade política e contrapor direitos das mulheres e pessoas LGBTQ+. A retórica é um instrumento político utilizado no Brasil e em Portugal, estando associada a processos de desdemocratização e populismo que não estão limitados às questões de GDS. Como um significante vazio, ela também se adapta em cada país, servindo como “guarda-chuva” que agrega diversas pautas conservadoras. Porém, os efeitos políticos em cada país mostram diferenças significativas entre eles relacionadas à amplitude e visibilidade da IdG e seu impacto em direitos e políticas públicas, principalmente na educação.

Em Portugal, a IdG ainda é uma reação às legislações aprovadas pelo governo e pela população relacionadas às temáticas de GDS. Já no Brasil, ela é responsável pela não aprovação e modificações que retiram as temáticas das legislações, em especial na educação. A IdG também tem sido utilizada como argumento para questionar as ações progressistas instituídas pelo Judiciário, representando ataques às instituições democráticas. Como ficou demonstrado através da revisão da literatura e dos dados dos jornais, o Brasil se tornou nos últimos anos uma espécie de vitrine do conservadorismo mundial, em que o combate à IdG empreendido aqui tem servido de modelo para outros países.

Na tese, minha atenção esteve voltada para a retórica da IdG, seus efeitos políticos e sociais com implicações para a subjetividade e para a prática que limita o que pode ser dito e feito e por quem, assim como expõe as resistências a estes discursos, como apresentei em alguns exemplos de contraposição ao discurso conservador nos dois jornais. A análise aponta para opressões e resistências geradas pela IdG, voltadas principalmente para as mulheres e pessoas LGBTQ+ que perderam, perdem e perderão com a manutenção e crescimento deste discurso, que impacta nas suas experiências e emoções.

Nesse sentido, esta tese se alinha com os diversos estudos da última década que têm se debruçado sobre este fenômeno social contribuindo, principalmente, de duas formas. Primeiro com um estudo sistemático, longitudinal e comparativo da IdG em dois países, apresentando dados empíricos através de uma análise mista (quantitativa e qualitativa) que comprova a padronização da retórica. Esta contribuição é importante especialmente pelo

caráter transnacional da retórica que comprova a padronização de características, mas também por apresentar como a IdG foi abordada nos jornais, destacando as diferenças de como essa ofensiva conservadora é diferente nos dois países.

Segundo, com a proposta de um instrumento metodológico de análise sistemática da IdG através das produções jornalísticas de um país, que pode ser replicado em outros países. Nesse sentido, a metodologia mista empregada possibilita estudos comparativos, mas não ignora o conhecimento situado e as especificidades de cada localidade ao unir a AC quantitativa e qualitativa com a AFD qualitativa. Dessa forma, a replicação desta pesquisa em outros países é uma forma de compreender este fenômeno global e observar suas consequências políticas que afetam a vida de parte da população, reconhecendo a imbricação entre os fatores políticos e ideológico-culturais representados pela relação entre a heteronormatividade, a perspectiva cristã e a política.

A preocupação metodológica de combinar técnicas e a descrição extensiva de sua formulação teve o intuito de contribuir com futuros estudos comparativos, não apenas para justificar e explicitar a metodologia do trabalho, mas também para reforçar a importância que há em reconhecer e agregar as subjetividades das pessoas que decidem pesquisar sobre estas temáticas. Nessa lógica, preciso evidenciar que meu lugar de fala, principalmente como mulher cis e branca, teve efeitos na pesquisa enviesando a análise dos dados que ficou aquém de apontar as relações interseccionais de poder, invisibilizando em certa medida as questões de raça/etnia e em especial da transexualidade compreendendo que a IdG tem sido majoritariamente uma arma ‘anti-trans’.

Admito que uma análise tão completa e extensa sobre o fenômeno da IdG nos jornais não era necessária para se comprovar que ela é um instrumento utilizado com fins políticos por religiosos e conservadores. Mas, mesmo sabendo que essa informação é encontrada na literatura, a perspectiva apenas qualitativa das produções sobre a IdG cobrava uma análise empírica dessa discussão teórica, assim como a construção de um instrumento metodológico que permitisse a comparação entre países. Além disso, estudos na Ciência Política que abordem temas importantes, mas ainda com caráter periférico na área, como é o caso das temáticas de GDS, são cada vez mais necessários. Em especial, por causa do seu impacto e importância no debate da qualidade democrática. No final da pesquisa, além de formular uma proposição de análise comparativa, os resultados evidenciaram outras questões.

Nesse sentido, reforço a importância de mais estudos sobre a IdG nos países agregando e contrastando a literatura com discursos e práticas políticas. Isto é essencial na conjuntura política de busca por reconhecimento de identidades. Principalmente para se

apontar elaborações sobre a relação entre identidade e igualdade na sociedade marcada por grande desigualdade social que impacta o exercício efetivo dos seus direitos políticos e civis.

Isso exposto, creio que seja importante ressaltar oito pontos que merecem mais aprofundamento em pesquisas futuras, citados abaixo.

i) Investigações que abordem a interconexão dos discursos religiosos, históricos e científicos, que têm sido mobilizados pelos movimentos antigênero para justificar opressões. São importantes pesquisas que tenham como objeto as práticas discursivas sobre GDS, observando não apenas quem ganha e quem perde com a manutenção da heteronormatividade nas decisões políticas, mas também seus efeitos ideológicos relacionados com a perspectiva cristã.

ii) Outra abordagem interessante seriam análises em profundidade das resistências à IdG que destaquem o conjunto de práticas, recusas e propostas de reestruturação do discurso da hegemonia heteronormativa. Assim como pesquisas que tenham um olhar para uma das propostas comuns identificadas, no Brasil e em Portugal, da contraposição à IdG com humor e ironia, que são interessantes, mas podem ser usados como motivo para desacreditar a resistência dos movimentos progressistas, feministas e LGBTQ+. É preciso também que a atenção dada a essas resistências tenha um viés crítico, já que muitos discursos de combate à retórica acabam reproduzindo padrões da ideologia de gênero hegemônicos em seus argumentos. Contrapondo assim as teorias de gênero que estão sendo defendidas. Para isso é preciso olhar para a relação entre poder e resistência, analisando quais são os jogos de poder expressos nessas resistências, como é estabelecido o sistema nós *versus* eles, quem fica de fora, quais são as limitações e problemas identificados nos argumentos utilizados, quais pressupostos discursivos e ideológicos estão presentes etc.

iii) A retórica da IdG incita também maiores reflexões sobre a relação de continuidade e tensão entre Ciência, Religião e Nacionalismo. Como mostram os diversos trechos dos resultados com referências frequentes ao nacionalismo (marxismo, comunismo, globalismo, etc.) este é um dos eixos organizadores do discurso da IdG sob a argumentação de possíveis doutrinações políticas (comunistas, feministas, do marxismo cultural, do politicamente correto etc.). As explorações conceituais podem observar os diálogos e aproximações entre os três campos como uma forma de compreender o papel da IdG nas transformações no campo da política, principalmente relacionados à conservadorismo, neoconservadorismo e reacionarismo. Nesta lógica, também se faz necessário debater o conceito de ideologia e suas várias definições mobilizadas na retórica da IdG. Traçar a genealogia crítica do uso do conceito pode possibilitar a compreensão do que significa a

ideologia em IdG, pois, este conceito contestado, apropriado e reapropriado, mesmo estando gasto e vazio, como mostram as análises em torno da IdG na tese, ainda é associado com as chamadas doutrinações citadas acima.

iv) Teria grande valor também aprofundar o contraste das produções acadêmicas nacionais dos países com os resultados das bases de dados internacionais utilizadas (*Scopus* e *Web of Science*), ampliando as buscas para outras bases de dados buscando minimizar o anglocentrismo. Como o exemplo de Portugal da base de dados Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP). Tendo o cuidado de ponderar as limitações da precisão tecnicista de uma revisão sistemática da literatura com os conhecimentos situados do campo.

v) Seria interessante ainda investigar a ligação entre o cristianismo e o patriarcado complexificando esta relação a partir de uma análise da genealogia das normas sociais de base religiosa conservadora que em alguns dos seus pontos tem origem na filosofia greco-romana.

vi) Outro ponto crucial é o enfoque nas questões da Criança e da Infância que são basilares para a práxis política em torno da IdG e sua relação com o dispositivo de sexualidade e com a manutenção da heteronormatividade. Também porque estas questões atravessam fronteiras sendo uma retórica muito forte, principalmente associada à temática da educação (de uma suposta doutrinação das crianças), vide os movimentos ESP, *Con Mis Hijos No Te Metas* etc.

vii) A análise do papel do jornalismo e de outros meios de comunicação na amplificação do debate da IdG e do pânico moral associado à retórica com base nos estudos feministas de mídia deve ser aprofundada. Os *mass media* são componentes e um dos produtores de realidade nas sociedades modernas, reproduzindo ou resistindo aos padrões sociais hegemônicos. Por isso, uma pesquisa interdisciplinar que observe a dimensão política da mídia com um olhar feminista sobre a forma como os conteúdos produzidos caracterizam e simbolizam a IdG se mostra tão interessante para observar as questões do poder envolvidas no processo de produção, nos modelos veiculados e na produção de sentidos feitas pela mídia. Como mostram os dados, é ainda instigante olhar para as tensões presentes na mídia, como no caso da Folha de S.Paulo que ao mesmo tempo em que dá visibilidade para as posições extremamente conservadoras (ao apresentar a maioria de personagens classificadas como contrárias) também se posicionou contra a retórica em seus 11 editoriais. Ou então aprofundar e contrastar os resultados obtidos no *Google Trends* com as produções dos países na busca por outras explicações para os picos sazonais encontrados referentes ao fenômeno da IdG.

viii) De maneira geral, pesquisas com olhar interseccional para as várias matrizes de opressão abarcadas pela IdG, com foco nas questões de transexualidade, raça e etnia são

importantes por melhor embasarem e enriquecerem a discussão. Isso porque, as questões trans tem centralidade na retórica da IdG, já que um dos principais argumentos utilizados em seu discurso é o de que tratar das questões de GDS incentiva que as pessoas escolham seu gênero.

Por fim, como disse Butler, “Quando violência e ódio se tornam instrumentos da política e da moral religiosa, então a democracia é ameaçada por aqueles que pretendem rasgar o tecido social, punir as diferenças e sabotar os vínculos sociais necessários para sustentar nossa convivência aqui na Terra” (68 FSP). Nesse sentido, reforço que o crescimento do populismo, da direita e de processos de desdemocratização usam como espantinho a IdG, mas também se expressam em outras temáticas essenciais para a democracia como gênero, raça, classe, entre outras.

Isto evidencia a importância e a necessidade desta pesquisa e de sua continuidade, por mais que a tarefa de análise desse fenômeno não seja fácil. No meu caso, durante as várias leituras e releituras dos textos, por vezes foi necessário parar, respirar e me afastar. Os argumentos sem fundamento ou lógica foram difíceis de serem digeridos, mas o ódio e o terror empregado nos discursos impactaram mais. Mesmo com as dificuldades encontradas, espero com esta tese ter contribuído para o campo que tem estudado a retórica da IdG não apenas para entender melhor o fenômeno, mas também com um instrumento de análise que pode ser replicado em outros estudos e em outros países (seja em produções jornalísticas ou ainda em outros meios de comunicação).

REFERÊNCIAS

- ABCP, Associação Brasileira de Ciência Política. **Área temática – Gênero, Democracia e Políticas Públicas**. Disponível em <https://bit.ly/2VfDQfr>. Acesso em 05 jul. 2019.
- ACADEMIA CIDADÃ. **A “ideologia de gênero” destrói a família tradicional?** Lisboa, 16 jun. 2020. Debate virtual com a convidada Alexa Santos do Instituto da Mulher Negra Portugal (INMUNE) e moderação de Joana Dias da Academia Cidadã. Disponível em <https://bit.ly/3eS7t4f>. Acesso 16 jun. 2020.
- AFONSO, Carmo. Bring out the gimp. **Expresso**, Lisboa, 10 ago. 2020. Disponível em <https://expresso.pt/opiniao/2020-08-10-Bring-out-the-gimp>. Acesso 06 set. 2020.
- AGRELA, Lucas. **Os 50 sites mais acessados do Brasil e do mundo**. Revista Exame, São Paulo, 20 jun. 2017. Disponível em <http://bit.ly/2O9HdER>. Acesso em 20 jul. 2019.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. ¿Qué hacer? La antropología ante la reacción contemporánea. **AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 16, n. 2, p. 237-247, 2021.
- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos pagu**, São Paulo, n. 50, e175001, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/18094449201700500001>. Acesso em 12 abr. 2022.
- ALMEIDA, Sandra Maciel de.; JAEHN Lisete.; VASCONCELLOS Mônica. Precisamos falar de gênero: por uma educação democrática. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13. n. esp. 2, p. 1503-1517, set. 2018.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- ALVES FILHO, Francisco. **A autoria nas colinas de opinião assinadas da Folha de S.Paulo**. 2005. 262 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2005.
- ALVES, Mário A.; SEGATTO, Catarina I.; PINEDA, Andrea M. Changes in Brazilian education policy and the rise of right-wing populism. **British Educational Research Journal**, v. 47, n. 2, p. 332-354, 2021.
- AMARANTE, Erivelto Diego do. **A construção da imagem pública nos 100 primeiros dias de governo**: uma análise dos jornais Folha e Estado de S. Paulo dos Prefeitos Fernando Haddad (PT) e João Dória JR (PSDB). Curitiba, 2020. 130 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Artes, Comunicação e Design, Curitiba, 2020.
- ANDRADE, Antonio Luis Lordelo. **Avaliação heurística de usabilidade de interfaces no jornalismo online**: um estudo de caso do *JB Online*. 2005. 188 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Culturas Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2005.
- ANDRADE, Telma Guimarães Castro. **Menina não entra**. São Paulo: Brasil, 2006.

ANTIĆ, Marija; RADAČIĆ, Ivana. The evolving understanding of gender in international law and ‘gender ideology’ pushback 25 years since the Beijing conference on women. **Women's Studies International Forum**, v. 83, nov./dez. 2020. Disponível em <https://bit.ly/3abdZP5>. Acesso em 14 dez. 2020.

APCT, Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação. **Análise simples**. Disponível em <http://bit.ly/2pIewDa>. Acesso em 04 set. 2021.

ARAGUSUKU, Henrique Araujo. **O discurso da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: análise críticodiscursiva e psicopolítica**. 2018. 206 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ARAGUSUKU, Henrique Araujo. O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais. **Agenda Política**, São Carlos, v. 8, n. 1, p. 106-130, 2020.

ARCURI, Andrea. Represión sexual y de género en la confesión: los manuales de confesores de la Edad Moderna (siglos XVI–XVII). **Ex æquo**, Lisboa, v. 37, p. 81-93, 2018.

ARRIBAS-AYLLON, Michael; WALKERDINE, Valerie. Foucauldian Discourse Analysis. In: WILLIG, Carla; STANTON-ROGERS, Wendy Stainton (Ed.). **The SAGE handbook of qualitative research in psychology**. London: SAGE Publications, 2008. p. 91-108.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 703-728, 2004.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação e Linguagem: Discursos e Ciência**. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

BACCIN, Alciane; SILVEIRA, Stefanie. C; BELOCHIO, Vivian. **25 anos de jornalismo digital no Brasil: A contribuição da pesquisadora Luciana Mielniczuk para os estudos no país**. Florianópolis: Insular, 2021.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Two faces of power. In: BELL, Roderick; EDWARDS, David V.; WAGNER, R. Harrison. **Political power: A reader in Theory and Research**. New York: The Free Press, Collier-Macmillan Limited, 1969. p. 94-99.

BĂLUȚĂ, Oana. Egalitatea de gen. Politici publice sau un câmp de luptă discursiv și politico-religios? Gender Equality. Public Policies or Political and Religious Discursive Battlefield. **Revista Transilvania**, Sibiu, v. 11-12, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BBC. Dia do Orgulho Gay: os países onde é ilegal ser homossexual. **BBC News Brasil**, 28 jun. 2021. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57641679>. Acesso em 25 jul. 2021.

BE, Bloco de Esquerda. **Diário da Assembleia da República, II Série - A – Número 7 de 30 de setembro de 2016**. p. 21-26. Disponível em <https://bit.ly/3QcpVml>. Acesso em 29 abr. 2021.

BÉHAR, Alexandre Hochmann Béhar; LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza. O que diz a imprensa pernambucana a respeito do Programa Estadual de Mobilidade Urbana (PROMOB)? **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 8, n., 2, p. 104-118, abr./jun. 2016.

BILGEHAN, Gülsün. **Diário da Assembleia da República, II Série - D – Número 7 de 10 de janeiro de 2018**. p. 7-8. Disponível em <https://bit.ly/3HgBTav>. Acesso em 29 abr. 2021.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Meios de comunicação, voto e conflito político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 77-95, 2013.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BLÁZQUEZ-RODRÍGUEZ, María Isabel; CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO-GALÁN, José Ignacio. La disputa del género en el estado español desde el análisis del activismo católico. **Ex æquo**, Lisboa, n. 37, p. 47-61, 2018.

BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: o que aponta a literature da área de comunicação no Brasil? **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 205-231, jul./dez., 2003.

BORGES, Eli. **Discurso na Câmara dos Deputados de 23 dezembro de 2020**. p. 138. Disponível em <https://bit.ly/3Bsvgj6>. Acesso em 07 jun. 2021.

BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, 2018. Disponível em <http://bit.ly/32GEXrO>. Acesso em 03 jul. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989

BRANT, Danielle; MACHADO, Renato. Incertezas sobre pautas de costumes e em alinhamento com Guedes rondam novo Congresso. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 20 dez. 2020. Edição Impressa. Disponível em <https://bit.ly/3vmr9S1>. Acesso em 24 set. 2021.

BRASIL, Câmara do Deputados. **‘Discursos e Debates’, pesquisa do termo “ideologia de gênero”**. Disponível em <https://bit.ly/3BTUEgb>. Acesso em 07 jun. 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Série legislação nº 125, 2014.

BROOKES, Marissa. The Road Less Traveled: An Agenda for Mixed-Methods Research. Profession Symposium, **American Political Science Association**, Cambridge, v. 50, n. 4, p. 1015-1018, out. 2017.

BROUDE, Norma. GB Tiepolo at Valmarana: Gender Ideology in a Patrician Villa of the Settecento. **The Art Bulletin**, New York, v. 91, n. 2, p. 160-183, 2009.

BROWN, Wendy. **In the Ruins of Neoliberalism: The Rise of Antidemocratic Politics in the West**. Columbia University Press, 2019.

BRUNETTO, Dayana. Prefácio. In: SOUZA, H. da C. A. de; JUNQUEIRA, S. R. A.; REIS, Toni (Orgs.). **Ensaio sobre o perfil da comunidade LGBTI+**. Curitiba: IBDSEX, Coleção livres & iguais, 2020. p. 7-9.

BURR, Vivien. **An Introduction to social constructionism**. London: Routledge, 1995.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BYERLY, Carolyn M. Gender, Media, and Political Economy. **The International Encyclopedia of Gender, Media, and Communication**, p. 1-6, 2020. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781119429128.iegmc109>. Acesso em 10 jan. 2022.

CABALLERO, Alan Isaac Mendes; JUNIOR, Antonio Carlos Dias. A atuação do movimento Escola Sem Partido em quatro escolas municipais Campinas-SP. **Periferia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 158-184, 2021.

CAICEDO, Julián Andrés Ortiz; ANGEL, Sergio Baquero; CUELLAR, Julián Andrés Argote. Una ciencia política transdisciplinar en Colombia. **Civilizar Ciencias Sociales y Humanas**, v. 15, n. 28, p. 135-150, 2015.

CALLIGARIS, Contardo. Somos os otários de todos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 abr. 2016. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/colunas/c_ontardocalligaris/2016/04/1760540-somos-os-otarios-de-todos.shtml. Acesso em 10 jan. 2017.

CAMARGO, Bruna Quinsan. **Em defesa das crianças?** A instrumentalização da democracia no discurso antigênero na Câmara dos Deputados e em espaços religiosos. 2021. 190 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

CAMERLO, Marcelo; MALAMUD, Andrés. Ensayos y perspectivas sobre la Política Comparada Latinoamericana - Portugal. In: GEARY, Mirta; LUCCA, J. B.; PINILLOS, C. (Orgs.). **Política latinoamericana comparada**. Rosario: UNR Editora, 2015. p. 171-177.

CAMERLO, Marcelo; MALAMUD, Andrés; VAZ-PINTO, Raquel (Orgs.). **Ciência Política à Portuguesa: A Disciplina Contada pelos Seus Protagonistas**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2020.

CANCELA, João; COELHO, Thierry Dias; RUIVO, João Pedro. Mapping political research in Portugal: scientific articles in national academic journals (2000-2012). **European Political Science**, v. 13, n. 4, p. 327-339, dez. 2014.

CANTÚ-ORTIZ, Francisco J. (Ed.). **Research Analytics: Boosting University Productivity and Competitiveness through Scientometrics**. New York: Auerbach Publications, 2017.

CARDOSO, Daniel. Diversidade relacional e olhares mediáticos: uma década de representações jornalísticas de não-monogâmias consensuais em Portugal. **Communitas**, v. 5, n. 12, p. 54-73, 2021.

CARDOSO, Daniel. **Entre Corpos e Ecrãs: identidades e sexualidades dos jovens nos novos media**. 2016. 404 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação, especialidade Cultura Contemporânea e Novas Tecnologias) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), Lisboa, 2016.

CARDOSO, Suliane da Silva; BRINGHENTI, Taiane Fabiele da Silva. Entre dissertações e teses: análise de metodologias qualitativas e quantitativas na Ciência Política brasileira. In: ENCONTRO DA ABCP, 12, 2020, João Pessoa. **Paper...** João Pessoa: ABCP / Universidade Federal da Paraíba, 2020.

CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 173-188, 2016.

CARRANZA, Brenda. Presentación - Erosión de las democracias latinoamericanas: el ascenso político de los cristianos. **Ciências Sociais e Religião**, Campinas, v. 22, e020013, 2020. Disponível em <https://bit.ly/3p6ZzG8>. Acesso em 12 abr. 2022.

CARRANZA, Brenda; VITAL DA CUNHA, Christina. Conservative religious activism in the Brazilian Congress: Sexual agendas in focus. **Social Compass**, v. 65, n. 4, p. 486-502, 2018.

CASALI, Gessiane Pereira. **Bela, recatada, do lar e clandestina: perspectivas sobre o aborto inseguro**. 2020. 177 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – a Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

CASCAIS, António Fernando C. T. **Michel Foucault: de uma arqueologia do saber a uma vontade de verdade**. 1987. 358 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1987.

CASCAIS, António F. C. T. Diferentes como só nós. O associativismo GLBT português em três andamentos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 76, p. 109-126, 2006.

CASCAIS, António F. C. T. Scrutinizing Historiography: From Pederasty to Sodomy to Homosexuality to LGBT/Queer Sexualities. In: RAMELLO, Stefano (Ed.). **Fascination of Queer**. Oxford: Inter-Disciplinary Press (IDP), 2011. p. 15-22.

CASE, Mary Anne. Transformations in the Vatican's war on "gender ideology". **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 44, n. 3, p. 639-664, 2019.

CASTANHEIRA, José Pedro. A História de 2080 semanas. **Expresso**, Lisboa, 08 jan. 2013. Expresso 40 anos. Disponível em <https://bit.ly/3jVA6gX>. Acesso em 07 set. 2021.

CASTELO BRANCO, Manuel; DELGADO, Catarina; SOUSA, Cristina; SÁ, Manuel. Intellectual capital disclosure media in Portugal. **Corporate Communications: An International Journal**, v. 16, n. 1, p. 38-52, 2011.

CERQUEIRA, Carla Preciosa Braga. Igualdade de género: Um caminho de mudanças e retrocessos. **Comunitas Think Tank**, Braga, 08 mar. 2019. Disponível em <https://bit.ly/3BAFVIw>. Acesso em 15 abr. 2020.

CERQUEIRA, Carla Preciosa Braga. **Quando elas (não) são notícia**: Mudanças, persistências e reconfigurações na cobertura jornalística sobre o Dia Internacional da Mulher em Portugal (1975-2007). 2012. 572 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação, Especialidade de Psicologia da Comunicação) – Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 2012.

CHATTERJEE, Abhishek. Ontology, Epistemology, and Multimethod Research in Political Science. **Philosophy of the Social Sciences**, v. 43, n. 1, p. 73-99, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHRISTIAN-SMITH, Linda K. **Becoming a woman through romance**. New York: Routledge, 2019.

CLARK, Vicki Plano; CASASY, Catherine Huddleston; CHURCHILLZ, Susan; GREEN, Denise O'Neil; GARRETT, Amanda. Mixed methods approaches in family science research. **Journal of Family Issues**, v. 29, n. 11, p. 1543-1566, 2008.

COELHO, Joana Sofia Pereira. **O Nome e a Alteração de Género**. 2021. 78 p. Dissertação (Mestrado em Solicitadoria) – Instituto Politécnico do Porto, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Porto, 2021.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers**. New York: Routledge, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO, J. Ignacio. Actores y estrategias en la movilización anti-género en España: el desplazamiento de una política de iglesia al activismo laico. **Revista Psicología Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 524-542, dez. 2018.

CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO, J. Ignacio. La "ideología de género" frente a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español. **Cadernos pagu**, São Paulo, n. 50, e175009, 2017.

CORRÊA, Sonia (Ed.). **Políticas antigênero na América Latina**: resumos dos estudos de casos nacionais. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), proyecto basado en Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids (ABIA), 2021.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos pagu**, São Paulo, n. 53, e185301, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1590/18094449201800530001>. Acesso em 12 abr. 2022.

CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. Brasil. In: CORRÊA, Sonia (Ed.). **Políticas antigênero na América Latina**: resumos dos estudos de casos nacionais. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), proyecto basado en Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids (ABIA), 2021. p. 70-89.

CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. **Políticas antigênero en América Latina**: Brasil – ¿la catástrofe perfecta? Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), proyecto basado en Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids (ABIA), 2020.

CORREDOR, Elizabeth S. Unpacking “Gender Ideology” and the Global Right’s Antigender Countermovement. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 44, n. 3, p. 613-638, 2019.

COUTINHO, Diana Sofia Araújo. A Gestação de Substituição face aos direitos reprodutivos na Europa do século XXI: algumas reflexões. In: GONÇALVES, Anabela Susana de Sousa (Coord.). **Anuário de Direitos Humanos 2018**. Braga: Centro de Investigação em Justiça e Governação, dez. 2018. p. 41-72. Disponível em https://issuu.com/comunicadireito/docs/anuario_dh_2019_final. Acesso em 10 set. 2020.

COUTINHO, José Pereira. Religiosidade em Portugal: caracterização, comparação e evolução. **Religião & Sociedade**, v. 39, n. 3, p. 58-81, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, p. 7-16, 2002.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/1229039?seq=1>. Acesso em 08 jun. 2020.

CRESWELL, John W. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 4. ed. California: SAGE Publications, 2014.

CUNHA, Magali do Nascimento. Construções Imaginárias sobre a Categoria “Gênero” no Contexto do Conservadorismo Político Religioso no Brasil dos Anos 2010. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 49, n. 2, p. 253-276, maio/ago. 2017.

CUNHA, Magali do Nascimento. Gênero, religião e cultura: um olhar sobre a investida neoconservadora dos evangélicos nas mídias no Brasil. In: SOUZA, Sandra Duarte; SANTOS, Naira Pinheiro. **Estudos feministas e religião**: tendências e debates. Curitiba: Prismas/Metodista, 2014. p. 101-126.

CUNHA, Magali do Nascimento. Religião e Política: ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. **Perseu. História, Memória e Política**, São Paulo, v. 7, n. 11, p. 147-168, 2016.

CUPAC, Jelena; EBETÜRK, Irem. The personal is global political: The antifeminist backlash in the United Nations. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 22, n. 4, p. 702-714, 2020.

CURIEL, Ochy. **La Nación Heterosexual: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación**. Bogotá: Brecha Lésbica y en la frontera, 2013.

CYFER, Ingrid. A bruxa está solta: os protestos contra a visita de Judith Butler ao Brasil à luz de sua reflexão sobre ética, política e vulnerabilidade. **Cadernos pagu**, São Paulo, n. 53, e185303, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1590/18094449201800530003>. Acesso 12 abr. 2022.

DAHL, Robert A. **¿Quién gobierna? Democracia y poder en una ciudad estadounidense**. Tradução Belén Urrutia. Centro de Investigaciones Sociológicas, 2010.

DAHL, Robert A. **Democracy and Its Critics**. New Haven and London: Yale University Press, 1989.

DAHL, Robert A. **The Concept of Power**. In: BELL, Roderick; EDWARDS, David V.; WAGNER, R. Harrison. *Political Power A Reader in Theory and Research*. New York: The Free Press, p. 79-93, 1969.

DAVIES, Catherine. Troped out of history: women, gender and nation in the poetry of Andres Bello. **Bulletin of Hispanic Studies**, v. 84, n. 1, p. 99-112, 2007.

DENTON, Melinda Lundquist. Gender and marital decision making: Negotiating religious ideology and practice. **Social Forces**, v. 82, n. 3, p. 1151-1180, 2004.

DIAP, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Eleições 2018: bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado**. DIAP, 17 out. 2018. Disponível em <http://bit.ly/2K0FPPH>. Acesso em 13 jul. 2019.

DIAS, André Bonsanto. **O presente da memória: Usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o ‘golpe de 1964’ e a ‘ditabranda’**. 2012. 204 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, p. 477-492, 2008.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em revista**, Curitiba, n. 39, p. 39-50, 2011.

DRISKO, James W.; MASHI, Tina. **Content Analysis**. Pocket Guides to Social Work Research Methods. Oxford / New York: Oxford University Press, 2016.

DRUMMOND, Daniela Rocha. **A quarta onda do movimento feminista no jornalismo brasileiro no jornalismo brasileiro e português**: um estudo sobre as coberturas jornalísticas da Folha de S.Paulo e do Público (2013-2018). 2020. 220 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

DRUMMOND, Daniela; SOUZA, Juliana Inez Luiz de; ALMEIDA, Tatiane de. As imagens do movimento feminista nos jornais do Brasil e de Portugal (2013-2015). **Agenda Política**, São Carlos, v. 7, n. 3, p. 36-62, 2019.

DUARTE, Fátima; CANÇO, Dina; PINTO, Leonor Gaspar (Coords.). **Igualdade de Género em Portugal 2014**. Lisboa: Divisão de Documentação e Informação da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género da Presidência do Conselho de Ministros (CIG), 2015.

DUERST-LAHTI, Georgia. Gender ideology: masculinism and feminalism. In: GOERTZ, Gary; MAZUR, Amy G (Eds.). **Politics, Gender, and Concepts: Theory and Methodology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 159-192.

EDELMAN, Lee. **No Future: Queer Theory and the Death Drive**. Durham / London: Duke University Press, 2004.

ENEC. **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania**. Lisboa: República Portuguesa, XXI Governo Constitucional, 2017.

EXPRESSO. Estatuto editorial. **Expresso**, Lisboa, 20 jan. 2020. Disponível em <https://bit.ly/2VmiK3y>. Acesso em 06 set. 2021.

EXPRESSO. Expresso é o jornal mais lido em Portugal. **Expresso**, Lisboa, 27 jun. 2019. Disponível em <http://bit.ly/2nayVjc>. Acesso em 03 out. 2019.

EXPRESSO. **Pesquisa pelo termo “ideologia de género”**. Disponível em <https://bit.ly/2E2Cd0s>. Acesso em 11 mar. 2021.

EXPRESSO. Primeiro casamento homossexual na GNR. **Expresso**, Lisboa, 09 fev. 2011. Disponível em <https://bit.ly/3LAyx4j>. Acesso 10 set. 2020.

FACCHINI, Regina; SÍVORI, Horacio. Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. **Cadernos pagu**, São Paulo, n. 50, e175000, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/18094449201700500000>. Acesso em 12 abr. 2022.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERES JÚNIOR, João. Em defesa das valências: uma réplica. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 19, p. 277-298, jan./abr. 2016.

FERREIRA, Mauricio dos Santos; TRAVERSINI, Clarice Saete. A Análise Foucaultiana do Discurso como Ferramenta Metodológica de Pesquisa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 207-226, jan./mar. 2013.

FILHO, Flavi Ferreira Lisboa; SILVA, Thomas Josue (Orgs.). **Cultura e identidade: subjetividades e minorias sociais**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2018.

FOLHA DE S.PAULO. O jornal mais influente do Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo. Disponível em <https://bit.ly/3tjq1Q>. Acesso em 06 set. 2021a.

FOLHA DE S.PAULO. **Pesquisa pelo termo “ideologia de gênero”**. Disponível em <https://bit.ly/3iPjAfd>. Acesso em 15 mar. 2021b.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRASER, Nancy. **Repensar el ámbito público: uma contribución a la crítica de la democracia realmente existente**. Revista Debate Feminista, p. 23-58, 1993.

FREIRE, Priscila. ‘Ideologia de gênero’ e a Política de Educação no Brasil: Exclusão e Manipulação de um Discurso Heteronormativo. **Ex æquo**, Lisboa, n. 37, p. 33-46, 2018.

FUKS, Mario. **Arenas de Ação e Debate Públicos: Os Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro (1985-1992)**. 1997. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1997.

FURLIN, Neiva. Do gênero à “ideologia de gênero” no campo das políticas educacionais: apontamentos teóricos, históricos e políticos. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 44, p. 465-487, 2021.

G1. Quem é André Mendonça, 2º ministro de Bolsonaro no STF. **G1**, São Paulo, 24 nov. 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/24/quem-e-andre-medonca.ghtml>. Acesso em 10 jan. 2022.

GALLAGHER, Margaret. **Gender-Setting: News Agenda for Media Monitoring and Advocacy**. London: Zed Books, 2001.

GALVANI, Giovanna. Bolsonaro se filia ao PL e diz querer compor bancadas para “fazer melhor para o Brasil”. **CNN**, São Paulo, 30 nov. 2021. CNN Eleições 2022. Disponível em <https://bit.ly/3dzqOHd>. Acesso 15 jan. 2022.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; PLUYE, Pierre; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 4-24, 2017.

GAMSON, William A.; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. **American Journal of Sociology**, v. 95, n. 1, p. 1-37, 1989.

GARBAGNOLI, Sara. Against the heresy of immanence: Vatican's 'gender' as a new rhetorical device against the denaturalization of the sexual order. **Religion and Gender**, v. 6, n. 2, p. 187-204, 2016.

GARRAIO, Júlia; TOLDY, Teresa. “Ideologia de género”: origem e disseminação de um discurso antifeminista. **Revista Mandrágora**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 129-155, 2020.

GEIST, Claudia. The welfare state and the home: Regime differences in the domestic division of labour. **European Sociological Review**, v. 21, n. 1, p. 23-41, 2005.

GIDDENS, Anthony. **The Constitution of Society**. Cambridge: Polity Press, 1984.

GMMP, Global Media Monitoring Project. **Who make the news?** Monitoring methodology guides and coding tools. Disponível em <https://bit.ly/3G6a1VR>. Acesso em: 20 dez. 2020.

GOERTZ, Gary; MAZUR, Amy G (Eds.). **Politics, Gender, and Concepts: Theory and Methodology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

GOMES, Carla de Castro. **Propagação dos Termos “Ideologia de Gênero” e “Aborto” nas Mídias Escritas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), proyecto basado en Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids (ABIA), 2020.

GONÇALVES, Daniela Fernandes. **O papel dos media em tempos de crise: Visões sobre a Troika em Portugal e na Alemanha**. 2016. 118 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais, especialidade de Estudos Europeus), Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016a.

GONÇALVES, Joana Costa. **Do papel ao digital: a extensão do Jornal Expresso para a Web**. 2016. 147 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação - Media e Jornalismo) – Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas, Braga, 2016b.

GONÇALVES, Kelber Pereira. Gender, religion and new medias in Latin America. In: RADDE-ANTWEILER, Kerstin; ZEILER, Xenia (Eds.). **The Routledge Handbook of Religion and Journalism**. London/New York: Routledge, 2020. p. 199-213.

GONÇALVES, Liliana Cristina Azevedo. **O poder dos dados na infografia: O caso do jornal Expresso**. 2019. 126 p. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Escola Superior de Comunicação Social-IPL, Lisboa, 2019.

GONÇALVES, Patricia Daniela Barata; SEQUEIRA, C. A. C.; SILVA, M. A. T. C. P. Content analysis of nursing diagnoses in mental health records in Portugal. **International Nursing Review**, v. 66, n. 2, p. 199-208, 2019.

GONÇALVES, Ricardo Dantas. **Geografia eleitoral: tendências e indicações para o desenvolvimento da Ciência Política**. 2021. 165 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz S.A., 2020.

GRABOWSKA, Magdalena. Cultural War or Business as Usual? Recent Instances and the Historical Origins of the Backlash Against Women's Rights and Sexual Rights in Poland. In: Heinrich Böll Foundation (Ed.). **Anti-Gender Movements on the Rise?** Strategising for Gender Equality in Central and Eastern Europe. Publication Series on Democracy, volume 38. Berlin: Heinrich Böll Stiftung, 2015.

GRIECO, Marco. Expresso: uma história visual de sucesso. **Expresso**, Lisboa, 14 dez. 2020. Disponível em <https://bit.ly/3yYUsdN>. Acesso em 07 set. 2021.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo**. Sentido e formas de uso. Estoril: Principia Editora, 2006.

GUTIÉRREZ, Sara Martín; GRECCO, Gabriela de Lima. Salvando las ánimas: Discursos de género y religión en las revistas de la Acción Católica Española. **Ex æquo**, Lisboa, v. 37, p. 63-80, 2018.

GWIAZDA, Anna. Right-wing populism and feminist politics: The case of Law and Justice in Poland. **International Political Science Review**, v. 42, n. 5, p. 580-595, 2021.

GYE, Joengmeen. “Nasty Old Cats”: Sexual Politics of Spinster Detective Fiction. **The Journal of English Language and Literature**, v. 59, n. 4, p. 511-526, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HAMED, Sarah; AHLBERG, Beth-Maina; TRENHOLM, Jill. Powerlessness, Normalization, and Resistance: A Foucauldian Discourse Analysis of Women’s Narratives On Obstetric Fistula in Eastern Sudan. **Qualitative Health Research**, v. 27, n. 12, p. 1828-1841, 2017.

HAMLIN, Cynthia Lins. Gender ideology: an analysis of its disputed meanings. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 1001-1022, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, São Paulo, n. 5, p. 7-41, 1995.

HAYWARD, Clarissa Rile. *De-facing power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HEWITT, Sally. Discourse Analysis and Public Policy Research. **Centre for Rural Economy Discussion Paper Series**, v. 24, p. 1-16, 2009.

HOOKS, Bell. **Feminist theory: From margin to center** Boston. Massachusetts: SAGE Publications, 1984.

HUMPHREYS, Macartan; JACOBS, Alan M. Mixing Methods: A Bayesian Approach. **American Political Science Review**, v. 109, n. 4, p. 653–673, 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Países. Disponível em <https://pais.es.ibge.gov.br/#/mapa/comparar/portugal?lang=pt>. Acesso em 12 mar. 2022.

INGLEHART, Ronald F.; NORRIS, Pippa. Trump, Brexit, and the rise of populism: Economic have-nots and cultural backlash. In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION (APSA), 2016, Philadelphia. **Paper...** Philadelphia: APSA, 2016.

ISAIA, Letícia Sarturi. **A revolução fashion: os blogs como instrumentos de consolidação da identidade plus size.** 2015. 153 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Arte e Cultura) – Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 2015.

JOHNSON, Janet Buttolph; REYNOLDS, H. T.; MYCOFF, Jason D. **Political Science Research Methods.** 8. ed. California: SAGE Publications, 2015.

JOHNSON, R. Burke; ONWUEGBUZIE, Anthony J.; TURNER, Lisa A. Toward a Definition of Mixed Methods Research. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 1, n. 2, p. 112-133, 2007.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: uma categoria de mobilização política. In: SILVA, Márcia Alves da (org.). **Gênero e diversidade: debatendo identidades.** São Paulo: Perse, 2016. p. 229-245.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico.** Revista Espaço do Currículo, vol. 2, n. 2, p. 208-230, set. 2009 a mar. 2010.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar: a Pedagogia do Armário. In: SILVA, Fabiane Ferreira da (Org.). **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação.** Uruguaiana: Unipampa, 2011.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas.** Natal: Editora UFRN, Revista Bagoas: estudos gays, 2007.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: MILSKOLCI, Richard (Org.). **Discursos fora da Ordem: deslocamentos, reinvenções e direitos.** São Paulo: Annablume, Série Sexualidades e Direitos Humanos, 2012. Disponível em <https://goo.gl/tbxz4L>. Acesso em 12 jan. 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Pedagogia do armário: A normatividade em ação.** Brasília: Revista Retratos da Escola, vol. 7, n. 13, p. 481-498, julho/dezembro 2013.

KAWULICH, Barbara. The role of Theory in Reserach. In: GARNER, Mark; WAGNER, Claire; KAWULICH, Barbara (Eds.). **Teaching Research Methods in the Social Sciences.** Farnham/Burlington: Ashgate Publishing, 2009. p. 37-47.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism.** 2 ed. Münster: Unrast Verlag, 2012.

KING, Andrew; SANTOS, Ana Cristina; CROWHURST, Isabel (Eds.). **Sexualities Research: Critical Interjections, Diverse Methodologies, and Practical Applications**. Routledge Advances in Critical Diversities Series. New York / London: Routledge, 2019.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry: Scientific inference in qualitative research**. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

KOVÁTS, Eszter. Questioning Consensuses: Right-Wing Populism, Anti-Populism, and the Threat of ‘Gender Ideology’. **Sociological Research Online**, n. 23, v. 2, p. 1-11, 2018.

KOVÁTS, Eszter; PETŐ, Andrea. Anti-gender discourse in Hungary: A discourse without a movement?. In: KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David (Eds.). **Anti-Gender Campaigns in Europe: Mobilizing against Equality**. London/New York: Rowman & Littlefield International, 2017. p. 117-132.

KOVÁTS, Eszter; PÕIM, Maari (Eds.). **Gender as symbolic glue - The position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilizations in Europe**. Budapest: FEPS – Foundation for European Progressive Studies, 2015.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Content analysis: an introduction to its methodology**. 2. ed. California: SAGE Publications, 2004.

KUHAR, Roman. Playing with science: Sexual citizenship and the Roman Catholic Church counter-narratives in Slovenia and Croatia. **Women's Studies International Forum**, n. 49, p. 84-92, 2015.

KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David (Eds.). **Anti-Gender Campaigns in Europe: Mobilizing against Equality**. London/New York: Rowman & Littlefield International, 2017.

LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados**. 2018. 209 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2018.

LEE, Kyung-Ran. Female Development and Gender Politics of the 19th-Century America: Susan Warner’s *The Wide, Wide World*. **Journal of English Studies in Korea**, v. 14, p. 79-105, 2008.

LEE, So-Young. Women’s Issues through British and American Culture: Teaching *Jane Eyre* in a General Elective Course. **The Journal of Foreign Studies**, v. 52, p. 155-184, 2020.

LEITE, Fernando. Tradições intelectuais na ciência política brasileira contemporânea. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 60, p. 751-791, 2017.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 119-142, 2019.

LIEBERMAN, Evan S. Nested Analysis as a Mixed-Method Strategy for Comparative Research. **American Political Science Review**, v. 99, n. 3, p. 435-452, 2005.

LIJPHART, Arend. **Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in 36 Countries**. New Haven: Yale University Press, 1999.

LIMA, Beá. Linchamento virtual de jornalistas na eleição alerta para risco à liberdade de imprensa. **El País**, 25 out. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3Drozwl>. Acesso em 29 nov. 2021.

LIMA, Helena Laura Dias de. **Os Diários Portuenses e os Desafios da Actualidade na Imprensa: Tradição e rupturas**. 2008. 533 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto, 2008.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e190901, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1678-463420194519091>. Acesso em 21 fev. 2022.

LIMA, Jorge Ávila de. Por uma Análise de Conteúdo Mais Fiável. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, v. 47, n. 1, p. 7-29, 2013.

LIMA, Luís Corrêa. Estudos de gênero versus ideologia: desafios da teologia. **Revista Mandrágora**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 89-112, 2015.

LINDSKÖLD, Linnéa. Google as a political subject: the right to be forgotten debate 2014–2016. **Online Information Review**, v. 42, n. 6, p. 768-783, 2018.

LOBO, Paula; SILVEIRINHA, Maria João; TORRES DA SILVA, Marisa; SUBTIL, Filipa. “In Journalism, We Are All Men” Material voices in the production of gender meanings. **Journalism Studies**, v. 18, n. 9, p. 1148-1166, 2017.

LÓPEZ PACHECO, Jairo Antonio. La (re)irrupción del discurso de la “ideología de género” en América Latina. Protestas, atención del público y respuestas gubernamentales. **Estudios Políticos**, Medellín, n. 60, p. 145-177, 2021.

LORDE, Audre. Mulheres negras: As ferramentas do mestre nunca irão dismantelar a casa do mestre. Tradução de Renata. **Geledes**, 10 set. 2013a. Disponível em <https://goo.gl/zaR3sV>. Acesso em 26 set. 2017.

LORDE, Audre. Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo. Tradução de Renata. **Geledes**, 19 maio 2013a. Disponível em <https://goo.gl/MfpQbV>. Acesso em 28 set. 2017.

LOSEKANN, Cristiana. **A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro**. Pelotas: Pensamento Plural, p. 37-57, janeiro/junho, 2009.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: Pedagogia da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, p. 85-93, 2009.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, María. **Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing Coalition Against Multiple Oppressions (Feminist Constructions)**. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers, 2003.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, p. 935-952, 2014.

LUKES, Steven. **O poder: Uma visão radical**. Tradução de Vamireh Chacon. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Curso de Introdução à Ciência Política, 1980.

LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. **Cadernos pagu**, Campinas, nº 50, e175018, 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500018>. Acesso em 04 jul. 2019.

LUSA. 2011: Cronologia do ano. **Diário de Notícias**, Lisboa, 01 jan. 2012. Disponível em <https://www.dn.pt/gente/perfis/2011-cronologia-do-ano-2211449.html>. Acesso 10 set. 2020.

MACHADO, Carla. Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito. **Interações: Sociedade e as novas modernidades**, Coimbra, v. 4, n. 7, p. 60-80, out. 2004.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, e47463, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n247463>. Acesso em 12 abr. 2022.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 23, n. 47, p. 351-380, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-71832017000100012>. Acesso em 12 abr. 2022.

MACIEIRA, Filipa de Alvim e Norton. **Adoção homoparental em Portugal: Evolução, estigma e aceitação**. 2020. 50 p. Dissertação (Mestrado Integrado em Medicina) – Universidade da Beira Interior, Covilhão, 2020.

MAGALHÃES, Sara Isabel Almeida. **Como ser uma Ragazza: Discursos de sexualidade numa revista para raparigas adolescentes**. 2011. 272 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade do Minho, Escola de Psicologia, Braga, 2011.

MAIA, Marcos Felipe Gonçalves; ROCHA, Damião. Ideologia de gênero: Tensões e desdobramentos na educação. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 25, p. 402-419, set./dez. 2017.

MAIGRET, Éric. **Sociologia da comunicação e das mídias**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Editora Senac, 2010.

MAIGRET, Éric; MACÉ, Éric. **Penser les médiacultures: nouvelles pratiques et nouvelles approches de la représentation du monde**. Paris: Armand Colin, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MANO, Maíra Kubík. As mulheres desiludidas: de Simone de Beauvoir à “ideologia de gênero”. **Cadernos pagu**, São Paulo, v. 56, e195624, 2019. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201900560024>. Acesso em 12 abr. 2022.

MANUEL, Paulo Jorge Silva Rebelo. **A Luta contra o Terrorismo em Portugal (Modelo no período 1974-2011)**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2015.

MARIANO, Gustavo Borges. Ofensivas Antigênero e suas Mobilizações Estratégicas dos Direitos Humanos. IN: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 44, 2020, online. **Paper...** São Paulo: ANPOCS, 2020. Disponível em <https://bit.ly/3BujWmu>. Acesso em 10 set. 2021.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MEC, Ministério da Educação. **Avaliação do Plano Nacional de Educação, 2001-2008**. Brasília: INEP, vol. 1, 2009a. Disponível em <https://goo.gl/IfCOiq>. Acesso em 31 dez. 2016.

MEC, Ministério da Educação. **Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, socioeconômica e orientação sexual. Produto 7, Relatório Analítico Final**. Coordenador responsável: Prof. José Afonso Mazzon. São Paulo: INEP e Fipe, maio de 2009b. Disponível em <https://goo.gl/TLJeOM>. Acesso em 12 jan. 2017.

MELLO, Patrícia Campos. Bolsonaro atacou imprensa 87 vezes no primeiro semestre de 2021, aumento de 74%, diz entidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jul. 2021. Disponível em <https://bit.ly/2ZT27if>. Acesso em 29 nov. 2021.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª ed., 1994.

MENA-LÓPEZ, Maricel; RAMÍREZ ARISTIZÁBAL, Fidel Mauricio. Las falacias discursivas en torno a la ideología de género. **Ex æquo**, Lisboa, n. 37, p. 19-31, 2018.

MERTENS, Donna M. **Transformative research and evaluation**. New York: The Guilford Press, 2009.

MÍDIA DADOS, Grupo de Mídia São Paulo. **Mídia Dados Brasil 2021**. Disponível em <https://midiadadosgmsp.com.br/2021/>. Acesso em 04 set. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova: Revista da Cultura e Política**, São Paulo, n. 55-56, p. 155-184, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 97-123, junho, 2007. Disponível em <https://goo.gl/TvDICC>. Acesso em 22 mar. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; OLIVEIRA, Michel. Pânico Moral e Ódio à Diferença: a estratégia discursiva do “Escola Sem Partido”. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, Pelotas, v. 6, n. 2, p. 261-278, 2020.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos pagu**, São Paulo, n. 28, p. 101-28, jan./jun. 2007. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>. Acesso em 05 nov. 2019.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, dez. 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>. Acesso em 03 jul. 2019.

MOLEIRO, Carla (Coord.). **Linhas de Orientação para a Prática Profissional no Âmbito da Intervenção Psicológica com Pessoas LGBTQ**. Grupo de Trabalho Intervenção do Psicólogo com pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans (LGBT). Lisboa: Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), Linhas de Orientação para a Prática Profissional OPP, jul. 2020. Disponível em https://www.ordemospsicologos.pt/ficheiros/documentos/linhasorientacao_lgbtq.pdf. Acesso em 15 jan. 2022.

MONT'ALVERNE, Camila B. P. P. “**Pródigo em decisões contra o interesse público**”: Imagem pública, agendamento e enquadramento do congresso nacional nos editoriais dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. 245 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Fortaleza, 2016.

MORÁN FAÚNDES, José Manuel. The geopolitics of moral panic: The influence of Argentinian neo-conservatism in the genesis of the discourse of ‘gender ideology’. **International Sociology**, v. 34, n. 4, p. 402-417, 2019.

MOREIRA, Fabiane Barbosa. **Os valores-notícia no jornalismo impresso**: análise das ‘características substantivas’ das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e o Globo. 2006. 157 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 115-223, 2006

NEUENDORF, Kimberly A. **The content analysis guidebook**. 2. ed. Los Angeles: SAGE, 2017.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 408-412, 2005.

NICHOLSON, Linda J. **Feminism/Postmodernism**. London: Routledge, 1990.

NOGUEIRA, Conceição. A análise do discurso. In: ALMEIDA, Eugénia M.; FERNANDES, Leandro S. (Eds.). **Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação psicológicas**. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho (CEEP), 2001. p. 15-48.

NOOR, Samina; MUSARRAT, Razia; ANSARI, Muhammad I. Perfection and Working Women: Foucauldian Discourse Analysis of a Pakistani Morning Show. **Global Political Review**, v. V, n. I, p. 135-144, 2020.

NUNES, Bibó. **Discurso na Câmara dos Deputados de 03 novembro de 2020**. s/p. Disponível em <https://bit.ly/3Bsvgj6>. Acesso em 07 jun. 2021.

OBSERVADOR. **Portugal 2015: ano em revista**. Observador, Lisboa, 31 dez. 2015. Disponível em <https://observador.pt/especiais/portugal-2015-ano-revista/>. Acesso em 10 set. 2020.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Políticas conservadoras no contexto escolar e autonomia docente. **Práxis educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015335, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15335.069>. Acesso em 10 jan. 2022.

OLIVEIRA, João Manuel de. Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma cidadania de “consolação”. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 25, p. 68-78, 2013.

OLIVEIRA, Wenderson Silva; MELO, Carlos Ian Bezerra de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Discursos antigênero e políticas curriculares cearenses: entre tensões e resistências. **Práxis educativa**, Ponta Grossa, v. 16, p. 1-26, 2021.

OLIVEIRA, Rosana Medeiros de; DINIZ, Debora. Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica: sobre o marco heteronormativo. **Educação & Realidade**, Campinas, v. 39, p. 241-256, 2014.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. In: BAKARE-YUSUF, Bibi; ARNFRED, Signe (Eds.). **African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms**. Senegal: CODESRIA Gender Series, v. 1, 2004. p. 1-8.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1997.

PALACIOS, Marcos; MIELNICZUK, Luciana; BARBOSA, Suzana; RIBAS, Beatriz; NARITA, Sandra. Um mapeamento de características e tendências no jornalismo online brasileiro. In: SEMINÁRIO DA REDECOM, 2002, Salvador. **Paper...** Salvador: UFBA, 2002. Disponível em <https://goo.gl/xjIFuo>. Acesso em 28 ago. 2016.

PANKE, Luciana; CERVI, Emerson C. Análise da comunicação eleitoral: uma proposta metodológica para os estudos do HGPE. **Contemporanea** – Revista de Comunicação e Cultura, v. 9, n. 3, p. 390-404, 2012.

PARKER, Ian. **Critical discursive psychology**. 2. ed. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015.

PARKER, Ian. **Discourse dynamics: Critical analysis for social and individual psychology**. London: Routledge, 1992.

PARKER, Ian. **Qualitative Psychology: Introducing Radical Research**. Berkshire: Open University Press, 2005.

PARKER, Ian. **Social constructionism, discourse and realism**. London: SAGE, 1998.

PARSONS, Talcott. On the Concept of Political Power. In: **Politics and Social Structure**. New York, London: The Free Press, Collier-MacMillan Limited, 1969.

PATO, Maria Lúcia; DUQUE, Ana Sofia. Sustainability Communication in Rural Tourism: Website Content Analysis, in Viseu Dão Lafões Region (Portugal). **Sustainability**, v. 13, n. 16, 8849, 2021.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Judith Butler e a pomba-gira. **Cadernos pagu**, São Paulo, n. 53, e185304, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1590/18094449201800530004>. Acesso em 21 fev. 2022.

PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, p. 235-263, 2009.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. O poder sem face: de volta à velha antinomia “estrutura” e “prática”? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 20, p. 147-152, 2003.

PERISSINOTTO, Renato. Poder: Imposição ou consenso ilusório? Por um retorno a Max Weber. In: NOBRE, Renarde Freire (org.). **O poder no pensamento social: dissonâncias**. Editora UFMG, 2008. p. 29-58.

PERSSON, Janaina Negreiros. Re-defining gender as a heinous crime: A case study from the Brazilian Chamber of Deputies. **Discourse & Society**, v. 32, n. 3, p. 346-368, 2021.

PETERS, Guy. **Strategies for Comparative Research in Political Science: Theory and Methods**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2013.

PETÓ, Andrea. Anti-gender movements in Europe – What to do about them? **Gender Matters! Antifeminism** - Newsletter on gender activities by the Friedrich-Ebert-Stiftung, n. 6, p. 19-27, 2016. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/dialog/09501/06-2016-eng.pdf>. Acesso em 05 abr. 2022.

PETŐ, Andrea. Attack on Freedom of Education in Hungary. The case of gender studies. **Engenderings LSE Blog**, 22 set. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3BTdeI0>. Acesso em 10 out. 2020.

PETŐ, Andrea. Four reasons why Gender Studies has changed because of illiberal attacks, and why it matters. **Heinrich Böll Stiftung Brussels European Union**, Bruxela, 03 maio 2021. Disponível em <https://eu.boell.org/en/2021/05/03/4-reasons-why-gender-studies-has-changed-because-illiberal-attacks-and-why-it-matters>. Acesso em 20 jan. 2022.

PETŐ, Andrea. The Illiberal Polypore State and Its Science Policy. In: MÖRNER, Ninna (Ed.). **The Many Faces of the Far Right in the Post-Communist Space A Comparative Study of Far-Right Movements and Identity in the Region**. Estocolmo: Centre for Baltic and East European Studies (CBEES), Södertörn University, 2022. p. 33-42. Disponível em <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1640388/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em 15 mar. 2022.

PETŐ, Andrea. The Rise of the Far-Right Women's Movements in the 1930s and 2010s. In: RAYNER, Jeremy; FALLS, Susan; NELMS, Taylor C. (Eds.). **Back to the '30s? Recurring Crises of Capitalism, Liberalism, and Democracy**. New York: Palgrave Macmillan, 2020. Disponível em <https://ssrn.com/abstract=3891364>. Acesso em 20 jan. 2022.

PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três estrelas, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Mariana Correia. Grupo extremista cola cartazes contra “ideologia de gênero” em mais de 300 escolas. **Público**, Lisboa, 9 nov. 2018. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/11/09/p3/noticia/grupo-extremista-cola-cartazes-ideologia-genero-300-escolas-1850535>. Acesso 06 set. 2020.

PINTO-COELHO, Zara; MOTA-RIBEIRO, Silvana. O acesso das mulheres ao discurso da imprensa portuguesa. In: SOPCOM, 4, 2005, Porto. **Anais...** Porto: SOPCOM, 2005. p. 1941-1951.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da Mídia e Política. In: ANPOCS, XXVI, 2002, Caxambu. **Paper...** Caxambu: ANPOCS, 2002.

PORTUGAL, Alice. **Discurso na Câmara dos Deputados de 03 novembro de 2020**. s/p. Disponível em <https://bit.ly/3Bsvgj6>. Acesso em 07 jun. 2021.

PORTUGAL, Assembleia da República de. **‘Debates Parlamentares’, pesquisa do termo “ideologia de gênero”**. Disponível em <https://bit.ly/3E6wXDm>. Acesso em 29 abr. 2021.

PORTUGAL, Assembleia da República de. **Diário da Assembleia da República**. Disponível em <https://www.parlamento.pt/DAR>. Acesso em 20 out. 2019.

PRADO, Marco Aurélio Maximo; CORRÊA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 444-448, 2018.

QUADROS, Claudia Irene de; QUADROS JR, Itanel Bastos de; MASIP, Pere. **Webjornalismo: da forma ao sentido. Os casos de Gazeta do Povo e La Vanguardia.** Revista Galáxia, São Paulo, n. 20, p. 161-177, dezembro, 2010.

QUADROS, Marcos P. R.; MADEIRA, Rafael M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 486-522, dez. 2018. Disponível em <http://bit.ly/30RtHqG>. Acesso em 13 jul. 2019.

QUEIROZ, João Vitor Pereira de. **Os bastiões da verdade:** um estudo de caso sobre o discurso conservador católico na internet. 2021. 117 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder e clasificación social. In: QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes:** de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Colección Antologías, 2014. p. 285-327.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Ed.). **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Perspectivas Latinoamericanas, 2000. p. 122-151. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>. Acesso em 10 set. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31, 2005.

RAMIREZ, Gabriela Arguedas. **Políticas antigênero en América Latina** – “Ideología de género”, lo “postsecular”, el fundamentalismo neopentecostal y el neointegrismo católico: la vocación anti-democrática. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), proyecto basado en Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids (ABIA), 2020.

REED, Isaac Ariail. Poder - dimensão relacional, discursiva e performática. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, maio/agosto, 2014.

REIS, Carolina. O dilema da maternidade. **Expresso**, Lisboa, 12 nov. 2016. Edição Impressa. Disponível em <https://bit.ly/3x49xuT>. Acesso em 05 mai. 2020.

REZENDE, Daniela Leandro; ÁVILA, Luciana Beatriz Bastos; OLIVEIRA, Camila Olívia Teixeira. Cidadania religiosa e movimentos antigênero na Câmara dos Deputados brasileira: uma análise dos discursos de legisladores/as, 2014-2017. **Contemporânea**, São Carlos, v. 10, n. 2 p. 585-612, maio-ago. 2020.

REZENDE, Daniela; SOL, Aruna. “Ideologia de gênero” na produção acadêmica brasileira recente. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 162-178, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do discurso: o lingüístico e seu entorno. **DELTA**, v. 22, n. 1, p. 29-52, 2006.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **ALEA**, v. 7, n. 2, p. 302-322, 2005.

RODRIGUES, Artur. Militantes fazem duelo entre músicas LGBT e Pai Nosso em frente à Câmara. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 ago. 2015a. Disponível em <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1667249-militantes-fazem-duelo-entre-musicas-lgbt-e-pai-nosso-em-frente-a-camara.shtml>. Acesso em 10 jan. 2017.

RODRIGUES, Artur. Plano de Educação de SP é aprovado em 1ª votação sem questões de gênero. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 ago. 2015b. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1667439-plano-de-educacao-de-sp-e-aprovado-em-1-votacao-sem-questoes-de-genero.shtml>. Acesso em 10 jan. 2017.

RODRIGUES, Julian. Pauta de costumes? **Revista Fórum**, São Paulo, 24 dez. 2019. Disponível em <https://revistaforum.com.br/rede/pauta-de-costumes/>. Acesso em 24 set. 2021.

RODRIGUES, Karolina Oliveira. **Estupro corretivo: você sabe o que é?** 2021. 45 p. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (FAJS) do Centro Universitário de Brasília (UnICEUB), Brasília, 2021.

ROMERO, Guillermo. Orden, familia y educación sexual. Análisis de la trama de sentidos en torno al movimiento #conmishijosnotemetas en Argentina. **Cultura y religión**, v. 15, n. 1, p. 75-107, 2021.

RONDÓN, Manuel Alejandro Rodríguez. La ideología de género como exceso: Pánico moral y decisión ética en la política colombiana. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 128-148, dez. 2017.

ROSSI, Jéssica de Cássia. **As representações da mulher brasileira na mídia portuguesa:** jornal Expresso. 2011. 255 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2011.

ROST, Mariana; VIEIRA, Miriam Steffen. **Convenções de gênero e violência sexual: A cultura do estupro no ciberespaço.** Contemporanea - Revista de Comunicação e Cultura, vol. 13, n. 2, p. 261-276, 2015.

ROTH, Julia; SAUER, Birgit. Worldwide Anti-Gender Mobilization Right-wing Contestations of Women's and Gender Rights. In: SCHEELE, Alexandra; ROTH, Julia; WINKEL, Heidemarie (Eds.). **Global Contestations of Gender Rights**. Bielefeld: Bielefeld University Press (BiUP), 2022. p. 99-114.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo.** São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SAKS, Flavia do Canto. **Busca Booleana: Teoria e Prática.** 2005. 61 p. Monografia (Graduação em Gestão da Informação) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, 2005.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Coleção Metodologias de Pesquisa. Brasília: Enap, 2021.

SANTOS, Ana Cristina. Luta LGBTQ em Portugal: Duas décadas de histórias, memórias e resistências. **Revista TransVersos**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 36-51, 2018a. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/84356/1/Luta%20LGBTQ%20em%20Portugal.pdf>. Acesso em 10 jan. 2022.

SANTOS, Ana Cristina; PIERI, Mara. Recolocando a autodeterminação na equação? Uma análise da ação coletiva feminista na Europa do Sul. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 47, p. 82-102, 2021. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/56089/36715>. Acesso em 10 jan. 2022.

SANTOS, Maria Helena; AMÂNCIO, Lígia. Género e política: análise sobre as resistências nos discursos e nas práticas sociais face à Lei da Paridade. **Sociologia, problemas e práticas**, Lisboa, n. 68, p. 79-101, 2012.

SANTOS, Maria Helena; CERQUEIRA, Carla; CRUZ, Rui Vieira. Abrindo a caixa de pandora: a participação política das mulheres, as desigualdades de género e a ação positiva. **Journal of Studies on Citizenship and Sustainability**, n. 3, p. 18-40, 2017.

SANTOS, Rayani Mariano dos. Conservadorismo na Câmara dos Deputados: discursos sobre “ideologia de género” e Escola sem Partido entre 2014 e 2018. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 118-134, 2018b.

SANTOS, Rayani Mariano dos; BIROLI, Flávia. O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados (1991-2014): posições e vozes das mulheres parlamentares. **Cadernos pagu**, São Paulo, n. 50, e175013, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/18094449201700500013>. Acesso em 12 abr. 2022.

SANTOS, Santhiele Gomes dos; CARVALHO, Ícaro Trindade. **Estupro corretivo como forma de controle comportamental da vítima**. Faculdade Doctum de João Monlevade, Instituto Ensinar Brasil – Rede Doctum de Ensino, João Monlevade, 2019.

SARMENTO, Rayza. **Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)**. 2017. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2017.

SCHATTSCHEIDER, Elmer Eric. **The Semi-Sovereign People: A Realist's View of Democracy in America**. New York: Holt, Rinehart, & Winston, 1960.

SCOPUS, Elsevier. **Pesquisas com os termos: TITLE-ABS-KEY (gender AND (“sexual diversity” OR lgbt* OR sexuality OR queer); TITLE-ABS-KEY (“gender ideology”); TITLE-ABS-KEY ({gender ideology} AND (conservative OR antigender))**. Disponível em <https://www.scopus.com>. Acesso em 22 jan. 2022.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do género. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012.

SEIXAS, Gabriella Morena da Silva. **“Ideologia de Gênero” em Portugal: narrativas emergentes e construção de significados**. 2021. 85 p. Dissertação (Mestrado em Família e Gênero) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2021.

SERRANO-AMAYA, José Fernando. “Ideología de género”, populismo autoritario y políticas sexuales. **Nómadas**, n. 50, p. 155-173, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.30578/nomadas.n50a10>. Acesso em 15 jan. 2022.

SILVA, Glauco P. Desafios ontológicos e epistemológicos para os métodos mistos na ciência política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, p. 115-128, 2015.

SILVA, Ivanderson Pereira da. Em busca de significados para a expressão “ideologia de gênero”. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, e190810, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0102-4698190810>. Acesso em 10 set. 2020.

SILVA, Luanna Márley de Oliveira e. **Os estudos feministas sobre “ideologia de gênero” no Brasil: uma análise nas produções científicas**. 2019. 199 p. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2019.

SILVA, Renata. Linguagem e ideologia: embates teóricos. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 9, n. 1, p. 157-180, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVEIRA, Pedro. “Uma aula diferente”: um caso de introdução de atividades interativas no ensino da Ciência Política. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 10, p. 1-21, 2020.

SILVEIRINHA, Maria João; SIMÕES, Rita B. D. “As mulheres tentam compensar: O verbo compensar é terrível, não é?” Gênero e jornalismo em tempos de mudança. **Ex æquo**, n. 33, p. 31-47, 2016.

SIMÕES, Assis Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: movimento homossexual ao LGBT**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SMITH, Amy Erica. **Religion and Brazilian democracy: mobilizing the people of God**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 9-29, 2017.

SOUZA, Humberto da C. A. de; JUNQUEIRA, Sergio R. A.; REIS, Toni (Orgs.). **Ensaio sobre o perfil da comunidade LGBTI+**. Curitiba: IBDSEX, Coleção livres & iguais, 2020. p. 10-66.

SOUZA, Juliana Inez Luiz de. “Ideologia de Gênero” na Cobertura Jornalística do Brasil e de Portugal: Comparando Disputas Políticas Discursivas. In: BAPTISTA, Maria Manuel; ALMEIDA, Alexandre R. A. **Gênero e Poder: Performatividades Contra-hegemônicas**. Coimbra: Grácio Editor, 2020.

SOUZA, Juliana Inez Luiz de; CERQUEIRA, Carla; SOUZA, Nelson Rosário de; EDUARDO, Maria Cecília. “Ideologia de gênero” como representação do poder discursivo da heteronormatividade: A cobertura jornalística do Brasil e de Portugal. In: CONGRESSO INTERNACIONAL GÊNERO E MÉDIA: DESAFIOS DE PEQUIM +25, 2020, *online*. **Resumos...** Conferência online. Disponível em <https://gmbeijing25.wordpress.com/>. Acesso em 10 jan. 2022.

SOUZA, Juliana Inez Luiz de. **Disputas discursivas na mídia: a cobertura dos jornais Folha de São Paulo e Gazeta do Povo sobre gênero e diversidade sexual nos Planos de Educação**. 2017. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SOUZA, Nelson Rosário. Poder e Comunicação. In: PERISSINOTTO, Renato; LACERDA, Gustavo Biscaia; SZWAKO, José (orgs.). **Curso livre de teoria política: normatividade e empiria**. Curitiba: Editora Appris, 2016.

SOUZA, Nelson Rosário; ALMEIDA, Viritiana A.; DRUMMOND, Daniela R. Poder, Resistência e Interseccionalidade: As Disputas Discursivas por Identidade no seriado brasileiro “Sexo e as Negas”. **Ex æquo**, Lisboa, n. 35, 2017, p. 65-82.

SOUZA, Sandra Duarte de. “**Não à ideologia de gênero!**” **A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira**. São Bernardo do Campo: Estudos de Religião, vol. 28, n. 2, p. 188-204, julho/dezembro 2014.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 267-295, jan./abr. 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **A Critical of a Postcolonial Reason**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPRAGUE, Joey; KOBRYNOWICZ, Diane. A Feminist Epistemology. In: CHAFETZ, Janet Saltzman. **Handbook of the Sociology of Gender**. Handbooks of Sociology and Social Research. New York: Springer, 2006.

STORTO, Leticia Jovelina; ZANARDI, Reinaldo César. Análise Discursiva de governo coloca ideologia de gênero no ENEM do Pastor Silas Malafaia: Discurso político, da natureza e de ódio. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 19, p. 383-400, 2019.

SUDRÉ, Lu. Jornalista que denunciou caixa 2 de Bolsonaro é alvo de ataques nas redes sociais. **Brasil de Fato**, 19 out. 2018. Disponível em <https://bit.ly/3lucPTO>. Acesso 29 nov. 2021.

SUI, Hongsheng. Duality as Narrative Stance in Gaskell's Emancipatory Feminist Novels. *영어영문학*, v. 67, n. 2, p. 327-335, 2021.

SWEETMAN, David; BADIEE, Manijeh; CRESWELL, John W. Use of the Transformative Framework in Mixed Methods Studies. *Qualitative Inquiry*, v. 16, n. 6, p. 441-454, 2010.

TARROW, Sidney. Bridging the Quantitative-Qualitative Divide in Political Science. *American Political Science Review*, v. 89, n. 2, p. 471-474, 1995.

TEIXEIRA, Raniery Parra. “**Ideologia de gênero**”? as reações à agenda política de igualdade de gênero no Congresso Nacional. 2019. 169 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Brasília, 2019.

TEIXEIRA, Rosana de Barros Silva e. O sintagma “progressão continuada” sob a lupa da análise do discurso: um caso de fórmula discursiva? *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 199-223, 2014.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2000

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRENDS, Google. **Pesquisa pelo termo “gender ideology” no mundo, “ideologia de gênero” no Brasil e “ideologia de gênero” em Portugal**. Disponível em <https://bit.ly/3eAPZoq>. Acesso em 05 maio 2022.

UBIETA, Carmen Bernabé; HENRIQUES, Fernanda; TOLDY, Teresa. A “ideologia de gênero” da Igreja Católica. *Ex aequo*, Lisboa, n. 37, p. 9-17, 2018.

VAGGIONE, Juan Marco. La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. *Cadernos pagu*, São Paulo, n. 50, e175002, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/18094449201700500002>. Acesso em 10 set. 2020.

VAGGIONE, Juan Marco. The conservative uses of law: The Catholic mobilization against gender ideology. *Social Compass*, v. 67, n. 2, p. 252-266, 2020.

VALENTE, Acácio. **Diário da Assembleia da República, II Série - A – Número 104 de 31 de março de 2015**. p. 416-427. Disponível em <https://bit.ly/3RWnmt2>. Acesso em 29 abr. 2021.

VAN DIJK, Teun A. What is Political Discourse Analysis? *Belgian journal of linguistics*, v. 11, n. 1, p. 11-52, 1997.

VAN DIJK, Teun. **Discurso, notícia e ideologia**: Estudos na análise crítica do discurso. 2. ed. Braga: Edições Húmus, 2017.

VENTURA, André. **Diário da Assembleia da República, II Série - A – Número 17 de 20 de novembro de 2019**. p. 45-48. Disponível em <https://bit.ly/3QSBnj>. Acesso em 29 abr. 2021.

VÉRAS, Renata Meira; TRAVERSO-YÉPEZ, Martha Azucena. A maternidade na política de humanização dos cuidados ao bebê prematuro e/ou de baixo peso – Programa Canguru. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, p. 61-80, 2010.

VERÍSSIMO, Érico. **Incidente em Antares**. 49. ed. São Paulo: Globo, 1988.

VERSAN, Juliana Rizzo da Rocha Loures. **Transgêneros: do direito de alteração de nome e sexo no registro civil à luz dos direitos da personalidade**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Centro Universitário de Maringá, Maringá, 2020.

VIEIRA-SOUZA, Priscila; LOUBACK, Andréia Coutinho. Shukura: Gratitude, faith and the unlikely relationship between gender, religion and journalism in Brazil. In: RADDE-ANTWEILER, Kerstin; ZEILER, Xenia (Eds.). **The Routledge handbook of religion and journalism**. London/New York: Routledge, 2021.

VIGOYA, Mara Viveros. Intersecciones, periferias y heterotopias en las cartografías de la sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 220-241, dez. 2017.

VIGOYA, Mara Viveros; RONDÓN, Manuel Alejandro R. Hacer y deshacer la ideología de género. **Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 27, p.118-127, dez. 2017.

VILAÇA, Helena; OLIVEIRA, Maria João. Clivagens e cumplicidades entre e a Igreja Católica e o estado: o casamento entre pessoas do mesmo sexo. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v. 78, p. 29-47, 2015.

VIMIEIRO, Ana Carolina Soares Costa. **Cultura pública e aprendizado social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)**. Belo Horizonte: UFMG, Dissertação em Comunicação Social, 2010.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

WEB OF SCIENCE, Clarivate. **Pesquisa com os termos TOPIC (gender AND (“sexual diversity” OR lgbt* OR sexuality OR queer); e TOPIC “gender ideology” AND (conservative OR antigender)**. Disponível em <https://www.webofscience.com/wos/woscc/basic-search>. Acesso em 22 jan. 2022.

WEBER, Max. **Economía y sociedad: Esbozo de sociología comprensiva**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

WIDIANINGSIH, Ida; MERTENS, Donna M. Transformative research and the sustainable development goals: challenges and a vision from Bandung, West Java. **IJTR**, v. 6, n. 1, p. 27-35, 2019.

WILLIG, Carla. **Applied discourse analysis: social and psychological interpretations**. Buckingham: Open University Press, 1999.

WILLIG, Carla. Cancer diagnosis as discursive capture: Phenomenological repercussions of being positioned within dominant constructions of cancer. **Social Science & Medicine**, v. 73, n. 6, p. 897-903, 2011.

WILLIG, Carla. Discourse Analysis. In: SMITH, Jonathan A. (Org.). **Qualitative Psychology: A Practical Guide to Research Methods**. London: Sage Publications, 2003. p. 159-183.

WILLIG, Carla. Foucauldian Discourse Analysis. In: WILLIG, Carla. **Introducing Qualitative Research in Psychology**. London: Open University Press, 2008. p. 112-131.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 8. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

YOUNG, Iris Marion. Cinco faces da opressão. **Direito Público**, Brasília, v. 18, n. 97, 2021.

YOUNG, Iris Marion. O ideal da imparcialidade e o público cívico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 9, p. 169-203, 2012.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: Revista da Cultura e Política**, São Paulo, v. 67, p. 139-190, 2006.

ZAMFIR, Korinna. Returning Women to Their Place? Religious Fundamentalism, Gender Bias and Violence Against Women. **Journal for the Study of Religions and Ideologies**, n. 51, v. 17, p. 3-19, 2018.

이선미. Love Story and Reconstruction of Gender system - Focusing on 'The Star of Lost Paradise' written by Kim Nae-seong. **Journal of Popular Narrative**, Seoul, v. 22, p. 175-210, 2009.

**APÊNDICE 1 – TABELA DAS PRODUÇÕES DO JORNAL FOLHA DE S.PAULO COM O TERMO “IDEOLOGIA DE GÊNERO”
ATÉ 2020**

Nº	Data	Hora	Título	Link	Local
1 FSP	08/01/2000	0h00	A moça moderna brasileira	https://bit.ly/3mHIEql	Brasil
2 FSP	31/07/2004	0h00	Religião: Documento do Vaticano condena o feminismo	https://bit.ly/3nQMchJ	Mundo
3 FSP	16/10/2009	18h46	Igreja Católica convoca megaprotesto contra lei de aborto na Espanha	https://bit.ly/3g3z80R	Espanha
4 FSP	26/11/2010	10h40	Igreja Católica do México condena homossexuais e feministas	https://bit.ly/3dbRg6D	México
5 FSP	22/11/2014	13h39	Malafaia diz que Justin Bieber é um 'mau exemplo' para a juventude	https://bit.ly/3a5Df8A	Brasil
6 FSP	29/05/2015	2h00	Distribuição de livros de educação sexual vira polêmica na Grande SP	https://bit.ly/32bnyZm	Brasil
7 FSP	02/06/2015	0h00	Mônica Bergamo	https://bit.ly/3sf66hc	Brasil
8 FSP	11/06/2015	2h00	Sob pressão, Câmara de SP tira palavra 'gênero' de plano de educação	https://bit.ly/3e2Bavk	Brasil
9 FSP	18/06/2015	15h42	'Ideologia de gênero' será desastrosa para crianças, afirma CNBB	https://bit.ly/36ZzejQ	Brasil
10 FSP	20/06/2015	0h00	Respeito na família, escola e sociedade	https://bit.ly/3mJuIgh	Brasil
11 FSP	20/06/2015	0h00	Compromisso com a realidade	https://bit.ly/3dbnBe2	Brasil
12 FSP	24/06/2015	11h26	Câmara de Fortaleza muda texto sobre diversidade sexual	https://bit.ly/2QoMx8H	Brasil
13 FSP	25/06/2015	2h00	Por pressão, planos de educação de 8 Estados excluem 'ideologia de gênero'	https://bit.ly/3mH2QKI	Brasil
14 FSP	26/06/2015	2h00	Ideologia de gênero	https://bit.ly/3uJHP4s	Brasil
15 FSP	27/06/2015	8h35	Brasil permite casamento gay, mas há ainda preconceito, diz associação LGBT	https://bit.ly/3uRACPX	Brasil
16 FSP	28/06/2015	12h00	Ciclovias deveria ser abraçada por todos os partidos, diz Haddad sob vaias	https://bit.ly/3a7FCaW	Brasil
17 FSP	08/07/2015	17h38	Governo quer antecipar currículo nacional de ensino, diz ministro	https://bit.ly/3g7Bsny	Brasil
18 FSP	29/01/2016	2h00	Proibição de 'ideologia de gênero' pode levar PT a punir prefeito Luiz Marinho	https://bit.ly/3dXPtZ	Brasil
19 FSP	18/02/2016	14h54	Bancada religiosa emplaca mudanças antiaborto e antigays em MP	https://bit.ly/2PSyQzg	Brasil
20 FSP	01/04/2016	12h57	Palmas proíbe discussão sobre ideologia de gênero em sala de aula	https://bit.ly/3uNOGKg	Brasil
21 FSP	13/04/2016	16h31	'Se Cunha é malvado, é meu malvado favorito', diz Marco Feliciano	https://bit.ly/3dadTbH	Brasil
22 FSP	16/04/2016	2h41	REPLICA: Absurdos de colunista não guardam vínculo com o real	https://bit.ly/2QIEiLE	Brasil
23 FSP	03/05/2016	13h52	O fascismo também tem ideologia de gênero	https://bit.ly/3wTO0Vm	Brasil
24 FSP	06/05/2016	2h46	TREPLICA: Réplica de colunista faz defesa da hegemonia da libertinagem	https://bit.ly/3uNpOIL	Brasil

Nº	Data	Hora	Título	Link	Local
25 FSP	20/05/2016	17h31	Revoltada com propaganda de moda, cantora gospel Ana Paula Valadão é alvo de piadas na web	https://bit.ly/3sf7yAa	Brasil
26 FSP	15/07/2016	16h41	Psicóloga e ativista trans divergem sobre ensino de ideologia de gênero nas escolas	https://bit.ly/2QJpZFO	Brasil
27 FSP	22/07/2016	13h42	Gênero: ideologia ou teoria? Quem se opõe ao debate sobre gênero é quem se beneficia das coisas como elas são...	https://bit.ly/329cADs	Brasil
28 FSP	28/07/2016	17h11	Evangélicos fazem lobby com Temer por Escola Sem Partido	https://bit.ly/3tj0NPI	Brasil
29 FSP	01/08/2016	21h11	'Escola sem partido' propõe pluralismo de ideias, mas vai contra o debate	https://bit.ly/3e2JHP5	Brasil
30 FSP	05/08/2016	14h25	Escola sem Partido impõe papéis sociais, diz professor; movimento discorda	https://bit.ly/3dbW2kA	Brasil
31 FSP	17/08/2016	1h47	Ministra homossexual é alvo de ataques por pregar tolerância	https://bit.ly/3mh5IMJ	Colômbia
32 FSP	11/09/2016	2h00	OPINIÃO: Programa Escola sem Partido acaba com cooptação da esquerda	https://bit.ly/3x0uFSL	Brasil
33 FSP	20/09/2016	18h28	Silas Malafaia faz ofensiva contra candidatos nas redes sociais	https://bit.ly/3wSqqbB	Brasil
34 FSP	13/10/2016	23h21	O que Deus teve a ver com o não à paz?	https://bit.ly/3275Gpk	Colômbia
35 FSP	14/10/2016	13h15	Criticada por apresentar sobrinho com carrinho de boneca, Luciana Genro diz que brinquedo não tem gênero	https://bit.ly/3g4tsn5	Brasil
36 FSP	23/10/2016	4h00	Após prisão de Cunha, Planalto será pressionado a dar status de ministro a Moreira Franco	https://bit.ly/3mMO0lp	Brasil
37 FSP	26/10/2016	2h00	Em área com presença de milícia, campanha de Freixo tem jovem evangélico	https://bit.ly/32ezs5k	Brasil
38 FSP	30/10/2016	20h48	Crivella comemora vitória com pai-nosso e diz não a aborto e legalização das drogas	https://bit.ly/3e2H6o8	Brasil
39 FSP	30/10/2016	21h30	Em reduto de Lula, eleito em São Bernardo provoca ex-presidente	https://bit.ly/3g7Ykn0	Brasil
40 FSP	31/10/2016	16h58	Crivella diz que vitória não significa conservadorismo	https://bit.ly/3uL2LrD	Brasil
41 FSP	01/11/2016	2h00	Lula me acusou de forma violenta em 2008, diz tucano eleito em São Bernardo	https://bit.ly/2RodABC	Brasil
42 FSP	13/11/2016	16h45	Provas de respeito	https://bit.ly/2QiH8Ai	Brasil
43 FSP	17/11/2016	2h00	RONALDO DE ALMEIDA: Os espinhos na carne de Crivella	https://bit.ly/2PYb30J	Brasil
44 FSP	20/12/2016	16h53	Colômbia, um passo à frente, dois para trás	https://bit.ly/3a7zhwx	Colômbia
45 FSP	25/12/2016	2h00	Papa Francisco é como João Paulo 2º com sinais trocados, diz sociólogo	https://bit.ly/3wQUynQ	Mundo
46 FSP	04/02/2017	2h00	É legítimo barrar a imigração em nome da segurança e do desenvolvimento econômico? SIM	https://bit.ly/3se4Evm	Brasil
47 FSP	03/03/2017	2h00	Ex-guerrilheiro foca a sala de aula e foge de polêmicas na gestão Crivella	https://bit.ly/32c26U8	Brasil
48 FSP	06/04/2017	20h29	Ministério tira 'identidade de gênero' e 'orientação sexual' da base curricular	https://bit.ly/32blh0q	Brasil
49 FSP	17/04/2017	2h00	Adão e 'Evo' não pode, diz novo presidente da bancada evangélica	https://bit.ly/3g3DS6F	Brasil

Nº	Data	Hora	Título	Link	Local
50	FSP 06/06/2017	2h11	Inspirado em Chico, rapper louva Bolsonaro e projeta vertente 'raça'	https://bit.ly/3se9vwO	Brasil
51	FSP 02/08/2017	23h03	Veja frases dos deputados durante a votação da denúncia contra Temer	https://bit.ly/3g3mWNz	Brasil
52	FSP 17/08/2017	2h00	Evangélicos apostam em 'distrito' para ampliar bancada na Câmara	https://bit.ly/3dUqoHA	Brasil
53	FSP 17/08/2017	12h08	Quem seguir politicamente correto vai dançar, diz Malafaia a Alekmin e Doria	https://bit.ly/3wSrVXh	Brasil
54	FSP 20/08/2017	2h00	Malafaia alerta Doria sobre 'fake news' espalhadas por 'bolsonaristas'	https://bit.ly/32a7veb	Brasil
55	FSP 04/09/2017	2h00	Psicóloga evangélica ganha batalha contra conselho na Justiça	https://bit.ly/3dXj79T	Brasil
56	FSP 21/09/2017	2h00	ROBSON RODOVALHO: O dono do armário	https://bit.ly/3g8frsdT	Brasil
57	FSP 24/09/2017	2h00	Brasileiro demanda literalidade na arte e aceita surrealismo na política	https://bit.ly/2Rrv3cI	Brasil
58	FSP 27/09/2017	18h12	'Se Deus escolher você, que assim seja', diz pastor a Doria na prefeitura	https://bit.ly/3g3nyml	Brasil
59	FSP 04/10/2017	10h28	Com seguranças mulheres e 'guerra' na internet, seguidores preparam visita de Bolsonaro a Belém	https://bit.ly/3a2S1gz	Brasil
60	FSP 19/10/2017	16h19	Campanha publicitária inspirada em Pink Floyd é confundida com bandeira LGBT	https://bit.ly/3g6vcMJ	Brasil
61	FSP 20/10/2017	15h04	Bolsonaro confunde Uberlândia com cidade paulista e pede desculpas	https://bit.ly/32adesH	Brasil
62	FSP 22/10/2017	2h00	Em questões de gênero, ciência mostra que os extremos estão errados	https://bit.ly/32bo6i0	Brasil
63	FSP 30/10/2017	21h57	Crivella é um dos que vão morar no céu, diz deputada na Câmara de SP	https://bit.ly/3uMgcaR	Brasil
64	FSP 05/11/2017	12h06	Ideologia de gênero: Rastros e significados	https://bit.ly/3tfdieh	Brasil
65	FSP 07/11/2017	2h00	Seu filho e as questões de gênero, uma aula a céu aberto	https://bit.ly/3g3E5Xq	Brasil
66	FSP 07/11/2017	10h48	Manifestantes pró e contra Judith Butler protestam no Sesc Pompeia	https://bit.ly/3aap2aK	Brasil
67	FSP 09/11/2017	2h00	Base curricular pode ser revista e colocar em xeque plano de Temer	https://bit.ly/2RwL5St	Brasil
68	FSP 19/11/2017	2h00	Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil	https://bit.ly/3j5NgEU	Brasil
69	FSP 27/11/2017	2h00	'Liberal-cristão', presidente do BNDES mira 2018	https://bit.ly/327JNiK	Brasil
70	FSP 11/12/2017	2h00	Divididas pelo feminismo, Sara Winter e MC Carol querem se candidatar	https://bit.ly/2QfsSbn	Brasil
71	FSP 21/12/2017	2h00	Os fatos e melhores lançamentos que marcaram o mundo dos livros em 2017	https://bit.ly/3secQMm	Mundo
72	FSP 24/12/2017	16h30	Com ideais conservadores, bancada católica ocupa posições estratégicas na Câmara	https://bit.ly/3uNwuQM	Brasil
73	FSP 02/01/2018	8h00	Conservadores temem entregar a família aos quatro cavaleiros do apocalipse	https://bit.ly/2OOw51k	Brasil
74	FSP 10/01/2018	16h57	Furor por causa de 'bonecas trans' faz Ciudad del Este fechar lojas	https://bit.ly/3dbZxYf	Paraguai
75	FSP 11/01/2018	2h43	Baixo Augusta lança Carnaval político que revive 1968 e terá homenagem a Judith Butler	https://bit.ly/3tfSZ0x	Brasil
76	FSP 12/01/2018	13h17	Quem acha que só ator trans pode fazer personagem trans não sabe o que é teatro	https://bit.ly/32aREfw	Brasil

Nº	Data	Hora	Título	Link	Local
77	FSP 01/02/2018	12h00	Vaquinhas e clube de tiro bancam outdoors pró-Bolsonaro pelo país	https://bit.ly/3x0z0p1	Brasil
78	FSP 01/03/2018	20h04	Flavio Rocha diz que há vácuo de candidatura liberal	https://bit.ly/3g1DA02	Brasil
79	FSP 25/03/2018	2h00	Mais segurança e menos 'privilégios para minorias': eleitores de Bolsonaro dizem por que votam nele	https://bit.ly/3wUJanK	Brasil
80	FSP 16/04/2018	10h31	Quem tem medo dos feminismos?	https://bit.ly/3uNVjfc	Brasil
81	FSP 08/05/2018	18h32	Escola Sem Partido avança na Câmara; texto proíbe termo 'gênero'	https://bit.ly/3dggAbX	Brasil
82	FSP 11/05/2018	2h00	Equívoco sem partido	https://bit.ly/3ddmMkQ	Brasil
83	FSP 14/05/2018	2h00	Câmara quer impor mordada obscurantista a professores do país	https://bit.ly/2PZAKhp	Brasil
84	FSP 14/05/2018	2h00	Blindada, mulher de Bolsonaro deverá participar da campanha discretamente	https://bit.ly/3tdYQ6A	Brasil
85	FSP 22/05/2018	7h46	Direita se une pelo direito de difundir notícias falsas	https://bit.ly/32eEjU6	Brasil
86	FSP 13/07/2018	2h00	A baleia, o gênero e os jovens	https://bit.ly/2Rrypfr	Brasil
87	FSP 19/07/2018	11h51	Bolsonaro faz ofensiva para rebater acusações de misoginia	https://bit.ly/3g6Jg8R	Brasil
88	FSP 20/07/2018	21h38	Imagem de Bolsonaro ensinando menina a imitar arma é criticada por presidentiáveis	https://bit.ly/3wV6QvA	Brasil
89	FSP 30/07/2018	2h00	Encontros com evangélicos foram praxe em gestões Aلكmin e Doria	https://bit.ly/3x0zRGf	Brasil
90	FSP 31/07/2018	22h55	Ninguém quer saber de jovem com senso crítico, diz Bolsonaro em Vitória	https://bit.ly/3uKuKI6	Brasil
91	FSP 06/08/2018	2h00	Na Colômbia, Santos sacrificou popularidade por paz com a guerrilha Farc	https://bit.ly/3tfU3Bz	Colômbia
92	FSP 07/08/2018	2h00	Radicalismo de Bolsonaro afasta parte dos evangélicos, afirmam líderes	https://bit.ly/3dghzZH	Brasil
93	FSP 07/08/2018	17h50	Bolsonaro propõe ensino a distância para combater marxismo e reduzir custos	https://bit.ly/3g6m9LY	Brasil
94	FSP 08/08/2018	2h00	Como nasce a escola dos sabichões	https://bit.ly/3dXnhyx	Brasil
95	FSP 10/08/2018	1h06	Bolsonaro se diz a única alternativa	https://bit.ly/3uJYC7q	Brasil
96	FSP 12/08/2018	20h22	Brasil, terra devastada pela violência?	https://bit.ly/3tf4FZS	Brasil
97	FSP 13/08/2018	21h03	Cabo Daciolo sobe o monte para jejuar e diz: 'tentarão me matar'	https://bit.ly/2Qgibp0	Brasil
98	FSP 17/08/2018	22h24	Bolsonaro responde sobre educação	https://bit.ly/3g6uK0V	Brasil
99	FSP 25/08/2018	0h04	Tavares e Lisete falam sobre conservadorismo	https://bit.ly/3gaKj7Q	Brasil
100	FSP 07/09/2018	16h01	'Bolsonaro só vai esperar pra tomar posse', diz Magno Malta	https://bit.ly/3ddRDhf	Brasil
101	FSP 11/09/2018	10h56	Aلكmin diz que é contra aborto e defende educação sexual nas escolas	https://bit.ly/3tf9hXB	Brasil
102	FSP 17/09/2018	2h00	Consensos em trânsito	https://bit.ly/2PQoOi5	Brasil
103	FSP 19/09/2018	12h35	O paradoxo da democracia brasileira	https://bit.ly/32dtAbM	Brasil
104	FSP 19/09/2018	18h27	Sexismo e fim dos estudos de gênero: Viktor Orbán impõe projeto educacional	https://bit.ly/3a7U1Ef	Hungria e Brasil

Nº	Data	Hora	Título	Link	Local
105 FSP	26/09/2018	13h16	polêmico na Hungria	https://bit.ly/3thiuJg	Brasil
106 FSP	27/09/2018	12h40	Acadêmicos lançam manifesto pró-Boulos contra "ameaça fascista"	https://bit.ly/3uPVCPy	Brasil
107 FSP	27/09/2018	16h41	Aos gritos de Bolsonaro, Alckmin é vaiado em evento evangélico; ouça Com Bolsonaro, Olímpio quer redução de maioria penal e fim de estatuto do desarmamento	https://bit.ly/3uKvYmG	Brasil
108 FSP	30/09/2018	2h00	Quem achava Bolsonaro um monstro está vendo que ele não é, diz evangélico	https://bit.ly/32cO5gY	Brasil
109 FSP	30/09/2018	16h02	'PT não, PT nunca', diz Bolsonaro em vídeo gravado para ato de apoio a sua candidatura	https://bit.ly/3uJQrrO	Brasil
110 FSP	05/10/2018	2h00	Menos livros, mais WhatsApp	https://bit.ly/3ts0PUe	Brasil
111 FSP	08/10/2018	1h24	Senado tem maior fragmentação da história e 21 partidos terão assento	https://bit.ly/3uHcFla	Brasil
112 FSP	08/10/2018	18h32	Surpresa no 2º turno de MG, Zema surfa em Bolsonaro e já ameaça deputados	https://bit.ly/3mGrEIJ	Brasil
113 FSP	08/10/2018	19h42	Espírito Santo elege primeiro senador gay e tira aliado de Bolsonaro	https://bit.ly/3mHe7KF	Brasil
114 FSP	09/10/2018	13h47	'Vamos entupir a cadeia de bandido', diz Bolsonaro	https://bit.ly/3a7XnqI	Brasil
115 FSP	16/10/2018	23h01	Em carta a evangélicos, Haddad diz que medo e mentira são semeados contra PT entre cristãos	https://bit.ly/3uHeBTC	Brasil
116 FSP	18/10/2018	8h52	Anchieta diz que é vítima de fake news na campanha em Roraima	https://bit.ly/3mKpW2s	Brasil
117 FSP	19/10/2018	6h00	Bolsonaro nunca se aprofundou no tema da segurança, diz especialista	https://bit.ly/3wPUcFV	Brasil
118 FSP	21/10/2018	2h00	Nem sua tia nem seu 'crush' são fascistas, escreve Reinaldo Azevedo	https://bit.ly/3eJHUtl	Brasil
119 FSP	23/10/2018	2h00	Motores de Bolsonaro, Escola sem Partido e ideologia de gênero têm raízes religiosas	https://bit.ly/3uQkJZN	Brasil
120 FSP	23/10/2018	2h00	Entenda as polêmicas sobre Escola sem Partido e gênero na educação	https://bit.ly/32cIMpQ	Brasil
121 FSP	23/10/2018	2h00	Saiba como surgiu o termo 'ideologia de gênero'	https://bit.ly/3g4CTmv	Brasil
122 FSP	24/10/2018	21h23	Filho trans de Witzel diz ter sido 'usado' por ex-juiz	https://bit.ly/3a7rONH	Brasil
123 FSP	24/10/2018	16h31	Bancada evangélica defende reforma da Previdência e fusão de ministérios	https://bit.ly/3sepIHF	Brasil
124 FSP	25/10/2018	12h00	Briga judicial entre professora e aluna ilustra racha político no país	https://bit.ly/3wNaEyV	Brasil
125 FSP	28/10/2018	18h07	Eleito em Minas, Zema é empresário e recusou dois convites para entrar na política	https://bit.ly/3a6SC0J	Brasil
126 FSP	29/10/2018	20h00	Guerras culturais se acirram no Brasil, e quem vence é a direita de Bolsonaro	https://bit.ly/3sfjd1U	Brasil
127 FSP	30/10/2018	2h00	Católico, Bolsonaro investe em pauta evangélica e domina segmento	https://bit.ly/3geBEBc	Brasil
128 FSP	05/11/2018	2h00	Número de médicos e professores cai na Câmara; militares e religiosos sobem	https://bit.ly/3sgghysG	Brasil
129 FSP	05/11/2018	20h23	Mesmo sem lei, Escola sem Partido se espalha pelo país e já afeta rotina nas salas de	https://bit.ly/3teOyTv	Brasil

Nº	Data	Hora	Título	Link	Local
130 FSP	06/11/2018	2h00	aula Escola sem sentido	https://bit.ly/3sepYkv	Brasil
131 FSP	07/11/2018	2h00	Bancada evangélica amplia agenda moral e adota 'cartilha Paulo Guedes'	https://bit.ly/3a8bMDo	Brasil
132 FSP	07/11/2018	14h00	Escola particular terá só a via judicial para escapar da Escola sem Partido	https://bit.ly/3geBUjE	Brasil
133 FSP	07/11/2018	19h35	Escola sem Partido atrai Frota e Kim à Câmara, mas votação é adiada de novo	https://bit.ly/2PSJuGe	Brasil
134 FSP	08/11/2018	2h00	Confirmado ministro, juiz Sergio Moro se contradiz sobre convite para cargo	https://bit.ly/3tb13j0	Brasil
135 FSP	09/11/2018	2h00	Bolsonaro e a educação pela pedra	https://bit.ly/32az4nL	Brasil
136 FSP	09/11/2018	12h31	'Ali perdi meu pai', diz filho de Witzel sobre ato que destruiu placa de Marielle	https://bit.ly/3dawVyK	Brasil
137 FSP	09/11/2018	20h13	Bolsonaro desafia critério técnico e diz que vai querer conhecer Enem antes	https://bit.ly/3teZHUy	Brasil
138 FSP	11/11/2018	2h00	Onyx é apoiado pela indústria de armas e já associou ativismo LGBT a pedofilia	https://bit.ly/32ang4T	Brasil
139 FSP	12/11/2018	2h00	Bandeira de Bolsonaro, veto a abordagem de gênero sofre derrotas em série na Justiça	https://bit.ly/3seevx2	Brasil
140 FSP	12/11/2018	14h22	Contra Escola sem Partido, governo do MA edita decreto por 'escola sem censura'	https://bit.ly/3uPw14	Brasil
141 FSP	13/11/2018	19h13	Escola sem Partido é adiado de novo na Câmara após 6 meses de análise e embates	https://bit.ly/3e1JU4P	Brasil
142 FSP	15/11/2018	2h00	Qual ideologia de gênero?	https://bit.ly/3mGvnjd	Brasil
143 FSP	16/11/2018	2h00	Da arte de desaparecer	https://bit.ly/3wOPIGZ	Brasil
144 FSP	23/11/2018	2h00	Bolsonaro pode escolher Pestana para a Educação em vez de Mozart	https://bit.ly/3wUrADm	Brasil
145 FSP	24/11/2018	12h21	Indicado para a Educação tem valores familiares e das crianças, afirma Bolsonaro	https://bit.ly/2OIZCcz	Brasil
146 FSP	26/11/2018	2h00	Elite econômica abriu mão de seu verniz ao eleger Bolsonaro, diz Haddad	https://bit.ly/3mJKIF4	Brasil
147 FSP	27/11/2018	2h00	Parmêra! Deca e Neca de Mundial!	https://bit.ly/3mFLc9O	Brasil
148 FSP	28/11/2018	0h05	Novo chanceler defende combate a pautas 'abortivas e anticitistas'	https://bit.ly/3saaNIV	Brasil
149 FSP	29/11/2018	2h00	Os fantasistas de gênero	https://bit.ly/3saaX2Z	Brasil
150 FSP	29/11/2018	23h16	Bancada evangélica acumula frustrações e espera nome no governo Bolsonaro	https://bit.ly/3tjdJV5	Brasil
151 FSP	30/11/2018	2h00	Polícia, Chicago e caserna	https://bit.ly/3uLcX3n	Brasil
152 FSP	30/11/2018	2h00	Brasil terá Natal sem Partido	https://bit.ly/3sjyfm3	Brasil
153 FSP	04/12/2018	2h00	Escola sem Partido é assombração errada, diz Barroso, do STF	https://bit.ly/3e0VAoI	Brasil
154 FSP	06/12/2018	2h00	Alvo de Bolsonaro, educação sexual mira de doenças a gravidez precoce	https://bit.ly/3mHiXYI	Brasil
155 FSP	06/12/2018	15h40	Ministra disse que mulher nasceu para ser mãe e que ideologia de gênero é morte; conhece	https://bit.ly/3apEccn	Brasil
156 FSP	11/12/2018	2h00	Bolsonaro e ministros recorrem às guerras culturais		Brasil

Nº	Data	Hora	Título	Link	Local
157 FSP	11/12/2018	2h00	Gênero ou lord Voldemort	https://bit.ly/3mIk7CM	Brasil
158 FSP	13/12/2018	2h00	Os neoprimitivos	https://bit.ly/327RZQ2	Brasil
159 FSP	13/12/2018	2h00	PSL! Partido Só Laranjas!	https://bit.ly/3mKqoxV	Brasil
160 FSP	15/12/2018	14h00	Na era da 'lactração', radicalização política deve causar empobrecimento no campo das artes	https://bit.ly/3gkbCgi	Brasil
161 FSP	17/12/2018	12h51	Bolsonaro pede disciplina e critica 'ideologia de gênero' em entrega de colégio da PM	https://bit.ly/3a7EIAU	Brasil
162 FSP	26/12/2018	2h00	À espera das políticas sociais, culturais e ambientais	https://bit.ly/3gdjHDr	Brasil
163 FSP	31/12/2018	16h00	Retraído, Carlos Bolsonaro se torna pitbull do pai nas redes sociais	https://bit.ly/3ts5JB2	Brasil
164 FSP	01/01/2019	15h41	Em seu primeiro discurso, Bolsonaro faz aceno à base ao rejeitar ideologia	https://bit.ly/3deGDOx	Brasil
165 FSP	01/01/2019	16h25	Discursos de Bolsonaro são coleção de tuítes temperada com messianismo	https://bit.ly/32e7Xlx	Brasil
166 FSP	01/01/2019	16h27	Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso	https://bit.ly/3g7BV96	Brasil
167 FSP	01/01/2019	16h31	Bolsonaro promete unir o Brasil, valorizar a família e libertar país do socialismo	https://bit.ly/2Q2nUPx	Brasil
168 FSP	02/01/2019	2h00	A revolução moral de Bolsonaro	https://bit.ly/328oUnt	Brasil
169 FSP	02/01/2019	12h33	Vélez desmonta secretaria de diversidade e cria nova subpasta de alfabetização	https://bit.ly/32cLYlk	Brasil
170 FSP	02/01/2019	18h30	O que realmente faltou nos discursos da posse	https://bit.ly/3dczHU4	Brasil
171 FSP	02/01/2019	20h37	Vélez exalta igreja e família e diz que MEC vai combater marxismo cultural	https://bit.ly/3g1L6rM	Brasil
172 FSP	03/01/2019	15h51	'Menino veste azul e menina veste rosa', diz Damares Alves	https://bit.ly/3aaxs1Q	Brasil
173 FSP	04/01/2019	1h36	Damares diz que frase que viralizou na web foi apenas uma metáfora	https://bit.ly/3a4IHJZ	Brasil
174 FSP	04/01/2019	2h00	Vídeo de ministra é o símbolo do atraso da 'nova era'	https://bit.ly/3wPsGAp	Brasil
175 FSP	04/01/2019	12h00	Famosos reagem com humor à frase polêmica de Damares Alves	https://bit.ly/3mKQeC4	Brasil
176 FSP	05/01/2019	2h00	Chega ao poder um presidente ou um 'Mito'?	https://bit.ly/3sfmggS	Brasil
177 FSP	07/01/2019	2h00	A Previdência não veste azul	https://bit.ly/3uMfpuns	Brasil
178 FSP	07/01/2019	2h00	As cores de Damares	https://bit.ly/3thi3Ee	Brasil
179 FSP	07/01/2019	12h00	Maioria no país defende educação sexual e discussão sobre política nas escolas	https://bit.ly/2OOEQse	Brasil
180 FSP	08/01/2019	2h00	Ideologia pura	https://bit.ly/3thi6Qq	Brasil
181 FSP	08/01/2019	2h00	Fantasma do ensino	https://bit.ly/3eexLdh	Brasil
182 FSP	08/01/2019	2h00	Bolsonaro usa redes sociais como quem atira tífica no ventilador	https://bit.ly/2OJrc9E	Brasil
183 FSP	09/01/2019	0h00	O que é uma boa aula para o ministro da Educação?	https://bit.ly/3wU2Afy	Brasil
184 FSP	09/01/2019	2h00	Agenda de conflitos	https://bit.ly/3scvhwk	Brasil

Nº	Data	Hora	Título	Link	Local
185 FSP	09/01/2019	12h14	Gestão Bolsonaro muda edital de livros, abre margem para erros e retira violência contra a mulher	https://bit.ly/3wS9jCU	Brasil
186 FSP	09/01/2019	19h04	Bolsonaro recua e anula texto que dá margem a erros em livros didáticos	https://bit.ly/3wRjRGj	Brasil
187 FSP	12/01/2019	2h00	A educação sexual deve ser tratada em sala de aula? NÃO	https://bit.ly/2PXrvhC	Brasil
188 FSP	13/01/2019	20h00	Bolsonarismo importa dos EUA teoria conspiratória sobre marxismo cultural	https://bit.ly/3mQ355N	Brasil
189 FSP	16/01/2019	2h00	A ascensão do jazzismo	https://bit.ly/2OmpjOR	Brasil
190 FSP	17/01/2019	23h19	Governo recua e suspende nomeação de diretor controverso para comandar Enem	https://bit.ly/3de1ITf	Brasil
191 FSP	18/01/2019	2h00	Gestão Doria quer reduzir avaliações de alunos e mudar bônus de professores	https://bit.ly/2OKLpvT	Brasil
192 FSP	20/01/2019	12h00	Deputados do PSL montam estratégia para rebater parlamentares do PT e PSOL	https://bit.ly/3a3VH1u	Brasil
193 FSP	21/01/2019	2h00	A cura hétero	https://bit.ly/3wU3fO4	Brasil
194 FSP	22/01/2019	12h30	Após hesitação, é nomeado o novo presidente do Inep, responsável pelo Enem	https://bit.ly/3wTNCq4	Brasil
195 FSP	22/01/2019	20h00	Paródia do 'Chaves' com Bolsonaro no 'Tá no Ar' é reprovada por Grupo Chespirito	https://bit.ly/3aaJTdM	Brasil
196 FSP	27/01/2019	2h00	Convicção da boçalidade é tal que fica difícil não ser vencido pela exaustão	https://bit.ly/3de9Ifp	Brasil
197 FSP	28/01/2019	19h06	Papa defende que escolas deem educação sexual sem 'colonização ideológica'	https://bit.ly/3gkdw0r	Mundo
198 FSP	31/01/2019	2h00	Mais teses sobre banheiros, por favor	https://bit.ly/3g6GccZ	Brasil
199 FSP	04/02/2019	12h21	Pautas de educação no Congresso vão impactar pilares econômico e 'cultural' do governo	https://bit.ly/2Qp1wiU	Brasil
200 FSP	04/02/2019	19h01	Bolsonaro fala em reavaliar escola de tempo integral e reforma do ensino médio	https://bit.ly/3a6WT4h	Brasil
201 FSP	05/02/2019	19h32	Novo projeto de Escola sem Partido permite que aluno grave professor	https://bit.ly/3wVfVoa	Brasil
202 FSP	08/02/2019	2h00	Um novo pacote para Sergio Moro	https://bit.ly/3sbS4g9	Brasil
203 FSP	11/02/2019	2h00	Pauta conservadora em segundo plano deixa inquieta base aliada de Bolsonaro	https://bit.ly/3dbJCcu	Brasil
204 FSP	17/02/2019	2h00	Ernesto, Damares e os dragões	https://bit.ly/32kgRE5	Brasil
205 FSP	18/02/2019	2h00	Posso ir às ruas de braços dados com feministas por salários iguais, diz Damares	https://bit.ly/3g6Gy3j	Brasil
206 FSP	19/02/2019	8h00	Criminalização da homotransfobia	https://bit.ly/3deFGba	Brasil
207 FSP	20/02/2019	23h25	Governo Bolsonaro vai criar comissão para pente-fino ideológico de questões do Enem	https://bit.ly/2JoWtvz	Brasil
208 FSP	21/02/2019	12h25	Damares diz que vai rever atuação de ONGs na Funai	https://bit.ly/3dbGwFA	Brasil
209 FSP	25/02/2019	11h30	Onda conservadora chega ao Ministério Público	https://bit.ly/3sfWkuY	Brasil
210 FSP	27/02/2019	2h00	O disparate do MEC	https://bit.ly/3mm1mRE	Brasil

Nº	Data	Hora	Título	Link	Local
211 FSP	02/03/2019	2h00	Arcebispo do Rio diz estar surpreso e que Cabral usa 'tática de advogado'	https://bit.ly/3ddwSIK	Brasil
212 FSP	04/03/2019	2h00	Seguindo a cartilha	https://bit.ly/3aPbiBq	Brasil
213 FSP	15/03/2019	2h00	A educação pela bala	https://bit.ly/3saeFJX	Brasil
214 FSP	18/03/2019	20h24	Bolsonaro diz contar com apoio e capacidade bélica dos EUA para 'libertar Venezuela'	https://bit.ly/3g80brN	Brasil
215 FSP	19/03/2019	19h30	Após Bolsonaro abrir mão de benefício na OMC, Trump apoia entrada do Brasil na OCDE	https://bit.ly/3gcasDh	Mundo
216 FSP	20/03/2019	2h00	Relação homossexual é crime em 70 países, mostra relatório mundial	https://bit.ly/3ab5rqG	Mundo
217 FSP	20/03/2019	9h20	Governo Bolsonaro cria comissão para fazer análise ideológica de questões do Enem	https://bit.ly/3s9ymWk	Brasil
218 FSP	21/03/2019	11h29	MPF quer esclarecimentos sobre comissão que faz análise ideológica do Enem	https://bit.ly/3teqxfm	Brasil
219 FSP	23/03/2019	2h00	MEC a perigo	https://bit.ly/3wP5gLw	Brasil
220 FSP	25/03/2019	8h50	Edital do Enem é divulgado nesta segunda (25); taxa de inscrição será de R\$ 85	https://bit.ly/3eeTlyj	Brasil
221 FSP	25/03/2019	11h10	No MA, cidade dos crentes rejeita 'modernidades' e confia em Bolsonaro	https://bit.ly/2Qq4wvO	Brasil
222 FSP	28/03/2019	18h57	Vélez retoma presença olavista no MEC, e ala militar busca reconquistar espaço	https://bit.ly/3dc3yvw2	Brasil
223 FSP	03/04/2019	2h00	Lula livre, em casa	https://bit.ly/2PZvM4i	Brasil
224 FSP	05/04/2019	2h00	Jean Wyllys invadiu a Polônia	https://bit.ly/3den0Ix	Brasil
225 FSP	10/04/2019	2h00	Pontos na carteira, Bolsa Família e PIB	https://bit.ly/3a86KqF	Brasil
226 FSP	14/04/2019	2h00	Feminismo é mais bem avaliado entre homens que entre mulheres, diz Datafolha	https://bit.ly/3thn5Rl	Brasil
227 FSP	14/04/2019	2h00	Por que o Brasil de Olavo e Bolsonaro vê em Paulo Freire um inimigo	https://bit.ly/3wLCaN0	Brasil
228 FSP	14/04/2019	2h00	Para 9 entre 10, violência contra mulheres aumentou, diz Datafolha	https://bit.ly/3uO2dBm	Brasil
229 FSP	14/04/2019	8h43	Bolsonaro segue em alta em cidade com 52% de evangélicos no Maranhão	https://bit.ly/3tgsubi	Brasil
230 FSP	16/04/2019	16h06	Usar 'Jesus na goiabeira' contra Damares é fruto bichado da esquerda	https://bit.ly/3e29l6j	Brasil
231 FSP	26/04/2019	8h00	'Bolsonara' argentina defende frente anti-aborto nas eleições deste ano	https://bit.ly/3g7cXXn	Argentina
232 FSP	28/04/2019	2h55	Árvore de esquerda	https://bit.ly/3snYBol	Brasil
233 FSP	29/04/2019	2h00	Sem atuação efetiva, frentes parlamentares proliferam no Congresso	https://bit.ly/3g8lrev	Brasil
234 FSP	05/05/2019	2h00	Abordagem de política e gênero põe à prova escolas católicas tradicionais	https://bit.ly/3dc7RHw	Brasil
235 FSP	06/05/2019	2h00	Homofobia de hoje é resultado direto dos erros da esquerda, diz Camille Paglia	https://bit.ly/3g6eQ6G	EUA
236 FSP	08/05/2019	2h00	CNBB elege continuidade no comando e frustra ala conservadora de católicos	https://bit.ly/3uKrVqs	Brasil
237 FSP	09/05/2019	2h00	Para acabar com as ideologias de gênero	https://bit.ly/3tff09t	Brasil

Nº	Data	Hora	Título	Link	Local
238 FSP	15/05/2019	18h32	Faltam meios para fiscalizar a pornografia infantil na internet	https://bit.ly/3wUaB4k	Brasil
239 FSP	18/05/2019	1h00	Discussão sobre sexo na escola aumenta proteção contra abuso	https://bit.ly/2OgPjwS	Mundo
240 FSP	24/05/2019	14h38	Nem Igreja Católica nem governo é o dono da verdade, diz novo presidente da CNBB	https://bit.ly/3uRPUnR	Brasil
241 FSP	02/06/2019	20h00	'Termo ideologia de gênero não se sustenta', defende antropólogo no Path	https://bit.ly/329m0iD	Brasil
242 FSP	10/06/2019	1h34	Violência no Brasil e a saúde de 'Dick Vigarista' e a 'Quadrilha da Morte'	https://bit.ly/3g3Wnl5	Brasil
243 FSP	10/06/2019	20h26	Caso Rhuana ataca coliseu ideológico nas redes sociais	https://bit.ly/3sei7n3	Brasil
244 FSP	11/06/2019	2h00	Em documento a educadores, Vaticano prega que gênero é apenas o biológico	https://bit.ly/3a9hdBV	Mundo
245 FSP	25/06/2019	17h43	Câmara do Rio arquiva impeachment contra Crivella	https://bit.ly/3dd0BLy	Brasil
246 FSP	26/06/2019	2h00	Itamaraty orienta diplomatas a frisar que gênero é apenas sexo biológico	https://bit.ly/3dXNddq	Brasil
247 FSP	28/06/2019	2h00	Depoimento: detesto meus documentos e as interdições que carregam	https://bit.ly/2OmtveY	Brasil
248 FSP	28/06/2019	2h00	O sexo biológico do Itamaraty	https://bit.ly/3tgtRXy	Brasil
249 FSP	28/06/2019	17h03	Acordo UE-Mercosul é histórico, mas enfrentará obstáculos	https://bit.ly/3mLabZ7	Brasil
250 FSP	29/06/2019	2h00	Banco de ideias	https://bit.ly/3texQUw	Brasil
251 FSP	30/06/2019	16h53	Em SP, manifestantes defendem Moro com Latino e Regina Duarte	https://bit.ly/3deAYKM	Brasil
252 FSP	11/07/2019	8h00	Governo Bolsonaro deveria ver sociologia como expertise a serviço da política, dizem franceses	https://bit.ly/3g6RyOj	Brasil
253 FSP	11/07/2019	15h57	Bolsonaro diz que formulário de passaportes adotará termos 'pai' e 'mãe'	https://bit.ly/3e3kkN5	Brasil
254 FSP	12/07/2019	2h00	Da campanha ao Planalto, veja os acenos de Jair Bolsonaro aos evangélicos	https://bit.ly/2QjHxTa	Brasil
255 FSP	20/07/2019	16h51	Performance com travestis e menção à Nossa Senhora é cancelada em MG	https://bit.ly/32dye9H	Brasil
256 FSP	23/07/2019	2h00	Na Câmara, Eduardo Bolsonaro prioriza política externa e vira guardião do pai	https://bit.ly/3sfKFsf	Brasil
257 FSP	26/07/2019	16h26	Damares inspira caça a bruxas e seres mágicos na literatura infantil	https://bit.ly/3thN4Ia	Brasil
258 FSP	04/08/2019	2h00	Maria	https://bit.ly/329qXYL	Brasil
259 FSP	04/08/2019	2h00	Rabo de galo. Rivotril. Respira	https://bit.ly/3sjA4R4	Brasil
260 FSP	08/08/2019	18h33	Por unanimidade, Supremo nega pedido do PSL para flexibilizar o ECA	https://bit.ly/3e3ktiq	Brasil
261 FSP	09/08/2019	21h06	Em escola de filha, Bolsonaro ataca 'ideologia de gênero' e admite problemas na educação	https://bit.ly/3dfRo1W	Brasil
262 FSP	10/08/2019	13h23	Ideologia de gênero é coisa do capeta, diz Bolsonaro na Marcha para Jesus	https://bit.ly/3e4nDnj	Brasil
263 FSP	10/08/2019	15h16	Defensor da cannabis, padre Ticão é ameaçado após evento com católicas feministas em SP	https://bit.ly/3uSgr4p	Brasil

Nº	Data	Hora	Título	Link	Local
264 FSP	12/08/2019	2h00	Favorito para PGR elogia Bolsonaro e anuncia equipe com conservadores	https://bit.ly/3dretreF	Brasil
265 FSP	16/08/2019	5h00	Jovem é infectado por vídeo viral	https://bit.ly/3mIQ6mk	Brasil
266 FSP	16/08/2019	22h51	Questionado sobre proximidade, Eduardo diz que já teve 'contatos rápidos' com filhos de Trump	https://bit.ly/3dgDpMk	Brasil
267 FSP	17/08/2019	10h31	PSL terá triagem eletrônica para evitar ex-petistas como seus candidatos e dirigentes	https://bit.ly/3e1mkoW	Brasil
268 FSP	25/08/2019	2h00	Não estou afirmando	https://bit.ly/3tfyQrp	Brasil
269 FSP	25/08/2019	2h00	Apreendeu matemática? Dane-se	https://bit.ly/3sfTeaC	Brasil
270 FSP	31/08/2019	17h27	Disputar com Evo é como jogar futebol num campo inclinado, diz candidato opositor	https://bit.ly/3uPMXUS	Bolívia
271 FSP	02/09/2019	2h00	A ideologia da ideologia de gênero	https://bit.ly/32bmYe1	Brasil
272 FSP	03/09/2019	11h33	Bolsonaro pede a MEC projeto de lei para proibir 'ideologia de gênero'	https://bit.ly/3thLh5R	Brasil
273 FSP	03/09/2019	14h10	Doria manda recolher material sobre identidade de gênero por suposta apologia	https://bit.ly/3g8vltu	Brasil
274 FSP	04/09/2019	2h00	Bolsonaro ocupa terreno e puxa o jogo político para a direita	https://bit.ly/3e2fz6b	Brasil
275 FSP	04/09/2019	18h54	Após Doria mandar recolher apostila, alunos ficam sem material de 8 disciplinas	https://bit.ly/3ffzven	Brasil
276 FSP	05/09/2019	13h28	Bolsonaro foi indelicado com Bachelet, diz Doria, que receberá chanceler	https://bit.ly/3uLSDIP	Brasil
277 FSP	05/09/2019	16h39	Bolsonaro despreza lista triplíce e indica Augusto Aras para o comando da PGR	https://bit.ly/3m17o30	Brasil
278 FSP	05/09/2019	19h08	Grupos de direita associam Aras à esquerda e criticam sua indicação para PGR	https://bit.ly/3wVSTNY	Brasil
279 FSP	05/09/2019	20h00	Bolsonaro escolheu procurador que se curvou à sua agenda	https://bit.ly/3deeQOk	Brasil
280 FSP	05/09/2019	20h20	'Acho que estou fazendo um bom casamento', diz Bolsonaro sobre indicação de PGR	https://bit.ly/32eT74x	Brasil
281 FSP	06/09/2019	2h00	Valeu a pena eleger Bolsonaro?	https://bit.ly/2OPp2FE	Brasil
282 FSP	06/09/2019	12h23	Bolsonaro intensifica contato com evangélicos para conter queda de popularidade	https://bit.ly/3e3zQsj	Brasil
283 FSP	07/09/2019	16h19	Após recolher apostila, Doria diz que Crivella perdeu a razão ao censurar livro no Rio	https://bit.ly/3g4sOWV	Brasil
284 FSP	08/09/2019	2h00	Vilão de novela mexicana dá raro ensejo para esquerda convergir	https://bit.ly/3tg7ykt	Brasil
285 FSP	08/09/2019	2h00	Marcha às trevas	https://bit.ly/3dYDYtp	Brasil
286 FSP	10/09/2019	2h00	Moinho de vento	https://bit.ly/3tf0Awo	Brasil
287 FSP	10/09/2019	2h00	Pauta de costumes de Bolsonaro perde espaço e empaca no Congresso	https://bit.ly/3uMQe75	Brasil
288 FSP	10/09/2019	2h00	Na semana da pátria, Crivella e Doria disseminam a ideologia da estupidez	https://bit.ly/3wVfxpm	Brasil
289 FSP	10/09/2019	12h42	Roda Viva exhibe independência ao abordar ato de censura proposto por Doria	https://bit.ly/3g6DcgC	Brasil
290 FSP	10/09/2019	14h23	Professores vão à Justiça contra ordem de Doria de recolher apostilas	https://bit.ly/3uNXr73	Brasil
291 FSP	10/09/2019	18h03	Justiça manda governo de SP devolver a alunos apostilas recolhidas por ordem de	https://bit.ly/3mJdIHu	Brasil

Nº	Data	Hora	Título	Link	Local
292 FSP	11/09/2019	2h00	Doria Conselho de direitos humanos quer que governo de SP preste contas sobre políticas LGBTI	https://bit.ly/3e4Hym5	Brasil
293 FSP	11/09/2019	12h15	Bolsonaro segue Maduro ao adotar medidas contra saúde financeira da imprensa, diz relator da OEA	https://bit.ly/3wS7D07	Brasil
294 FSP	13/09/2019	2h00	Procuradoria aparelhada pode encontrar resistências no Supremo	https://bit.ly/2PZVkye	Brasil
295 FSP	13/09/2019	15h53	Após decisão judicial, Doria diz que devolverá apostilas com encarte explicativo	https://bit.ly/32bUsci	Brasil
296 FSP	15/09/2019	2h00	Procurador ligado a Aras defende limite à liberdade de professor em sala de aula	https://bit.ly/3mHZl0A	Brasil
297 FSP	15/09/2019	2h00	Ideologia de gênero	https://bit.ly/3dfy4oQ	Brasil
298 FSP	16/09/2019	0h00	Doria se iguala a Bolsonaro	https://bit.ly/2RyJn2Y	Brasil
299 FSP	18/09/2019	12h30	Disfarçada com outros nomes, a censura está querendo voltar	https://bit.ly/3mJecNO	Brasil
300 FSP	19/09/2019	2h00	Diversionismo de Gênero	https://bit.ly/3wVQToD	Brasil
301 FSP	20/09/2019	5h00	Vaza discurso de Bolsonaro na ONU	https://bit.ly/3dhiid7	Brasil
302 FSP	20/09/2019	11h24	Principal voz conservadora no MPF atuou no caso do Césio e cometeu gafes sobre Venezuela	https://bit.ly/3wUPK0A	Brasil
303 FSP	24/09/2019	2h00	Governo lança campanha antidepressão, mas acesso a remédio e consulta é limitado	https://bit.ly/3a8hQM1	Brasil
304 FSP	24/09/2019	12h11	Bolsonaro joga para a plateia e dobra aposta contra críticos na ONU	https://bit.ly/3m1hn8q	Brasil
305 FSP	24/09/2019	19h47	Discursos na ONU mostram sintonia total entre Trump e Bolsonaro	https://bit.ly/3dfyhIE	Brasil
306 FSP	25/09/2019	2h16	Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na ONU com checagens e contextualizações	https://bit.ly/3tghDhj	Brasil
307 FSP	29/09/2019	2h00	Para garotas como Ágatha, o país prometeu muito e cumpriu pouco	https://bit.ly/3tghKcJ	Brasil
308 FSP	03/10/2019	12h20	Associação LGBT contesta no STF orientação do Itamaraty sobre gênero	https://bit.ly/3uFggRc	Brasil
309 FSP	03/10/2019	21h23	Gestão Doria pede adesão a plano de escolas cívico-militares de Bolsonaro	https://bit.ly/3gbEt6a	Brasil
310 FSP	05/10/2019	2h00	Eleição para conselhos tutelares, neste domingo, é palco de batalha ideológica	https://bit.ly/3mJrJoE	Brasil
311 FSP	08/10/2019	6h00	Podcast Folha na Sala discute se ainda é possível falar sobre gênero na escola	https://bit.ly/3mQYX5x	Brasil
312 FSP	10/10/2019	2h00	Doria, a questão de gênero na escola e a guerra em Israel	https://bit.ly/3a59LYr	Brasil
313 FSP	16/10/2019	12h24	Cúpula de ONG internacional de direitos humanos vem pela 1ª vez ao Brasil para pressionar governo Bolsonaro	https://bit.ly/3a4HFN6	Brasil
314 FSP	16/10/2019	19h17	Extremismo evangélico é perigoso e potencializa violências históricas, diz pastor	https://bit.ly/2PTBc0Q	Brasil
315 FSP	21/10/2019	2h00	Ideologia de gênero como paranoia	https://bit.ly/2RpcOUY	Brasil

Nº	Data	Hora	Título	Link	Local
316 FSP	23/10/2019	2h00	Vereador que chicoteou boneco de fralda representando petista é denunciado no MPSP	https://bit.ly/3aadaFv	Brasil
317 FSP	27/10/2019	2h00	Na Argentina, candidatos nãnicos de direita são mais que coadjuvantes	https://bit.ly/3a9FNmb	Argentina
318 FSP	02/11/2019	18h10	USP cancela prova com menção a Lula como preso político e ao impeachment como golpe	https://bit.ly/3g9DQKq	Brasil
319 FSP	03/11/2019	22h51	Bolsonaro fala em 80% de chance de deixar PSL e indica criação de novo partido	https://bit.ly/3sfq9Gw	Brasil
320 FSP	04/11/2019	15h00	Juliano Cazarré merece ser cancelado depois de bater boca nas redes sociais?	https://bit.ly/3tt0MYI	Brasil
321 FSP	19/11/2019	10h56	O FÓRUM M: saber legítimo, epistemologia potente	https://bit.ly/2QoXvLn	Brasil
322 FSP	21/11/2019	14h32	Bolsonaro lança partido com forte apelo a armas e religião e incertezas sobre viabilidade	https://bit.ly/3mKzCKt	Brasil
323 FSP	23/11/2019	2h01	Companhia das Letras publica anúncio em defesa da liberdade de imprensa	https://bit.ly/2PSl3J3	Brasil
324 FSP	23/11/2019	13h58	Segundo turno no Uruguai decide mudança de pêndulo ideológico	https://bit.ly/3wPwm5c	Uruguai
325 FSP	24/11/2019	17h15	Partido de Bolsonaro investe contra o Estado e se inspira nos EUA	https://bit.ly/3wV037M	Brasil
326 FSP	27/11/2019	4h00	Força dos evangélicos é tema de novo episódio de podcast	https://bit.ly/3mKzRFn	Brasil
327 FSP	16/12/2019	12h15	Bolsonaro defende cancelamento da TV Escola e diz que canal 'deseduca'	https://bit.ly/2QjPaca	Brasil
328 FSP	18/12/2019	12h46	Câmara de Salvador aprova retirada de nome de Paulo Freire de escola	https://bit.ly/3g8vHzG	Brasil
329 FSP	18/12/2019	14h01	Ernesto alerta para suposta ameaça comunista na América Latina em artigo	https://bit.ly/3tt0KAi	Brasil
330 FSP	19/12/2019	2h00	Nas barbas de Noel	https://bit.ly/3wPwB06	Brasil
331 FSP	19/12/2019	17h15	Prefeito de Salvador, ACM Neto, vai vetar projeto que tira nome de Paulo Freire de escola pública	https://bit.ly/3a5akBx	Brasil
332 FSP	01/01/2020	2h01	'São Paulo é a cidade símbolo da luta pela democracia', diz Bruno Covas	https://bit.ly/3e1ILKG	Brasil
333 FSP	08/01/2020	08h45	Vice-premiê polonês pede que Netflix retire especial do Porta dos Fundos do ar	https://bit.ly/329jpx5	Polônia
334 FSP	14/01/2020	12h01	Dameres vai ao Twitter defender o filho de Thammy Miranda	https://bit.ly/3mNeun4	Brasil
335 FSP	15/01/2020	11h40	Por que Carlos Bolsonaro publicou fotos de Thammy Miranda e seu bebê?	https://bit.ly/3dWGI04	Brasil
336 FSP	26/01/2020	2h00	O inacreditável governo Bolsonaro	https://bit.ly/3tim0IK	Brasil
337 FSP	05/02/2020	19h12	Secretário da PGR quer que José de Abreu responda por ataques a Regina Duarte	https://bit.ly/32pmRMh	Brasil
338 FSP	07/02/2020	19h07	Brasil se nega a retirar sul-americanos de epicentro do coronavírus e dá carona a poloneses	https://bit.ly/3g73Ype	Mundo
339 FSP	14/02/2020	2h00	Em novo capítulo de crise, Aras avalia pedir auditoria do TCU em escola do Ministério Público	https://bit.ly/3ddRmut	Brasil

Nº	Data	Hora	Título	Link	Local
340 FSP	14/02/2020	2h00	Liberdade sexual também é dizer não	https://bit.ly/3mKHFqz	Brasil
341 FSP	18/02/2020	16h30	Entenda como funciona e saiba quem é quem na comissão do Congresso que investiga fake news	https://bit.ly/3dVp7A2	Brasil
342 FSP	15/03/2020	10h58	Com apoio de Bolsonaro, manifestantes ignoram coronavírus e fazem atos pró-governo	https://bit.ly/3tgNYoq	Brasil
343 FSP	15/03/2020	14h30	Na Paulista, apoiadores de Bolsonaro atacam Congresso e STF e chamam coronavírus de 'mentira'	https://bit.ly/2Q1u2az	Brasil
344 FSP	22/04/2020	9h36	Em blog, Ernesto Araújo escreve que coronavírus desperta para 'pesadelo comunista'	https://bit.ly/3a8jYUI	Brasil
345 FSP	24/04/2020	23h02	Por unanimidade, Supremo declara inconstitucional lei municipal de 'ideologia de gênero'	https://bit.ly/3dVpcUm	Brasil
346 FSP	25/04/2020	1h00	Delírios de um tresloucado	https://bit.ly/3siJIJ4	Brasil
347 FSP	25/04/2020	1h01	Seguidores de Bolsonaro já chamam Moro de anti-armas e pró-aborto	https://bit.ly/3uTVENX	Brasil
348 FSP	26/04/2020	15h45	Socióloga citada por Bolsonaro diz que presidente nunca endossou Moro no combate à corrupção	https://bit.ly/2PZaCTT	Brasil
349 FSP	27/04/2020	1h00	Em discurso, Bolsonaro se vende como honesto e insinua Moro ardiloso; leia íntegra comentada	https://bit.ly/3mHvc7h	Brasil
350 FSP	28/04/2020	18h59	Bolsonaro apoia fritura de Regina Duarte e fala em dificuldades dela	https://bit.ly/32iB6ID	Brasil
351 FSP	30/04/2020	0h00	Filosofia obscura une Olavo de Carvalho, Bannon e Dugin, conselheiro de Putin	https://bit.ly/3uTW4E1	Mundo
352 FSP	30/04/2020	8h32	Bolsonaro diz que OMS incentiva masturbação e homossexualidade de crianças	https://bit.ly/3wM4hM2	Mundo
353 FSP	01/05/2020	3h00	O Brasil vive hoje uma realidade tresloucada	https://bit.ly/3uSgLAB	Brasil
354 FSP	06/05/2020	16h24	Diário de confinamento: 'Confinados por um fio'	https://bit.ly/3dgcfp3	Espanha
355 FSP	11/05/2020	0h00	Com demissão de Moro, Bolsonaro considera indicar Aras para o Supremo	https://bit.ly/3e1KmjE	Brasil
356 FSP	12/05/2020	8h59	Após STF barrar lei municipal, Bolsonaro promete enviar projeto contra 'ideologia de gênero'	https://bit.ly/3wTqs2X	Brasil
357 FSP	14/05/2020	0h00	Há uma escalada autoritária por parte do Supremo, diz deputado bolsonarista Filipe Barros	https://bit.ly/2QjcS8g	Brasil
358 FSP	15/05/2020	18h55	Supremo impede intolância nas escolas brasileiras	https://bit.ly/3g5vljp	Mundo
359 FSP	16/05/2020	23h15	Com suas vozes ainda silenciadas, LGBTIs resistem vivendo	https://bit.ly/3g2Aads	Brasil
360 FSP	20/05/2020	23h15	Nos termos de Carlo Cipolla, Bolsonaro tem agido de forma estúpida	https://bit.ly/2OKoD7g	Brasil
361 FSP	27/05/2020	23h15	Preferimos crer que outros doutrinem crianças, mas nós as deixamos 'livres'	https://bit.ly/3wRlaDT	Brasil

Nº	Data	Hora	Título	Link	Local
362 FSP	06/06/2020	16h00	Canal expulso da Twitch, Xbox Mil Grau leva guerras culturais a mundo dos games	https://bit.ly/3ticOvR	Brasil
363 FSP	19/06/2020	8h00	Game 'The Last of Us Part 2' ataca conservadores com personagens lésbicas e trans	https://bit.ly/3wSbhXR	Brasil
364 FSP	22/06/2020	14h13	Weintraub deixou lista com olavistas e empresários para conselho de educação	https://bit.ly/3dYeMmU	Brasil
365 FSP	25/06/2020	11h33	Horror na Colômbia: cineasta abusador e garota indígena estuprada por militares	https://bit.ly/3tkolmO	Colômbia
366 FSP	26/06/2020	19h01	Luta pela igualdade ou agenda globalista para dizimar a população mundial?	https://bit.ly/3uFjajs	Mundo
367 FSP	29/06/2020	23h15	É cedo para comemorar apoio recorde à democracia no Brasil, diz brasilianista	https://bit.ly/3a8v3og	Brasil
368 FSP	04/07/2020	12h00	Nenhum absurdo balança o terço de eleitores fiéis de Bolsonaro	https://bit.ly/3scP6lh	Brasil
369 FSP	05/07/2020	15h02	Atacado por apoiadores de Bolsonaro, Feder diz recusar convite para o MEC	https://bit.ly/32e4dqh	Brasil
370 FSP	13/07/2020	16h00	Pauta ideológica de Bolsonaro, 'ideologia de gênero' sofre derrotas em série no STF	https://bit.ly/3wV6dSH	Brasil
371 FSP	13/07/2020	19h19	Após vitória apertada, presidente da Polônia precisa frear crescimento de direita radical	https://bit.ly/3x1xAKX	Polônia
372 FSP	15/07/2020	23h15	O sexo do ensino	https://bit.ly/3g2BUf	Brasil
373 FSP	17/07/2020	16h25	Brasil se abstém em votação na ONU contra discriminação de mulheres e meninas	https://bit.ly/3wQl0xP	Mundo
374 FSP	25/07/2020	16h00	Evidências científicas têm de predominar sobre caprichos políticos, diz prefeita de Bogotá	https://bit.ly/3a7LVvn	Colômbia
375 FSP	28/07/2020	11h03	Alvo da fúria antiglobalista, bilionário George Soros agora tem um dia para ser odiado	https://bit.ly/32e4Ekp	Brasil
376 FSP	31/07/2020	11h11	Artigo mostra importância do catolicismo para ascensão do conservadorismo no Brasil	https://bit.ly/3uKMX8s	Brasil
377 FSP	24/08/2020	23h15	A hora de Paulo Guedes	https://bit.ly/3mNhorY	Brasil
378 FSP	25/08/2020	8h00	Assessora de Milton Ribeiro defende 'princípios bíblicos' na educação	https://bit.ly/3uSiBkz	Brasil
379 FSP	11/09/2020	10h46	Olavista vira secretário de Comunicação Institucional do governo Bolsonaro meses após exoneração	https://bit.ly/2RyPiFh	Brasil
380 FSP	16/09/2020	23h15	Vice de Covas luta contra 'ideologia de gênero' e tem influência em modelo de creche sob investigação	https://bit.ly/3tt44Ly	Brasil
381 FSP	19/09/2020	23h15	Pela autogestão das fake news	https://bit.ly/3tkpevE	Brasil
382 FSP	01/10/2020	23h15	Quatro anos após acordo de paz, Colômbia vê reorganização do crime organizado	https://bit.ly/3tffUNP	Colômbia
383 FSP	02/10/2020	1h38	Crivella e Paes evitam confronto direto e são alvo de rivais em debate no Rio	https://bit.ly/3dVrmmW	Brasil
384 FSP	15/10/2020	23h15	Vice de Covas foi acusado pela esposa de violência doméstica e ameaça	https://bit.ly/3uSEzvy	Brasil
385 FSP	17/10/2020	23h15	Assumi o risco da rejeição a Bolsonaro e não temo fritura porque somos amigos, diz Russomanno	https://bit.ly/3g8SW2E	Brasil

Nº	Data	Hora	Título	Link	Local
386 FSP	23/10/2020	18h48	Brasil veta plano do Mercosul por incluir expressão 'crimes de ódio' contra pessoas LGBT	https://bit.ly/3v0Zsgr	Mundo
387 FSP	24/10/2020	23h15	Bolsonaro aproveita eleições para abastecer clima de campanha permanente	https://bit.ly/3wSR0Bv	Brasil
388 FSP	01/11/2020	10h00	Conservadores organizam frente para destruir pauta de costumes no Congresso	https://bit.ly/3dfbdtB	Brasil
389 FSP	05/11/2020	15h46	Movimento estudantil segue como 'pedra no sapato' de governos, dizem debatedores	https://bit.ly/3uMeazl	Brasil
390 FSP	05/11/2020	23h15	Metamorfose pela metade	https://bit.ly/3uNgi2a	Mundo
391 FSP	16/11/2020	1h54	Velhos caciques, animais, armas e gênero: o que o paulistano elegeu para a Câmara	https://bit.ly/3wQPr79	Brasil
392 FSP	23/11/2020	19h55	Com 'Ciranda da Terra Redonda' e 'Só uma Picadinha', compositor combate fake news	https://bit.ly/3e1jF3	Brasil
393 FSP	24/11/2020	17h41	Rio, Recife e Porto Alegre têm 2º turno com ataques e milícias digitais	https://bit.ly/3shjr8u	Brasil
394 FSP	28/11/2020	0h01	Crivella e Paes trocam ofensas e ameaças de prisão em último debate do Rio	https://bit.ly/3aagO29	Brasil
395 FSP	29/11/2020	18h06	José Sarto (PDT) bate Capitão Wagner e será prefeito de Fortaleza	https://bit.ly/3dfboVN	Brasil
396 FSP	29/11/2020	23h08	E agora, Covas-Nunes?	https://bit.ly/3g8ygrS	Brasil
397 FSP	09/12/2020	23h15	Bolsonaro, um genocida	https://bit.ly/3a8vu1W	Brasil
398 FSP	10/12/2020	10h00	Colunista da Folha alerta em livro para perigo do enfraquecimento do espaço cívico	https://bit.ly/32cDxGA	Brasil
399 FSP	11/12/2020	15h00	'The Last of Us Part 2' é eleito o jogo do ano na Game Awards 2020	https://bit.ly/3dYmuNP	Mundo
400 FSP	14/12/2020	12h00	Cidades médias do país terão prefeitos com viés bolsonarista, mas de fora da 'ala raiz'	https://bit.ly/3ti8Awr	Brasil
401 FSP	15/12/2020	14h53	Mundo avança em direitos LGBT, mas relação homossexual segue como crime em 69 países	https://bit.ly/3tt4AcR	Mundo
402 FSP	15/12/2020	23h15	Deputado estrepante e aliado de Malafaia disputam comando da bancada evangélica na Câmara	https://bit.ly/3uMeyhh	Brasil
403 FSP	19/12/2020	10h00	Elizete Malafaia usa a Bíblia para falar de sexo e contra o feminismo	https://bit.ly/3uMezll	Brasil
404 FSP	20/12/2020	23h15	Arco-íris ambíguo	https://bit.ly/3aaPXD9	Brasil
405 FSP	21/12/2020	23h15	Década mudou para sempre o entendimento de gênero e sexo	https://bit.ly/3uIbvic	Mundo
406 FSP	21/12/2020	23h15	Ao transformar luto em luta, comunidade T conquistou direitos nos anos 2010	https://bit.ly/3dYgNiY	Brasil

APÊNDICE 2 – TABELA DAS PRODUÇÕES DO JORNAL EXPRESSO COM O TERMO “IDEOLOGIA DE GÊNERO” ATÉ 2020

Nº	Data	Hora	Notícia	Link	Local
1 EX	11/11/2013	19h08	Patriarca alerta para "merecida penúria" de muitas pessoas	https://bit.ly/3fui4P1	Portugal
2 EX	12/11/2016	14h00	O dilema da maternidade	https://bit.ly/3x49xuT	Portugal
3 EX	23/08/2017	18h00	A ideologia do género... estúpido	https://bit.ly/3gakbKd	Portugal
4 EX	25/08/2017	08h00	“O Boletim de Saúde Infantil e Juvenil sempre foi cor-de-rosa para as meninas e azul para os meninos e nunca ninguém reclamou”	https://bit.ly/3mMIQqM	Portugal
5 EX	07/09/2017	18h00	Fazer filhos ou morrer como país	https://bit.ly/2Q5W7Ob	Portugal
6 EX	08/11/2017	13h40	“Queimem a bruxa”, grita-se no Brasil em 2017	https://bit.ly/2RpHxRN	Brasil
7 EX	16/04/2018	12h40	Médicos católicos pedem a Marcelo para vetar lei de mudança de género	https://bit.ly/39aPNfn	Portugal
8 EX	11/12/2018	12h40	Estamos perante um The Handmaid's Tale no Brasil?	https://bit.ly/3mOm5kY	Brasil
9 EX	13/12/2018	18h37	Coletes amarelos à portuguesa. Extrema-direita cola-se e extrema-esquerda demarca-se dos protestos	https://bit.ly/3mNDgDs	Portugal
10 EX	01/01/2019	17h22	Bolsonaro já é Presidente do Brasil. “Reafirmo o compromisso de construir uma sociedade sem discriminação”	https://bit.ly/3mLfzvo	Brasil
11 EX	01/01/2019	21h38	Bolsonaro assume a presidência do Brasil entre aclamação pública e barreiras à imprensa	https://bit.ly/3mOmi7K	Brasil
12 EX	04/01/2019	19h15	Azul para os meninos e cor-de-rosa para as meninas: o Brasil entrou numa nova era, diz ministra de Bolsonaro	https://bit.ly/3e0YksU	Brasil
13 EX	12/01/2019	08h00	2019 – Vamos testar os democratas	https://bit.ly/2OQOhr6	Portugal
14 EX	22/02/2019	18h37	Julia Jacklin quis cantar tudo o que as mulheres antes silenciavam: 2019 tem finalmente um grande disco (e feminista)	https://bit.ly/3uPy8Bt	Portugal
15 EX	09/03/2019	12h26	Os “Netos de Moura” e a inteligência artificial	https://bit.ly/3e1F5J5	Portugal
16 EX	12/03/2019	14h29	BE apresenta queixa na CIG contra deputado do PSD por comentários “homofóbicos	https://bit.ly/3sjRA7G	Portugal
17 EX	16/03/2019	20h00	“Estão a atacar os valores da família”	https://bit.ly/3ei3B9I	Portugal
18 EX	19/03/2019	18h40	Como treinar um Bolsominion	https://bit.ly/3ggvQti	Brasil e Portugal
19 EX	19/03/2019	19h08	“É uma satisfação estarmos nos EUA depois de algumas décadas de presidentes antiamericanos”, declarou Bolsonaro. Trump sorriu	https://bit.ly/2ONkbbk	EUA e Brasil
20 EX	23/03/2019	08h00	Existe muita coisa que não me disseram na escola, PSD	https://bit.ly/3wYBsMr	Portugal

Nº	Data	Hora	Notícia	Link	Local
21 EX	26/03/2019	18h39	Take two: o bolsotrumpismo ensaia-se uma outra vez	https://bit.ly/3dfj8SxD	Portugal
22 EX	28/03/2019	09h18	A roupa infantil unissexo e o medo do papão	https://bit.ly/32eh1Nx	Portugal
23 EX	27/04/2019	17h42	Eleições em Espanha. Mulheres serão decisivas num país em luto pela violência de género	https://bit.ly/3wUA8v82	Espanha
24 EX	01/05/2019	13h27	Proposta sobre passeadeiras arco-íris gera irritação interna no CDS	https://bit.ly/32g6jWU	Portugal
25 EX	16/05/2019	08h12	Patriarcado de Lisboa diz que foi imprudente ter apelado ao voto no Basta	https://bit.ly/2JbGml6	Portugal
26 EX	16/05/2019	12h54	PCP: “Para nós está arrumado” o caso em que o Patriarcado apela ao voto no Basta, CDS e Nós Cidadãos	https://bit.ly/3ab3vhT	Portugal
27 EX	16/05/2019	14h21	CDS desvaloriza polémica com publicação do Patriarcado de Lisboa	https://bit.ly/3gcmiNM	Portugal
28 EX	16/05/2019	14h36	“A informação é falsa”: a reação de Paulo Morais ao caso do apelo ao voto do Patriarcado	https://bit.ly/3tiLdCV	Portugal
29 EX	16/05/2019	14h45	André Ventura: “Igreja cedeu à pressão do politicamente correto”	https://bit.ly/32hvKam	Portugal
30 EX	16/05/2019	15h08	PSD sobre caso do Patriarcado: “Pelos vistos tratou-se de um engano”	https://bit.ly/32ciNPI	Portugal
31 EX	16/05/2019	15h12	PS dá “por encerrado” caso de apelo ao voto de Patriarcado	https://bit.ly/3a9n0rc	Portugal
32 EX	16/05/2019	17h34	Federação Portuguesa pela Vida admite avançar com queixa crime conta Paulo Morais	https://bit.ly/3uSPLAC	Portugal
33 EX	16/05/2019	19h02	Crónica das redes. O Patriarcado "saiu do armário" e o "Salteador da Caixa Perdida"	https://bit.ly/3mNGsIU	Portugal
34 EX	19/07/2019	16h47	Grupo de deputados de direita avança para o Constitucional para travar “ideologia de género” nas escolas	http://bit.ly/2o1yIub	Portugal
35 EX	26/07/2019	17h35	Podcast Eixo do Mal: “A maneira como este ministro se portou com o autarca de Mação é... desagradável”	https://bit.ly/32dsg8D	Portugal
36 EX	27/07/2019	09h24	Um género de direita	https://bit.ly/32ehZcD	Portugal
37 EX	21/08/2019	18h20	Novas regras para casas de banho nas escolas enfurecem a direita	https://bit.ly/32esFtH	Portugal
38 EX	22/08/2019	13h34	Casas de banho das escolas. PSD ataca “agenda de esquerda radical” que pode “agravar bullying e violência”	https://bit.ly/3ei4Q8b	Portugal
39 EX	22/08/2019	14h47	CDS: despacho sobre identidade de género nas escolas “é desrespeitador da liberdade de ensino”	https://bit.ly/3di5yCP	Portugal
40 EX	21/09/2019	13h27	A consistência do PS anda a travestir os outros Partidos	https://bit.ly/3siNRHa	Portugal
41 EX	10/10/2019	09h07	Defender a democracia	https://bit.ly/2QsUQjO	Portugal
42 EX	15/10/2019	12h13	A solução Natália Correia para enfrentar a técnica Ventura	https://bit.ly/3ae75rQ	Portugal

Nº	Data	Hora	Notícia	Link	Local
43 EX	07/11/2019	14h04	“El País” banido da campanha do Vox até ao fim das eleições. Abascal não gostou de editorial crítico	https://bit.ly/3dfwPpE	Espanha
44 EX	22/11/2019	18h16	Maria Luís Albuquerque: “Temos de acabar com essa conversa de que há um extremo que é bom e outro que é mau”	https://bit.ly/3g7ljOU	Portugal
45 EX	06/12/2019	15h21	A tal “ideologia de género” que nos faz falta	https://bit.ly/3dfz10a	Portugal
46 EX	28/12/2019	11h56	Apoio a Marcelo, reversão do aborto, erros de Cristas. O que defendem os candidatos do CDS	https://bit.ly/3uVlhOI	Portugal
47 EX	28/12/2019	16h38	Diretas no PSD: pensões, Saúde e ideologia distinguem os rivais	https://bit.ly/2OOS0VC	Portugal
48 EX	22/01/2020	19h08	Cartaz misterioso no Campo Pequeno é de movimento de direita que diz haver razões para um golpe de Estado	https://bit.ly/32gQpLG	Portugal
49 EX	26/01/2020	14h18	Afinal, o que pensa Francisco? As 16 respostas do novo líder do CDS	https://bit.ly/2Qnd4n9	Portugal
50 EX	27/01/2020	10h49	Chicão: a retórica “sexy” do “carro vassoura da mudança”	https://bit.ly/3dg4U8Q	Portugal
51 EX	27/01/2020	21h14	Orçamento: Chega apresenta uma centena de propostas sobre “áreas fundamentais de governação”	https://bit.ly/3mQfVKG	Portugal
52 EX	20/05/2020	08h40	Hungria proíbe a alteração de sexo no estado civil	https://bit.ly/3dgg51Bi	Hungria
53 EX	25/06/2020	08h20	O armário do CDS	https://bit.ly/2PV3vvT	Portugal
54 EX	15/07/2020	08h00	Nascidos para censores	https://bit.ly/3di4vmD	Portugal
55 EX	25/07/2020	23h59	Polónia quer retirar-se da convenção europeia que visa prevenir violência contra as mulheres	https://bit.ly/3sclEgU	Polónia
56 EX	07/08/2020	20h00	Afinal, o que defende Borges de Lemos, o ex-CDS que se juntou a Ventura?	https://bit.ly/3ad8kHD	Portugal
57 EX	19/08/2020	08h23	A Educação dogmática e o direito dos pais	https://bit.ly/3wWdx0b	Portugal
58 EX	27/08/2020	09h19	Partido Pró-Vida vai fundir-se com o Chega	https://bit.ly/3g8isVN	Portugal
59 EX	07/09/2020	11h08	Caso das aulas de Cidadania. Advogado denuncia “ameaças e coação moral” sobre professores para reprovar alunos de Famalicão	https://bit.ly/3uQ06NE	Portugal
60 EX	21/09/2020	18h18	Raio-x à direção do Chega. Quem são e o que pensam?	https://bit.ly/3wUvnk5	Portugal
61 EX	30/09/2020	08h15	A ordem moral das coisas e a identidade de género	https://bit.ly/3mQgI58	Portugal
62 EX	13/10/2020	08h46	Os “estilhaços” do Chega estão a formar um novo partido: eis a Liga Nacional	https://bit.ly/2J6jTFR	Portugal
63 EX	09/11/2020	11h39	Portugal dos pequenitos	https://bit.ly/3tkTwhN	Portugal
64 EX	25/11/2020	12h18	Hoje é Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres e o PSD é nosso inimigo	https://bit.ly/3dkilox	Portugal

APÊNDICE 3 – LIVRO DE CÓDIGOS IDG NOS JORNAIS

Este Livro de Códigos é uma ferramenta para a análise da presença da retórica da “ideologia de gênero” nas produções jornalísticas do Brasil e de Portugal. Os dados analisados representam as produções que contém a expressão ou suas variações desde a primeira aparição até o dia 31/12/2020 no jornal brasileiro Folha de S.Paulo e no português Expresso. Aqui constam apenas as categorias e códigos de análise, informações sobre a coleta e refino dos dados estão na seção 4.2 Construção do corpus e os dados gerais dos resultados (identificação da produção jornalística – número e sigla do jornal, data – dia/mês/ano, título da matéria e link de acesso) foram preenchidos diretamente na planilha de análise (formulário de codificação) e estão reproduzidos nos Apêndices 1 e 2.

INSTRUÇÕES PARA A CODIFICAÇÃO

- Para o processo de codificação você deve colocar seu nome no arquivo de texto (Word ou similar) chamado “Análise Jornais” no qual será feita a análise das informações qualitativas selecionadas para cada categoria que serão transpostas de forma quantitativa ou como código na tabela de análise (Excel ou similar) chamada “Codificação Jornais” que você também deve colocar seu nome no arquivo.

ATENÇÃO!

- **Antes de codificar**, leia a matéria em sua totalidade e depois codifique na ordem estabelecida identificando no arquivo de texto a produção analisada pelo número e sigla do periódico que consta na tabela (exemplo 5 EX ou 5 FSP).

- **Para codificar** as categorias 5 a 11 você deve sempre analisar as informações pelo contexto do texto e em relação às **questões de gênero e diversidade sexual (GDS) na sociedade** de forma ampla. Verifique se o texto faz referências aos debates sobre estas temáticas na sociedade (e.g. Lei da autodeterminação da identidade de gênero, Educação para a cidadania e igualdade em Portugal, e Escola Sem Partido, BNCC e Secadi no Brasil etc.), na academia ou sobre as teorias relacionadas a elas com base nas perspectivas de gênero, feministas e *queer*. Aqui é importante lembrar que algumas expressões viraram quase que sinônimo de IdG ou representam um conjunto no qual a IdG é incluída, como marxismo cultural, sexualização precoce de crianças, doutrinação ideológica, guerra cultural, globalismo, entre outras, principalmente em períodos eleitorais e em entidades religiosas nos dois países, no Brasil nas falas de Bolsonaro e seus ministros, e em Portugal em políticos do Chega e do CDS.

- Você deve ler com atenção as instruções do preenchimento da tabela de análise (Excel) e ter cuidado com o preenchimento dos arquivos de texto (Word) que podem passar por alguma forma de conferência ou revisão em caso de categorias da tabela que geraram inconsistências no teste de confiabilidade para posterior debate.

- Como exemplo do preenchimento da tabela de análise foi incluído um *print* da codificação da produção 69 FSP e no arquivo de texto está a classificação completa.

UNIDADES DE ANÁLISE

- Você deve prestar bastante atenção à **unidade de análise** definida para cada categoria que deve ser analisada com base no contexto de toda a produção. As unidades de análise '**Produção completa**' na categoria 1 e 5, '**título e subtítulo da seção do jornal**' na categoria 2, '**nome(s) da autoria(s) da produção**' na categoria 3 e '**representações não textuais**' na categoria 4 são "autoexplicativas" e caso necessário há mais detalhes na descrição de cada uma das categorias.

Quanto às outras unidades de análise:

* **Parágrafo**, na categoria 6, deve ser entendido como todo o texto contido no parágrafo, sendo considerado o título um parágrafo, assim como o *lead*. **Observação!** No caso das entrevistas em alguns casos é preciso considerar a pergunta em conjunto com a resposta inteira para a informação coletada fazer sentido.

* **Citação**, nas categorias 7, 8 e 9, deve ser compreendida como todas as aparições do elemento da categoria, ou seja, deve-se contabilizar **todas as vezes** que uma palavra ou referência ao elemento for feita no texto, incluindo o título (todas as repetições devem ser contadas).

* **Frase**, nas categorias 10 e 11, é considerada o conjunto de palavras contido entre pontos. Assim todas as palavras da frase que apresenta o elemento analisado de um ponto ao outro devem ser contatadas. **Observação!** É importante lembrar que às vezes será necessário pegar também a frase anterior ou posterior a que você está codificando para que a informação que você está categorizando faça sentido. Nesses casos todas as palavras das duas ou mais frases devem ser contabilizadas.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

* Só a categoria 4 analisa as representações não textuais (fotos, vídeos etc.) nas produções, todas as outras (1 a 3 e 5 a 11) não incluem elas nem suas legendas na análise.

* A seleção de parte do texto classificada no código **6.1. GDS** servirá de base para a análise das categorias 7 a 11, ou seja, essa porção de texto deve ser replicada para a análise das categorias seguintes.

* Nas categorias 7 e 8, caso não conheça os nomes citados das atrizes, atores e agentes citados e não tenha nenhuma identificação no texto de sua possível classificação (tipo), use alguma ferramenta de busca *online* para obter mais informações e enquadrá-la corretamente.

* Quanto aos posicionamentos (favorável ou contrário), caso não tenha uma indicação no texto associada a pessoa ou a instituição só devem ser classificadas figuras públicas reconhecidas pelos seus posicionamentos.

* Em caso de dúvidas, identificação de algum erro ou informação faltando neste Livro de Códigos, faça anotações para que possamos debater e descobrir a melhor forma de resolvê-las na próxima reunião.

DICAS DE OURO!

* Geralmente a seção da produção consta no endereço da produção após a identificação do jornal, isso também pode ajudar a classificar o tipo de produção.

* Depois de fazer a categoria 6, copie a porção de texto do código **6.1. GDS** e cole nas outras categorias (7 a 11). Ao analisar cada categoria selecione o que se enquadra nela de acordo com a unidade de análise e sublinhe ou vá apagando o resto. Assim ficará mais fácil de visualizar e enquadrar nos códigos. Sugere-se que as categorias 7 e 8 sejam feitas juntas, assim como as categorias 10 e 11, pois o que for enquadrada na primeira não deve ser enquadrado na segunda, ficando cada citação ou frase em apenas um código.

CATEGORIAS do nível *constativo* (aspecto locucionário – o que é dito)

1. TIPO

Unidade de análise: Produção completa.

Descrição: Esta categoria se refere ao formato das produções jornalísticas, para codificar cada um dos textos leve em conta todo seu conteúdo. A identificação do tipo de produção é facilitada pela seção do jornal em que é publicada.

Na tabela: Preencha na coluna E o tipo de produção (entrevista, matéria, artigo, blog, coluna, podcast, resenha ou vídeo debate) e na coluna F o código dela. **Exemplo:**

A	B	C	D	E	F
	Data	Título matéria	Link	Tipo	1. TIPO
68 FSP	19/11/2017	Judith Butler escreve sobre sua	https://w	.	.
69 FSP	27/11/2017	'Liberal-cristão', presidente do	https://w	Matéria	1.1. Informativa
70 FSP	11/12/2017	Divididas pelo feminismo. Sara	https://w	.	.

Códigos:

1.1. Informativa: Entrevistas e matérias produzidas por jornalistas sejam eles/as do jornal analisado ou convidados/as e reproduções de matérias de outros jornais, com assinatura ou não. **Exemplo:** entrevista “Se Cunha é malvado, é meu malvado favorito”, diz Marco Feliciano” (21 FSP) e matéria “Azul para os meninos e cor-de-rosa para as meninas: o Brasil entrou numa nova era, diz ministra de Bolsonaro” (12 EX).

1.2. Opinativa Pessoal: Artigo de opinião, postagem em blog do jornal, coluna, podcast, resenha e vídeo debate assinado por jornalistas do jornal ou pessoas convidadas. **Exemplo:** artigo “A tal “ideologia de gênero” que nos faz falta” (45 EX), postagem em blog “Como treinar um Bolsominion” (18 EX), coluna “Convicção da boçalidade é tal que fica difícil não ser vencido pela exaustão” (196 FSP), podcast “Podcast Eixo do Mal” (35 EX), resenha “A moça moderna brasileira” (1 FSP) e vídeo debate “Psicóloga e ativista trans divergem sobre ensino de ideologia de gênero nas escolas” (26 FSP).

1.3. Jornal: Editoriais dos jornais. **Exemplo:** “O sexo do ensino” (373 FSP).

2. RUBRICA

Unidade de análise: Título e subtítulo da seção do jornal.

Descrição: Para codificar esta categoria veja a seção em que a produção foi publicada e identifique em qual código ela está contida. Os nomes das seções estão organizados em ordem alfabética, no caso da Folha de S.Paulo em negrito são as seções principais e sem negrito subseções do jornal.

Na tabela: Preencha na coluna G o título da seção, se houver outras seções escreva na coluna H o subtítulo e na coluna I caso haja outro(s) subtítulo(s) identificado(s), caso não tenha um ou mais subtítulos preencher com NA (não se aplica). Na coluna J escreva Sim ou Não para responder se existe a identificação de que o texto faz parte da edição impressa e por fim na coluna K o código da Rubrica de acordo com as seções elencadas abaixo. **Exemplo:**

A	G	H	I	J	K
	Título seção	Subtítulo seção	Outros subtítulos seção	Edição Impressa	2. RUBRICA
68 FSP					
69 FSP	Poder	NA	NA	Não	2.1. Política
70 FSP					

Códigos:

2.1. Política: Rubricas relacionadas à política (com referência à política eleitoral; parlamentares do legislativo e executivo, seus espaços e ações dentro do país), manifestações do judiciário, de pessoas ou de organizações em reações a propostas e debates políticos. **Folha de S.Paulo: Ao vivo** (Ao vivo – Eleições 2018, Ao vivo – Eleições 2018 – Candidatos aos governos, Ao vivo – Eleições 2018 – Candidatos à Presidência, Ao vivo – Eleições 2018 – Debate, Ao vivo – Poder – Candidatos à Presidência, Ao vivo – Poder – Debate, Ao vivo – Poder – Discurso), **Cotidiano** (Cotidiano, Cotidiano – Drogas, Cotidiano – Feminismo – Machismo, Cotidiano – Folha Mulher, Cotidiano – Governo Bolsonaro, Cotidiano – Opinião, Cotidiano – Rio de Janeiro, Cotidiano – Senado), **Educação** (Educação, Educação – Base Nacional Comum Curricular, Educação – BBC News, Educação – Eleições 2018, Educação – Governo Bolsonaro, Educação – Rio de Janeiro – Governo Bolsonaro), **Mercado** (Mercado, Mercado – Análise), **Poder** (Poder, Poder – Análise, Poder – BBC News, Poder – Congresso Nacional, Poder – Eleições 2016, Poder – Eleições 2018, Poder – Eleições 2020, Poder – Eleições 2018 – Conversa com eleitores, Poder – Eleições 2018 – Governo Bolsonaro, Poder – Entrevista de 2ª – Governo Bolsonaro, Poder – Governo Bolsonaro, Poder – Governo Bolsonaro – Entrevista de 2ª, Poder – Lava jato, Poder – O que foi a ditadura), **Saúde. Expresso:** Diário, Economia, Eleições, Europeias 2019, Igualdade de gênero, Política, Revista de imprensa, Sociedade.

2.2. Mundo: Rubricas com referência à eventos e debates internacionais (de outros países que não o do jornal, no mundo, ou de instituições com representação global). **Folha de S.Paulo:** BBC Brasil, **Mundo** (Mundo, Mundo – Análise, Mundo – Análise – Diplomacia Brasileira, Mundo – Coronavírus – Diplomacia Brasileira, Mundo – Diário de confinamento – Coronavírus, Mundo – Diplomacia Brasileira, Mundo – Diplomacia Brasileira – Itamaraty, Mundo – Entrevista da 2ª, Mundo – Governo Bolsonaro, Mundo – Governo Bolsonaro – Diplomacia Brasileira, Mundo – Governo Bolsonaro – Governo Trump, Mundo – Opinião, Mundo – Retrospectiva da década, Mundo – Retrospectiva da década – Feminismo – Machismo, Mundo – RFI, Mundo – The Washington Post). **Expresso:** Internacional.

2.3. Opinião: Rubricas de identificação de seções de opinião do jornal. **Folha de S.Paulo:** Cenários 2019, Colunistas, **Opinião** (Opinião – O que a Folha pensa, Opinião – O que a Folha pensa – Editoriais, Opinião – Colunas e blogs [#hashtag, Abecedário, Agora é que são elas, Blog do MAG, Eleições 2018, Faces da Violência, Folhajos, Governo Bolsonaro, Humor, Jornalismo – Facebook, Latinidades, Maternar, Nova Escola, Opinião, Painel, Saída pela Direita], Opinião – Tendências/Debates), **Podcasts** (Podcasts – Do Lado Direito Do Peito, Podcasts – Folha na Sala), TelePadi, **TV Fla Flu** (TV Fla Flu, TV Fla Flu –

Editoria Capa). **Expresso:** A tempo e a desmodo, A vida de saltos altos, Chamem-me o que quiserem, Contra-semântica, Eixo do Mal, Estado da Noção, Opinião.

2.4. Outras rubricas: Rubricas relacionadas à cultura, artes, música, publicidade, seminários, celebridades, mídia etc. **Folha de S.Paulo: F5** (F5 – Cinema e séries, F5 – Nerdices, F5 – Televisão, F5 – Tony Goes, F5 – Você viu?), Folhinha – Todo mundo lê, **Ilustrada** (Ilustrada, Ilustrada – Games, Ilustrada – Livros, Ilustrada – Mônica Bergamo, Ilustrada – Música, Ilustrada – Réplica), **Ilustríssima** (Ilustríssima, Ilustríssima – Briga Judicial), Jornal de resenhas, Seminários Folha – Exploração Sexual Infantil – 3ª edição. **Expresso:** Think of me as a place.

3. AUTORIA

Unidade de análise: Nome(s) da autoria(s) da produção.

Descrição: Identificação de se a pessoa que produziu o texto é jornalista ou convidada e qual seu gênero. Para codificar o gênero tenha como métrica a forma como a pessoa se auto identifica (seu nome).

Na tabela: Preencha na coluna L o nome da primeira autoria, se houver outras escreva na coluna M a segunda, na coluna N a terceira e na coluna O os outros nomes, caso não tenha mais de uma autoria preencher as colunas com NA (não se aplica). Por fim na coluna P escreva o código referente a autoria do texto. **Exemplo:**

A	L	M	N	O	P
	Autor(a) 1	Autor(a) 2	Autor(a) 3	Outros Autores	3. AUTORIA
68 FSP					
69 FSP	Anna Virginia Balloussier	NA	NA	NA	3.1. Jorn. Feminina
70 FSP					

Códigos:

3.1. Jorn. Feminina: Produções escritas por uma ou mais jornalista(s) mulher cis ou trans. **Exemplo:** entrevista “‘Estão a atacar os valores da família’” (17 EX) feita pela jornalista Carolina Reis.

3.2. Jorn. Masculino: Produções escritas por um ou mais jornalista(s) homem cis ou trans. **Exemplo:** artigo de opinião “Um gênero de direita” (36 EX) do jornalista Daniel Oliveira.

3.3. Jorn. Ambos: Produções escritas por jornalista(s) mulher(es) e homem(ns) cis ou trans. **Exemplo:** matéria “Bolsonaro promete unir o Brasil, valorizar a família e libertar país do socialismo” (167 FSP) escrita por Talita Fernandes, Thais Bilenky, Angela Boldrini, Camila Mattoso, Ranier Bragon, Gustavo Uribe, Daniel Carvalho, Igor Gielow, Reynaldo Turolo Jr., Fábio Fabrini e Bernardo Caram.

3.4. Convidada(s): Produções escritas por uma ou mais mulher(es) cis ou trans que não são jornalistas como colunistas, cronistas e outras. **Exemplo:** coluna “Brasileiro demanda literalidade na arte e aceita surrealismo na política” (57 FSP) de Angela Alonso.

3.5. Convidado(s): Produções escritas por um ou mais homem(ns) cis ou trans que não são jornalistas como colunistas, cronistas e outros. **Exemplo:** postagem “Take two: o bolsotrumpismo ensaia-se uma outra vez” (21 EX) no blog Estado de Noção de Francisco Louçã.

3.6. Conv. Ambos: Produções escritas por mulher(es) e homem(ns) cis ou trans que não são jornalistas como colunistas, cronistas etc. Não há exemplos, pois não foi identificada nenhuma produção com convidados dos dois gêneros.

3.7. Outra: Editoriais e outras produções com assinatura de instituições como nomes de jornais, agências de notícias etc. (Agência Brasil, Ansa, BBC Brasil, ‘Da redação, com agências internacionais’, Expresso, Folha de S.Paulo e Lusa). **Exemplo:** matéria “Hungria proíbe a alteração de sexo no estado civil” (52 EX) assinada pela agência de notícias Lusa.

3.8. Sem autoria: Produções sem autoria ou sem autoria identificada. **Exemplo:** matéria “Campanha publicitária inspirada em Pink Floyd é confundida com bandeira LGBT” (60 FSP).

4. ÍCONES

Unidade de análise: Representações não textuais.

Descrição: Identificação de se há presença de representações não textuais nas produções como fotos, ilustrações, infográficos, vídeos, áudios, podcasts, postagens do Facebook, Instagram ou Twitter. Na tabela é indicado se há ou não a ocorrência e a quantidade de cada tipo de ícone.

Na tabela: Descrição e exemplo em cada código abaixo.

Códigos:

4.1. Foto: Foto(s) utilizada(s) na produção. **Na tabela:** Preencha Sim ou Não na coluna Q respondendo se há ou não alguma(s) foto(s). Se sim, na coluna R escreva a quantidade de foto(s) e na coluna S se há (Sim ou Não) carrosséis de fotos. Em caso afirmativo na coluna T coloque a quantidade de carrosséis, na coluna U a quantidade de fotos nos carrosséis e nas colunas V a Z o nome dos carrosséis seguido da quantidade de fotos (exemplo 15 FSP: “Suprema Corte dos EUA legaliza casamento gay 9 fotos”). No caso de carrosséis de fotos iguais em produções diferentes com nomes diferentes use o primeiro título adotado no carrossel. Escreva NA em todas as colunas R a Z no caso de não ter nenhuma foto no texto, ou nas colunas em que a pergunta não se aplica. **Exemplo:**

A	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z
	4.1. FOTO	Qty	Carrossel	Qty carro	Qty fotos	Nome 1	Nome 2	Nome 3	Nome 4	Nome 5
68 FSP										
69 FSP	Sim	15	Sim	1	14	Conheça os candidatos a presidente em 2018 14 fotos	NA	NA	NA	NA
70 FSP										

4.2. Ilustração: Imagem(ns), desenho(s) ou colagem(ns) utilizada(s) na produção. Aqui é importante destacar que se as ilustrações estiverem contidas em carrosséis de fotos devem ser contabilizados como fotos, pois só são consideradas como ilustrações as peças feitas para as produções e não sobre seus conteúdos. **Na tabela:** Preencha Sim ou Não na coluna AA respondendo se há ou não alguma(s) ilustração(ões), se sim escreva na coluna AB a quantidade e se não NA. **Exemplo:** matéria “O dilema da maternidade” (2 EX) com uma ilustração.

4.3. Infográfico: Infográfico(s) e tabela(s) utilizada(s) na produção. **Na tabela:** Preencha Sim ou Não na coluna AC respondendo se há ou não algum infográfico ou tabela, se sim escreva na coluna AD a quantidade e se não NA. **Exemplo:** matéria “Para 9 entre 10, violência contra mulheres aumentou, diz Datafolha” (228 FSP) com quatro infográficos com

resultados da Pesquisa Datafolha com 2.086 entrevistas realizada entre 2 e 3 de abril em 130 municípios de todo o Brasil sobre violência contra a mulher.

4.4. Facebook: *Print* de postagem(ns) do *Facebook* ou *Instagram* utilizada(s) na produção. **Na tabela:** Preencha Sim ou Não na coluna AE respondendo se há ou não algum destes elementos, se sim escreva na coluna AF a quantidade e se não NA. **Exemplo:** matéria “Raio-x à direção do Chega. Quem são e o que pensam?” (60 EX) com *print* de postagem feita no *Facebook* por Lucinda Ribeiro com *fakenews*.

4.5. Twitter: *Print* de publicação(ões) no *Twitter* utilizada(s) na produção. **Na tabela:** Preencha Sim ou Não na coluna AG respondendo se há ou não um ou mais *tweets*, se sim escreva na coluna AH a quantidade e se não NA. **Exemplo:** matéria “Crônica das redes. O Patriarcado ‘saiu do armário’ e o ‘Salteador da Caixa Perdida’” com *print* de 17 *tweets* de comentários sobre a postagem do Patriarcado de Lisboa.

Exemplo códigos 4.2. a 4.5.:

A	AA	AB	AC	AD	AE	AF	AG	AH
	4.2. ILUSTRAÇÃO	Qnt	4.3. INFOGRÁFICO	Qnt	4.4. FACEBOOK	Qnt	4.5. TWITTER	Qnt
68 FSP								
69 FSP	Não	NA	Não	NA	Não	NA	Não	NA
70 FSP								

4.6. Vídeo: Vídeo(s) de qualquer tipo utilizado(s) na produção. **Na tabela:** Preencha Sim ou Não na coluna AI respondendo se há ou não algum vídeo, se sim escreva na coluna AJ a quantidade e se não NA, na coluna AK escreva o tempo do vídeo usando a métrica hora, minutos e segundos (exemplo 35 EX: “0:52:18”). **Exemplo:** matéria “Movimento estudantil segue como 'pedra no sapato' de governos, dizem debatedores” (390 FSP) com dois vídeos, um com duração de 2min12seg “Libelu - Abaixo a Ditadura (Trailer Oficial)” e outro com 1h20min35seg “Folha promove debate sobre o documentário ‘Libelu – Abaixo a Ditadura’”.

4.7. Áudio: Podcast(s) ou áudio(s) utilizado(s) na produção. Neste código não são contabilizados os áudios referente a “leitura da matéria”. **Na tabela:** Preencha Sim ou Não na coluna AL respondendo se há ou não algum tipo de áudio, se sim escreva na coluna AM a quantidade e se não NA, na coluna AN escreva o tempo do áudio usando a métrica hora, minutos e segundos (exemplo 106 FSP: “0:01:59”). **Exemplo:** matéria “Aos gritos de Bolsonaro, Alckmin é vaiado em evento evangélico; ouça” (106 FSP) com áudio de 1min59seg de gravação do evento.

Exemplo códigos 4.6. e 4.7.:

A	AI	AJ	AK	AL	AM	AN
	4.6. VÍDEO	Qnt	Tempo	4.7. ÁUDIO	Qnt	Tempo
68 FSP						
69 FSP	Não	NA	NA	Não	NA	NA
70 FSP						

LEMBRE-SE! A categoria 4 é a única que faz a análise das representações não textuais (fotos, ilustrações etc.) nas produções, todas as outras (1 a 3 e 5 a 11) não incluem elas nem suas legendas na análise.

CATEGORIAS do nível *performativo* (aspectos ilocucionário – o que ocorre em se dizer algo – e perlocucionário – o que acontece por se ter dito algo)

5. TEMÁTICA

Unidade de análise: Produção completa.

Descrição: Você deve elencar qual é o assunto principal abordado pelo texto, qual é o objeto da produção. Aqui interessa saber qual tema predominou no texto, mesmo que ele aborde diversas temáticas.

Na tabela: Preencha a coluna AO com o código o tema principal. **Exemplo:**

	A	AO
1		5.1. TEMÁTICA
69	68 FSP	
70	69 FSP	5.2. Eleições
71	70 FSP	

Códigos:

5.1. Política: O texto aborda principalmente a atuação de parlamentares do legislativo e executivo, ministros, governo, discursos e processos políticos, incluindo manifestações do Judiciário e seus ministros, entre outros – seus espaços e ações dentro do país, excluindo a área da educação. Também se enquadram aqui informações sobre governos de transição, a posse e o discurso de posse, assim como debates internos dos partidos, exemplo de eleições internas das direções dos partidos.

5.2. Eleições: O texto aborda principalmente informações sobre pessoas candidatas ou processos eleitorais, como pré-campanha, campanha, política eleitoral, debates eleitorais, opinião de eleitoras/os, debates internos de partidos sobre candidaturas ou proposta de governo, propagandas eleitorais, propostas/promessas de governo, vitória etc.

5.3. Mundo: O texto aborda principalmente eventos, debates e órgãos internacionais, ou debates do país do jornal que tiveram repercussão ou envolvem questões internacionais, acordos internacionais, comércio e sistemas financeiros (OMC, FMI, Banco Mundial), política exterior, diplomacia, relações com outros países, negociações, acordos, ONU, seus órgãos e espaços de debate etc. (como CEDAW, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030).

5.4. Religião: O texto aborda principalmente a religião, encontros religiosos, cartas do Vaticano, falas e declarações da CNBB, padres, pastores e outros religiosos; e/ou manifestações organizadas por grupos religiosos etc.

5.5. Manifestação: O texto aborda principalmente manifestações de pessoas ou de movimentos sindicais, movimentos sociais, movimentos ou ativismos feministas, ou outras organizações, como eventos, greves, atos contrários às questões e teorias de GDS, atos de defesa/promoção da igualdade de gênero, dos direitos humanos, das mulheres, das pessoas LGBT+ etc.

5.6. Educação: O texto aborda principalmente a Educação, seus sistemas (MEC, Secretarias de Educação etc.) ou debates sobre o ensino das questões de GDS, seja por pessoas, instituições, ou parlamentares, seus espaços e ações dentro do país, com pautas relacionadas às temáticas, na área da Educação (debate de legislação, planos de educação, Escola Sem Partido etc.).

5.7. Debates GDS: O texto aborda principalmente debates sobre GDS que não sejam promovidos por parlamentares, processos eleitorais, organizações internacionais, religião, manifestações e relativas à educação. Aqui se enquadram debates das relações e papéis de gênero de homens e mulheres na sociedade, reprodução de estereótipos ou questionamentos a

respeito, nos espaços públicos e privados (dentro e fora do lar) e debates sobre natalidade. Exemplo das histórias de mulheres parlamentares e as dificuldades de adentrar e permanecer na política ou o questionamento da maternidade compulsória e de que filhos atrapalham a carreira etc. Diferente do 5.5. Manifestação que está ligado a atos, cartas de repúdio e outras formas de manifestação, este código se refere à apresentação de argumentos, estudos etc. sobre GDS geralmente feitos por pessoas estudiosas e não “militantes”.

5.8. Violência GDS: O texto aborda principalmente casos de violência de gênero, contra mulheres e/ou pessoas LGBTQ+, como assédio sexual contra mulheres, estupro, abuso sexual, #MeToo, #TimesUp, feminicídio, tráfico de mulheres, mutilação genital; e/ou referências a desigualdades de gênero (entre mulheres e homens), como de renda e diferença salarial; e/ou preconceitos contra as mulheres em decisões judiciais, trabalhistas etc. Nesta temática também se enquadram casos de estupro, assédio e outras violências perpetradas contra crianças.

5.9. Arte: O texto aborda principalmente informações sobre cultura e artes em geral (música, teatro, cinema, literatura, arquitetura etc.), como prêmios, festivais, apresentações, lançamentos, entre outros.

5.10. Outros: O texto aborda principalmente temas que não se enquadram em nenhum dos códigos acima como: esporte, celebridades, mídia, games, ciência e saúde (ciência, tecnologia, pesquisa, financiamento, descobrimentos, avanços sobre a saúde em geral como epidemias, vírus, contágio, influenza, BSE, SARS, ambiente, contaminação etc., ou sobre HIV/AIDS) etc.

6. TÓPICO

Unidade de análise: Parágrafo.

Descrição: Identificação da parcela do texto que aborda questões de GDS, ou questões gerais sem especificar as temáticas, exceto autoria, seção do jornal, data e hora.

Lembre-se! Na classificação leve em conta o título e o contexto de toda a produção, assim como as referências aos debates sobre GDS na sociedade, na academia ou sobre as teorias relacionadas a elas com base nas perspectivas de gênero, feministas e *queer*. A não ser que o parágrafo não esteja relacionado de nenhuma forma com as questões de GDS, deve ser codificado como 6.2. Geral.

Atenção!

* Pode acontecer de o parágrafo não ter nenhuma palavra relacionada às questões de GDS, mas referências as suas pautas como: “aquele debate”, “os posicionamentos”, “o termo” etc. Nesse caso o parágrafo também deve ser enquadrado no código 6.1.

* Os **textos de opinião** são a opinião da autoria sobre uma questão em debate na sociedade focada ou não em uma ou mais pessoas. Lembre-se disso ao codificá-los, pois, eles tendem a ser inteiros (título e texto) de um tópico ou de outro. Por exemplo, se a coluna for sobre uma figura com posicionamento contrário reconhecido sobre GDS (e. g. Bolsonaro no Brasil e Ventura em Portugal), o texto inteiro pode ser uma argumentação sobre a defesa das questões de GDS.

* Nas produções que tratam do projeto ou movimento **Escola Sem Partido**, parágrafos com referências a eles e argumentações favoráveis ou contrárias devem ser

classificadas como **6.1. GDS**. Mas descrições focadas em situações de aspecto ideológico partidário e que não envolvam GDS devem ser codificadas como **6.2. Geral**.

Na tabela: Divida o texto de acordo com as instruções dos códigos abaixo.

Códigos:

6.1. GDS: Conteúdos relacionados às questões de GDS. **Na tabela:** Preencha a coluna AP com a soma da quantidade de palavras. Se não for identificado texto para este código a coluna deve ser preenchida com 0 (zero).

6.2. Geral: Conteúdos que não estejam relacionados às questões de GDS. **Na tabela:** Preencha a coluna AQ com a soma da quantidade de palavras. Se não for identificado texto para este código a coluna deve ser preenchida com 0 (zero).

	A	AP	AQ
1	6.1. GDS		6.2. Geral
69	68 FSP		
70	69 FSP	109	571
71	70 FSP		

Exemplo códigos 6.1. e 6.2.:

ATENÇÃO! A partir deste ponto a análise de todas as categorias abaixo (7 a 11) só será feita na porção de texto classificada no código **6.1. GDS**.

DICAS DE OURO!

* Para codificar as categorias 7 e 8 pegue todo o texto referente ao código **6.1. GDS** e sublinhe ou deixe apenas as citações feitas de pessoas, coletivos e instituições citadas (ver descrições). Ao final separe as pessoas (categoria 7) de agentes (categoria 8) e coloque nos códigos correspondentes. **Lembre-se!** Uma citação só pode ser colocada em apenas um código.

* Nomes iguais podem ser citados apenas uma vez, indicando entre parênteses a quantidade de vezes que foi citado. **Exemplo:** Vitorino (3).

* Às vezes é importante deixar informações de contexto para a identificação. **Exemplo:** 120 FSP “especialistas defendem a inclusão da temática de gênero” (7.1. Favoráveis – 8. Teóricas), ou “defensores do projeto Escola sem Partido” (7.2. Contrários – 13. Sem especificação).

* A **classificação do tipo de Atrizes e Atores e de Agentes é temporal**, principalmente no caso de políticos que ocuparam diversos cargos. A classificação deve ser feita de acordo com o cargo ocupado na data da matéria. **Exemplo:** Fernando Haddad, de 29/07/2005 a 24/01/2012 ele foi Ministro da Educação (9. Rep. Educação), do resultado das eleições de 2012 até 01/01/2017 foi Prefeito de São Paulo (1. Executivo) e nas eleições de 2018 ele era candidato (5. Filiadas).

LEMBRE-SE!

* A classificação como favorável ou contrária às temáticas de GDS de **Atrizes e Atores** e de **Agentes** deve ser feita com as informações dadas pela produção. É importante lembrar que esta **classificação de posicionamento também é temporal**, ou seja, algumas pessoas ou instituições podem ter alterado sua posição quanto às questões de GDS. Não é comum, mas pode acontecer. Essa ressalva se aplica principalmente em textos que citam mudanças na legislação de um país. Exemplo da Hungria que revogou a legislação que permitia “mudar o sexo nos documentos”, passando de uma postura favorável a contrária.

Exceção à regra são as menções a períodos históricos delimitados, que são enquadrados por sua postura, exemplo da ‘ditadura’ que perseguiu pessoas LGBT+ consideradas pelo aparato de controle moral como tendo comportamentos sexuais desviantes.

* No caso da pessoa ou instituição citada **não estar associada a um posicionamento** no texto, mas for uma figura notória na defesa ou ataque às questões de GDS ela deve ser enquadrada neste posicionamento. Exemplo de pessoa e instituição contrárias são Damares e Patriarcado de Lisboa, e favoráveis Jean Wyllys e Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

* No caso da citação da instituição ou de grupos de pessoas **estar associada aos dois posicionamentos** no texto, a citação não deve ser contabilizada. **Exemplo:** “Guardas-civis tiveram que intervir rapidamente para que os grupos não saíssem no tapa na semana passada” (6 FSP).

* No caso de **Agentes**, se a instituição não estiver associada a um dos tipos de posicionamento sobre GDS, ela não deve ser classificada. O mesmo se aplica para países, a menos que o país citado seja associado a leis contra mulheres e LGBT+, como pena de morte etc., não deve ser classificado.

* A citação do “Escola Sem Partido” enquanto movimento social organizado deve ser classificada como **Agente (10. Rep. Sociais)**, mas a citação como projeto não!

ATENÇÃO!

* Preste bastante atenção ao codificar a citação **direita** e **esquerda**. Estas expressões são classificadas como **Agentes** se no texto estiverem associadas a partidos, movimentos sociais ou nenhum destes grupos, e devem ser enquadradas como 4. Partidos, 10. Rep. Sociais ou 12. Outros (respectivamente). Elas são classificadas como **Atrizes e Atores** se no texto estiverem associadas à militantes ou pessoas, sendo enquadradas como 7. Rep. Sociais ou 13. Sem especificação (respectivamente).

* Isto vale também para codificar outras expressões como: **conservador/es**, **militante/s**, **ativista/s**, **apoiador/es**, entre outros.

* Como é muito difícil quantificar todas as nuances da fala humana, fica definido que só serão contabilizadas as citações de pessoas ou agentes que correspondem a **pronomes pessoais retos** do singular (eu, tu, ele, ela) e do plural (nós, vós, eles, elas). Para as citações de pronomes no plural só classificar se for referência a um grupo homogêneo com posicionamento expresso no texto ou pelo tipo de entidade (exemplo: nós feministas, eles conservadores). **NÃO devem ser contadas** as citações de **pronomes pessoais retos** referentes a pessoas com posicionamentos opostos ou a um plural genérico e heterogêneo (como em ‘nós’ enquanto população ou ‘elas’ enquanto mulheres em geral); de **pronomes pessoais oblíquos** (me, mim, comigo, te, ti, contigo, se, si, consigo, o/s, a/s, lhe/s, nos, conosco, vos, convosco); **pronomes possessivos** (meu, minha, teu, tua, seu, sua, nosso/a, vosso/a e seus plurais) e verbos referentes a **sujeitos ocultos** (exemplos: sou, afirmou, serei, queria etc.).

7. ATRIZES E ATORES

Unidade de análise: Citação.

	A	BN	BO	BP	BQ	BR	BS
1	▼	8. Teóricas	9. Rep. Educação	10. LGBT+	11. Feministas	12. Ocupações	13. Sem especificação
69	68 FSP						
70	69 FSP	0	0	0	0	0	0
71	70 FSP						

Tipos de atrizes e atores:

1. Executivo: Citações de representantes do executivo, seus cargos (prefeito, presidente, ministros, secretários, policial militar etc.) e termos genéricos em que o contexto os coloca nessa categoria (ela, ele, elas, eles etc.), **exceto** o ministro da Educação e outros representantes de órgãos ligados ao MEC.

2. Legislativo: Citações de representantes do legislativo e seus cargos (deputado(s), vereador(es) etc.), incluindo especificações (deputados da CCJ, deputados evangélicos etc.) e termos genéricos em que o contexto os coloca nessa categoria.

3. Político/a profissional: Citações de políticas/os profissionais sem especificação de seus cargos, impossibilitando a classificação nos dois primeiros tipos e termos genéricos em que o contexto os coloca nessa categoria.

4. Judiciário: Citações de representantes do judiciário e seus cargos (ministro, defensora pública etc.), incluindo especificações (Fulano etc.) e termos genéricos em que o contexto os coloca nessa categoria.

5. Filiadas: Citações de candidatas/os que na data da produção não ocupavam nenhum cargo parlamentar ou no judiciário, e/ou representantes de partidos políticos e termos genéricos em que o contexto os coloca nessa categoria.

6. Religiosas: Citações de representantes de entidades religiosas (padre, lideranças da Igreja etc.), pessoas religiosas (católicos, evangélicos etc.) e termos genéricos em que o contexto os coloca nessa categoria.

7. Rep. Sociais: Citações de representantes de outros movimentos sociais e sindical, conselhos de profissões regulamentadas (OAB, CRM, CRP etc.), ONU e seus órgãos, a cargos (representantes APEOSP etc.) e termos genéricos em que o contexto os coloca nessa categoria.

8. Teóricas: Citações de nomes de teóricas/os (Butler, Beauvoir etc.) e pesquisadoras/es (professores universitários etc.), termos com referências que os colocam nesse grupo (escritoras feministas, ideólogos da teoria de gênero, estudiosos etc.) e termos genéricos em que o contexto os coloca nessa categoria (ideólogos etc.).

9. Rep. Educação: Citações de nomes e cargos de representantes da educação como trabalhadoras(es) da educação (diretora(s), docente(s), servidores etc.) e termos genéricos em que o contexto os coloca nessa categoria (ele, ela etc.), **incluindo** o ministro da Educação e outros representantes de órgãos ligados ao MEC.

10. LGBT+: Citações de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans, intersexuais e queer; siglas referentes à estas pessoas (LGBT e suas derivações como LGBTQIA+, LGBTQQICAPF2K+ etc.), representantes de organizações LGBT+ e termos genéricos em que o contexto os coloca como LGBT (essas pessoas etc.).

11. Feministas: Citações de feministas ou representantes de grupos, movimentos, coletivos e associações feministas, e termos genéricos em que o contexto os coloca como feministas, como no caso de homens que se dizem feministas ou pró-feministas. Aqui também são enquadradas as participantes da organização Católicas pelo Direito de Decidir.

12. Ocupações: Citações de ocupações e/ou profissões (artistas, servidores, técnicos de saúde, jornalistas, fotógrafos) e à **estudantes** (aluna/o, estudante, nomes de estudantes etc.) e termos genéricos em que o contexto os coloca nesta categoria (ele, ela, alunos de colégios católicos etc.).

13. Sem especificação: Citações de pessoas sem especificação de algum dos grupos anteriormente citados, sejam elas pessoas socialmente excluídas (analfabetos, deficientes físicos, indígenas, negras(os), sujeitos da diversidade em geral), referências geracionais à pessoa (adolescente, adultos, crianças, jovem etc.), sem identificação (brasileiro(s), cidadãos, homem(ns), trabalhadores, tutores etc.) e termos genéricos em que o contexto os coloca neste grupo.

8. AGENTES

Unidade de análise: Citação.

Descrição: Identificação das instituições citadas nos textos com referências às pautas de GDS divididas/os por seus posicionamentos sobre estas temáticas. Aqui são classificadas todas as vezes que forem citadas pessoas jurídicas e seus coletivos, ou seja, sujeitos abstratos que não são pessoas físicas (indivíduos concretos). Para isso, dentro dos códigos dos posicionamentos contrários e favoráveis conte todas as citações feitas de cada “tipo” de agente e transcreva na coluna correspondente. Aqui a **classificação é hierárquica**, ou seja, o que é considerado mais importante para a classificação corresponde ao tipo de instituição, em caso de dúvida pense na ordenação dos números como um dos critérios de importância. Como exemplo se aparecer alguma citação de um “eleitorado cristão” ele deve ser classificado como do tipo ‘**5. Religião**’ e uma “bancada feminista” será classificada como ‘**2. Legislativo**’. **Atenção!** Caso não tenha nenhuma identificação da possível classificação do agente (seu tipo), use alguma ferramenta de busca *online* para obter mais informações e enquadrá-la corretamente.

Na tabela: Descrição feita em cada código abaixo.

Códigos:

8.1. Favoráveis: Pessoas jurídicas e seus coletivos citadas nos textos com um posicionamento identificado como favorável às questões ou teorias de GDS. **Na tabela:** Preencha a coluna BT com a soma de citações dos tipos de agentes que se enquadram neste posicionamento identificadas nas colunas BU a CF (tipos 1 a 12). Se algum dos tipos das colunas CL a CW não for identificado a coluna correspondente deve ser preenchida com 0 (zero). **Exemplo:**

	A	BT	BU	BV	BW	BX	BY	BZ
1	▼ 8.1. Favoráveis	1. Executivo	2. Legislativo	3. Judiciário	4. Partidos	5. Religião	6. Pesquisa	
69	68 FSP							
70	69 FSP	0	0	0	0	0	0	0
71	70 FSP							

	A	CA	CB	CC	CD	CE	CF
1	▼ 7. Educação	8. Mov. LGBTQ+	9. Mov. Feministas	10. Rep. Sociais	11. Mídia	12. Outros	
69	68 FSP						
70	69 FSP	0	0	0	0	0	0
71	70 FSP						

8.2. Contrários: Pessoas jurídicas e seus coletivos citadas nos textos com um posicionamento identificado como contrário às questões ou teorias de GDS. **Na tabela:**

Preencha a coluna CG com a soma de citações dos tipos de agentes que se enquadram neste posicionamento identificadas nas colunas CY a DJ (tipos 1 a 12). Se algum dos tipos das colunas CH a CS não for identificado a coluna correspondente deve ser preenchida com 0 (zero). **Exemplo:**

	A	CG	CH	CI	CJ	CK	CL	CM
1		8.2. Contrários	1. Executivo	2. Legislativo	3. Judiciário	4. Partido	5. Religião	6. Pesquisa
69	68 FSP							
70	69 FSP	1	0	0	0	1	0	0
71	70 FSP							

	A	CN	CO	CP	CQ	CR	CS
1		7. Educação	8. Mov. LGBT+	9. Mov. Feministas	10. Rep. Sociais	11. Midia	12. Outros
69	68 FSP						
70	69 FSP	0	0	0	0	0	0
71	70 FSP						

Tipos de agentes:

1. Executivo: Citações de representações do Executivo (estado, governo, prefeitura, presidência, ministério, secretaria, Política Militar etc.), de ministérios e seus órgãos, **exceto** o Ministério da Educação (ministério da Saúde, Secretaria de DH etc.); e/ou referências ao Brasil e outros países não enquanto lugar, mas organização ou ação relativa às questões de GDS (Estado, nação, governo interino etc.); e/ou termos genéricos em que o contexto coloca nesse grupo (ela, ele, elas, eles etc.).

2. Legislativo: Citações de representações do Legislativo (câmara municipal, assembleia legislativa, Comissão de Finanças, Congresso Nacional, Bancada Evangélica etc.) e termos genéricos em que o contexto coloca nesse grupo.

3. Judiciário: Citações de representações do Judiciário (Ministério Público, Defensoria Pública etc.) e termos genéricos em que o contexto coloca nesse grupo.

4. Partidos: Citações de partidos políticos de forma genérica sem identificação de parlamentar, setores e organizações internas dos partidos (como JSD – juventude do PSD), expressões relativas a partidos (como em 18 EX ‘partidos tradicionais da direita’ e ‘a direita portuguesa’), coligações eleitorais e termos genéricos em que o contexto coloca nesse grupo.

5. Religião: Citações de representações religiosas e seus órgãos (CNBB, igrejas evangélicas e católica etc.), entidades ligadas a instituições religiosas (Tradição, Família e Propriedade - TFP, grupos anti-aborto, pró-vida etc.) e outros termos em que o contexto os coloca nesse grupo (cristianismo, entidades religiosas, instituições religiosas etc.) e termos genéricos em que o contexto coloca nesse grupo.

6. Pesquisa: Citações de entidades de pesquisa (censo paulista, entidades de estudos e pesquisa em educação, Fipe/MEC/Inep, Instituto Perseu Abramo, Ipea, universidades e centros de pesquisa, academia etc.), editoras (Edusp etc.) e termos genéricos em que o contexto coloca nesse grupo.

7. Educação: Citações de órgãos burocráticos e de regulação da educação, como comitês (comitê gestor do PEE etc.), conselhos de educação (Conselho Est. de Educação etc.), secretarias de educação (pasta da Educação, Seeduc), ao ministério da Educação e seus órgãos (comitê de gênero, MEC etc.) e instâncias organizadas por órgãos da educação (Conae 2014, Fórum Nacional de Educação etc.) e termos genéricos em que o contexto coloca nesse grupo. Assim como citações de instituições de ensino (colégio, escolas etc) e outras referência relacionadas a elas (equipe pedagógica etc.) e termos genéricos em que o contexto coloca nesse grupo.

8. Mov. LGBT+: Citações de movimentos LGBT+ e nomes de centros especializados para pessoas LGBT+ (Cepatt, centro de referência LGBT, centros especializados) e termos genéricos em que o contexto coloca nesse grupo.

9. Mov. Feministas: Citações de grupos, movimentos, coletivos e associações feministas e termos genéricos em que o contexto coloca nesse grupo (movimento mundial etc.). Aqui também se enquadra a organização Católicas pelo Direito de Decidir.

10. Rep. Sociais: Citações de representações sociais como movimentos sociais (movimento Escola Sem Partido, Movimento Educação Democrática etc.), ONU e seus órgãos (ONU, OMS, Comitê sobre os Direitos da Criança, órgão da ONU, Unesco etc.), conselhos de profissões regulamentadas (OAB, CRM etc.) e termos genéricos em que o contexto o coloca nesse grupo (grupo(s), entidade(s), movimentos sociais, organizações da sociedade civil etc.).

11. Mídia: Citações de órgãos de comunicação, nomes de revistas, instituições de mídia (Folha, Expresso etc.), associações de jornalismo, entre outros, e termos genéricos em que o contexto coloca nesse grupo.

12. Outros: Citações de outros agentes que não se enquadram nos tipos anteriores (Hospital, Sesc etc.), sem especificação (setores conservadores, família, elites urbanas, público feminino etc.) e termos genéricos em que o contexto coloca nesse grupo.

9. TERMOS

Unidade de análise: Citação.

Descrição: Identificação de como é utilizada a expressão ideologia de gênero, se como um conceito sociológico ou termo conservador. Aqui também há espaço para identificar e transcrever termos pejorativos usados para se referir às questões de GDS.

Na tabela: Classificar a expressão ideologia de gênero presente no texto de acordo com a descrição feita em cada código abaixo. **Na coluna CV** transcrever **Termos pejorativos** presentes no texto, utilizados para se referir às temáticas de GDS como exemplos de expressões compostos pela palavra gênero (aberração de gênero, apologia de gênero, opção de gênero etc.) e outros (homossexualismo, kit gay, vírus gay etc.).

Códigos:

9.1. Sociológico: Utilização do conceito ideologia de gênero no sentido sociológico ou referências a ele, como “o conceito”, “ele” etc. **Na tabela:** Preencha a coluna CT com a quantidade total de citações identificadas que se enquadram neste código, caso não tenha nenhuma ocorrência preencher a coluna com 0 (zero).

9.2. Conservador: Utilização do termo “ideologia de gênero” no viés conservador ou referências a ele, como “o termo”, “ele” etc. **Na tabela:** Preencha a coluna CU com a quantidade total citações identificadas que se enquadram neste código, caso não tenha nenhuma ocorrência preencher a coluna com 0 (zero).

	A	CT	CU	CV
1	▼ 9.1. Sociológico			Termos pejorativos
69	68 FSP			
70	69 FSP	0	1	0
71	70 FSP			

Exemplo códigos 9.1., 9.2. e coluna CV:

DICA DE OURO!

* Para codificar as categorias 10 e 11 pegue todo o texto referente ao código **6.1. GDS** e deixe apenas as frases que correspondem à argumentos e decisões políticas (ver descrições) apagando o resto. Ao final separe as frases que correspondem a argumento (categoria 10) das que expressam decisões políticas (categoria 11) e coloque nos códigos correspondentes. **Lembre-se!** Uma frase só pode ser colocada em apenas um código.

10. ARGUMENTOS

Unidade de análise: Frase.

Descrição: Identificação da presença ou ausência nos textos de argumentos de avaliação relativos às questões de GDS. Em caso afirmativo, estes devem ser contabilizados de acordo com o posicionamento expresso (favoráveis ou contrários) através da contagem de palavras de cada frase classificada como um argumento na coluna correspondente ao tipo de argumento de cada código.

Atenção! As frases com mais de um tipo de argumento devem ser classificadas de acordo com o argumento com maior destaque na frase (maior número de palavras). **Exemplo:** Na matéria 69 FSP, a seguinte frase com argumento contrário “Nos bastidores, porém, alguns parlamentares se disseram incomodados com o espaço minguado, no programa partidário, para bandeiras tradicionais do PSC, como o combate ao aborto e a ideologia de gênero nas salas de aula.” será classificada como 8. Crianças, mesmo que a primeira citação seja um argumento de defesa da vida enquadrado em 10. Família.

DICA! Textos de opinião tendem majoritariamente a expressar argumentos de apenas um posicionamento (favorável ou contrário) e de um tipo só. **Exemplo:** Na coluna 18 EX os argumentos contrários presentes em algumas frases são usados apenas como exemplos do discurso da IdG para reforçar o argumento geral do texto que é favorável às questões de GDS. Todo o texto foi classificado como “6. Defesa contra a IdG” por ser uma defesa do autor contrapondo os ataques de candidatos contrários que fazem uso da retórica da IdG. **Exceções** acontecem como na coluna 316 FSP enquadrada como favorável (6. Defesa contra a IdG), mas que apresenta duas falas, entre aspas, de duas mulheres com argumentos contrários (8. Crianças).

Na tabela: Na coluna CW escreva Sim ou Não para responder se foram identificados argumentos relativos às questões de GDS no texto. Em caso negativo as colunas CX a DL devem ser preenchidas com 0 (zero). Em caso positivo, seguir a descrição feita em cada código abaixo. **Exemplo:**

	A	CW
1		10. ARGUMENTOS
69	68 FSP	
70	69 FSP	Sim
71	70 FSP	

Códigos:

10.1. Favoráveis: Argumentos favoráveis relativos às questões de GDS identificados no texto. **Na tabela:** Preencha a coluna CX com a soma da quantidade de palavras das frases identificadas com os tipos de argumentos classificados nas colunas CY a DD (tipos 1 a 6). Se algum dos tipos das colunas CY a DD não for identificado a coluna correspondente deve ser preenchida com 0 (zero). **Exemplo:**

	A	CX	CY	CZ	DA	DB	DC	DD
1	▼	10.1. Favoráveis	1. Cient. Fav.	2. Contra violência	3. Educacionais	4. Públicos	5. Democracia	6. Outros Fav.
69	68 FSP							
70	69 FSP	0	0	0	0	0	0	0
71	70 FSP							

10.2. Contrários: Argumentos contrário relativos às questões de GDS identificados no texto. **Na tabela:** Preencha a coluna DE com a soma da quantidade de palavras das frases identificadas com os tipos de argumentos classificadas nas colunas DF a DL (tipos 7 a 12). Se algum dos tipos das colunas DF a DL não for identificado a coluna correspondente deve ser preenchida com 0 (zero). **Exemplo:**

	A	DE	DF	DG	DH	DI	DJ	DK	DL
1	▼	10.2. Contrários	7. Cient. Cont.	8. Crianças	9. Privados	10. Religiosos	11. Liberdade	12. Privilégios	13. Outros Cont.
69	68 FSP								
70	69 FSP	97	0	34	0	63	0	0	0
71	70 FSP								

Descrição dos tipos de argumentos:

1. Cient. Fav.: Argumentos favoráveis às questões e teorias de GDS baseados em estudos e/ou afirmações científicas (sociologia, psicologia, entre outras áreas) etc. Aqui também se enquadram argumentos baseados nas teorias de GDS relacionados aos debates das relações e papéis de gênero de homens e mulheres na sociedade, reprodução de estereótipos ou questionamentos a respeito, nos espaços públicos e privados (dentro e fora do lar), debates sobre natalidade, estudos sobre a origem do termo “ideologia de gênero” etc.

2. Contra violência: Argumentos favoráveis às questões e teorias de GDS baseados no combate ao machismo, LGBTfobia e outras formas de violência, discriminação e preconceito contra mulheres e LGBTQ+ (física, sexual, psicológica etc.). Aqui se enquadram dados e histórias relacionadas a estas violências, usadas como exemplos da necessidade de debater estes tópicos, como casos do #MeToo, decisões judiciais enviesadas etc.

3. Educacionais: Argumentos favoráveis às questões e teorias de GDS baseados na promoção de igualdade, respeito e solidariedade na escola; e/ou para a superação de desigualdades educacionais e evasão escolar, e/ou sobre a importância de educar sobre sexo, sexualidade e diversidade etc. Aqui se enquadram dados e histórias relacionadas ao ambiente escolar.

4. Públicos: Argumentos favoráveis às questões e teorias de GDS baseados na necessidade de o debate ser assumido pelo Estado como forma de reverter as desigualdades sociais, e/ou de que as crenças pessoais não podem regulamentar os espaços públicos.

5. Democracia: Argumentos favoráveis às questões e teorias de GDS relacionando-os à importância da diversidade na democracia; e/ou contra a censura e outras posturas antidemocráticas (como revogação de leis, leis anti-gênero etc.); e outros argumentos relacionados a defesa da democracia.

6. Defesa contra a IdG: Argumentos favoráveis às questões e teorias de GDS como defesa aos ataques de pessoas e/ou grupos contrários, em sua maioria contrapondo a retórica da ‘ideologia de gênero’ e os argumentos de doutrinação, distorção etc.; e/ou sobre estigmas e dificuldades enfrentadas pelas mulheres e LGBTQ+ na sociedade; e/ou baseados em referências religiosas na defesa dos temas que podem ou não ser emitidos por pessoas religiosas; e outros argumentos que não se encaixam nos tipos de especificações favoráveis.

7. Cient. Cont.: Argumentos contrários às questões e teorias de GDS baseados em estudos e/ou afirmações científicas (biologia, medicina etc.). Inclui-se aqui os argumentos de que o nível de violência contra as mulheres e pessoas LGBT+, se comparando com toda a população ou outros recortes, não é alto; ou então os que enquadram as diferenças entre homens e mulheres em discursos biológicos, antropológicos, médicos, genéticos etc.

8. Crianças: Argumentos contrários às questões e teorias de GDS de que estes debates não devem ser feitos com crianças e adolescentes, e/ou de que não podem acontecer no ambiente escolar porque vão contra a liberdade da escola, são ‘experimentalismo social’ ou promovem a “sexualização precoce das crianças nas escolas”, e/ou de que são doutrinação no ambiente escolar com a ‘tentativa de anular a diferença entre meninos e meninas’.

9. Privados: Argumentos contrários às questões e teorias de GDS de que estas temáticas são de âmbito privado da família e o Estado não deve intervir etc.

10. Religiosos: Argumentos religiosos contrários às questões e teorias de GDS, em sua maioria em ‘defesa da vida’ no sentido de ser contra o aborto, e/ou que estes debates representam preconceito contra pessoas cristãs, e/ou sobre a ‘quebra de valores da sexualidade’, a defesa da definição de família, seus valores e combate a sua ‘destruição’ pelo feminismo e sua “tentativa de erradicar a ‘ordem natural’, substituindo-a por percepções ‘sociais’ seculares (...) [de] negação da diferença sexual que levará à ‘anulação da natureza humana’” (GARRAIO; TOLDY, 2020, p. 134).

11. Liberdade de expressão: Argumentos contrários às questões e teorias de GDS de que estes debates proíbem a liberdade de expressão, e/ou criminalizam as pessoas contrárias, e/ou que existe um policiamento do politicamente correto etc.

12. Privilégios: Argumentos contrários às questões e teorias de GDS de que a disposições genéricas em leis e outros instrumentos legais englobam todas as pessoas e especificar é privilegiar certos grupos (no caso mulheres e pessoas LGBT+), e/ou de que faltam investimentos em outras áreas e temáticas enquanto se privilegia este debate.

13. Contra GDS: Argumentos contrários às questões e teorias de GDS de que estes debates e sua inserção em políticas públicas são um desrespeito as definições ‘democráticas’ entendidas como ‘a regra da maioria’, e/ou argumento de que são controversos, imposição, manipulação, subjetivos etc., e outros argumentos que não se encaixam nos tipos de especificações contrárias.

11. DECISÃO POLÍTICA

Unidade de análise: Frase.

Descrição: Identificação da presença de decisões políticas ou do judiciário sobre leis ou propostas **relacionadas às questões de GDS no trecho classificado como 6.1. GDS** influenciadas ou não pela pressão de determinados grupos indicando o viés que predominou na decisão em relação às temáticas. Aqui também se enquadram definições e ações políticas do governo, de outros órgãos ou pessoas do executivo, de partidos e de campanhas/candidaturas quanto às questões de GDS. No caso de campanhas/candidaturas considerar apenas o que for denominado como “proposta” ou “programa de governo”, comentários e críticas não denominadas assim são classificadas como argumentos. **Em caso afirmativo**, estas devem ser contabilizados de acordo com o posicionamento expresso através

da contagem de palavras das frases classificadas como decisões em cada código. Essa classificação é feita em analogia aos estudos de Silva, Hall, Woodward (2009) e da categoria “Viés” utilizada pelo Grupo de Estudos MidiaCulturas – Poder e Sociedade (SOUZA, ALMEIDA, DRUMMOND, 2017). **Em caso negativo**, em que nenhuma decisão política for identificada, deve-se descrever em poucas palavras o tema ou disputa política discursiva sobre GDS em pauta na sociedade e/ou no parlamento no período que pode ter gerado a produção jornalística.

Na tabela: Na coluna DM escreva Sim ou Não para responder se foram identificadas decisões políticas relativas às questões de GDS no texto. Em caso negativo, a coluna DN deve ser preenchida com um resumo do tema ou disputa política discursiva sobre GDS em pauta na sociedade e/ou no parlamento no período e as colunas DO a DW devem ser preenchidas com 0 (zero). Em caso positivo, a coluna DN deve ser preenchida com 0 (zero) e as colunas DO a DW devem ser preenchidas seguindo a descrição feita em cada código abaixo, se algum dos tipos não for identificado a coluna correspondente deve ser preenchida com 0 (zero).

Exemplo:

	A	DM	DN
1		11. DECISÃO POLÍTICA	Pauta na sociedade
69	68 FSP		
70	69 FSP	Não	PSC focando mais em pautas econômicas e menos em pautas conservadoras
71	70 FSP		

Códigos:

11.1. Liberal: Decisões identificadas no texto que acreditam que a diversidade deve ser respeitada ou tolerada sem “questionar as relações de poder e os processos de diferenciação que, antes que tudo, produzem a identidade e a diferença” (SILVA; HALL; WOODWARD, 2009, p. 98). Exemplos são as decisões como legalização do casamento de pessoas do mesmo sexo e a permissão de adoção feita por estes casais. Ou então decisões baseadas em afirmações de que a gestão irá proteger a todas as pessoas, não especificando e, por conseguinte não reconhecendo, que questões como gênero, raça etc. tem consequências nos casos de violência. Também se enquadram neste código as decisões neutras ou sem um viés claro. **Na tabela:** Preencha a coluna DO com a soma da quantidade de palavras das frases classificadas como decisões liberais. Na coluna DP descreva um resumo da decisão justificando o porquê ela se enquadra neste código e na coluna DQ identifique os partidos correspondentes aos parlamentares ou agentes que emitiram este tipo de decisão, ou seja, que imprimiram o viés. **Exemplo:**

	A	DO	DP	DQ
1		11.1. Liberal	Resumo D.Liberal	Agentes D.Liberal
69	68 FSP			
70	69 FSP	0	0	0
71	70 FSP			

11.2. Progressista: Decisões identificadas no texto que levam em conta as contribuições das teorias cultural, de gênero, *queer* e outras pós-estruturalistas ao tratar a identidade e a diferença como questões de política. Decisões que reconhecem e celebram o direito à identidade e à diferença (SILVA; HALL; WOODWARD, 2009), com falas como ‘somos todos diferentes’ ou ‘somos todos iguais’ – com conotação progressista se referindo a lei, por exemplo – com afirmação dos contra-públicos, do feminismo etc. Também se enquadram neste código as decisões que questionam os conceitos de identidade e diferença expressando viés crítico, contestador e progressista em relação ao *status quo*, à hegemonia

heteronormativa e as desigualdades, preconceitos e violências relacionadas ao gênero e a diversidade sexual. Exemplos são as decisões como a lei do feminicídio ou a criminalização da homofobia que reconhecem que existe o machismo e a LGBTfobia na sociedade. **Na tabela:** Preencha a coluna DR com a soma da quantidade de palavras das frases classificadas como decisões progressistas. Na coluna DS descreva um resumo da decisão justificando o porquê ela se enquadra neste código e na coluna DT identifique os partidos correspondentes aos parlamentares ou agentes que emitiram este tipo de decisão, ou seja, que imprimiram o viés. **Exemplo:**

	A	DR	DS	DT
1		11.2. Progressista	Resumo D.Progressista	Agentes D.Progressista
69	68 FSP			
70	69 FSP	0	0	0
71	70 FSP			

11.3. Conservadora: Decisões identificadas no texto que veem a diferença com rejeição e a diversidade como algo fora da estabilidade, do consensual e assegurado. Para esta visão há a incapacidade de conviver com a diferença, “fruto de sentimentos de discriminação, de preconceitos, de crenças distorcidas e de estereótipos” (SILVA; HALL; WOODWARD, 2009, p. 98). Geralmente são decisões que tem como base ou justificativa o discurso de moralidade, ordem, costumes, religioso, valores heteronormativos (de domínio masculino e heterossexual) com falas de que existe um ‘normal’, ‘padrão’ e afirmações de que ‘desvios’ dos papéis de gênero e de sexualidade são ‘abjetos’, ‘abominações’ que tem que ser excluídas da sociedade ou da esfera pública (colocadas ‘no armário’). Também se enquadram neste código as decisões que classificam as pautas de GDS como busca por privilégio destes grupos, reações ou exclusões de leis referentes às temáticas e as que reproduzem preconceitos reforçando ou defendendo a dominação, a desigualdade, o machismo, o sexismo, o patriarcalismo, a LGBTfobia e que não aceitam a pauta dos direitos humanos fazendo uso em seus discursos do recurso pejorativo contra as mulheres e pessoas LGBT+. **Na tabela:** Preencha a coluna EM com a soma da quantidade de palavras das frases classificadas como decisões conservadoras. Na coluna EN descreva um resumo da decisão justificando o porquê ela se enquadra neste código e na coluna EO identifique os partidos correspondentes aos parlamentares ou agentes que emitiram este tipo de decisão, ou seja, que imprimiram o viés. **Exemplo:**

	A	DU	DV	DW
1		11.3. Conservadora	Resumo D.Conservadora	Agentes D.Conservadora
69	68 FSP			
70	69 FSP	0	0	0
71	70 FSP			

APÊNDICE 4 – PROCESSO DE TESTES DE CONFIABILIDADE E DA CODIFICAÇÃO INDIVIDUAL

Neste apêndice descrevo o processo dos testes de confiabilidade das produções jornalísticas executados (‘pré-teste das categorias e das regras de codificação’ e ‘teste intermediário’) e o processo de codificação individual. Destaco a importância destes testes aplicados na tese, pois ao reconhecer que as escolhas e a descrição dos resultados evidenciam minha base teórica e repertório pessoal, foi fundamental agregar a compreensão de outras pessoas na análise.

A codificação feita entre 2020 a 2021, representando o impacto da pandemia na tese, com a extensão do prazo e do cronograma definido para esta etapa. Por causa das limitações da pesquisa, as etapas do teste de confiabilidade executadas nesta tese são um “meio termo” entre a proposta simplificada feita por Lima (2013) e a composição do processo feita por Sampaio e Lycarião (2021, p. 105). Em resumo, o teste aconteceu da seguinte forma:

i) Pré-teste das categorias e das regras de codificação: Codificação-piloto para o primeiro teste das categorias com 5 produções (três da Folha de S.Paulo e duas do Expresso). Conferência e alterações no LdC Jornais, após debate sobre o baixo índice de confiabilidade do resultado da codificação.

ii) Codificação-piloto para o segundo teste das categorias com 10 produções (sete da Folha de S.Paulo e três do Expresso). Conferência e verificação da confiabilidade aceitável para as categorias (descritas abaixo).

iii) Codificação individual de todo o *corpus*.

iv) Disponibilizado através do *Google Drive* e Repositório de Dados da UFPR: o Livro de Códigos, a planilha final com a codificação dos dados e o arquivo em pdf de todas as produções analisadas dos dois jornais.

Processo dos testes:

Os primeiros encontros com as duas pessoas que participaram do processo de testes de confiabilidade, além de mim, aconteceram em 2020. Nos encontros discutimos o LdC utilizado na dissertação e a reformulação de algumas de suas categorias, adaptando-o para o objeto da tese e para a metodologia mista. Aqui é fundamental dizer que estas pessoas foram escolhidas por estarem no mesmo nível de instrução que eu (doutorandas), por terem experiências prévias com AC e por terem proximidade com a pesquisa, já que fizemos o mestrado juntos e temos um grupo de estudos sobre nossas teses e pesquisas individuais e em conjunto. As mudanças propostas também foram debatidas com o orientador e a co-orientadora em julho de 2020.

Por vários motivos esta etapa da tese teve que ser pausada tendo seu retorno acontecido em 2021 (pandemia, doutorado sanduíche, créditos de estágio docência, entre outros). O maior responsável por isso foi a escolha de aumentar o recorte temporal para 2020 (originalmente seria até 2019), justamente para investigar, como e se a pandemia impactou nos debates de GDS nos países. Outra explicação que se faz necessária, é que neste período de pausa eu executei a codificação das categorias objetivas que não “exigem decisões dos codificadores” (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021, p. 99) e, portanto, não precisam passar pelo

teste de confiabilidade. As categorias 1 a 4 são consideradas categorias de baixa complexidade já que são informações dadas pelo jornal.

No segundo semestre de 2021 o processo foi retomado com o primeiro treinamento. Nele apresentei o LdC Jornais e a tabela de análise, fazendo a leitura das categorias e a codificação de uma produção sorteada (69 FSP) em conjunto com os codificadores. A codificação serviu como exemplo e familiarização às produções jornalísticas que debatem as temáticas de GDS. Como processo do treinamento, foram estabelecidas por sorteio outras cinco produções (9 FSP, 120 FSP, 300 FSP, 18 EX e 40 EX) para a codificação inicial independente que também funcionou como um ‘pré-teste das categorias e das regras de codificação’. O sorteio foi feito no *site* <https://sorteador.com.br/>, pois ele permite definir a quantidade de números que você quer sortear e o intervalo de números. No caso dos sorteios com resultados de produções que já haviam sido analisadas, um novo sorteio era feito.

Nesta etapa o tempo médio de codificação por produção foi de 1h30. Após debates de conferência da codificação feita por todos e o resultado de 0.492 no Alpha de Krippendorff foram definidas alterações no LdC. As primeiras foram mudanças de unidades de análise e melhor definição e descrição dos códigos, principalmente da categoria de argumentos. Foram incluídas várias notas e destaques na descrição inicial do livro para explicar melhor o processo da codificação, chamar a atenção para informações importantes e dar dicas em como organizar a codificação. Verificou-se que a classificação ‘Indefinidos’ nas categorias de Atrizes e atores, e de Agentes consumia muito tempo para ser codificada. Após o debate sobre a utilidade desta classificação chegou-se a definição de que ela não traz ganho analítico para a tese que foca nas disputas discursivas, ou seja, nas posturas favoráveis e contrárias, definindo por sua exclusão. Quanto a categoria referente aos tópicos ela foi desmembrada, sendo que uma categoria foi criada para identificar a temática principal do texto, e a outra ficando exclusivamente para a divisão do texto entre parágrafos que tratam das questões de GDS ou não. Essa escolha foi feita, pois é a porção de texto que aborda as questões de GDS que é usada para a codificação das categorias posteriores. Por fim, a pedido dos codificadores foram incluídos *prints* com exemplos do preenchimento da tabela e dado destaques coloridos para as categorias.

Feitas as alterações no LdC e na tabela de análise, foi feito um novo treinamento com o grupo de codificação para apresentar os documentos reformulados. Neste encontro, como treinamento, refizemos em conjunto a classificação das cinco produções do primeiro treinamento. Foram selecionadas mais dez produções para o treinamento da codificação independente que serviram como ‘teste intermediário’ de confiabilidade (26 EX, 39 EX, 48 EX, 41 FSP, 86 FSP, 123 FSP, 208 FSP, 248 FSP, 315 FSP, 332 FSP).

Este “teste intermediário” teve como resultado de todas as categorias 0.576 no Alpha de Krippendorff e 88.596% de média percentual de concordância entre pares. É importante destacar que as divergências de preenchimento encontradas se relacionam, principalmente, à contagem de ocorrências de atrizes e agentes e sua classificação. Uma das pessoas ao codificar apenas contabilizou a primeira referência e não todas as ocorrências e as outras confundiram na hora de classificar o tipo (como exemplo podemos citar colocar diplomatas como Ocupações ao invés de Executivo). Isso é visível no teste feito com apenas a identificação (1) ou não (0) de Atrizes e Agentes sem especificar o número de ocorrências que tem como resultado 0.688 e 0.722 no Alpha de Krippendorff, respectivamente. Isto mostra

que a categoria é confiável precisando apenas calibrar a contabilização das ocorrências no treinamento. Outros pontos muito debatidos foram as identificações e classificações de temáticas, argumentos e decisões políticas que tiveram os resultados mais baixos no Alpha de Krippendorff. Também se faz necessário frisar as médias percentuais de concordância entre pares, que à exceção da categoria Temática, tiveram resultados igual ou maior que 80%. O que mais uma vez reforça a qualidade do treinamento e da codificação dos dados.

Resultados por categoria:

5. Temática: 0.59 no Alpha de Krippendorff e 66.667% de média percentual de concordância entre pares.

6. Tópico: 0.742 no Alpha de Krippendorff e 86.667% de média percentual de concordância entre pares.

7. Atrizes e atores: 0.688 no Alpha de Krippendorff e 93.571% de média percentual de concordância entre pares.

8. Agentes: 0.722 no Alpha de Krippendorff e 94.872% de média percentual de concordância entre pares.

9. Termos: 0.75 no Alpha de Krippendorff e 83.333% de média percentual de concordância entre pares.

10. Argumentos: 0.506 no Alpha de Krippendorff e 90.222% de média percentual de concordância entre pares.

11. Decisão política: 0.48 no Alpha de Krippendorff e 80% de média percentual de concordância entre pares.

Infelizmente o teste final com 10% de produções não pode ser executado por indisponibilidade das outras duas pessoas que participaram da codificação.

Processo de codificação individual

Depois do teste das categorias e do teste intermediário, por causa do prazo e do tempo necessário para finalizar a análise, defini por fazer a codificação individual do material enquanto os outros dois codificadores analisavam as 50 produções selecionadas para o teste de confiabilidade total (que não foi concluído).

Além da codificação ser feita seguindo o Livro de Códigos, é importante dizer aqui que toda produção codificada passou por duas revisões. No dia seguinte da codificação, ela era conferida ao ser repassada para a tabela de análise. Ao final de 50 produções codificadas o arquivo referente também era revisto por completo. Esta escolha foi feita porque transcrições erradas da codificação para tabela podem acontecer por causa do cansaço ou do “olhar viciado” para o material, assim como somatórias erradas, a classificação de tipos em códigos errados ou ainda agentes contabilizados como atrizes e vice-versa. Como última conferência da codificação transcrita para a tabela de análise outra pessoa fez a conferência entre o arquivo de Word e o de Excel, identificando alguns erros de enquadramento (pessoas ou agentes colocados em colunas erradas, provavelmente por erro de digitação) que não chegaram a representar 0,5% de casos em toda a codificação das categorias dos dois jornais.

É ainda importante ressaltar que para o processo de classificação em tipo de atrizes, atores e agentes foi feita uma pesquisa no *Google* e na *Wikipédia* do nome citado para verificar o cargo ou ocupação em cada período para que a classificação fosse feita da forma

correta de acordo com a data da produção. Para a classificação de posicionamento (favorável ou contrário), também era executada uma busca no *Google* do nome citado examinando entrevistas, declarações, ou outras informações que permitissem a identificação de postura quanto às pautas de GDS.

Para identificação da temática principal, nos casos de textos que apresentavam mais de uma temática (exemplo das colunas da Mônica Bergamo), eram separados os temas em blocos e contabilizada a quantidade de palavras de cada bloco, sendo escolhida como temática principal a com maior ocorrência.

Este procedimento de divisão e soma das palavras foi aplicado nas frases que continham argumentos e decisões políticas expressas, sendo classificada a frase na categoria que tivesse maior número de palavras.

APÊNDICE 5 – TABELAS DOS RESULTADOS DO CAPÍTULO 5

Aqui estão as tabelas que deram origem aos gráficos apresentados no capítulo 5.

Tabela 2 – Produções do jornal Folha de S.Paulo e Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020 por ano e país(es) abordado(s)

País	Expresso		FSP		País	Expresso		FSP	
	N	%	N	%		N	%	N	%
2000			1	0,2%	Brasil	6	9,4%	368,5	90,8%
2004			1	0,2%	Portugal	53,5	83,6%		
2009			1	0,2%	Espanha	2	3,1%	2	0,5%
2010			1	0,2%	EUA	1	1,6%	1	0,2%
2013	1	1,6%			Hungria	1	1,6%	0,5	0,1%
2014			1	0,2%	Polônia	1	1,6%	2	0,5%
2015			12	3,0%	Mundo			19	4,7%
2016	1	1,6%	28	6,9%	Argentina			2	0,5%
2017	4	6,3%	27	6,7%	Bolívia			1	0,2%
2018	3	4,7%	91	22,4%	Colômbia			7	1,7%
2019	38	59,4%	168	41,4%	México			1	0,2%
2020	17	26,6%	75	18,5%	Paraguai			1	0,2%
					Uruguai			1	0,2%

Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

Tabela 3 – Tipos presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020

Tipo de produção	Expresso		FSP		
	N	%	N	%	
1.1. Informativa	Matéria	36	56,3%	232	57,1%
	Entrevista	4	6,3%	17	4,2%
	Artigo de opinião	12	18,8%	27	6,7%
1.2. Opinitiva	Blog	11	17,2%	24	5,9%
	Coluna			90	22,2%
	Pessoal	1	1,6%	2	0,5%
1.3. Jornal	Podcast			1	0,2%
	Resenha			2	0,5%
	Vídeo debate			11	2,7%
	Editorial				

Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

Tabela 4 – Rubricas e autorias presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020

Rubrica	Expresso		FSP		Autoria	Expresso		FSP	
	N	%	N	%		N	%	N	%
2.1. Política	32	50%	194	47,8%	3.1. Jorn. Feminina	23	35,9%	112	27,6%
2.2. Mundo	8	12,5%	38	9,4%	3.2. Jorn. Masculino	20	31,3%	128	31,5%
2.3. Opinião	23	35,9%	138	34%	3.3. Jorn. Ambos	1	1,6%	24	5,9%
2.4. Outras rubricas	1	1,6%	36	8,9%	3.4. Convidada(s)	8	12,5%	22	5,4%
					3.5. Convidado(s)	3	4,7%	63	15,5%
					3.7. Outra	6	9,4%	19	4,7%
					3.8. Sem autoria	3	4,7%	38	9,4%

Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

Tabela 5 – Temáticas presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020

Temática	Expresso		FSP	
	N	%	N	%
5.1. Política	22	34,4%	134	33,0%
5.2. Eleições	14	21,9%	69	17,0%
5.3. Mundo	3	4,7%	21	5,2%
5.4. Religião	1	1,6%	13	3,2%
5.5. Manifestação	4	6,3%	14	3,4%
5.6. Educação	11	17,2%	98	24,1%
5.7. Debates GDS	6	9,4%	24	5,9%
5.8. Violência GDS	2	3,1%	16	3,9%
5.9. Arte	1	1,6%	13	3,2%
5.10. Outros			4	1,0%

Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

Tabela 6 – Temáticas e Tópicos presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020

Temática	Tópico	Expresso				FSP				
		N	Média	% do total	% do código	N	Média	% do total	% do código	
Todas	Total	53150				Total	326424			
	GDS	38697	604,64	72,8%		GDS	162032	399,09	49,6%	
	Geral	14453	225,83	27,2%		Geral	164392	404,91	50,4%	
5.1. Política	GDS	10200	463,64	19,2%	49,6%	GDS	34536	257,73	10,6%	32,5%
	Geral	10344	470,18	19,5%	50,4%	Geral	71630	534,55	21,9%	67,5%
5.2. Eleições	GDS	5892	420,86	11,1%	76,7%	GDS	14889	215,78	4,6%	27,7%
	Geral	1785	127,5	3,4%	23,3%	Geral	38921	564,07	11,9%	72,3%
5.3. Mundo	GDS	938	312,67	1,8%	72%	GDS	7227	344,14	2,2%	35,6%
	Geral	364	121,33	0,7%	28%	Geral	13101	623,86	4%	64,4%
5.4. Religião	GDS	19	19	0,04%	8,1%	GDS	4721	363,15	1,4%	49,9%
	Geral	215	215	0,4%	91,9%	Geral	4745	365	1,5%	50,1%
5.5. Manifestação	GDS	1539	384,75	2,9%	62,1%	GDS	3810	272,14	1,2%	35%
	Geral	941	235,25	1,8%	37,9%	Geral	7088	506,28	2,2%	65%
5.6. Educação	GDS	8483	771,18	16%	91,3%	GDS	58878	600,79	18%	74%
	Geral	804	73,09	1,5%	8,7%	Geral	20690	211,12	6,3%	26%
5.7. Debates GDS	GDS	8351	1391,83	15,7%	100%	GDS	21161	881,71	6,5%	100%
	Geral					Geral				
5.8. Violência GDS	GDS	1827	913,5	3,4%	100%	GDS	11513	719,56	3,5%	94,2%
	Geral					Geral	713	44,56	0,2%	5,8%
5.9. Arte	GDS	1448	1448	2,7%	100%	GDS	3449	265,31	1,1%	38,6%
	Geral					Geral	5481	421,61	1,7%	61,4%
5.10. Outros	GDS					GDS	1848	462	0,6%	47,7%
	Geral					Geral	2023	505,75	0,6%	52,3%

Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

Tabela 7 – Atrizes e Atores presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020

Atrizes e atores	Expresso				FSP			
	Favoráveis		Contrárias		Favoráveis		Contrárias	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	185	23,2%	611	76,8%	1766	34,6%	3339	65,4%
Executivo	11	1,4%	81	10,2%	75	1,5%	1037	20,3%
Legislativo	18	2,3%	191	24,0%	131	2,6%	684	13,4%
Político/a								
profissional	2	0,3%	14	1,8%	5	0,1%	24	0,5%
Judiciário			6	0,8%	90	1,8%	129	2,5%
Filiadas	13	1,6%	148	18,6%	88	1,7%	121	2,4%
Religiosas			16	2,0%	37	0,7%	402	7,9%
Rep. Sociais	2	0,3%	15	1,9%	108	2,1%	55	1,1%
Teóricas	49	6,2%	6	0,8%	440	8,6%	31	0,6%
Rep. Educação	9	1,1%			180	3,5%	185	3,6%
LGBT+	5	0,6%			192	3,8%		
Feministas	20	2,5%			115	2,3%	32	0,6%
Ocupações	27	3,4%	54	6,8%	118	2,3%	183	3,6%
Sem especificação	29	3,6%	80	10,1%	185	3,6%	456	8,9%

Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

Tabela 8 – Agentes presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020

Agentes	Expresso				FSP			
	Favoráveis		Contrárias		Favoráveis		Contrárias	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	134	26,4%	373	73,6%	1219	41,1%	1745	58,9%
Executivo	29	5,7%	28	5,5%	182	6,1%	733	24,7%
Legislativo	2	0,4%	2	0,4%	28	0,9%	183	6,2%
Judiciário			2	0,4%	249	8,4%	21	0,7%
Partidos	46	9,1%	252	49,7%	63	2,1%	20	0,7%
Religião			75	14,8%	18	0,6%	236	8%
Pesquisa					59	2,0%	4	0,1%
Educação	21	4,1%	1	0,2%	91	3,1%	168	5,7%
Mov. LGBT+	15	3%			55	1,9%		
Mov. Feministas	3	0,6%			50	1,7%		
Rep. Sociais	9	1,8%	7	1,4%	185	6,2%	135	4,6%
Mídia	1	0,2%			44	1,5%	12	0,4%
Outros	8	1,6%	6	1,2%	195	6,6%	233	7,9%

Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

Tabela 9 – Termos pejorativos presentes nas produções da Folha de S.Paulo com o termo “ideologia de gênero” até 2020

Pejorativos FSP	N
globalismo: socialista, na cultura/interesse global abstrato/projeto globalista/onda globalista	28
marxismo: cultural, homossexual, gramsciano	27
sexualização precoce / sexualizar as crianças / homossexualizar crianças / erotização: das crianças, infantil, precoce / estimulação sexual / sexualizada	23
doutrinação: ideológica, marxista, partidária, da esquerda, política, sexual	19
kit gay	18
politicamente correto / politicamente contraproducente	15
gayzismo / homossexualismo / viadagem / veadinho / lesbianismo / transexualismo	14
anticristãs/antireligiosa/não-cristãos/demônio/diabólica/coisa do capeta/engenharias do diabo	12
destruição da família / desconstrução da família / ataque ao conceito de família / anti-familiar	11
apologia: de gênero, ao comunismo	10
colonização ideológica / homossexual	9
cura gay / terapias de conversão	8
ideologia: da pornografia, do PT, exótica, nefasta	6
ideólogos: da esquerda, de gênero / pregadores	6
comunismo / socialismo / ideias de dominação socialista / novo caminho do comunismo	6
Modernidades	5
agenda: da esquerda, de gênero, LGBT, globalista autoritária	4
dogmatismo / dogmatismo politicamente correto	4
ideologização: à esquerda, de crianças, de esquerda	4
perverter/perversão: pedófila, comunista	4
submissão ideológica	4
pregação: ideológica, marxista / propagação de ideologias político-partidárias / propaganda	4
Racialismo, raça	4
desvios / desvios monstruosos	3
engenharia social	3
Imigração	3
linha ideológica	3
cientificismo / anticientíficas	3
Aberrações	2
abordagem ideológica	2
amarras ideológicas	2
Antinacionalismo	2
bandeiras ideológicas	2
conspiração: dos marxistas culturais, feminista internacional	2
erro inaceitável	2
Esdrúxulo	2
homossexualização: da sociedade, de crianças	2
sistemas ideológicos / viés ideológico	2
cruzadas ideológicas / cruzada globalista	2
pedofilia / zoofilia	2
coitadismo / vitimismo	2
desrespeita diferenças biológicas / subverter a natureza humana	2
pensamento totalitário / totalitárias	2

Nota: Termos com uma ocorrência: abortistas, acabar com as liberdades civis, alarmismo climático, andróginos futuristas, arrivismo, artificialidades, ativismo maligno, bobagens de esquerda, bolcheviques, campanha sorradeira, cavalo de Troia, comunista planetária, conceitos abstratos, constituição patológica, corrupção de costumes, corromper, dismantelar a dignidade humana, desvirtuamento dos direitos humanos, deturpação da masculinidade, disparate absoluto, ditadura do relativismo, dizimar a população mundial, dragões, estímulo artificial, exótica amálgama, expediente esquerdista, experimentos, experimento totalitário, fake news, humilhação dos cristãos, indiozista, inversão de valores, liberalidade excessiva, lobby gay, males, maluquice, materialismo ideológico, maus exemplos, mentes escravas, militância esquerdista, moralismo, nazi-fascismo, objetivo político marxista, orientação esquerdista, papo furado, parciais, pautas gayzistas, pautas nocivas, permissividade sexual, pernicioso intenção, praga, proselitismo, reducionismos biológicos, revanchismo ideológico, solapar, temas sensíveis, teorias da conspiração, Tinta Bruta, União das Repúblicas Sodomitas Soviéticas, versão da verdade, vida alternativa.

Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

Tabela 10 – Termos pejorativos presentes nas produções do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020

Pejorativos Expresso	N
politicamente correto	10
marxismo cultural	7
Porcaria	6
destruição: da família, da heteronormatividade, da nossa base de valores, todo o nosso modo de vida	6
dogmáticas / dogmatismo	5
agenda / ideologia / causas fraturantes	4
Costumes	4
fascistas / neofascistas	4
ideologia gay / kit gay / vírus gay	3
agenda: da extrema-esquerda, pseudo-moderninha	3
agenda ideológica / construção ideológica	3
ideologia destrutiva / destruidora	2
submissão ideológica	2
destruidora do gênero	2
experimentalismos sociais	2
Lóbi	2
paneiros / paneiros de merda	2
sectarismo / sectarismo identitário	2
criação feminista / feminazi	2
nada consensual / não inclusiva	2
pecaminoso / perversidade	2

Nota: Termos com apenas uma ocorrência: aberrante, boutiques ideológicas corretas, causas identitárias, cu da sua mãe, demoníaca, descriminaliza bandidos, exclusivismo, folclóricas, fufas nojentas, gênero estúpido, guerra cultural, homossexualidade infantil, homossexualismo, ideias meio estranhas, pedófilos, policiamento da linguagem, profascismo, Queimem a bruxa, talibanismo.

Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

Tabela 11 – Argumentos presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020

Argumentos	Expresso		FSP	
	N	%	N	%
10.1. Favoráveis	19606		82634	
1. Cient. Fav.	4227	21,6%	12796	15,5%
2. Contra violência	2321	11,8%	13442	16,3%
3. Educacionais	1900	9,7%	12233	14,8%
4. Públicos			49	0,1%
5. Democracia	3013	15,4%	2357	2,9%
6. Defesa contra o discurso da IdG	8145	41,5%	41730	50,5%
10.2. Contrários	10480	53,5%	37002	44,8%
7. Cient. Cont.	1023	5,2%	355	0,4%
8. Crianças	4089	20,9%	2508	3%
9. Privados	330	1,7%	1127	1,4%
10. Religiosos	1237	6,3%	8011	9,7%
11. Liberdade de expressão	977	5%	318	0,4%
12. Privilégios			338	0,4%
13. Contra GDS	2824	14,4%	24350	29,5%

Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).

Tabela 12 – Decisões políticas presentes nas produções da Folha de S.Paulo e do Expresso com o termo “ideologia de gênero” até 2020

Decisão política	Expresso		FSP	
	N	%	N	%
Não apresentou	44	68,8%	183	45,1%
Apresentou	20	31,3%	223	54,9%
Total caracteres	4795		38439	
11.1. Liberal	309	6,4%	2362	6,1%
11.2. Progressista	747	15,6%	7671	20%
11.3. Conservadora	3739	78%	28406	73,9%
Em quantas produções				
11.1. Liberal	3	4,7%	31	7,6%
11.2. Progressista	7	10,9%	72	17,7%
11.3. Conservadora	18	28,1%	162	39,9%

Fonte: A autora (2022), com base nos resultados da busca na Folha de S.Paulo (2021) e do Expresso (2021).